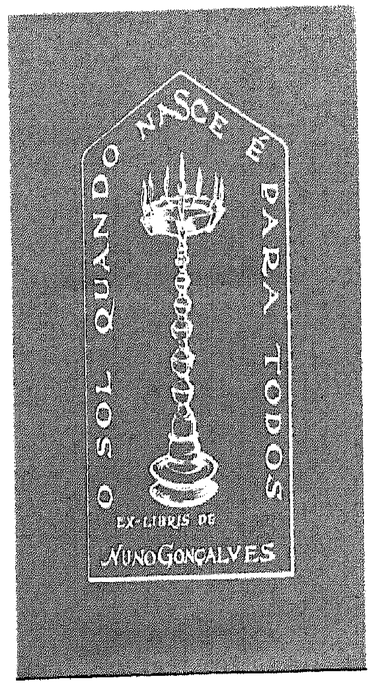
SUMA HISTÓRICA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL

(ASSISTÊNCIA DE PORTUGAL)

1549-1760



SUMA HISTÓRICA

DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL

(ASSISTÊNCIA DE PORTUGAL)

1549-1760

POR

SERAFIM LEITE S. I.

JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR

LISBOA — 1965

TIPOGRAFIA MINERVA
DE GASPAR PINTO DE SOUSA, SUCRS., L.DA
AVENIDA BARÃO DE TROVISQUEIRA, 38-54
:: VILA NOVA DE FAMALICÃO ::

ÍNDICE

Pág.

NOTA PRELIMINAR IX
BIBLIOGRAFIA E ABREVIATURAS XIII

Capítulo I — Origem da Missão do Brasil 1
Capítulo II — Organização da Província 17
Capítulo III — Educação e colégios 39
Capítulo IV — Conversão do gentio e aldeamentos 59
Capítulo V — Menoridade e liberdade dos índios 77
Capítulo VI — Entradas ao sertão e missões internas e externas 93
Capítulo VII — Serviços públicos na paz e na guerra 109
Capítulo VIII — Culto divino, confrarias e congregações marianas 123
Capítulo IX — Administração dos sacramentos 139
Capítulo X — Pregações, exercícios espirituais, obras de misericórdia e testemunho do sangue 155
Capítulo XI — Meios de subsistência 173
Capítulo XII — Actividade industrial e artística 193
Capítulo XIII — Herança cultural, científica e literária 213
Capítulo XIV — Crise do século XVIII 231

APÊNDICES:

I — *Apêndice estatístico* — Número e naturalidade dos Jesuítas do Brasil 237
II — *Apêndice cronológico I* — Provinciais e visitadores da Província do Brasil (1549-1760) 239
III — *Apêndice cronológico II* — Superiores, vice-provinciais e visitadores da Vice-Província do Maranhão e Grão Pará (1622-1760) 249
IV — *Apêndice topográfico geral* — Relação dos colégios, residências, aldeias, engenhos de açúcar e fazendas da Companhia de Jesus desde a Amazónia ao rio da Prata e fronteiras de Oeste (1549-1760) 253

CORRIGENDA 259
ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO 263

NOTA PRELIMINAR

A Companhia de Jesus nasceu numa Europa agitada por efervescências reformadoras, quando o mundo já se desvendara todo nos seus contornos geográficos, graças aos descobrimentos marítimos iniciados no século XV pelos Portugueses, movimento em que o Mediterrâneo cedia o passo ao Atlântico e, com o Atlântico, a outros oceanos. A Homero e Virgílio, poetas do Mediterrâneo, sucedia Camões, que em vez de Polifemo, encerrado num antro da Sicília, canta o gigante Adamastor, prosopopeia do Cabo das Tormentas, no extremo sul da África, dominado pelos Portugueses e crismado por eles Cabo da Boa Esperança, trânsito do Atlântico para os mares do Oriente. E sucedeu que no mesmo ano de 1549, em que um navio português deixava Manuel da Nóbrega na costa sul-atlântica do Novo Mundo (Brasil), outros navios portugueses tinham levado Francisco Xavier a Malaca, donde passou ao Japão. E estes — o Brasil no Ocidente e o Japão no outro extremo do mundo — são os dois marcos entre os quais se situa a acção missionária portuguesa. Portugal assumira perante Roma a onerosa incumbência de evangelizar as terras do seu descobrimento, nem tardou em enviar para elas missionários do clero secular e das antigas ordens religiosas, homens sem dúvida muitos deles beneméritos da religião e da Pátria. Mas, desde o começo, a seara apostólica se revelara desmedida e urgia sempre mais operários. Reinava em Portugal D. João III, o mesmo que na sua política ultramarina deu à América Portuguesa o endereço do Governo-Geral, assegurando assim a formação e existência do Brasil dentro da monarquia lusitana. Olhando a todas as consequências futuras deste acto unitivo, talvez nele se deva colocar o apogeu da nação portuguesa; e com a instituição do Governo-Geral em 1549 se inicia também a história da Companhia de Jesus no Brasil. Três lustros depois, em 1565, já Portugal informava Roma, com conhecimento de causa, que na Companhia achara um apto instrumento para o ajudar no encargo de levar o Evangelho às ter-

ras da sua jurisdição ou zona de influência, desde o Brasil, na América, à África, Pérsia, Índia, Molucas, China e Japão (1).

Breve relance missionário, este, donde emerge a chegada de Xavier ao Japão e de Nóbrega ao Brasil, circunstância sincrónica inicial a sugerir uma reflexão ou confronto. O Japão era país de alta cultura, o Brasil achava-se ainda na idade da pedra. A experiência mostrou que os métodos tinham de ser diferentes. Como também diversos haviam de ser os resultados. O Japão e os outros países do Oriente continuam a ser pagãos com pequenas minorias cristãs. O Brasil é a maior nação católica do mundo, verificação que enunciámos há largos anos e passou a ser lugar-comum, sem se tornar por isso menos real e verdadeiro.

Ainda está por fazer a história do Brasil católico, no seu conjunto, nem será fácil num plano coordenado e científico. Já em 1938, na «Introdução» à História da Companhia de Jesus no Brasil, *se declarou que, sem ser a da Igreja em Portugal nem a da Igreja no Brasil, era a história de uma instituição que se integrava em ambas, em particular na do Brasil. A declaração tem ainda maior cabida no limiar desta* Suma, *cuja estrutura basilar se entretece de actividades externas, o que requer por sua vez outro esclarecimento. Os Jesuítas eram (e são) sacerdotes da Igreja de Deus, agrupados em Ordem religiosa. Como sacerdotes, as suas obrigações identificam-se com as de todos os padres do mundo, e como religiosos não diferem das dos outros nas diversas províncias da Companhia. Os seus deveres de estado, como padres e como religiosos, têm sido objecto de abundantes livros, alheios a este, que visa ao comum do público interessado em conhecer, num compêndio portátil, a* obra *específica dos Jesuítas, no que ela representa para o Brasil de construtivo, permanente e nacional, interesse que já não atingem no mesmo grau os pormenores do regime interno da Companhia na sua disciplina doméstica e exercícios de piedade, semelhantes em toda a parte e divulgados em livros de outra índole.*

Assim, neste, depois de dois capítulos preambulares seguirem os passos iniciais da Missão e da Província do Brasil nos seus tempos heróicos, em coincidência com a época de Nóbrega, seu primeiro mestre, organizador e guia, em coincidência também com a fundação das cidades da Baía, São Paulo e Rio de Janeiro, relevam-se nos capítulos seguintes as realizações da Companhia, significativas

(1) MB IV 198.

de maior serviço público, e que se manifestaram com pujança na pedagogia, catequese e liberdade dos Índios, subsistências e caridade, vida social cristã, ciências, artes e letras. Estudam-se sobre si, para se verem melhor na proporção dos seus contornos, sem se diluírem nas implicâncias de dois séculos. A esta matéria multiforme, concentrada e essencial adicionam-se quatro apêndices, um estatístico, dois cronológicos e um topográfico. O estatístico mostra o movimento sempre crescente dos Jesuítas do Brasil e a sua naturalidade. Os cronológicos atam a obra realizada ao fio do tempo através dos seus elementos responsáveis nas duas circunscrições provinciais da América Portuguesa, em conformidade com os seus dois antigos Estados, o do Brasil e o do Maranhão. O apêndice topográfico situa no espaço brasileiro actual os diversíssimos estabelecimentos em que a Companhia assinalou a sua presença e cumpriu a sua missão histórica, desde os grandes colégios das primeiras cidades até às fazendas e engenhos de açúcar e às aldeias dos Índios da costa e dos sertões, aldeias e fazendas que também, muitas delas, são hoje prósperas cidades.

Roma, 6 de Abril de 1965.

S. L. (1).

(1) GRATIARUM ACTIO — Devemos o nosso agradecimento a quantos de algum modo contribuíram para a preparação e impressão deste livro.

Da Companhia de Jesus: R. P.e Paulo Dezza, Delegado do Geral para as Casas Interprovinciais de Roma; R. P.e José Leite, da Cúria Generalícia; Irmão António Augusto Rodrigues, do Institutum Historicum S. I. da mesma cidade; R. P.e Acácio Casimiro e Irmão David de Sá, da Cúria Provincial de Lisboa; e em especial o R. P.e Provincial de Portugal (Doutor Lúcio Craveiro da Silva) a quem pertence a iniciativa de propor a sua publicação pela Junta de Investigações do Ultramar.

Igualmente agradecemos aos Senhores: Doutor Prof. Silva Cunha, Ministro do Ultramar, Engenheiro Carlos Kruss Abecassis, Presidente da Junta de Investigações do Ultramar, Dr. Raimundo Brites Moita, Vice-presidente, e Dr. Florentino Cardoso, encarregado das publicações da mesma Junta.

Digna ainda de menção é a Tipografia Minerva, cujos serviços técnicos nos apresentaram as primeiras provas, já paginadas e pràticamente limpas.

BIBLIOGRAFIA

1. *Biobibliografia dos Jesuítas do Brasil* — Consta de dois volumes, incluídos suplementarmente na *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Esta biobibliografia — que relaciona milhares de espécies, impressas e inéditas — não é susceptível de se meter em compêndio, num livro que tende a estudar mais a obra de conjunto do que a individual; mas as notas HC VIII e HC IX referem-se sempre a este dicionário biobibliográfico, que realmente são aqueles dois tomos da *História*.

2. *Bibliografia sobre os Jesuítas do Brasil* — Também é muito vasta e também não cabe num resumo configurado à obra externa e objectiva da Companhia de Jesus, que não repete nem anula os dez volumes da *História*, os quatro de *Monumenta Brasiliae* e outros de feição geral, como *Artes e Ofícios*. Todavia, nos lugares citados nas notas ao pé da página se encontra com frequência a menção de outros escritores de eventual interesse para o leitor.

3. *Notas ao texto* — Pareceu conveniente redigir esta *Suma Histórica* em forma positiva não puramente literária, acompanhando-a de notas, como se diz na observação precedente. As notas dão ao leitor a segurança de uma possível verificação ou estudo complementar; mas alia-se a utilidade científica à indispensável concisão, dando-se em abreviatura.

ABREVIATURAS

AB — *Aspectos do Brasil em 1571 numa carta inédita do P.e António da Rocha Superior do Espírito Santo (1571)*, in «Actas do Congresso Internacional da História dos Descobrimentos», V, Parte I (Lisboa, 1961) 127-139. Teve separata pela qual se faz a citação.

AO — *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa-Rio de Janeiro, 1953. — Dicionário biográfico, precedido de uma introdução geral.

BN — *Breve itinerário para uma biografia do P. Manuel da Nóbrega fundador da Província do Brasil e da Cidade de São Paulo (1517-1570)*. Lisboa-Rio de Janeiro, 1955. Cita-se BN *(Biografia de Nóbrega)*.

CN — *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia).* Acta Universitatis Conimbrigensis. Coimbra, 1955. Cita-se CN *(Cartas de Nóbrega).*

Excepto os datados de Portugal, todos os mais escritos de Nóbrega deste livro se incorporaram depois, segundo a cronologia, em *Monumenta Brasiliae* I-IV.

— *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil.* — Ver infra, *Monumenta Historica S. I.: Monumenta Brasiliae.*

HC — *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Dez volumes. Lisboa-Rio de Janeiro, 1938-1950. Cita-se HC *(História da Companhia).* Como segue:

HC I — Vol. I: Século XVI: *Os primeiros estabelecimentos* (da Baía ao Rio Grande do Norte e à Capitania de S. Vicente ao sul), 1938;

HC II — Vol. II: *A obra* (assuntos correspondentes ao vol. I), 1938;

HC III — Vol. III: Séculos XVII e XVIII: *Norte* (fundações e entradas, do Ceará ao Amazonas), 1943;

HC IV — Vol. IV: *Norte* (assuntos correspondentes ao vol. III), 1943;

HC V — Vol. V: *Da Baía ao Nordeste* (estabelecimentos e assuntos *locais*), 1945;

HC VI — Vol. VI: *Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé* (estabelecimentos e assuntos *locais*), 1945;

HC VII — Vol. VII: Assuntos *gerais* (e aspectos peculiares do Brasil), 1949;

HC VIII — Vol. VIII: *Biobibliografia* I (Escritores Jesuítas do Brasil, das letras A a M), 1949;

HC IX — Vol IX: *Biobibliografia* II (Escritores Jesuítas do Brasil, das letras N a Z), 1949;

HC X — Vol. X (e último): *Índice geral: a)* títulos onomásticos, geográficos e ideográficos, em ordem alfabética, seguida e única, de todo o conteúdo dos nove volumes precedentes; *b)* índice das 239 estampas esparsas pelos volumes; *c)* índice das matérias de cada tomo, 1950.

JB — *Jesuítas no Brasil,* in «Dicionário de História de Portugal» (Lisboa, 1964) 595-599.

LF — *Luiz Figueira — A sua vida heróica e a sua obra literária,* Lisboa, 1940.

MB — *Monumenta Brasiliae.* Quatro volumes. Roma, 1956-1960 (*Monumenta Historica Societatis Iesu,* vols. 79, 80, 81, 87). Como segue:

MB I — Vol. I (1538-1553), 1956;

MB II — Vol. II (1553-1558), 1957;

MB III — Vol. III (1558-1563), 1958;

MB IV — Vol. IV (1563-1568), 1960.

Por motivo do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, celebrado em 1954, fez-se dos três primeiros volumes desta

obra larga tiragem, destinada ao Brasil, com o título de *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil* e uma breve nota preliminar no vol. I. Sendo iguais as datas da impressão e a paginação, seria indiferente citar uma ou outra; mas, por brevidade e por método (para incluir também o vol. IV, de que não houve tiragem especial), cita-se sempre MB *(Monumenta Brasiliae).*

NP — *Novas Páginas de História do Brasil.* Academia Portuguesa da História. Lisboa, 1962.

RB — *As raças do Brasil perante a ordem teológica, moral e jurídica portuguesa nos séculos XVI a XVIII,* in «Scientia Ivridica» XIII (Braga, 1964) 531-551.

CAPÍTULO I

ORIGEM DA MISSAO DO BRASIL

1. — Origem portuguesa das missões da Companhia de Jesus; 2. — Fundação da cidade da Baía e da primeira missão jesuítica da América; 3. — Objectivos iniciais; 4. — Esmolas e primeiros subsídios económicos; 5. — Expansão, método e dificuldades emergentes; 6. — Nóbrega na Capitania de S. Vicente, confinante com o Paraguai; 7. — Fundação da aldeia e Colégio de São Paulo de Piratininga; 8. — Tentativa para se fundar a missão do Paraguai, também do agrado de Santo Inácio.

1. — As missões ultramarinas da Companhia de Jesus são de origem portuguesa, iniciativa do Dr. Diogo de Gouveia, o velho, antigo reitor da Universidade de Paris e principal do Colégio de Santa Bárbara, da mesma cidade, onde tinha estudado o grupo de «clérigos reformados», futuros fundadores da nova Ordem religiosa. Da correspondência iniciada em 1538, entre Diogo de Gouveia, o rei de Portugal, D. João III, e os «clérigos reformados», provém na «Fórmula do Instituto» de Santo Inácio o capítulo referente às missões quer entre fiéis quer entre infiéis. E, embora a Companhia só fosse aprovada oficialmente a 27 de Setembro de 1540, já meio ano antes tinham partido de Roma para Lisboa, a caminho das missões portuguesas, os P.^{es} Simão Rodrigues e Francisco Xavier. Em 1541, Francisco Xavier embarcou em Lisboa para o *Oriente,* com dois companheiros, enquanto Simão Rodrigues ficava em Portugal para instituir o Colégio de Jesus de Coimbra, onde se formassem futuros missionários; e aí, em Coimbra, entrou na Companhia de Jesus, em 1544, o P.^{e} Manuel da Nóbrega, já graduado em Direito Canónico, que cinco anos depois tomará o rumo da missão do *Ocidente,* ao fundar-se em 1549 o Governo-Geral do Estado do Brasil (1).

(1) CN 9*-12*.

2. — A armada de Tomé de Sousa, primeiro governador do Brasil, saiu de Lisboa a 1 de Fevereiro de 1549 e entrou na Baía de Todos-os-Santos a 29 de Março. Dois dias depois, domingo, o P.e Manuel da Nóbrega, vindo também na armada com mais cinco companheiros, celebrou missa, primeira da Companhia de Jesus na América Portuguesa; e, como só daí a dezassete anos chegariam outros jesuítas à América Espanhola, esta missa abre a história da Companhia em todo o continente americano, desde o Canadá ao estreito de Magalhães; e também importa anotar, desde já, que a mesma significação assume o que se refere a escolas, igrejas, aldeias, catecúmenos, liberdade dos Índios, administração dos sacramentos e outras actividades da Companhia de Jesus, porque Nóbrega, com a do Brasil, inaugurou de facto a missão jesuítica da América.

A Missão do Brasil pertenceu à Província de Portugal até 1553, ano em que se tornou *sui iuris,* constituindo-se Província da Companhia, a qual não foi só a primeira na América, mas conta-se também entre as primeiras de todo o mundo, incluindo a Europa; e só ao constituir-se Província se iniciou com Roma a correspondência epistolar de ofício, que até aí era com o provincial português. Para Portugal escreve, pois, Nóbrega a primeira carta, em Abril de 1549, poucos dias depois de chegar, em que ele dá logo uma notícia, humilde em si mesma na expressão dos factos, mas que encerra o germe positivo de quase toda a história missionária, a saber, que uniu ao ensino da doutrina cristã (catequese) uma escola de ler e escrever (instrução). Confiou-a ao Irmão Vicente Rodrigues, enquanto esperava que as fórmulas das orações, de português para tupi, as traduzisse Diogo Álvares «Caramuru», a própria personagem do futuro e homónimo poema de Santa Rita Durão. De maneira que temos Vicente Rodrigues, mestre de meninos, não apenas da doutrina (catequista), mas também de ler e escrever (mestre-escola). E os outros? Ele, Nóbrega, dirige a Missão, prega ao governador e gente da armada e é pároco interino; João de Azpilcueta, mais conhecido por P.e Navarro, prega aos portugueses de Vila Velha, prepara-se para aprender a língua tupi e em breve ensinará também a ler e escrever. A Ilhéus Nóbrega vai mandar o P.e Leonardo Nunes com o Irmão Diogo Jácome. Pensa em enviar alguém a Pernambuco (irá depois ele mesmo com o P.e António Pires, que por enquanto é seu coadjutor na Baía): «*e assim em muitas partes apresentaremos e convidaremos com o Crucificado!*» — escopo essencial da Missão do Brasil.

Ao nomear os seus cinco companheiros e as respectivas ocupações, o superior redige, de facto, o primeiro *status* ou catálogo da Missão brasileira; e refere-se ainda à terra, boa e sã; à saúde, que todos gozam, e ao governador Tomé de Sousa, «escolhido de Deus»; e, por fim, dirigindo-se ao provincial de Portugal, seu superior hierárquico, pede: «lance-nos a todos a bênção de Cristo Jesus dulcíssimo» (1). Bênção na verdade ampla e eficaz, porque todos os seis primeiros jesuítas do Brasil perseveraram até ao fim na nova missão que começava e na qual não se perdia o tempo. Nóbrega apresenta ao governador um índio catecúmeno, que, de maior contrário que era dos Portugueses, está agora a doutrinar-se para o baptismo (2); e observa que, de modo geral, o gentio, sem ninguém o ensinar, principia a entrar com devoção na «maneira de igreja» que acharam em Vila Velha; e já também se provia ao futuro económico da Missão, reservando o governador um bom vale para depois a Companhia cultivar e se manter (3).

Nos começos de Maio principiou a edificação da cidade do Salvador da Baía. Enquanto os Portugueses edificavam as outras obras da nova capital do Brasil, ergueu Nóbrega a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, construindo-a os Jesuítas por suas mãos, indo ao mato buscar a madeira e fazendo as taipas (4); e não tardaram as cerimónias públicas. A 20 de Junho já se celebra o Corpo de Deus. Festas de igreja e de arraial, procissão solene, salvas de artilharia, ruas enramadas e «danças e invenções à maneira de Portugal». Um mês depois, outra festa, a do Anjo Custódio: missa solene celebrada por Nóbrega, canto coral e procissão «com grande música a que respondiam as trombetas».

3. — Fundaram-se de mãos dadas a cidade do Salvador da Baía e a Missão do Brasil, porque os homens da governança, todos ajudavam a Missão e prestigiavam quanto podiam os padres; e, com a persuasão de apóstolo, já Nóbrega declarava que «*esta terra é nossa empresa*», e pedia de Portugal mais padres, necessários para levar adiante quanto ele expressa nas cartas de Agosto, verdadeira campanha em que abarca a todos, lutando por estes objectivos superiores:

Pela moralidade pública, opondo-se às mancebias dos Portugueses: Nóbrega pede mulheres do Reino e podiam vir mesmo as

(1) CN 18-25; MB I 109-115. — (2) CN 27; MB I 117. — (3) CN 27-28; MB I 116-118. — (4) HC I 47.

«erradas» (excepto as desavergonhadas); todas se casariam bem no Brasil. Já se emendaram alguns escândalos;

Pela regularização conjugal dos gentios, que parece não terem matrimónio *in lege naturae* por falta de contrato com uma determinada mulher para sempre;

Pela isenção temporária das leis positivas da Igreja a favor dos neoconvertidos;

Pela liberdade contra o injusto cativeiro dos gentios: trata de libertar uns Carijós cativos;

Pela catequese e contra a antropofagia dos Índios: já colocou gente da Companhia nas aldeias mais próximas da cidade da Baía, e pensa no Caramuru, que se tornou seu amigo e colaborador, para o nomear oficialmente «pai e governador» dos Índios;

Pelo desenvolvimento do culto eucarístico e da liturgia: pede a «Bula do Sacramento», altar portátil, e rituais «romanos» e «bracarenses»;

Pela pureza da fé contra as blasfémias e pragas: com a ajuda do ouvidor-geral vai-se desarraigando o mau hábito trazido pelos degredados;

Pela hierarquia eclesiástica do Brasil, que até aí fazia parte da diocese do Funchal (ilha da Madeira): pede um bispo ou pelo menos um vigário-geral; e o bispo que venha «para trabalhar, não para ganhar»;

Pela instrução e educação: trata com o governador de alcançar sítio apto para o futuro Colégio e pede livros de Portugal para a incipiente biblioteca dos padres;

Pela agricultura e indústria local: é preciso virem sementes e oficiais mecânicos, em particular tecelões para algodão, que há muito na terra, e ferramenta de carpinteiro;

Pela boa imigração: é mal empregada esta terra em degredados, que fazem muito mal, devem vir «os que aproveitem à terra».

Objectivos, todos estes, fundamentais para a formação do Brasil, em que se unem, como corpo e alma, o material com o espiritual.

Os gentios aderiram logo aos padres, seguindo-os maravilhados do que viam e ouviam. «Uma noite que fazia luar», lhes pregou Nóbrega por um menino intérprete que «tivessem fé em Jesus Cristo»; e, depois, ouvia pelos caminhos o doce e consolador nome de Jesus (1). Reflexo de poesia no alvorecer da catequese, em que

(1) CN 54-55; MB I 142-143.

os olhos de Nóbrega se fascinavam pelo Brasil: «certamente nunca eu vi tapeçaria de Flandres tão formosa» (1).

4. — Ao princípio, os padres sustentavam-se de esmolas e benemerências dos homens do governo, mas ainda não era decorrido um ano e já se dava, pelo almoxarifado régio, o subsídio mensal de 1 cruzado (400 réis) a cada um dos seis primeiros da Companhia (2). Nóbrega, porém, tinha pedido outros missionários e o seu apelo não fora em vão. Em Março de 1550 chega de Portugal à Baía a segunda expedição com quatro padres (Afonso Brás, Francisco Pires, Manuel de Paiva, Salvador Rodrigues) e sete meninos órfãos de Lisboa. Para lhes dar ocupação e lançar as bases económicas de uma casa de educação, Nóbrega, que tinha ido a Porto Seguro, volta à Baía; e, como superior da «Casa do Nome de Jesus», obtém do governador Tomé de Sousa a sesmaria de «Água dos Meninos», justificando o requerimento por ser intenção do rei de Portugal e da Companhia de Jesus «nela criar e ensinar moços do gentio que por tempos *levem o nome do Senhor a todas as gentes*», intenção em que já paira a ideia do clero nativo (3), a que Nóbrega daria dois anos depois forma explícita (4).

A sesmaria, porém, ainda era preciso trabalhá-la e urgia dar de comer aos meninos, tanto aos órfãos recém-chegados, como aos filhos dos gentios. Para atrair a atenção e generosidade pública sobre a incipiente obra educativa, Nóbrega recorreu ao processo da venda simulada do P.e Paiva, homem de virtude, a quem ele podia provar com confiança. Todos compreenderam o que se intentava, sem escândalo dos que presenciaram a edificante cena, um dos quais, o mais categorizado de todos, Tomé de Sousa, exaltará depois em Lisboa o modo que Nóbrega tinha com os próximos. Os que a estranharam mais tarde esqueceram-se de que na vida dos santos se contam leilões simulados e que não era processo tão fora de propósito que outros, que se não têm por santos, ainda hoje o não pratiquem; e coincidiu com a redacção deste tópico um leilão das «moças casadoiras» em Susterzeel (Limburgo), em que participaram solteiras de todas as idades. É leilão holandês anual. Este de 29 de Abril de 1962, conforme o relato dos jornais, rendeu 400 florins, destinados a custear as despesas do baile do 1.º de Maio (5).

(1) CN 47; MB I 135. — (2) MB I 176 213. — (3) MB I 195; RB 535. — (4) CN 124; MB I 353. — (5) *O Século* (Lisboa) de 30-IV-1962.

A diferença entre o facto limburguês do século XX e o facto baiano do século XVI está nos fins. O meio de obter fundos, para financiar uma obra, é o mesmo: pôr em acção a psicologia popular, sempre com êxito certo, quer se trate de entretenimento público, quer de conseguir pão para uma casa colegial de meninos pobres, que por enquanto só se podia manter à sombra da caridade pública.

O facto é que, com apenas dois anos de Brasil, já funcionava o Colégio dos «Meninos de Jesus», já o governador se fazia respeitar e temer dos índios antropófagos da zona ainda gentia com uma expedição em que tomou parte Nóbrega (1), já se iam doutrinando os índios mais chegados à cidade, já tinham ido padres para as Capitanias ao sul da Baía. Faltava Pernambuco ao norte.

5. — Deixando na Baía como superior local o mesmo P.e Manuel de Paiva, cuja segurança de vida ele tinha apalpado e provado, Nóbrega aportou a Pernambuco quase no fim de Julho de 1551, levando consigo o P.e António Pires, que aí tencionava deixar. Residiu em Olinda. Ocupou-se na reforma dos costumes e em promover a frequência dos sacramentos. Muitos portugueses, que viviam de casa feita com índias e mestiças, casaram-se com elas. Fundou-se um Recolhimento de Moças e deu-se princípio a uma Casa de Meninos, a que ajudou todo o povo. Doutrinaram-se os escravos, não se esqueceram os Índios e pregou-se aos domingos e dias santos. Nóbrega conta tudo isto aos padres e irmãos de Coimbra e apela para a doutrina do Corpo Místico: «Isto vos quis escrever assim em breve para que vejais, Caríssimos, quanta necessidade temos das vossas orações. *Non solum vobis nati estis:* um corpo somos em Jesus Cristo; se lá não sustentardes, este vosso membro perecerá» (2).

Também escreveu ao rei de Portugal, D. João III; e dizia que os Portugueses do Brasil ajudavam a criação de colégios, mas o da Baía convinha ser de fundação real. O governador Tomé de Sousa pediu-lhe um padre para ir numa expedição ao descobrimento de minas. Nóbrega prometeu-lhe e espera que a expedição tenha êxito para o bem geral. Presta homenagem ao donatário de Pernambuco Duarte Coelho, mas parecia-lhe que todo o Brasil devia estar sob a imediata jurisdição real, manifestando assim pela primeira vez o seu conceito básico de *unidade* na organização política do Brasil (3).

(1) MB I 256-258. — (2) CN 90-96; MB I 283-289. — (3) CN 97-103; MB I 289-294.

Nóbrega demorou-se em Pernambuco cerca de meio ano. Deixando aí o P.e António Pires com a esperança de lhe mandar algum padre, retomou em Janeiro de 1552 o caminho da Baía. A sua tenção era seguir logo para S. Vicente a visitar as casas da costa e a pregar o jubileu do ano santo de 1550, que então se ganhava no Ultramar Português, e a Nóbrega, como superior regular, fora dada a incumbência de o pregar no Brasil, o que ele já fizera por si mesmo em Pernambuco. Ventos contrários obrigaram-no a arribar à Baía; e foi muito da glória de Deus esta arribada «por coisas que sucederam», anota uma carta coeva, aludindo à atitude do bispo, que se revelaria desfavorável à catequese dos Índios. A pregação do jubileu nas Capitanias da banda do Sul, encarregou-a Nóbrega a outros e ficou na Baía só com um padre, Salvador Rodrigues, doente, e portanto com excessivo trabalho. Aos domingos e dias santos, Nóbrega pregava duas vezes e binava a missa, uma na cidade, outra em Vila Velha, a meia légua de distância, a todo o tempo, bom e mau, abalando a saúde para sempre (1). O seu activo zelo achou ainda vagar para escrever aos moradores de Pernambuco a *Carta Exortatória* em que se regozija com o bom caminho que eles tomaram na vida cristã. Como é terra de negócios, Nóbrega desejava que os Pernambucanos fossem verdadeiros moradores da Cidade de Deus, reminiscências de Santo Agostinho, leitura familiar sua (2).

A 22 de Junho de 1552 chegou à Baía o bispo, que o superior da Companhia tanto desejara e pedira. Nóbrega recebeu D. Pedro Fernandes com alegria no seu Colégio, até se arranjar para ele casa própria (3); e pouco depois, em carta a D. João III, diz que a terra é pobre, as rendas poucas, Sua Alteza poderia dar em Portugal uma comenda ao bispo e cabido, até o Brasil ser mais rico, mas já agora vai indo sempre em aumento espiritual e temporal.

Nesta mesma carta expõe Nóbrega a D. João III o seu método na conversão do gentio, fruto já da experiência de que os Índios não se podiam fazer cristãos e deixarem-se abandonados no ambiente gentílico das suas pequenas aldeias. O método de Nóbrega consistia em três passos: 1) os índios que pediam o baptismo deviam ser provados primeiro, de maneira que ou haviam de ser «bons cristãos ou apartarem-se de todo da conversação dos padres»; 2) não deviam ser baptizados em multidão; 3) por isso, «os que

(1) MB I 392-394. — (2) BN 73 209; CN 103-112; MB I 328-335. — (3) MB I 50 349-350.

se agora baptizam os apartamos em uma aldeia, onde estão os cristãos, e têm igreja e casa nossa onde os ensinam» (1).

Isto dizia Nóbrega a el-rei. Ao provincial da Companhia em Lisboa sugeria que o subsídio régio aos padres do Brasil não devia ser apenas para os seis primeiros, mas estender-se a todos os mais da Companhia. E apela para el-rei em casos de economia prática. Tendo o Colégio necessidade de leite para os meninos, tomara a crédito, do gado de el-rei, doze vacas, para começo também da criação de gado; da mesma forma, tomou dois ou três escravos da Guiné para o mesmo fim de ajudar a manter os meninos: espera que el-rei perdoe a dívida [el-rei perdoou-a] (2). Diz ainda que, tendo-o os ventos contrários obrigado a arribar à Baía à sua volta de Pernambuco, ele, quando o governador for para o Sul, irá na sua armada e procurará entrar no sertão; contudo, desejava primeiro dar solidez às casas das Capitanias e pede padres de Portugal para as assegurar e ficar firme na costa a grande empresa da conversão do gentio (3).

Dia do Anjo Custódio (terceira dominga de Julho de 52), Nóbrega, depois da festa, com os meninos do Colégio (órfãos e outros), foram em peregrinação pelas aldeias dos gentios até às pegadas de S. Tomé e rio Matoim, passando pela aldeia do índio Grilo. Todos — meninos e padres — levavam às costas a rede em que haviam de dormir durante a noite (4). Iam em procissão, à frente da qual uma cruz emplumada e no alto dela um Menino Jesus, «em trajo angélico, com uma espada pequena na mão». Entravam pelas aldeias com a cruz alçada, e em cada aldeia tocavam e cantavam à moda dos Índios, nos seus tons e cantares, «mudadas as palavras em louvor de Deus»; e os pais gentios já não escondiam os filhos. Os meninos também dançavam e cantavam à moda índia e a mulher do principal veio dançar com eles. Desta vez, Nóbrega fundou a aldeia de S. Tomé de Paripe, onde deixou o Irmão Vicente Rodrigues com dois meninos do Colégio da Baía que sabiam a língua tupi, para ensinar os filhos dos gentios (5).

Este contacto directo com os Índios e modo de os atrair à catequese não agradou a D. Pedro Fernandes, cuja amizade fora a curto prazo, trinta dias, se tanto. O bispo, antigo vigário-geral de Goa, colocou o gentio analfabeto do Brasil (Índios) no mesmo plano que

(1) CN 112-117; MB I 343-347. — (2) MB I 351. — (3) CN 118-128; MB I 348-357. — (4) MB I 413. — (5) MB I 385-389.

o gentio culto da Índia Oriental (Hindus). Erro de visão, misturado com pouco desinteresse pessoal (já no Oriente impunha penitências, que não eram de «padre-nossos» mas pecuniárias) e também com alguma deficiência de carácter, demonstrada a seguir em graves questões entre ele e o governador D. Duarte da Costa e até com alguns dos seus próprios clérigos. D. Pedro Fernandes começou a desdenhar da Companhia de Jesus, dizendo que em Paris fora mestre do fundador dela (Santo Inácio) e de mestre Simão Rodrigues, o que não constituía desdouro para ninguém; mas contrariou abertamente a Missão. Nóbrega escreve ao provincial de Portugal que resolva ou faça resolver em Coimbra as dúvidas movidas pelo bispo: confissão por intérprete; estarem na igreja os gentios junto com os cristãos; cantos, músicas e prédicas à moda dos Índios em certo tom; cortarem os meninos do Colégio o cabelo como o usam os meninos da terra; maneira de proceder com os gentios que pedem o baptismo nus; e se é lícito cativar os gentios, só porque não guardam a lei natural por todas as vias (para Nóbrega não era lícito).

O que mais preocupava o superior da Missão do Brasil, escreve ele ainda ao provincial, era a criação de colégios e a educação dos meninos, incluindo os órfãos vindos de Portugal e o modo de prover à sua sustentação, para «dar princípios a casas que fiquem enquanto o mundo durar». O subsídio régio que lhes pagam, e era pessoal, Nóbrega aplica-o ao Colégio dos Meninos de Jesus, e os padres remedeiam-se com as roupas que trouxeram do Reino: «porque a mim ainda me serve a roupa com que embarquei, que V.ª R.ª por especial mandado me mandou trazer, a qual já tinha servido no Colégio [de Coimbra] e em Sanfins [do Minho]; e no comer vivemos de esmolas» (1).

6. — O superior da Missão embarcou em Novembro para S. Vicente na armada do governador, como já tinha determinado à volta de Pernambuco; e levou consigo o P.e Francisco Pires e quatro meninos do Colégio, cantores e línguas (2). A armada ia correndo a costa, oportunidade para Nóbrega visitar as vilas ao sul da Baía: primeiro Ilhéus, onde não residia ninguém da Companhia, a seguir Porto Seguro, onde residia o P.e Navarro; depois, a Capitania do Espírito Santo, em que o P.e Afonso Brás já tinha o Colégio de Santiago, na vila da Vitória, com grande casa e igreja (3).

(1) CN 137-146; MB I 400-409. — (2) BN 85; MB I 426. — (3) MB I 428.

Na Guanabara, a armada portuguesa não teve comunicação com os Tamoios contrários. Teve-a com os índios do «Gato Grande» (Maracajaguaçu), amigos dos Portugueses, e que pouco depois se transfeririam para o Espírito Santo. Estes índios habitavam na ilha, que veio a chamar-se do Governador, integrada hoje na cidade do Rio de Janeiro com o Aeroporto do Galeão; aí fez Nóbrega a primeira catequese da Companhia de Jesus no Rio, pregação e doutrina pelos meninos com cantares tupis que decoravam os filhos do Gato (1). Em Angra dos Reis, grandes calores e enfermidades de que também Nóbrega adoeceu; e, enfim, S. Vicente, em cujo porto a armada já estava a 17 de Janeiro de 1553, e onde Leonardo Nunes havia fundado um Colégio, com a melhor igreja, então, da Companhia no Brasil (2).

Para organizar jurìdicamente o estabelecimento escolar de S. Vicente, Nóbrega instituiu a «Confraria do Menino Jesus» e ordenou que se ensinasse também a ler e escrever aos meninos externos, com escola de canto e instrumentos, e também com aula de latim a cargo de um moço de fora da Companhia. A inauguração do Colégio na nova modalidade realizou-se a 2 de Fevereiro, festa da Purificação de Nossa Senhora. Por ser tal dia (Nossa Senhora das Candeias ou Candelária), os meninos saíram em procissão à igreja matriz com velas acesas e à volta houve missa cantada na igreja do Colégio com sermão de Nóbrega (3).

Agora, na paz e sossego de S. Vicente, Nóbrega expõe o estado da Missão do Brasil ao provincial de Portugal, seu superior hierárquico. Ao pedir um bispo, desejara-o que viesse para trabalhar «não para ganhar». Quando o bispo chegou com o seu cabido, Nóbrega sentiu que os recém-vindos estranharam a pobreza da terra e por isso lembrara a el-rei que lhes desse uma comenda em Portugal. Mas eles preferiram caminho mais curto. Começaram a abusar dos sacramentos, dando absolvições com penas eclesiásticas (multas pecuniárias), deixando pràticamente no mesmo estado os pecados públicos.

Verificando agora, com conhecimento já directo, que a Capitania de S. Vicente era a mais apropriada para a conversão do gentio por ser entrada para as gerações do sertão, Nóbrega pensa ir a essas gerações e por lá ficar até chegarem os padres que pedira do Reino e novo superior, que também espera. Se não vier novo superior, depois de assentar os assuntos da catequese, terá de voltar à Baía para fazer a visita da sua obrigação às casas das Capitanias (1).

(1) BN 86; MB I 428-429. — (2) MB I 430-431. — (3) BN 87; MB I 431.

Esta sua ida ao Paraguai impediu-a o governador, que cortou o caminho para lá. Ao som das minas de ouro, de que se falava muito, descobertas por via do Peru, despovoar-se-ia a Capitania de S. Vicente. Havia ainda outra razão política: o perigo dos Castelhanos. Parecia ao governador que a cidade de Assunção se incluía na demarcação de Portugal; e «por agora» não achava bem que os padres entrassem a fazer lá casa, «senão em nossa companhia»; e diz a D. João III, elucidando toda a questão política: «De São Vicente até ao Rio da Prata estavam algumas armas de Castela em algumas partes. Mandei-as tirar e deitar ao mar e pôr as de Vossa Alteza» (2). Era então opinião geral, na Capitania de S. Vicente, incluindo Nóbrega, que Assunção ficava no «Brasil» (3). Para compreensão do que depois sucederá, observe-se que o impedimento do governador era «por agora» e só para o Paraguai, não para o sertão aquém do Paraguai.

Entretanto, os Índios recorriam aos padres e devia-se-lhes fazer justiça, diz Nóbrega, porque, fazendo-se-lhes justiça, até Deus favoreceria mais o Brasil, terra «a melhor do mundo» (4). Dado o pouco favor do bispo na Baía, o superior da Companhia sentia-se bem no Sul, onde achou um grupo de irmãos entrados já homens feitos e com o sentido de responsabilidade; e ele próprio recebeu um antigo soldado nas guerras do Rio da Prata, António Rodrigues, vocação tardia, muito importante no meio em que se produziu. Cantor e músico, sabia a língua dos Índios e possuía singular talento para atrair o gentio e ensinar meninos. Seria intérprete e elemento precioso para reunir pequenas aldeias noutras grandes de catequese, segundo o método de Nóbrega. Outro irmão adulto, Pêro Correia, escreve, referindo-se a S. Vicente: «Das coisas grandes e boas e de muita glória de Deus que se fizeram nesta terra, já escrevemos, e ainda Nosso Senhor obra cada dia; e também o Padre Nóbrega fez algumas, depois que veio a esta terra, de muito aumento, as quais não escrevo por miúdo, porque me parece que já não se deviam de escrever senão milagres evidentíssimos, que Deus por eles obra, e eles as querem encobrir para mais merecimento com Deus» (5).

(1) CN 147-153; MB I 419-425. — (2) MB I 486. — (3) MB I 495. — (4) CN 161; MB I 456. — (5) MB I 439-440.

7. — Pêro Correia aludia ao modo como Nóbrega modelava em bases sólidas e pacíficas a vida da Companhia de Jesus na Capitania de S. Vicente. Achara duas graves questões em aberto com as pessoas mais influentes dela, uma com Brás Cubas, outra com João Ramalho. Com Brás Cubas a demanda era por causa das terras de Pêro Correia, que este doara ao Colégio. Nóbrega não quis levar a questão aos últimos extremos, que talvez arruinassem Brás Cubas. Como bom jurista, fez composição com ele — e ganhou um amigo! Os Ramalhos acusavam os padres e irmãos, que andavam «por fora», de pecar com as índias. João Ramalho andava excomungado pelo vigário secular. Nóbrega despediu de casa a todos os padres e irmãos e fez que o vigário tirasse uma devassa, em que intervieram quase todas as pessoas da Capitania. Não se achou «coisa alguma». Readmitiu os padres e irmãos e fez brilhar a justiça e o crédito da Companhia de Jesus. Mas não era essa a maneira habitual de Nóbrega. Preferiu entender-se directamente com João Ramalho e, conhecendo a situação verdadeira de homem casado em Portugal, interessou-se com empenho e afecto por resolver o seu problema conjugal — e ganhou outro amigo ou amigos! — porque a família dos Ramalhos era grande; e sem a amizade de João Ramalho, guarda-mor do Campo, Nóbrega mal poderia tratar da conversão do gentio no Campo de Piratininga e fundar São Paulo.

Quando escrevia para Lisboa ao P.e Luís Gonçalves da Câmara, a 15 de Junho de 1553, os meninos do Colégio de S. Vicente já aprendiam a ler, escrever, cantar, tocar flauta, e alguns aprendiam também latim. Ele tenciona ir ao sertão distante, depois de chegarem da Baía os padres e irmãos que vai mandar vir para S. Vicente. Enquanto não chegam, passará o tempo no Campo de Piratininga, onde há já três aldeias pequenas de índios que se querem ajuntar numa grande para melhor aprenderem a doutrina cristã (1). Era o seu método, convém repeti-lo, comunicado a el-rei no ano precedente. Nessa aldeia, assim junta, no dia 29 de Agosto de 1553, festa de S. João Baptista (martírio ou degolação) que então se celebrava muito na cristandade, Nóbrega realiza o acto solene da admissão de 50 catecúmenos em vista ao futuro baptismo. Para os doutrinar e preparar pôs nela dois religiosos da Companhia. Conta isto o próprio Nóbrega, transcrito quase à letra pelo P.e Polanco, secretário da Companhia (1).

(1) CN 163-170; MB I 489-504.

A aldeia de Piratininga, assim fundada, nunca mais deixou de existir até hoje — e é São Paulo. Um dos dois religiosos deixados aí por Nóbrega admite-se geralmente que fosse o P.e Manuel de Paiva, por ser parente de João Ramalho e por ser padre. A nova aldeia de índios, «com casa e igreja nossa para os doutrinar», como escrevia Nóbrega a D. João III em 1552, uma vez que era de residência não podia ficar sem missa. Aí a celebraram Nóbrega, Paiva, talvez mesmo Francisco Pires. Não é verosímil que, residindo na Capitania, Pires não fosse alguma vez serra acima ver o que os seus irmãos faziam; e, para se afirmar legìtimamente que um padre da Companhia de Jesus celebrava missa em qualquer aldeia sua, bastava ser tal, isto é, sacerdote e demorar na aldeia pelo menos um dia (2).

Durante a estada no Campo, Nóbrega ouviu João Ramalho e a sua gente. A carta que escreveu no fim de Agosto para Portugal é plena de compreensão e simpatia para com ele, e roga que em Vouzela, terra natal de João Ramalho, e também de mestre Simão Rodrigues, se investigue se ainda vive a mulher que ele, João Ramalho, lá deixou quando veio para o Brasil. Ao mesmo tempo, como bom jurista, Nóbrega pede dispensa dos impedimentos de consanguinidade, afinidade e honestidade pública, não só para o eventual casamento de Ramalho com a índia mãe dos seus filhos, mas também de outros cujas situações conjugais importava regularizar em boa consciência, segundo as leis civis e da Igreja (3).

Depois de fundar a aldeia de Piratininga, Nóbrega seguiu para o sertão. Mandara adiante o Irmão Pêro Correia e levou consigo um filho de João Ramalho, para autorizar os seus ministérios com os Índios; fez-se também acompanhar do Irmão António Rodrigues e de quatro meninos, todos bons línguas e cantores. Foi-se encontrar, a umas 50 ou 60 léguas de distância, com Pêro Correia, o qual descreve o modo de «peregrinação» ou «estilo» de Nóbrega nestas entradas e o que nesta sucedeu (4). A narrativa não fala de barco nem viagem fluvial, parecendo que a ida ao sertão se realizou por terra firme à esquerda do rio Tietê. Nesse vale ficaria também a aldeia de Maniçoba de curta duração (5). Ao voltar ao Campo

(1) CN 181-182; MB I 522-523; POLANCO, *Chronicon* III (Matriti 1895) 472. — (2) BN 98; CN 182. — (3) CN 183-186; MB I 521-527. — (4) CN 182-183; MB II 66-68. — (5) MB II 477.

de Piratininga, Nóbrega escreve a D. João III uma carta, que se conserva incompleta, sem indicação precisa de lugar nem data. Mas refere-se nela à Casa ou Colégio da «povoação» de S. Vicente, e à «formosa povoação» de Piratininga, a 2 léguas de Santo André. Quando escrevia a carta, os filhos dos índios de Piratininga estavam e se doutrinavam no Colégio de S. Vicente (1), donde se segue que por então em Piratininga havia apenas catequese, dado que a escola pròpriamente dita só se transferiu em Janeiro. No princípio de 1554, o geral transmitiu a Nóbrega todas as faculdades que tinha da Santa Sé, excepto duas (dar a indulgência plenária uma vez por ano e admitir à profissão). Também nesta concessão, a patente de Santo Inácio considera Nóbrega «prepósito na Índia do Brasil, sujeita ao Sereníssimo Rei de Portugal e *noutras regiões mais além*» (2).

Enfim, chegando à Capitania de S. Vicente os padres e irmãos que mandara buscar à Baía, já o superior podia mudar o Colégio da vila de S. Vicente para a aldeia de Piratininga. Como apóstolo que era da conversão do gentio, entre outros possíveis dias, Nóbrega escolheu o do «apóstolo das gentes», 25 de Janeiro, para a inauguração; e por esse motivo a Casa da Companhia em Piratininga se chamou *Casa de São Paulo*. Nela se celebrou neste dia a primeira missa, e não há nenhum documento coevo que diga fosse celebrada por outro padre diferente de Nóbrega. *Primeira* missa na casa *nova;* na *velha* residência da Companhia na aldeia de Piratininga já desde fins de Agosto de 1553 se tinham celebrado muitas missas. Esta Casa «de São Paulo», do tempo de Nóbrega, deixou mais tarde de ter por padroeiro o apóstolo, que o passou a ser da matriz; e a igreja do Colégio da Companhia começou a chamar-se «Igreja de S. Inácio» (3).

Ao tempo em que se fundou São Paulo, os padres de Portugal foram visitar o antigo governador do Brasil, então em Lisboa; e o secretário da Província, António Quadros, que iria ser na Índia Provincial de grande nome, informou o secretário-geral da Companhia em Roma do que Tomé de Sousa lhes disse sobre a Companhia de Jesus no Brasil governada por Nóbrega: «Disse-nos, e penso que o dissera a El-Rei, que o Brasil não era senão os nossos Padres, que se lá estivessem seria a melhor coisa que El-Rei tinha, e senão que não tinha nada no Brasil. Claramente nos disse que nós cá,

(1) CN 187-192; MB II 13-17. — (2) MB II 20-21. — (3) NP 67.

em comparação dos Irmãos do Brasil, éramos ruins e homens a respeito de anjos que eles eram. Sumamente vinha edificado do Padre Nóbrega, da maneira que tinha com os próximos» (1).

Um dos actos de humildade e edificação de Nóbrega, como superior, era lavar os pés aos irmãos pùblicamente na igreja, à Quinta-Feira Santa, que em 1554 caiu a 22 de Março. Este seria o primeiro lava-pés em São Paulo, cerimónia que recorda Cristo no Cenáculo a lavar os pés a seus discípulos; e entre os discípulos de Nóbrega nesse ano já estava o Irmão José de Anchieta, a quem se deve a notícia de que ele «nunca» deixava de fazer esta evocativa cerimónia de humildade (2). Anchieta, um dos padres e irmãos que o superior mandara vir da Baía para S. Vicente, foi excelente aquisição para a Missão do Brasil. Sabia português e espanhol e em breve se pôs a aprender tupi. Em lugar do «gramático de Coimbra», que «cá veio desterrado» e ensinava latim no Colégio de S. Vicente, Nóbrega nomeou mestre de latim em Piratininga estoutro «gramático de Coimbra», também desterrado para o Brasil, mas por motivos de saúde. Pelo conhecimento das línguas portuguesa, latina e castelhana, Nóbrega logo viu em Anchieta um bom secretário e encarregou-o de escrever as cartas de notícias e edificação ou outras por comissão sua. Na primeira, de Julho de 1554, trata Nóbrega de salvar, com a aprovação do geral e com o patrocínio do rei D. João III, a Confraria dos Meninos de Jesus, que fundara (3); mas já desde 1553 que a Companhia deixara de ter cuidado dos meninos órfãos de Lisboa; e esse ministério não se incluiu nas *Constituições* da Companhia de Jesus, que chegaram ao Brasil em 1556.

Em Setembro de 1554 residia Nóbrega em São Paulo de Piratininga. A sua qualidade de superior obrigava-o a ir de vez em quando a S. Vicente e outros lugares da Capitania, deixando então algum padre a tomar conta dos irmãos de Piratininga, e consta que alguma vez ficou o P.e Manuel de Paiva. A vida que levavam conta-a um morador da mesma Capitania a Ambrósio Pires, então em Porto Seguro, o qual por sua vez a comunica para Portugal: «Disse-me: oh! Padre, se vísseis os Padres que andam em S. Vicente por esses matos e campos! Se vísseis o Nóbrega, que é o seu Superior, veríeis um homem que o não parece, e um homem de engonços, e de pele e ossos. Um rosto de cera amarela, ainda que muito

(1) MB II 34. — (2) NB 225. — (3) MB II 76-79.

alegre sempre e cheio de riso, uns olhos sumidos, com um vestido que não sabeis se o foi alguma hora, os pés descalços, esfolados do sol»... (1).

8. — No dia de S. Bartolomeu (24 de Agosto) enviou Nóbrega três irmãos (um dos quais por doente ficou no caminho) para o sertão dos Carijós, ao sul de S. Vicente. Incumbiu-os desta tríplice finalidade: socorrer umas famílias castelhanas que da costa do mar iam para o Paraguai; fazer pazes entre Carijós e Tupis; e ver se podia fundar por ali uma grande aldeia de Índios Carijós. Tudo corria bem, quando os dois irmãos Pêro Correia e João de Sousa foram mortos. Feitas as devidas averiguações, Nóbrega, que em Fevereiro de 1555 estava na Casa de S. Vicente, encarregou o Irmão Anchieta de redigir a notícia do que se averiguou: mataram-nos os Índios Carijós instigados por um castelhano do Paraguai (2). Foi o primeiro sangue da Companhia de Jesus na América.

A ida de Nóbrega ao Paraguai era do agrado de Santo Inácio. Mostra-o nas patentes que lhe passou de provincial; e a 3 de Março de 1556 escreve de Roma ao P.e Pedro de Ribadeneira então em Bruxelas: «O P.e Nóbrega estava determinado a ir ele mesmo ao Paraguai e poderá ser que aceite aí um colégio ou casa, para poder enviar por todos os arredores gente que pregue e baptize e ajude aquela gentilidade a salvar-se; e também os cristãos da cidade, que creio é bem preciso» (3). Filipe II residia então em Bruxelas e com ele tratava Ribadeneira os assuntos da Companhia. A notícia de Santo Inácio a Ribadeneira levava uma intenção, a de tratar com Filipe II para se não opor à expansão da Companhia no Paraguai; e se ela então se tivesse realizado ter-se-iam ganho mais de trinta anos na evangelização dos Guaranis.

(1) BN 112-113; MB II 150. — (2) MB II 201. — (3) MB II 265.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DA PROVINCIA

1. — Criação da Província do Brasil com Nóbrega provincial nomeado por Santo Inácio; 2. — Fundação das aldeias da Baía, necessidade de colégios e robustecimento da autoridade pública; 3. — A lei civilizadora dos Índios, dada por Nóbrega, aprovada pelo governador Mem de Sá; 4. — Actividade apostólica; 5. — Nóbrega árbitro na guerra e na paz; 6. — Base económica dos futuros colégios; 7. — Jornada de Nóbrega aos índios contrários (Tamoios), levando consigo o Irmão Anchieta por intérprete; 8. — Fundação da cidade do Rio de Janeiro e colégio da mesma cidade; 9. — A Província do Brasil à morte de Nóbrega.

1. — Em Lisboa, quando se soube da atitude do bispo da Baía, D. Pedro Fernandes, logo se compreendeu que o superior da Missão do Brasil devia ser prelado *sui iuris*, com os poderes que conferem aos provinciais o direito canónico e as bulas pontifícias. Tornava-se urgente a elevação da Missão do Brasil a Província. O provincial de Portugal, que era já o P.e Miró, comunicou a Nóbrega todos os seus poderes, propondo o caso ao geral. Santo Inácio aprovou: «O que V.a R.a ordenou no Brasil dando os seus poderes todos ao P.e Nóbrega, isentando-o da obediência do Bispo, tudo está bem» (1). A patente enviaria-a ele depois, a 9 de Julho de 1553, e nela Santo Inácio já tinha em vista a ida de Nóbrega aos Carijós do Paraguai, porque o nomeia provincial da Companhia de Jesus não só «na Índia do Brasil, sujeita ao Sereníssimo Rei de Portugal», mas também «noutras regiões mais além» (2). A «Índia do Brasil» era a América Portuguesa; as outras regiões «mais além», a América Espanhola. A patente de Santo Inácio constituía Nóbrega, pràticamente, primeiro provincial da Companhia de Jesus não só no Brasil, mas na América. Santo Inácio, por si ou por seu secretário Polanco, mandou-lhe as instruções do que se costuma praticar noutras pro-

(1) BN 102. — (2) MB I 508.

víncias sobre padres colaterais, consultores, e maneira de escrever para Roma, em que não se deviam misturar assuntos internos da Companhia com notícias de edificação, pois estas seriam mostráveis a pessoas de fora (1).

Escrevendo a Santo Inácio, Nóbrega agradece a profissão solene (requeria-se para ser provincial), que ainda não fizera por não haver no Brasil nenhum professo, nem na Capitania de S. Vicente nenhum prelado; e diz que o Brasil é acomodado para colégios, terra sã, que poderiam ser enfermarias de toda a Companhia. Ele não sai da Capitania de S. Vicente, em que se encontra agora, porque não tem padre capaz a quem encomende os irmãos que nela residem. Em Assunção do Paraguai devia haver casa da Companhia em união com as do Brasil. Espera o P.e Luís da Grã para decidir. Importa alcançar-se dispensa de todo o direito positivo para o casamento cristão de índios e mestiços. Quanto a si mesmo, já tinha mandado pedir ao provincial de Portugal que o dispensasse do ofício de superior; o padre-geral, se conhecesse «as muitas minhas faltas e erros, que faço cada dia no que me está encomendado», não me daria o cargo — diz ele; e pede pelas entranhas de Cristo que nomeie outro (2).

Quanto ao Paraguai, Luís da Grã, ao chegar a S. Vicente, manifestou-se contrário tanto à ida de Nóbrega como à sua própria (3); e de Lisboa deram instruções a Nóbrega que como provincial devia residir na Baía, capital do Estado do Brasil, para «dar princípio a um Colégio»; e para esse fim, nessa cidade, já a 6 de Junho de 1555 se esperava «cada dia» a volta de Nóbrega (4).

Faltava a profissão solene. Ao concedê-la a Nóbrega, dizia Santo Inácio que, não existindo nenhum religioso professo no Brasil, ele a poderia fazer diante de algum prelado como outros muitos a fizeram na Europa (5). Não havendo esperanças da ida do bispo D. Pedro Fernandes a S. Vicente e tendo Nóbrega de se separar de Luís da Grã, que também devia fazer a profissão, Nóbrega como bom jurista aplicou o caso: ele, como prelado que era da Companhia, recebeu a de Grã no dia 26 de Abril de 1556; e Grã logo a seguir, já como professo, a de Nóbrega (6).

O provincial torna a escrever a Santo Inácio e insiste pela vinda de Roma de dispensas pontifícias matrimoniais, de consan-

(1) MB I 509-513 519-520. — (2) CN 192-201; MB II 164-172. — (3) BN 116; CN 258; MB II 362-403.—(4) MB II 230.—(5) MB I 511.—(6) CN 204; MB II 276.

guinidade, afinidade e honestidade pública, e sobre a dificuldade de aplicar o direito canónico aos gentios já casados, que se convertem, por não se terem casado antes com a intenção de viverem juntos para sempre. A resposta de Roma ao insistente pedido de dispensas matrimoniais demorou, mas veio cabal, ainda em tempo de Nóbrega, e se verá adiante no seu lugar próprio. Por agora, Nóbrega vai para a Baía muito doente. Espera achar já aí novo provincial, para poder descansar um pouco e porque se lhe vai acabando o triénio de governo (1). Escreve também ao P.e Miguel de Torres outra carta, quase toda sobre a educação de meninos e órfãos e como desejaria que o Colégio de São Paulo de Piratininga fosse colégio fixo, sugerindo como se poderia manter; e o Colégio da Baía, se el-rei o fizer, deve ter renda certa, e «para sempre», dos «dízimos» do Brasil ou do «tesouro» real (2).

2. — Nóbrega saiu de S. Vicente para a Baía a 23 de Maio de 1556. Acompanharam-no o P.e Francisco Pires, o Irmão António Rodrigues e mais dois irmãos. Levava as Constituições da Companhia, recém-chegadas ao Brasil, que ele declarou nas casas das Capitanias. Na do Espírito Santo demorou-se quinze dias, mandou o Irmão António Rodrigues que chamasse os índios da vila com uma campainha e lhes fizesse a doutrina primeiro em português e depois em tupi. Segundo as Constituições, os meninos (mestiços e índios) não podiam viver em casa com religiosos da Companhia. Ordenou que se colocassem noutra separada, junto à nossa, com um curador leigo (Francisco Vaz). Saindo do Espírito Santo, o mau tempo obrigou-o a arribar a 10 léguas da vila. Seguiu viagem e na Capitania de Porto Seguro continuou o mesmo exercício, mandando os irmãos pelas povoações, incluindo Santo Amaro e Ajuda; e, tanto no Espírito Santo como em Porto Seguro, com grande fervor dos moradores, sobretudo índios e índias (3).

Chegando à Baía a 30 de Julho, disse a uma família da cidade que se ia organizar agora um colégio onde se poderia estudar tão bem como em Portugal e com menos trabalho e menos custo do que indo ao Reino (4). Nóbrega achou novo governador, D. Duarte da

(1) CN 205-206; MB II 275-278. — (2) CN 207-215; MB II 278-285. — (3) MB II 298-301. — (4) MB II 311.

Costa, ao qual pediu duas coisas conducentes à conversão do gentio: aldeamentos (reunião de aldeias pequenas em aldeias grandes de catequese) e proibição de comer carne humana (1).

Pela festa de Nossa Senhora da Assunção (15 de Agosto), ordena o provincial que aos meninos índios catecúmenos os baptize o P.e João Gonçalves, que nesse dia celebrava a primeira missa; e no fim da festa os padres abraçaram os meninos baptizados «não como a servos e estranhos, mas como a filhos de Deus», com inexprimível regozijo de toda a terra (2).

Começa a fundação das aldeias. Primeiro, a do Rio Vermelho (arredores da Baía), tarefa que Nóbrega incumbe ao Irmão António Rodrigues, homem que já tinha dado as suas provas em Piratininga e com o dom de atrair os Índios, que o seguiam de bom grado dizendo que ele lhes «lançava o coração pela boca». O provincial diz a primeira missa na aldeia. Festa com cantos e flautas (3).

Funda-se a Igreja de S. Sebastião (aldeia do Principal Tubarão); nela também Nóbrega celebra a primeira missa com idêntica solenidade à do Rio Vermelho (4), à qual se liga a primeira noção das casas de campo colegiais no Brasil. Nóbrega manda os meninos do Colégio da Baía passar as férias grandes na aldeia do Rio Vermelho, praia do mar, onde se demoram os meses de Novembro e Dezembro, entremeando o descanso com o ensino dos filhos dos Índios (5).

Foi talvez neste remanso do Rio Vermelho, em todo o caso depois da sua volta de S. Vicente e antes da chegada do governador Mem de Sá, que Nóbrega escreveu o *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, primeira obra pròpriamente literária do Brasil. Pensamento fundamental: os gentios são capazes de se converter *em direito* porque são homens, e *de facto* porque muitos já se converteram. Questão de educação e cultura. E também de graça de Deus em chegando a hora de se converterem. O que urgia era criar circunstâncias externas que facilitassem a obra da graça, num regime de autoridade paterna, sobretudo com a educação dos meninos (6).

Se a conversão do gentio ocupava o pensamento de Nóbrega, os moradores não o preocupavam menos. Fechou as portas da con-

(1) CN 332; MB III 84. — (2) MB II 349-350. — (3) MB II 350-351. — (4) MB II 353-355. — (5) MB II 353. — (6) CN 215-250; MB II 317-345.

fissão aos que, ou por viverem em concubinato público ou por possuírem escravos injustamente comprados, não podiam ser absolvidos. Se outros de fora da Companhia os absolviam, era com descrédito da religião e dos sacramentos (1). Também alguns moradores começaram a meter-se nas terras dos Índios com grave inconveniente para a justiça e a conversão do gentio, que se retirava para mais longe, onde não poderia ser catequizado. Na Baía, já se aguardava novo governador (Mem de Sá), e Nóbrega também espera novo provincial (2). Noutra carta de 1557 trata Nóbrega da situação da Companhia de Jesus no Brasil, educação e conversão; e insiste na necessidade de se fortalecer e segurar a Capitania de S. Vicente, propondo que os homens do Campo se ajuntem todos em Piratininga (3). De maneira que o P.e Luís Gonçalves da Câmara, escrevendo ao geral Diogo Laines, concretiza em dois os pontos essenciais do Brasil, segundo a mente do P.e Nóbrega: que vão para o Brasil tantos portugueses que façam guardar ao gentio a lei da natureza; basta que os gentios sintam que os Portugueses têm força, para os seguirem. O outro ponto é que se façam muitos colégios para a educação dos meninos (4).

3. — Assim estava o Brasil, quando a 28 de Dezembro de 1557 chegou à Baía Mem de Sá, terceiro governador, com um regimento régio «que o mandava mui de propósito ajudar a conversão por paz ou por guerra ou como mais conveniente fosse»; o qual começou logo a pôr tudo em ordem de recta justiça com o aplauso de Nóbrega (5).

Pessoa de grande influência na corte de Lisboa era então o Doutor António Pinheiro. Nóbrega enviou-lhe uma «Informação das coisas da terra e necessidade que há para bem proceder nela». Remeteu-a aberta para a cúria provincial e o secretário da Companhia em Lisboa, antes de a entregar, tirou uma cópia que a rainha D. Catarina leu e também o cardeal-infante. Ambos mostraram gosto em a conhecer e desejavam dar a tudo o devido remédio (6). Não se conservou esta informação de Nóbrega. O conteúdo deve-o ele ter retomado ao menos em parte no «Apontamento das coisas do Brasil», de 8 de Maio de 1558, enviado ao provincial de Portugal,

(1) MB II 433-434. — (2) CN 250-259; MB II 396-404. — (3) CN 260-279; MB II 404-419. — (4) MB II 420-421. — (5) CN 333-334; MB III 85-86. — (6) MB II 424.

Miguel de Torres, que era também confessor da rainha. Entre outros assuntos, trata da oposição dos clérigos da Sé. O vigário-geral tirou à Companhia a doutrina dos Índios e promoveu um abaixo assinado contra ela, ressentido por Diogo Álvares «Caramuru», ao falecer, deixar um legado ao Colégio; e, enquanto assim se mostrava desafecto à Companhia, não emendava os escândalos dos seus clérigos, de que era avisado; mas o documento de Nóbrega possui valor mais alto, na luta pela justiça e pela moral no Brasil, porque propõe em Lisboa a «Lei, que se deve dar aos Índios», reduzida a estes seis concisos pontos:

«A lei que lhes hão-de dar é:

[1] defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador;

[2] fazer-lhes ter uma só mulher;

[3] vestirem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos;

[4] tirar-lhes os feiticeiros;

[5] mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos;

[6] fazê-los viver quietos, sem se mudarem para outra parte senão for para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem, e com estes Padres da Companhia para os doutrinarem» (1).

Plano civilizador admirável, a cuja execução iria dar o governador Mem de Sá a força do braço civil.

4. — Nóbrega tratou de fundar uma grande aldeia, segundo o seu velho método de 1552, juntando numa grande os índios de quatro pequenas, uma das quais a do Rio Vermelho. A igreja e casas levaram quatro meses a construir. O provincial inaugurou-a no dia de S. Pedro e S. Paulo (29 de Junho), com a bênção da igreja, baptismo de 84 meninos e missa. Do baptismo foram padrinhos o governador Mem de Sá e António Rodrigues, «seu mestre e língua». Logo no dia 2 de Julho (festa da Visitação de Nossa Senhora) baptizou mais «30 e tantos» e ainda no dia seguinte, domingo, mais «20 e tantos». Em conjunto, nos três baptismos sucessivos, 144. Todos eram «meninos de escola já bem doutrinados». O baptismo de índios adultos, esse, iria mais devagar. Mem de Sá aproveitou a oportunidade para nomear um índio (Garcia de Sá) meirinho da nova

(1) BN 129-130; CN 277-292; MB II 445-459.

aldeia, a que chamou *vila,* metendo-lhe a vara na mão, insígnia do cargo. Facto sugestivo que deu o desejado efeito na obra da conversão. Os gentios de 10 léguas em redor já queriam «as mesmas leis» e «vão-se afeiçoando ao modo de viver dos cristãos» (1).

Nesta aldeia de São Paulo, que ficava a 1 légua do Colégio, estabeleceu Nóbrega por então a cúria provincial do Brasil; fundou novas aldeias e pensava já noutras mais remotas quando de Portugal chegassem padres: Nóbrega espera «socorro» (2).

Neste ano, e sem dúvida nesta sua vila de São Paulo, escreveu Nóbrega o *Tratado contra a antropofagia e contra os cristãos, seculares e eclesiásticos, que a fomentam ou consentem.* A notícia dá-a ele próprio em 5 de Julho de 1559: «Alembra-me que o *ano passado* disputei em Direito esta opinião e amostrei a sua falsidade por todas as razões que soube, e o mandei a meus Irmãos para se ver por letrados» (3). Infelizmente, não se conhece hoje este *Tratado* para se colocar numa bela trilogia nobreguense, ao pé do *Diálogo* sobre a conversão do gentio, e do *Caso de Consciência* sobre a liberdade dos Índios. Os que «fomentavam» ou «consentiam» a antropofagia não tinham entrada com o governador Mem de Sá. O argumento deles — que enquanto os Índios se comiam uns aos outros deixariam os Portugueses em paz — não era aceitável nem por Nóbrega, nem pelo governador, nem pela moral. Parece em todo o caso que Miguel de Torres não fechou de todo os ouvidos a um frade exclaustrado que foi a Lisboa queixar-se de Nóbrega (4). Mas a corte de Lisboa estava atenta ao que se passava no Brasil e duas cartas régias, uma ao governador Mem de Sá mostra o seu contentamento pelo favor que dava aos padres da Companhia de Jesus, e outra à Câmara da Baía para que também os favoreça (5).

Nóbrega pregava com frequência e no dia da Imaculada Conceição (8 de Dezembro de 1558) o assunto foram as grandezas de Nossa Senhora, pondo em relevo a sua «mediação» diante de Nosso Senhor (6). Pregou-o a pedido do P.e João Gonçalves, que pouco depois faleceu no Colégio da Baía, e ao qual Nóbrega dedicou belas, sentidas e humildes palavras (7). O provincial fez com devoção e luzimento as cerimónias da Semana Santa de 1559 na sua aldeia de São Paulo, onde encerrou o Senhor. Procurou opor-se o cabido

(1) MB II 463-467. — (2) MB II 417 468. — (3) CN 324; MB III 77. — (4) BN 131-132. — (5) MB III 11-16. — (6) CN 305; MB III 60. — (7) CN 306-307; MB III 61-62.

da Sé, mas Nóbrega era provincial e estava numa aldeia fora da cidade, na obra da evangelização dos Índios confiada à Companhia. Não deixou de encerrar o Santíssimo, declinando o foro, isto é, o direito que tinha a Companhia de Jesus nas suas igrejas (1); e no sábado de Aleluia realizou um baptismo solene de Índios, e no domingo de Páscoa o casamento dos neobaptizados. Tudo com grande festa. Os meninos cantavam «na língua e em português cantigas a seu modo, dando glória a Deus». E vieram os portugueses da cidade com a sua «folia» (2).

Na mesma aldeia, Nóbrega celebra, com procissão solene, o Corpo de Deus, e já tinha realizado outras procissões, incluindo uma *ad petendam pluviam* (3), e ainda outra em acção de graças na aldeia de S. João da Baía, onde se encontrava quando soube da vitória de Mem de Sá em Ilhéus (4).

Em Julho, escrevendo ao provincial e padres e irmãos de Portugal, entre outras notícias de edificação, de aldeamentos e de catequese, diz que se vai acabando o costume de comer carne humana e castiga-se a quem a come. Nóbrega fecha as portas da absolvição sacramental aos que «resgatam mal» (cativeiros injustos) e aos que «vivem mal» (concubinato público), mas eles acham «outros Padres, liberais da absolvição, e que vivem da mesma maneira» (5).

Ao antigo governador do Brasil, Tomé de Sousa, com quem chegara em 1549, residente agora em Lisboa, Nóbrega recorda os dois princípios que regeram a Companhia de Jesus no Brasil: reformar os cristãos em bons costumes; converter os gentios. Com essa intenção a mandou D. João III. Infelizmente, o bispo D. Pedro Fernandes considerava os Índios incapazes de doutrina e por isso não se tinha por bispo deles, nem também se entendeu com o governador D. Duarte da Costa, nem com parte do seu próprio clero. Entretanto, a antropofagia não se jugulava e ensinava-se o gentio «a furtar-se a si mesmo e a venderem-se por escravos», situação grave que mudou com a chegada de Mem de Sá (6).

Escreve ainda uma terceira carta, esta ao novo geral Diogo Laines. Congratula-se com a sua eleição. Laines confirmara o P.e Nóbrega no cargo de provincial: fazia-o decerto — diz Nóbrega — por não conhecer as suas enfermidades corporais e espi-

(1) CN 299; MB III 54-56. — (2) CN 300-301; MB III 56. — (3) CN 301; MB III 56. — (4) CN 304; MB III 59. — (5) CN 293-313; MB III 49-67. — (6) CN 313-354; MB III 67-105.

rituais. Mas o P.e Miguel de Torres, que as conhece bem, relevou-o do cargo, mandando que vá para S. Vicente e que venha para a Baía o novo provincial, Luís da Grã. Ele, Nóbrega, antes queria ficar na Baía para ajudar na conversão do gentio, de que está aberta a porta, e por ser residência do governador, que em S. Vicente não há. Mas partirá «quando tiver embarcação». Entretanto, dá notícia resumida do estado da Província do Brasil, sobretudo no que toca à educação dos meninos, com a preocupação de se formar na terra quem depois possa servir a Deus no sacerdócio, tão necessário no Brasil (1).

Para se ordenarem sacerdotes, Nóbrega mandara chamar do Sul alguns irmãos (entre os quais Anchieta), mas até Setembro não tinham chegado à Baía; e António Blázquez escreve para Roma que desde a sua vinda, em 1553, os provinciais (Diogo Miró e Miguel de Torres) não tinham mandado ninguém para o Brasil (2). Quer dizer, desde que Nóbrega foi nomeado provincial não recebeu nenhuma ajuda europeia, o que mais o confirmou na necessidade de cultivar as vocações no Brasil (3).

Por fins de Agosto, Nóbrega realizou um baptismo solene e quinze casamentos na lei da graça. Missa cantada, oficiada pelos meninos índios. Grande festa, concluída com um banquete em que confraternizaram índios e portugueses (4).

Visitando Nóbrega a aldeia do Espírito Santo (Abrantes), os meninos, com cruzes na cabeça e nas mãos, vieram-no receber e o acompanharam até casa entre cantos a Nosso Senhor, que pareciam anjos rezando matinas. Todos procuraram beijar-lhe a mão, dizendo: «Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo» (5). Deixou-se ficar aí, algum tempo, em lugar de António Rodrigues, que concedeu ao governador Mem de Sá durante a guerra do Paraguaçu para assistir aos Índios guerreiros e amigos, que todos lhe tinham grande crédito, e também «para se ordenarem as coisas que pertencem ao serviço de Nosso Senhor» (6).

5. — A 16 de Janeiro de 1560, Nóbrega embarca na Baía para S. Vicente na armada de Mem de Sá. O que fez e promoveu nos três anos e meio desta sua última estadia na Baía compendia-o o mesmo governador em carta a el-rei: «Os padres da Companhia escreverão

(1) CN 354-360; MB III 115-118; cf. BN 142-145. — (2) MB III 146. — (3) MB III 61*. — (4) MB III 134-136. — (5) MB III 142-144. — (6) MB III 157.

a Vossa Alteza quanto a fé de Nosso Senhor se estende pelo gentio da Baía. Parece que é chegado o tempo em que há por seu serviço que este gentio participe de tamanha mercê»; «há escolas de trezentos e sessenta moços que já sabem ler e escrever» (1).

A armada de Mem de Sá ia tocando nos portos da costa e entrou na baía de Guanabara a 18 de Fevereiro para tomar a fortaleza dos Franceses (Forte Coligny), aí estabelecidos desde 1555. Os capitães da armada andavam desunidos com Mem de Sá por em Lisboa terem dado capítulos contra ele, «parece com pouca razão» — diz Nóbrega — «porque as mais das cousas me passavam pela mão, como terceiro que era nelas para as remediar». Enfim, Mem de Sá venceu as contradições e atacou a fortaleza a 16 de Março. Ao segundo dia de combate, o inimigo fugiu, deixando a artilharia e o mais que não pôde levar da ilha de Villegaignon para terra. A fortaleza destruiu-se e a armada seguiu para S. Vicente (2).

Em S. Vicente, Nóbrega passou o cargo de provincial ao P.e Luís da Grã nos primeiros dias de Abril (3), ficando superior das Capitanias do Sul. A presença de Nóbrega na de S. Vicente, agora junto com Mem de Sá, veio realizar a sua velha aspiração de consolidar São Paulo, reunindo os homens do Campo em Piratininga, aspiração que exprimira já a 2 de Setembro de 1557 e se tornara geral, operando-se a mudança da vila de Santo André da Borda do Campo para São Paulo de Piratininga (4). A fim de os novos moradores de São Paulo terem chãos onde edificar as suas casas, cedeu a Companhia as próprias terras, obtendo em troca a sesmaria de Gerebatiba, requerida a 26 de Maio por Luís da Grã, como provincial que já era (5).

Por ocasião de se elevar a aldeia de Piratininga a vila, abriu Mem de Sá o caminho novo do mar, desde Piratininga à vila de S. Vicente. No ano anterior, já ele «num dia e noite», por «brenhas e montes asperíssimos», tinha aberto outro caminho de 3 léguas para homens e cavalos, na guerra do Paraguaçu, com a ajuda dos índios aldeados pelos Jesuítas (6). A experiência do Paraguaçu e a presença da armada e da sua gente com a ajuda dos índios aldeados é explicação bastante para o caminho se abrir agora em Maio como parte dos ajustes entre Nóbrega e Mem de Sá na criação da vila

(1) MB III 170. — (2) BN 159-162; CN 366-368; MB III 242-245. — (3) MB III 269. — (4) NP 95-104. — (5) MB III 197-201. — (6) MB III 158.

nova. O texto da sesmaria de 26 desse mês de Maio de 1560 alude já ao «caminho *novo* do mar que *ora* se abriu» (1).

Antes de subir, em Junho, para Piratininga, Nóbrega escreve ao cardeal-infante D. Henrique a defender o governador Mem de Sá e a contar como se tomou a fortaleza dos Franceses, mas que o inimigo podia refazer; convinha edificar uma cidade no Rio de Janeiro como a Baía para ficar tudo seguro (2); e ainda no mesmo ano de 1560, a 12 de Agosto, o Irmão Gregório Serrão, ministro do Colégio de São Paulo, toma posse da sesmaria de Gerebatiba, por mandado do «Padre Nóbrega, Prepósito nesta Capitania» (3).

Concentrados os homens do Campo em São Paulo de Piratininga, já se podia iniciar o movimento para a submissão do gentio, visando a almejada fundação da cidade no Rio de Janeiro; e assim, contra os Tamoios de Iperoig (índios feitos com os franceses da Guanabara), que infestavam a Capitania de S. Vicente, ordenaram os capitães em 1561 uma guerra na qual participaram portugueses, mestiços e índios cristãos. Jornada pelo sertão (terrestre e fluvial). Nóbrega mandou da Companhia o P.e Manuel de Paiva, como confessor dos expedicionários, e o Irmão Gregório Serrão, como língua dos índios cristãos. O combate deu-se, com vitória dos Vicentinos, no tempo da Paixão do Senhor, isto é, na semana que precede a Páscoa, que em 1561 caiu a 6 de Abril (4). Veio então a Nóbrega a ideia de ir em pessoa fazer as pazes com os Tamoios de Iperoig, porque, quando realmente foi em Abril de 1563, já pensava nisso «há dois anos e mais» (5).

O prestígio e autoridade do superior dos Jesuítas avalia-se pelo que sucedeu quando o capitão-mor de S. Vicente acabou o seu mandato sem sucessor designado. Ia-se proceder à eleição de outro novo e temiam-se parcialidades e desordens. Os moradores recorreram a Nóbrega que presidisse à eleição e tudo correu em boa paz, sendo eleito capitão-mor Pedro Colaço Vieira (6).

6. — Depois de voltar da Baía, uma tarefa particular se apresentava a Nóbrega: a de reorganizar os estudos, decaídos na sua ausência. Anuncia primeiro ao provincial de Portugal, que recebeu em casa dois mestiços, que a seu tempo poderiam ir estudar em

(1) MB III 198. — (2) CN 360-370; MB III 237-246. — (3) MB III 271. — (4) MB III 345 378-379. — (5) MB III 564. — (6) MB III 375.

Évora (1); e a 12 de Junho de 1561 escreve directamente ao geral Diogo Laines sobre a educação de meninos e rapazes, os melhores dos quais também poderiam ir formar-se na Europa; e em vez deles viriam da Europa outros para aprender a língua dos Índios enquanto novos. Mas tudo isto requer bens avultados, sem os quais não há casas de educação nem colégios. Luís da Grã tem outras ideias. As dele, Nóbrega, são estas; e sempre muita pobreza pessoal ficará aos que trabalham no Brasil para conservar as forças. Também seriam úteis Casas de Meninas para se educarem cristãmente e se casarem depois com os moços doutrinados (2), — propostas todas estas, de Nóbrega, que vieram aprovadas pelo geral, como se verá.

As bases económicas dos colégios expõe-nas ele, com precisão e previsão, em três breves cartas ao Procurador da Companhia em Lisboa:

a) A melhor renda dos colégios do Brasil é a criação de gado (carne, couros, leite e queijos); a dotação régia podia fundar-se também nos dízimos do gado. Em S. Vicente seria fácil, na Baía mais difícil (3).

b) Envia conservas de ananases e marmeladas de ibás, camucis e araçases; e também abóbora; e é ainda de parecer que se mande açúcar, que no Brasil é moeda corrente (4).

c) Sobre a situação das terras de um português abastado, Adão Gonçalves, morador do Brasil, que entrou na Companhia; e podia-se pedir ao donatário Martim Afonso de Sousa terras no Rio de Iguape, boas para a criação de gado (5). Além disto, requer no ano seguinte, para o Colégio de São Paulo, as terras dos Pinheiros, em permuta de outras cedidas pela Companhia. O documento existente, posterior à data da doação (27 de Agosto de 1562), tem por título: «Pacaembu. Carta das terras dos Pinheiros, que deu Pedro Colaço à Companhia, por virtude de um alvará do Senhor Martim Afonso de Sousa» (6).

Neste meio tempo, Nóbrega que melhorara muito das suas enfermidades, acudia a sermões e confissões como outro qualquer e andava os caminhos para as visitas de ofício. Em Piratininga fez uma pequena Casa de Retiros para facilitar aos irmãos os exercícios espirituais; e, manifestando-se carestia de mantimentos no

(1) CN 373; MB III 338-339. — (2) CN 381-394; MB III 354-366. — (3) CN 374-376; MB III 348-349. — (4) CN 377-378; MB III 350-352. — (5) CN 379-381; MB III 352-354. — (6) MB IV 41-45.

litoral, antes do fim de 1561, tornou a transferir para São Paulo o Colégio de S. Vicente (1).

Entrou o ano de 1562 com Nóbrega em plena actividade nas vilas das Capitanias. Em Santos, durante a Quaresma, pregava três vezes por semana e confessava os escravos por intérprete. «Perseverou neste ministério até não poder mais, pondo sua alma por seus irmãos» — refere Anchieta. Adoeceu tão gravemente que foi necessário levá-lo em rede para S. Vicente em perigo de vida (2).

Entretanto, chegara a Roma a sua carta de 12 de Junho de 1561. A 16 de Dezembro de 1562, o geral Diogo Laines aprova tudo quanto Nóbrega propusera; e, não tendo nenhuma carta do provincial Luís da Grã, diz o geral a Nóbrega que basta comunicar-lhe esta sua para Grã ficar ciente (3). Na estimativa de Roma, quem de facto continuava a governar a Província do Brasil era Nóbrega; e uma carta de Polanco, por comissão do mesmo geral ao provincial português Gonçalo Vaz de Melo, versa ùnicamente sobre assuntos propostos por Nóbrega (4). A actividade verdadeiramente organizadora e construtiva no Brasil do tempo de Nóbrega seguia os seus passos e revelava-se esclarecida e pujante, onde quer que ele residisse.

7. — O ano de 1563 achou Nóbrega com boas forças. Pregou aos portugueses de Piratininga e mais vilas do litoral e organizou com atenção e prudência a expedição de Iperoig em que ele iria pessoalmente fazer as pazes com os Tamoios, para anular ou pelo menos neutralizar, a meio caminho do Rio de Janeiro, essa posição contrária, aliada dos Franceses. Interessou na perigosa empresa os capitães das vilas de toda a Capitania de S. Vicente. Ia com dois navios bem armados; e da Companhia levou por intérprete o Irmão José de Anchieta (5).

Domingo de Pascoela (18 de Abril), depois de renovarem os votos, Nóbrega, acompanhado pelo dito irmão, põe-se a caminho numa canoa até Bertioga, onde esperaria os dois navios. Resolveu ir adiante para ter a oportunidade de administrar nessa fortaleza os sacramentos da confissão e comunhão. Já com os dois navios, Nóbrega sai da Bertioga a 23 de Abril, celebra missa na ilha de S. Sebastião, despovoada e infestada de onças, e no dia 5 de Maio chega a Iperoig, terra dos Tamoios contrários, vindo logo a bordo

(1) MB III 382 453. — (2) MB III 453. — (3) BN 175; MB III 512-516. — (4) CN 519-523; MB III 541-546. — (5) MB III 557; IV 123.

alguns. Ao outro dia, muitos sobem a bordo e, temendo ser salteados, pedem que desçam a terra dois portugueses, um para cada aldeia, porque as aldeias dos Tamoios em Iperoig eram duas. No dia seguinte (7 de Maio), voltam mais tamoios a bordo. Trazem uma índia, que já tinha estado em S. Vicente; e ela, reconhecendo em Nóbrega o superior dos padres da Companhia, persuade os seus de que podem ficar seguros. Nóbrega e Anchieta saem a terra com oito ou nove portugueses. No navio ficaram muitos contrários, não já como reféns senão como em casa amiga. Ao pisar terra, Nóbrega e Anchieta ajoelham-se e beijam-na. A seguir, Nóbrega visita as casas e o seu intérprete fala alto à moda dos gentios e explica o fim para que vieram: para os Tamoios fazerem as pazes com os Portugueses e os seus amigos Tupis. Descarregam as coisas que trazem; e no navio, que havia de voltar a S. Vicente, se metem logo doze tamoios, não se esperando que fossem tantos; e mais cinco se meteram no outro navio que iria ao Rio de Janeiro. Feito isto, o navio com os doze reféns tamoios parte para S. Vicente; e o outro segue para o Rio de Janeiro. Da parte dos Portugueses ficou em Iperoig o padre Nóbrega com o irmão intérprete; aposentaram-se em casa de um tamoio, que tinha consigo uma índia, antiga escrava dos Vicentinos. Esta mulher tornou-se solícita defensora de Nóbrega e de Anchieta, o qual iniciou logo a catequese dos meninos e meninas. No dia seguinte, domingo, Nóbrega celebra a primeira missa em Iperoig, armando o altar portátil no mato; mas ainda nessa semana passaram ambos a viver em casa própria dentro da aldeia, na qual começa a haver missa diária. Os índios chegam-se a observar, e o que mais olham e remiram no altar é o Crucifixo. Depois Nóbrega com o seu intérprete visitam as casas, falam com os Índios, e estes contam-lhes, por exemplo, que os Tamoios do Rio de Janeiro possuem 200 canoas para dar guerra aos cristãos.

Entretanto, chegam duas canoas de tamoios, um dos quais, por nome Pindobuçu, se declara amigo e partidário das pazes; o da outra canoa, mal-humorado, toma Anchieta por português, que o não desmente.

Dos Tamoios, que tinham a guerra junta no Rio, aporta a Iperoig um principal com dez canoas. Vinha determinado a matar os padres. Era sogro, isto é, tinha dado uma filha a um francês, que no caminho se encontrou com o navio de José Adorno, genovês educado em França, comandante de um dos dois navios que acompanharam Nóbrega. O francês achou bem as pazes, mas aconselhou Adorno a

voltar a Iperoig sem ir ao Rio, por não haver aí ambiente propício. O navio voltou, com a vantagem de servir Adorno de intérprete a outro francês que acompanhara o principal das dez canoas. O anotador destes sucessos, que estava presente (Anchieta), não dá o nome deste principal façanhudo, que se costuma identificar com Ambiré, cuja chegada a Iperoig quase coincidiu com a do navio de Adorno.

A 28 de Maio celebrou-se em Iperoig, na casa em que pousava o P.e Nóbrega, a reunião para as pazes. Personalidades: da parte dos Tamoios, Pindobuçu, partidário das pazes, e Ambiré, adversário delas, o qual tinha consigo o francês que o acompanhara (diferente do outro que a meio caminho voltara ao Rio). Da parte dos Portugueses: Nóbrega com dois intérpretes, um para a língua tupi (Anchieta), outro para a língua francesa (Adorno), ambos bons conhecedores do pensamento de Nóbrega, que concebeu e organizou a jornada. Concluíram-se as pazes, propondo os Tamoios que os tupis contrários dos Portugueses se entregassem aos Tamoios para estes os matarem e comerem. Saiu-se Adorno com uma evasiva: que isso se proporia aos capitães das vilas, a quem tocava decidir. Mas quando Adorno voltou a S. Vicente levava cartas de Nóbrega para os capitães não entregarem aos Tamoios nenhum índio tupi, inocente ou cativo, ainda que a recusa viesse a custar a vida a ele e ao seu companheiro, que ficavam reféns em Iperoig.

Aos dois reféns não faltaram perigos. Achavam-se um dia no cabo da praia de Iperoig quando avistaram ao longe, na dobra da costa, uma canoa de tamoios contrários que vinham do Rio de Janeiro. Ambos seriam cativos se não conseguissem acolher-se a tempo, entre angústias e trabalhos, à casa de Pindobuçu, que aliás estava ausente nessa ocasião. Quando os contrários chegaram a essa casa, viram Nóbrega e Anchieta a rezar tranquilamente o breviário (era véspera do Corpo de Deus). Já de noite, sabendo do perigo, veio ter com eles o principal Cunhambeba. Nóbrega e Anchieta passam de manhãzinha da aldeia de Pindobuçu para a de Cunhambeba, onde Nóbrega celebra a missa festiva e cristã do Corpo de Deus (10 de Junho), enquanto Cunhambeba na mesma aldeia fazia vinhos e convidava os da outra aldeia a participar da sua festa gentia, «roendo como cães», diz Anchieta, a canela de um escravo dos Portugueses, que o mesmo Cunhambeba tinha matado algum tempo antes.

Com o pacto de 28 de Maio, julgaram os capitães de S. Vicente que estavam feitas as pazes e enviaram a Iperoig um bergantim

para levar os dois reféns. Infelizmente, alguns tamoios ficavam ainda nas vilas dos Portugueses; e os de Iperoig não consentiram que partisse senão um dos dois. Não havia lugar para alternativas. Tinha de ficar o intérprete para se entender com os índios. Nóbrega recomendou a Anchieta que na primeira oportunidade voltasse a S. Vicente, onde ele, por sua vez, faria o possível para lhe facilitar e apressar o regresso. A 21 de Junho embarcou Nóbrega no bergantim; e, depois de grande tempestade, chegou a S. Vicente, recebido por todo o povo com a mais viva alegria, e ordenando Nóbrega o que mais importava para salvar a paz e recuperar Anchieta.

Tinham ido a S. Vicente 21 canoas de tamoios, entre os quais Pindobuçu e Cunhambeba; por intrigas de um do Rio, os tamoios dessas canoas começaram a temer que aí os matassem. Fugiram. A meio caminho, descoberta a fraude, Pindobuçu seguiu para Iperoig a defender Anchieta, e Cunhambeba voltou a S. Vicente a encontrar-se com Nóbrega, que o levou com os seus tamoios à fronteira de Itanhaém, onde estavam os tupis amigos em defesa contra os tupiniquins levantados. Como os Tupis e os Tamoios até então eram contrários, receavam-se uns dos outros. Nóbrega reuniu Tupis e Tamoios na Igreja de Itanhaém, «onde se falaram e abraçaram e ficaram grandes amigos». Também na igreja de Piratininga fizeram pazes os Tupis com os tamoios vindos pelo rio Paraíba.

Antes de voltar a Iperoig, Cunhambeba fez a Nóbrega a promessa formal de reconduzir o seu companheiro a S. Vicente. Embora ainda tergiversasse, afinal cumpriu, chegando Anchieta à Bertioga a 21 de Setembro, alegrando-se também toda a população. Só não se regozijaram os Tamoios, que ainda havia na Capitania de S. Vicente, crendo-se agora pouco seguros sem nenhum refém na sua terra. Mas foram tão bem tratados como antes pelos Portugueses e Tupis.

Os tamoios do Rio de Janeiro, soberbos com as coisas que lhes davam os Franceses, esses, não queriam pazes. Continuavam a ir a S. Vicente, mas planeavam assaltar uma aldeia dos tupis de Piratininga. Nóbrega aconselhou o capitão-mor e regedores das vilas que prendessem os principais desses tamoios, por serem do Rio e conservarem ainda cativas em seu poder algumas índias cristãs de S. Vicente, e terem, além disso, depois das pazes, morto e comido um rapaz português. Presos, com eles se negociaria depois a libertação daquelas mulheres. Não foi ouvido. E os do Rio atacaram à traição a fortaleza da Bertioga, donde se segue que da parte dos

tamoios do Rio não houve verdadeiras pazes (1). Em todo o caso, não foi inútil a prodigiosa jornada de Iperoig, quer pelos actos de coragem, prudência e virtude dos seus protagonistas, quer no plano político, por salvar S. Vicente do grande ataque das 200 canoas e dar tempo a vir de Portugal a armada, que já se esperava, para a fundação do Rio de Janeiro.

8. — A armada do capitão-mor Estácio de Sá chegou à Guanabara em Fevereiro de 1564. Logo mandou a S. Vicente «um navio pequeno em que fosse o Padre Nóbrega para com o seu conselho assentar o que havia de fazer». Nóbrega saiu de S. Vicente para o Rio de Janeiro no dia 19 de Março e levou consigo Anchieta, a fim de ele recolher em Iperoig uma caixinha de livros e outras coisas, que aí deixara, e cumprir a promessa de que «voltaria», promessa que lhe facilitou o regresso a S. Vicente. Os de Iperoig vieram a bordo e trouxeram também algum refresco. No dia 31, à meia-noite, o navio de Nóbrega entrou a barra do Rio de Janeiro no meio de grande tormenta. Não estava dentro da baía a armada portuguesa, e na ilha, «que foi dos franceses», acharam-se corpos desenterrados e cabeças quebradas. A armada, que tinha saído a barra, não podendo vencer o temporal, tornou a entrar; e o mesmo temporal impedira de sair o pequeno navio de Nóbrega. Assim, providencialmente, se reuniram todos dentro da baía de Guanabara. O dia seguinte, domingo de Páscoa (2 de Abril), na pequena ilha em ruínas, celebrou Nóbrega a missa da Ressurreição; e, estando a armada muito desbaratada, resolveu-se que fosse primeiro refazer-se a S. Vicente para tornar depois ao Rio de Janeiro a fundar a cidade (2).

A fundação seria no ano seguinte, mas ainda neste ano se viu o fruto dos pedidos e recomendações de Nóbrega dos anos precedentes, em particular no dia 12 de Junho de 1561. Tem a data de 7 de Novembro de 1564 o padrão ou provisão do rei de Portugal D. Sebastião mandando fundar o Colégio do Salvador da Baía para 60 religiosos da Companhia de Jesus. Base de sustentação: a redízima dos dízimos do Brasil (3); e menos de dois meses depois, a 15 de Janeiro de 1565, sai outra provisão régia, mandando fundar novo Colégio na Capitania de S. Vicente ou outro lugar dessa costa, fundação na mesma base que o da Baía, mas este para 50 religiosos

(1) MB IV 124-174. — (2) MB IV 175-177. — (3) MB IV 94-106.

da Companhia; e em sítio e lugar conveniente (1). É o futuro Colégio do Rio de Janeiro, cidade prestes já a fundar-se e que iria ter em 1568 a dotação régia oficial anunciada agora, três anos antes (2).

A preparação da armada de Estácio de Sá em S. Vicente não se fez sem hesitações e contrastes, que Nóbrega procurava dominar com as suas «exortações» diante do capitão e da armada (3). Em conclusão, disse Estácio de Sá, numa frase clássica, baseada em António de Matos:

«Padre Nóbrega! E que conta darei a Deus e a el-rei, se lançar a perder esta armada?

Respondeu ele com confiança mais que humana: eu darei conta a Deus de tudo, e se for necessário irei à presença de el-rei e responderei por vós» (4).

Por fim, consertada e fortalecida com mais gente, a armada sai de S. Vicente a 22 de Janeiro de 1565. Nóbrega ficou na Capitania para assegurar a retaguarda e enviou nela um padre (Gonçalo de Oliveira) e um irmão (José de Anchieta), grandes línguas, ambos para terem mão nos índios da armada, e o padre, além disso, para administrar os sacramentos. Deu-se princípio à cidade a 1 de Março (5). E logo a 1 de Julho, já para o futuro Colégio, concedia o capitão-mor a sesmaria do Rio de Janeiro, a pedido do P.e Gonçalo de Oliveira, da Companhia de Jesus, que tinha edificado na cidade a casa-igreja de S. Sebastião; o qual, na petição, diz que estava aí «mandado por seu superior o Padre Manuel da Nóbrega, reitor e comissário da dita Companhia na Capitania do Espírito Santo e S. Vicente» (6).

Enquanto assim se assentava, defendia e olhava ao porvir, animava tudo «o zelo incansável do Padre Nóbrega» (7), de quem escreve Anchieta: «Nos derradeiros anos que andava já muito fraco em S. Vicente, com as muitas doenças que levou da Baía, dormia um pouco à noite, e o mais dela gastava em oração, rezar o ofício divino, em cuidar e traçar as cousas de governo, não sòmente do tocante à Companhia, mas de tudo o que entendia pertencer ao bem comum, pretendendo em tudo aumento da Cristandade e salvação

(1) MB IV 181-185. — (2) MB IV 446-452. — (3) BN 218. — (4) HC I 382-383; BN 188. — (5) MB IV 242-244 248 253; HC I 382-383; BN 185-190. — (6) MB IV 215. — (7) MB IV 210.

das almas; e assim, diziam dele pessoas graves que era para governar todo o mundo» (1).

Não era dotado da mesma visão firme e complexiva, nem dos mesmos dotes de governo, o provincial que lhe tinha sucedido (Luís da Grã). Por isso, ordenou o geral Diogo Laines a três padres de Portugal (os três confessores régios Luís Gonçalves da Câmara, Leão Henriques e Miguel de Torres) que vissem se seria necessário enviar ao Brasil como visitador o P.e Inácio de Azevedo. Não considerando Azevedo muito apto para cargos de governo, «parecia-nos que sendo Provincial do Brasil o P. Manuel da Nóbrega se poderiam passar as coisas daquela Província, ajudando-o com alguns bons sujeitos de cá» — escreve, a 26 de Janeiro de 1566, Leão Henriques, confessor do cardeal-infante. Mas, depois, os mesmos três, tornando a examinar o assunto, acharam que de longe não se poderiam conhecer tão bem as necessidades do Brasil e convieram em que Azevedo fosse, tomasse nota de tudo, e voltasse a Portugal ao cabo de um ano (2).

Por sua vez, informado el-rei de que no Brasil se faziam cativeiros injustos de índios e com o título de extrema necessidade os vendedores se diziam pais dos que vendiam não o sendo, ordena ao governador que reúna uma junta a que assista o P.e Manuel da Nóbrega. Os outros membros, além dele, seriam o governador Mem de Sá, o bispo D. Pedro Leitão, o provincial da Companhia de Jesus, Luís da Grã, o visitador Inácio de Azevedo e os ouvidores-gerais Brás Fragoso e Fernão da Silva (3). Mas a junta na Baía não podia contar com a presença de Nóbrega então em S. Vicente. Um ano depois, dará ele por escrito o seu *parecer,* já hoje famoso, sobre a liberdade dos Índios, pelo qual se iria pautar a lei portuguesa de 1570.

A fundação da cidade do Rio de Janeiro constituía nessa altura a preocupação dominante de Nóbrega, quer para facilitar a conversão do gentio, quer para assegurar a unidade territorial e política do Brasil. O arranque final deu-o o governador Mem de Sá em Janeiro de 1567. E, a 24 de Julho seguinte, Nóbrega entra na cidade, como reitor do novo Colégio. Um dos que acompanharam e também tiveram a sua quota-parte nos acontecimentos foi o P.e Anchieta, o qual escreve, tratando dos reitores: «Do Colégio do Rio de Janeiro foi o primeiro o Padre Manuel da Nóbrega, que o começou *a fundamentis* e nele acabou a vida, depois de deixar toda aquela terra

(1) BN 224. — (2) MB IV 294-295. — (3) MB IV 358-359.

sujeita e pacífica, com os índios tamoios sujeitos e vencidos, e tudo sujeito a el-rei, sendo ele o que mais fez na povoação dela, porque com o seu conselho, fervor e ajuda se começou, continuou e levou ao cabo a povoação do Rio de Janeiro» (1).

Pareceu em Portugal tão importante a fundação desta cidade, que ela passou logo a personificar o Brasil de então. Num espectáculo teatral em Coimbra, no ano de 1570, em honra do rei D. Sebastião e do cardeal-infante, aparecem as figuras de três rios a pedir que também a eles se estenda o século de ouro português, o rio Ganges na Índia, o rio Nilo na África, o rio de Janeiro na América (2).

9. — Ao falecer neste mesmo ano de 1570, Nóbrega deixava organizada e segura a Província da Companhia de Jesus, que fundara vinte e um anos antes. Dois colégios de dotação régia (Baía e Rio de Janeiro) e outro, o de Pernambuco, em vias disso. Residências nas principais Capitanias: em Ilhéus; em Porto Seguro, com a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda e alguma aldeia de visita; na Capitania do Espírito Santo, residência na vila de Vitória e três aldeias (S. João, Conceição e Guaraparim); na Guanabara, o Colégio do Rio de Janeiro com a aldeia de Ibiracica (aldeia do Martinho) e começo da de S. Lourenço (Niteroi); na Capitania de S. Vicente duas residências, uma na vila do mesmo nome, outra em São Paulo de Piratininga: e de S. Vicente se visitavam Santos e Itanhaém; de São Paulo algumas aldeias dos arredores, em particular Gerebatiba.

Na Baía, capital do Estado do Brasil e sede da cúria provincial, além do Colégio (ler e escrever, Latim, Teologia Moral, em breve começaria Filosofia ou curso das Artes e Teologia especulativa), já existiam numerosas aldeias, desde o Camamu na parte sul até à aldeia do Espírito Santo (Abrantes) na parte norte, e ainda outras pelo sertão a caminho do Rio de S. Francisco; e algumas já de residência fixa, primeiros núcleos de futuras cidades.

A Companhia de Jesus, assim organizada e fundada, não cessou de expandir-se, atingindo todos os limites do Brasil à proporção que eles se iam construindo: ao norte até à Amazónia e ao Amapá, ao sul até à Colónia do Sacramento, no Rio da Prata, e para os sertões do Oeste até ao Rio Guaporé. Tudo se especifica em pormenor

(1) BN 194. — (2) HC II 600.

na *História da Companhia de Jesus no Brasil,* mas a finalidade desta *Suma* não é retomar essa imensa distribuição geográfica e os seus respectivos estabelecimentos (colégios, aldeias, engenhos de açúcar, fazendas); o que se intenta agora é reduzir a um todo homogéneo e portátil os aspectos essenciais da Companhia de Jesus no Brasil; e assim, dado como preliminar necessário o período dela, coevo da fundação das cidades da Baía, São Paulo e Rio de Janeiro, isto é, dada a fisionomia própria da origem e organização da Província do Brasil, donde quase tudo o mais procede, entra-se já nas diversas actuações de base, a começar pelo ensino.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO E COLÉGIOS

1. — Escolas de ler e escrever; 2. — Classes de Latim e Humanidades; 3. — Teatro Escolar; 4. — Curso das Artes ou Filosofia; 5. — Matemática e Física; 6. — Casos de Consciência ou Teologia Moral; 7. — Teologia Dogmática e Sagrada Escritura; 8. — Estudos Gerais do Colégio da Baía em 1757; 9. — Graus académicos e tentativas para se criar a Universidade do Brasil; 10. — Abertura solene das aulas; 11. — Disciplina escolar; 12. — Férias.

1. — O Irmão Vicente Rodrigues «ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever. Parece-me bom modo este para trazer os índios desta terra, os quais têm grandes desejos de aprender; e, perguntados se querem, mostram grandes desejos. Desta maneira ir-lhes-ei ensinando as orações e doutrinando-os na fé até serem hábeis para o baptismo» [1].

Notícia simples, dada por Nóbrega doze dias depois de chegar, na sua primeira carta do Brasil (10 de Abril de 1549), quando ainda nenhum padre ou irmão sabia a língua brasílica (tupi), nem para ensinar meninos nem para pregar a adultos. E na mesma carta diz Nóbrega que ele pregava ao governador Tomé de Sousa e mais portugueses vindos na armada, e o P.e Navarro «à gente da terra», isto é, aos portugueses que acharam em Vila Velha, os quais viviam com índias, «das quais estão cheios de filhos», que, falando o tupi das mães, não desconheceriam inteiramente o português dos pais. Estes meninos mestiços foram os primeiros alunos [2]. Se, ao mesmo tempo, um índio principal aprendeu o ABC todo em dois dias, talvez esse adulto já não ignorasse a língua portuguesa; e o mesmo se pode supor de algum menino índio em contacto mais directo com a gente de Vila Velha. De qualquer maneira, esta, de Vicente Rodrigues, é a primeira menção de escola de ler e escrever no Brasil;

---

(1) CN 20; MB I 110-111. — (2) MB I 110.

e, pela própria notícia e intenção de Nóbrega, unida à catequese, e primeiro aliciante dela: «convidando os meninos a ler e escrever; e desta maneira lhes ensinamos a doutrina e lhes pregamos» (1).

No Velho Mundo (Europa, Ásia, África Setentrional), quando a Companhia nasceu, as escolas de ABC eram actos da vida comum, porque desde séculos incontáveis aí se sabia ler e escrever. Os índios do Brasil não sabiam. Daqui, no seu humilde plano, o significado de primícias que tem esta escola na história da instrução no Brasil. E também na de Portugal, pois já se tem dito que o facto de criar escolas para os naturais das terras que descobriu é a mais pura glória da nação portuguesa na sua empresa ultramarina.

O programa escolar catequético de Nóbrega executou-se em todas as casas por ele fundadas com características semelhantes à da Baía, como em Piratininga (1553-1554), catequese e escola, de que foi primeiro mestre António Rodrigues, que já sabia a língua dos índios e como tal é expressamente nomeado. O mesmo nas outras Capitanias da costa e em particular quando Nóbrega voltou à Baía, onde em breve 360 meninos das aldeias dos índios já sabiam ler e escrever (2). E assim, depois, nas aldeias que se fundaram um pouco por toda a parte. Não se pode garantir que não existisse aldeia sem escola, porque nem sempre havia missionários para residir em todas, mas procurou-se que a escola não faltasse onde fosse possível; e a preconiza Vieira no século XVII nas aldeias da sua jurisdição no Maranhão e Pará (3).

Nas vilas e cidades dos Portugueses até meados do século XVIII, os alunos dos colégios eram filhos dos mesmos portugueses e dos seus cruzamentos, a princípio com índias (mamalucos) e depois também com negras (moços pardos) ou seus sucessivos derivados. Quando começaram a preponderar os negros nas fazendas principais, como a de Santa Cruz, ao pé do Rio de Janeiro, a escola de rudimentos e de catequese era para os filhos dos escravos (4).

Com o contínuo povoamento do Brasil, o ensino de ler e escrever português, pelo seu carácter de relativa facilidade, podia ser ministrado por outros institutos religiosos, que no último quartel do século XVI começaram também a afluir ao Brasil; podiam-no ministrar os vigários e clérigos das cidades e vilas, e até, como é óbvio, as próprias famílias nos respectivos lares. Dada esta pos-

(1) CN 51; MB I 139. — (2) MB III 170. — (3) HC IV 112. — (4) HC VI 57-58.

sibilidade de aprendizagem, onde os padres da Companhia eram pouco numerosos, o que sempre aconteceu no extremo norte, não faltou entre eles quem no século XVIII se inclinasse a dar preferência ao ensino médio e superior e aos ministérios sacerdotais. Outros, porém, mantendo-se fiéis à tradição da Companhia, recorreram ao geral, e este, em 1730, mandou que nos colégios do Pará e Maranhão se mantivessem também as escolas de ler e escrever, por serem «mais úteis e necessárias que as classes de latim» (1).

2. — O ensino de Latim (ou simplesmente de Gramática, como então se dizia) entrou no Brasil sem dúvida como fundamento de cultura geral, mas o motivo próximo foi o de habilitar os eventuais alunos a serem padres. O despertar de vocações, que assegurassem no próprio país a preparação de futuros missionários, foi pensamento de Nóbrega, de que jamais desistiu e sempre cultivou mesmo em plantas que as mais das vezes davam flores sem fruto.

A escola de ler e escrever de Vila Velha da Baía passara a ser «Casa do Nome de Jesus» na nova cidade do Salvador. Começou com mestiços da terra e órfãos de Lisboa, e destinava-se «a receber e ensinar os filhos dos gentios novamente convertidos» (2).

Nóbrega queria que fosse colégio, e já de facto em 1552 se intitulava «Colégio dos Meninos de Jesus». Mas esta casa de ensino, que por então não obteve do elemento eclesiástico local compreensão nem ajuda, ia ficar estacionária algum tempo; porque Nóbrega, sem abandonar o seu plano, partiu para o Sul, para onde já tinha enviado antes o P.e Leonardo Nunes, que na vila de S. Vicente fundara uma escola de ler e escrever semelhante à da Baía. Nóbrega, logo ao chegar a S. Vicente, com alguns meninos que levou consigo e outros que já tinha a escola, elevou-a a colégio, aplicando-lhe os bens do Irmão Pêro Correia, e para lhe dar forma jurídica erigiu a «Confraria do Menino Jesus», com o encargo de o sustentar materialmente.

No Colégio de S. Vicente, além da religião, organizou o ensino literário e artístico, tudo muito em esboço, mas que em meados de 1553 era de ler, escrever, cantar e tocar flauta, e para os mais aptos Gramática. Ainda não havia irmãos mestres de Latim da Companhia, que só chegariam de Portugal à Baía daí a um mês. Nóbrega achou e contratou um homem novo, gramático de Coimbra, vindo

(1) HC IV 262-263. — (2) MB I 258.

desterrado, o qual por esta forma se constitui primeiro mestre de Latim, um português anónimo, cujo nome seria interessante saber-se, mas que não era conhecido do destinatário a quem Nóbrega transmitia a notícia, como não o era o irmão ferreiro, a quem igualmente Nóbrega se refere só pelo ofício. Fala ainda de outros irmãos, em geral sem dar nomes, António Rodrigues e Manuel de Chaves. A razão concreta de todos estes silêncios (o serem desconhecidos do destinatário) mostra quão pouco razoável seria supor qualquer motivo singular para a omissão do nome do gramático de Coimbra, primeiro mestre de Latim no Brasil.

A estada do Colégio na vila de S. Vicente não poderia então manter-se nesse lugar sem graves inconvenientes de ordem económica e moral. Quase todos os alunos eram do Campo de serra acima, onde a sustentação se tornava menos difícil. Apenas chegaram da Baía os padres e irmãos esperados, Nóbrega transferiu o Colégio para o Campo, na aldeia de Piratininga, inaugurando-o a 25 de Janeiro de 1554. Para mestre de Latim nomeou o Irmão José de Anchieta, um dos recém-vindos, que assim se classifica terceiro mestre de Latim. O segundo tinha sido António Blázquez no Colégio da Baía, aonde chegara de Lisboa no dia 13 de Julho de 1553 e nele ficara mestre dessa língua — e já o era no dia 30 do mesmo mês em que aportara (1).

De maneira que o anónimo de Coimbra, Blázquez e Anchieta foram os três primeiros mestres gramáticos no Brasil numa série de dezenas e centenas de outros nos vários colégios da Companhia, que contìnuamente se fundaram por diversas cidades e vilas, desde os actuais Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, até ao Rio da Prata, na Colónia do Sacramento, hoje República do Uruguai.

Depois das Constituições da Companhia, conhecidas no Brasil em 1556, os meninos não podiam coabitar com os padres. Assim nasceram os *externatos* para os filhos dos moradores, habitando os alunos fora do colégio com os pais ou outros por conta dos mesmos pais. Só no fim do século XVII, o P.e Alexandre de Gusmão iniciou o movimento de *internatos,* pròpriamente ditos, fundando o Seminário de Belém da Cachoeira, no distrito da Baía, que teve sequência contínua e desafogada. Não gozaram de igual prospe-

(1) MB I 516.

ridade outros pequenos seminários organizados no Norte no século XVIII, porque os tempos já eram outros (1). Nestes diversos seminários, os estudos não iam além das primeiras letras e do Latim, Canto e Música, uma como repetição do Colégio do Menino Jesus de S. Vicente (1553), agora em ponto maior. Mas já nos meados do mesmo século XVIII, os seminários começaram a ter o sentido moderno de preparação exclusiva para a carreira eclesiástica; e, então, como no Seminário Novo da Baía, havia estudos maiores, frequentando os seminaristas as escolas públicas do Colégio (2).

O ensino de Latim, muito modesto a princípio por falta de livros e mais ainda por falta de alunos, foi-se desenvolvendo pouco a pouco. Em 1564, já o mestre Irmão Luís Carvalho ensinava a *Eneida,* de Virgílio, na Baía a onze estudantes; e depois nos colégios maiores se desdobraram as classes de Latim, ensino frequentado durante dois séculos por numerosas gerações de estudantes brasileiros que seguiram todas as carreiras.

3. — Nestas classes de Latim ou Humanidades dos colégios ensinavam-se os alunos a recitar trechos de poemas ou discursos latinos (Virgílio, Cícero, etc.) e ensaiava-se a arte do diálogo, subindo-se de vez em quando a alguma representação maior na festa dos estudantes. Mas o palco no Brasil nasceu português, língua dos primeiros *autos* nas aldeias de conversão, como se verá no capítulo seguinte; e quando se estabeleceram os colégios em moldes pedagógicos regulares foi ainda a língua portuguesa a usada no ciclo breve e brilhante de Pernambuco, de 1573 a 1578, onde, além de outras representações menores, obteve extraordinário êxito a tragédia intitulada *História do Rico Avarento e Lázaro Pobre* (3).

Com a estabilidade pedagógica dos colégios do Brasil principiou-se a urgir de Roma a regra de falar latim nos exercícios escolares, dos quais se não exceptuava o teatro. Cristóvão de Gouveia, quando reitor de Bragança, numa festa em honra das Onze Mil Virgens, tinha feito representar uma tragédia. Sendo nomeado visitador do Brasil, deu notável impulso às representações teatrais e em 1584 pediu de Roma que se adoçasse a regra do latim para as representações escolares, sendo-lhe concedido o uso de português nos *diálogos,* não nas *tragédias* e *comédias,* por serem «coisas mais escolásticas e graves».

(1) HC X 222-223. — (2) HC VII 375. — (3) HC II 600 606.

Resposta que por então deitaria água na fervura, mas pouco depois, na festa das Onze Mil Virgens (Santa Úrsula e companheiras mártires), padroeiras dos Estudantes, a 21 de Outubro de 1589, se representou na Baía o *Drama de Assuero* (1); e em 1594 se avisa para Roma que «a confraria de Nossa Senhora dos Estudantes anda sempre nas pessoas principais da terra como o bispo, etc.»; e eles querem que seja celebrada com representações teatrais e sem isso não aceitam ser mordomos (2). Naturalmente queriam representações em português para que o povo as entendesse. Em 1596, o geral chama a atenção do provincial do Brasil por ter consentido tragédias e comédias sem o avisar — e insiste em que se guarde a regra do latim, que em todo o caso nunca se cumpria bem, enquanto se introduzia muito tranquilamente o teatro ligeiro no género de entremez. Em 1610, volta o visitador Manuel de Lima, segundo instruções recebidas do geral, a instar que se cumpra o que está determinado sobre a regra de falar latim, e que os entremezes se suprimam e as tragédias se representem dentro das aulas, não fora delas (3). Restrições que não agradavam ao povo, que não dispunha então de outras fáceis distracções como hoje, e porque, tendo os filhos nos colégios, gostava de os ver brilhar nas festas dos estudantes. Com tantas e repetidas advertências, amainavam as representações por uns momentos, mas recomeçavam na primeira oportunidade, manifestação de espírito generalizada no Brasil, em que as conveniências sociais se sobrepunham ao rigor pedagógico do ensino interno do latim nas suas manifestações declamatórias e artísticas.

No Estado nortenho do Maranhão, cujas bases se lançaram no século XVII, também o teatro propendia para a língua portuguesa, ainda quando as peças eram preparadas pelos mestres de Humanidades do Colégio. Um dos quais, Tomás do Couto, no último quartel do século XVII, encenou uma tragédia «que levou o aplauso de todos». Diz Bettendorff que Tomás do Couto exercitava os «seus discípulos a recitar poemas, declamar orações», o que se pode entender do latim e de facto seriam nessa língua algumas delas; mas acrescenta que os alunos eram também exercitados em representar admiràvelmente comédias com que surpreendia *toda a cidade* (4), o que denuncia serem em português. Nenhuma outra língua senão a portuguesa seria susceptível de surpreender ou suspender *toda*

(1) HC II 611. — (2) HC II 601. — (3) HC II 602. — (4) HC IV 299-300.

a cidade. Generalizara-se o pensamento de que a regra de falar latim obrigava os filhos da Companhia, que a deviam usar em todos os actos escolares; não obrigava os alunos externos, mesmo quando os seus ensaiadores fossem jesuítas. E de vez em quando põe-se mais em relevo uma outra representação teatral, como a Tragicomédia *para o povo,* dia da Assunção de Nossa Senhora (15 de Agosto de 1723), no Colégio do Rio de Janeiro, escrita por Julião Xavier (1).

Um dos argumentos, muito comum nos séculos XVII e XVIII, foi a vida dos santos da Companhia à proporção que se iam canonizando. A de S. Francisco Xavier já se representou na Baía em 1620 nestes quatro actos ou quadros: Partida de Lisboa; Chegada à Índia; Entrada no Japão; Morte às portas da China.

De maneira que se aproveitavam os passos do primeiro missionário jesuíta do Padroado Português para se rever a grandeza e extensão da missão da Companhia de Jesus no *Oriente,* que coincidia com a de Portugal; e representava-se no Brasil, que era o outro braço, no *Ocidente,* da mesma actividade literária e apostólica (2).

4. — A formação literária dos colégios completava-se com a científica no sentido em que esta noção pedagógica se tomava no século XVI, que era a do curso de Filosofia ou das Artes. A Congregação Provincial da Baía, em 1568, indicava ao geral a conveniência de se ler no Colégio da mesma cidade a Dialéctica (3). Para esse fim saiu de Lisboa em 1570, com Inácio de Azevedo, o Irmão teólogo Afonso Fernandes, que concluíra as Artes com talento. Mataram-no os hereges a caminho do Brasil. O curso das Artes (não apenas Dialéctica mas toda a Filosofia e Ciências Naturais anexas) começou no Colégio da Baía em 1572, com doze estudantes, oito da Companhia e quatro de fora. Iniciou-o o P.e Gonçalo Leite, primeiro professor de Filosofia no Brasil.

O curso durava três anos (alguma vez quatro). O visitador Cristóvão de Gouveia fixou o triénio para os alunos de fora da Companhia e pôs como condição, para se começar um curso, que os alunos fossem pelo menos dez. A pouca população do Brasil ainda não permitia cursos sem algum intervalo entre si. Mas o progresso da terra acentuava-se. Em 1593, o curso começou com vinte

(1) HC IX 371. — (2) HC IV 300. — (3) MB IV 467; HC I 76.

estudantes, em 1598 com quarenta, entre os quais cinco religiosos carmelitas (1).

O livro de texto, que se lia pùblicamente no século XVII, seguido quanto possível por mestres e alunos, era o *Cursus Conimbricensis* (2). Com ele e outros grandes autores, prosperavam os manualistas, que não tardavam a chegar ao Brasil, a um dos quais, Rodrigo de Arriaga, citou António Vieira quando era ainda quase novidade bibliográfica; e o mesmo Vieira redigiu uma *Filosofia* própria, que hoje se não conhece, mas que foi o primeiro tratado filosófico escrito no Brasil (3). Outro manualista, Baltasar Teles, dedicou em 1652 a 4.ª edição da sua *Summa Universae Philosophiae* aos padres e irmãos do Brasil e, na expressão de D. Francisco Manuel de Melo, «passou a ser mestre comum do nosso novo mundo brasiliano em o novo mundo da América» (4). Não faltavam «Postilas de Filosofia» nos colégios em que ela se ensinava, e no do Rio de Janeiro registaram-se 78 tomos submersos na crise do século XVIII.

A primeira Faculdade de Filosofia, primeira e única no século de Quinhentos, foi a do Colégio da Baía. Depois ensinou-se também nos Colégios de Belém do Pará, S. Luís do Maranhão, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, e ainda num ou outro seminário dirigido por padres da Companhia (5); e os graus de bacharel, licenciado e mestre em Artes conferiam-se com solenidade académica.

5. — O estudo das matemáticas no Brasil teve princípios muito humildes, nem podia ser de outra maneira, como parte da escola de «ler, escrever e *contar*», portanto com as primeiras operações, à altura dos discípulos deste género elementar de ensino. Em 1584 dizia-se escola de «ler, escrever e *algarismo*» e, em 1605, lição de *Aritmética,* nos três principais colégios (Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco). Entretanto, desenvolviam-se na Europa os estudos matemáticos; e Descartes, aluno dos Jesuítas, criou a Geometria Analítica, e realizaram-se outros importantes progressos. O Brasil não ficou inteiramente alheio a esse movimento. Adquiriu grande relevo com os «Padres Matemáticos», cartógrafos, de que adiante se falará. Mas também no campo da pedagogia, em 1757, no Colégio da Baía, esta ciência aparece com o nome expresso de *Matemáticas* e com a dignidade autónoma de Faculdade (6).

(1) HC I 85. — (2) HC VII 220. — (3) HC VII 222. — (4) HC VII 221. — (5) HC VII 193. — (6) HC VII 163 436.

Conexo com a Matemática, andava o estudo da Física, parte integrante do curso das Artes. No Renascimento, a Matemática tendia a emancipar-se da Física, e nos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1559, ao pé do curso das Artes, distinto dele, nomeia-se a cadeira de Matemática. Ora a Física, ensinada então nas Universidades, era a de Aristóteles, e por ela se pautavam algumas interpretações da Sagrada Escritura, grave embaraço para a aceitação das experiências do mundo físico à proporção que se iam estabelecendo desde Copérnico. Até que se formou a mentalidade positiva de que as Letras Sacras nunca podiam estar em contradição com os factos físicos certos e averiguados; e que se alguma coisa tinha de mudar era a interpretação.

Assim, umas após outras, as experiências físicas do mundo moderno desmoronaram as teorias do mundo físico de Aristóteles e de Ptolomeu. Mas o mesmo peso das interpretações, longo tempo admitidas, arrastava a controvérsias, que se protraíam mais do que hoje nos parece razoável. Enfim, uma vez assentes e incontroversas, as novas ideias entravam oficialmente nas escolas da Companhia; e, pelo que toca ao mundo português, o *Compêndio dos Elementos de Matemática necessários para o estudo das Ciências Naturais e das Belas-Letras* imprimiu-se no Colégio das Artes de Coimbra em 1754. Dentro das Matemáticas, o *Compêndio* de Inácio Monteiro abrange elementos de Aritmética, Geometria, Secções Cónicas e Trigonometria; dentro da Física, noções de Estática, Mecânica, Hidrostática, Aerometria, Hidráulica, Óptica e Electricidade (1); pelas livrarias dos colégios do Brasil achavam-se nomes como Newton e Boscovich (2); e em 1757, no Seminário Novo da Baía, o mestre ensinava pelos «melhores descobrimentos da Física Moderna» (3).

6. — A Teologia Moral, que se designava por lição de Casos de Consciência ou apenas lição de Casos, menciona-se pela primeira vez, com referência ao Brasil, em 1554, quando se pensava em Lisboa em a iniciar no Colégio da Baía. Lembrou-se para esse efeito o nome de Nóbrega, então em S. Vicente, mas que pelo seu cargo de provincial devia morar na Baía, residência também ordinária do governador e do Bispo (4). Na sua ausência apontou-se outro nome,

(1) HC VII 166. — (2) HC VI 27. — (3) HC VII 223. — (4) BN 109; MB II 25-26.

o do P.e Ambrósio Pires, como apto a professá-la. Não consta, porém, que chegasse a exercer tal magistério.

A primeira menção como ensino efectivo para os padres e irmãos na Capitania de S. Vicente dá-a Nóbrega em 1556, sem citar nomes. Parece que a começou ele próprio e a continuou Luís da Grã (1). Como o Doutor Navarro foi o mestre de Nóbrega, é natural que fosse ele o primeiro texto de ensino no Brasil, porque de facto, em 1586, o visitador Cristóvão de Gouveia o impôs como livro de texto, ele ou o cardeal Caetano, e sòmente um dos dois (2).

Como lição pública, para os da Companhia e para os de fora, os Casos de Consciência mencionam-se em 1568 no Colégio da Baía e frequentavam essa lição os cónegos e dignidades da Sé e outros sacerdotes externos (3). Ensinou-se também, dentro ainda do mesmo século, no Colégio do Rio de Janeiro, e logo no começo do século XVII no de Pernambuco.

Além das lições públicas destes Colégios, todos três de fundação régia, urgia-se em 1634 que também nas Residências maiores de São Paulo, Santos, Espírito Santo e Ilhéus houvesse livros de Moral para a recta solução de casos de consciência sobre os quais os da Companhia fossem consultados. Determinação que se alargou depois a novos colégios, residências e aldeias. Onde as lições públicas se tornavam realmente mais profícuas eram as cidades da Baía e Rio de Janeiro. Na Baía, o arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide mandou que nenhum clérigo se ordenasse de sacerdote sem ter frequentado durante um biénio as aulas públicas de Teologia Moral do Colégio (4); e no Rio de Janeiro D. Francisco de S. Jerónimo declarou que não admitiria ao sacerdócio nenhum candidato sem ter cursado dois anos a Teologia Moral no Colégio, mediante «certidão» do mestre de Moral da Companhia de Jesus (5). Também houve lições públicas de Teologia Moral nos Colégios do Pará e do Maranhão (6).

Entre os diversos colégios sobressaía o da Baía e o próprio exercício do ensino preparava os mestres para assinalar já a sua presença em questões que agitaram então as escolas europeias, como a do «Probabilismo» (7); nem faltaram valiosos escritos de jesuítas do Brasil, como Nóbrega e Simão Marques, onde com a Moral se entrelaçava o Direito.

(1) MB II 282 284. — (2) HC I 79. — (3) MB IV 438. — (4) HC VII 180-181. — (5) HC VI 5. — (6) HC IV 265. — (7) HC VII 179.

O Direito Canónico não se ensinou em curso autónomo nos colégios, mas em diversos tempos e lugares os Jesuítas foram consultados pelos prelados e intervieram em posição de relevo no Sínodo Diocesano da Baía em 1707 (1).

7. — A Teologia Dogmática ou Especulativa principiou a ensinar-se no Colégio da Baía em 1572, ao começo só para os da Companhia, alargando-se depois em 1575 a alunos externos; e não tardou a repartir-se em dois cursos, o longo ou académico e o breve ou de seminário. O primeiro para os que tinham feito com brilho o curso das Artes e dele sairiam os futuros professos da Companhia; o segundo para os que desde logo se destinavam ao sacerdócio no grau de coadjutores espirituais e pouco mais aprendiam então que a Teologia Moral (Casos de Consciência).

Os estudos teológicos da Companhia determinam-se no *Ratio Studiorum,* o qual só entrou a ser lei da Companhia em 1599, embora já antes se conhecessem os primeiros esboços dele. Enquanto se não promulgava em forma definitiva, o visitador Cristóvão de Gouveia mandou que no Colégio da Baía se lesse a *Summa Theologica,* de S. Tomás de Aquino, distribuída por quatro anos (2).

No Brasil do século XVI era pouco factível organizar logo cursos regulares e sucessivos de Teologia, dado que a população escolar também só a pouco e pouco foi crescendo. Ainda assim, no seu plano modesto, o Colégio da Baía já produzia úteis frutos locais. Em 1583 declarou o prelado que tinham estudado nele «alguns casuístas que são párocos, e alguns formados em Artes que são professores, e dois ou três teólogos pregadores na Sé desta cidade, e cónegos da matriz, e párocos das paróquias» (3).

A questão *De Auxiliis,* que tanto perturbou as escolas europeias, teve a sua repercussão no Brasil. Quando o geral Aquaviva ordenou que se seguisse a S. Tomás, o provincial Henrique Gomes lembrou em 1614 que o santo doutor não excluía Nossa Senhora do pecado original e ensinava alguma opinião em matéria física, de consequência para a teologia, que se não coadunava com o *Cursus Conimbricensis,* livro de texto na Baía (4), e não via como se poderiam ensinar simultâneamente opiniões contrárias. Justo critério, que fazia de S. Tomás farol, que ilumina, não meta além da qual se não podia passar nem discutir.

(1) HC VII 188. — (2) HC VII 79. — (3) HC I 83. — (4) HC VII 177 220.

O ensino de Teologia Especulativa confinou-se ao Colégio da Baía durante o século XVI. Professou-se depois num ou noutro colégio como disciplina avulsa, até que no século XVIII se estabeleceu com regularidade no Maranhão e no Rio de Janeiro, não tardando o do Rio de Janeiro a assumir posição sensìvelmente igual à da Baía (1); e em ambos, Rio e Baía, a cadeira da Sagrada Escritura com o seu mestre *(Explanator Sacrae Scripturae)* (2).

8. — O Colégio da Baía permanece para a posteridade o mais alto padrão dos estudos gerais da Companhia de Jesus no Brasil. O seu último Catálogo, de 1757, agrupa os estudos em duas categorias: superiores e inferiores. Os estudos *superiores* com três Faculdades (Teologia, Matemática e Filosofia) e dão-se explícitas em Teologia as cadeiras de Prima, de Véspera e de Moral. Os estudos *inferiores*, além de uma cadeira privativa (de Retórica e Gramática) para os irmãos da Companhia, constavam de quatro cadeiras públicas: 1.ª classe de Gramática, 2.ª classe de Gramática, 3.ª classe de Gramática e a escola elementar de meninos (3).

Neste quadro, o Latim aparece todo com a designação genérica de Gramática (1.ª, 2.ª, 3.ª); e os estudos públicos, nele expressos, agrupar-se-iam hoje não em duas mas em três categorias: ensino superior (as três Faculdades), ensino médio (as três classes) e ensino elementar (a escola).

Um autor coevo, presente na Baía, dá notícia dos mesmos estudos *públicos* do Colégio, mas em diferente quadro, partindo de baixo para cima.

«Nos Gerais da Companhia há 7 Classes, a saber:

Escola, onde principiam os meninos a aprender a Gramática Portuguesa;

a Terceira, onde principiam os primeiros rudimentos da Língua Latina até os Pretéritos;

a Segunda, onde estudam Sintaxe e Sílaba;

a Primeira, onde ensinam a Construção da Língua Latina e Retórica dela;

a Filosofia;

a Teologia;

a Matemática» (4).

(1) HC VI 7. — (2) HC VII 435 441. — (3) HC VII 436. — (4) HC VII 155.

Nomenclatura que tem a vantagem de mostrar como então se repartia o ensino do Latim, mas envolve o inconveniente de não distinguir entre classes e Faculdades, estas com cursos trienais (Filosofia) ou quadrienais (Teologia); donde se conclui que classe e ano não se equivaliam, dado que os estudos de Filosofia e Teologia só por si somam sete anos.

9. — Os estudos do Brasil regiam-se pelo *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus e, no que se refere à Filosofia ou curso das Artes, com a pompa da Universidade Portuguesa. O primeiro grau académico que se conferiu foi o de bacharel em Artes no Colégio da Baía em 1575 (curso de Gonçalo Leite); os de mestre em Artes (com discursos e música de instrumentos) em 1578, e descreve-se a cerimónia solene do magistério em Artes em 1581: «Não faltou nem o anel, nem o livro, nem o cavalo, nem o pajem do barrete, nem o capelo de seda» azul (1).

Praxe universitária que procurou manter em nível satisfatório o visitador Manuel de Lima (1610): «Não se dê grau de Mestre em Artes senão àqueles que derem propinas, salvo algum por pobre houvesse delas condonação dos mesmos mestres. O grau de Mestre em Artes, havendo de se dar (o que se não fará sem justa causa) antecipado aos mais, dê-se com solenidade na Sala, e com todas as cerimónias que se costumam usar quando se dão a todos juntos. Os nossos Examinadores sejam rectos nos votos e não dêem *cum summa laude* senão a quem julgarem o merece por seu saber: o que se guardará, assim com os nossos Irmãos como com os mais Estudantes. Guardem o Estatuto Geral das Universidades» (2).

Guardava-se a praxe universitária, mas o curso das Artes ou de Filosofia era Faculdade de Direito Pontifício. Para elevar o Colégio da Baía a Universidade de equiparação civil, houve uma primeira ideia no século XVI, ao tempo do provincial Beliarte, e uma séria diligência da Câmara da Baía e do próprio Estado do Brasil no século XVII, sem êxito, mas com a vantagem de esclarecer a posição exacta do ensino superior do Brasil, se ele se devia considerar particular ou público.

Em 1686, a Câmara da Baía manifestou ao provincial Alexandre de Gusmão o «empenho que tem havido na promoção destas escolas ao título de Universidade, sempre com impedimentos e obstá-

(1) HC I 97. — (2) HC VII 192-193.

culos que frustram este grande intento. Nas mãos de Vossa Paternidade está o sugerir o que até agora não pôde conseguir a diligência por via do beneplácito real. É certo que Vossas Paternidades têm privilégio concedido pelas Bulas Apostólicas dos Santíssimos Senhores Júlio III, Pio IV e Gregório XIII, para dar o grau aos seus Alunos, não só na Faculdade Filosófica, mas expressamente o *Doutorado* na Teológica» (1).

Não há dúvida de que a Câmara estava bem informada. A Companhia podia dar o grau em Artes e o doutorado em Teologia aos seus próprios membros; mas em Portugal, para os dar aos seus alunos de fora, requeria-se beneplácito régio, e Roma, consultada sobre o Brasil, achou que se não devia tratar do assunto por o Colégio da Baía não dispor de todos os requisitos indispensáveis a uma Universidade em regra.

Aconteceu neste meio tempo no Colégio da Baía, que sempre tinha admitido aos estudos a quem os pedia, recusar-se a admissão dos moços pardos (filhos de branco e negra), por se considerarem demasiado irrequietos e numerosos. Para justificar a exclusão, o provincial, filho da Baía, alegou que o colégio era particular e portanto podia reservar a admissão a quem lhe parecesse. Como nas Universidades de Coimbra e Évora a frequência continuava aberta a todos, os moços pardos recorreram a el-rei. A resposta de D. Pedro II, datada de Lisboa, 9 de Fevereiro de 1689, mandando admitir os moços pardos, estabelece a matéria jurídica portuguesa em matéria de ensino, muito notável para o tempo. Diz que há escolas públicas e escolas particulares. As particulares têm o direito de reservar a admissão, mas não podem dar graus públicos; as escolas públicas dão graus públicos, mas não podem reservar o direito de admissão. A obrigação, imposta ao Colégio da Baía por el-rei, de admitir indiscriminadamente os alunos de todas as classes ou raças que o buscarem leva implícito o reconhecimento oficial dos seus graus académicos dados em cerimónia pública (2).

Reconhecimento implícito, é claro, e como tal insuficiente para dar ao Colégio da Baía o título de Universidade; mas já então o Colégio usava a qualificação de Escolas Gerais ou Estudos Gerais, antiga fórmula da Universidade Portuguesa, quer em Lisboa, quer depois da sua transferência para Coimbra em 1537, qualificação que não se usava nos colégios de Portugal. No Brasil, esta qualificação

(1) HC VII 199-200. — (2) HC VII 203-204.

de Estudos Gerais aplicou-se ao Colégio da Baía e logo aos do Rio de Janeiro e Olinda, todos três de fundação régia, e ainda a outros, e foi uma como compensação brasileira ao título de Universidade, não conseguido, mas do qual se ia sempre aproximando, começando em 1711 o decano ou prefeito geral dos estudos da Baía a seguir os usos do chanceler (cancelário) da Universidade de Évora (1); e sem dúvida teria chegado a ser Universidade de facto, se a crise do século XVIII não viesse interromper a sua natural evolução. O que não se deve entender só do Colégio da Baía. Conserva-se a fórmula latina com que se conferiam os graus académicos no Colégio do Maranhão e ao pé dela esta nota: «Antes de se dar o grau, o que o há-de receber há-de fazer a protestação de fé com o juramento na forma costumada. E há-de ser em público, para o que se preparará um altar, e junto dele uma cadeira para o Reitor que der o grau. No dito altar estará a forma da protestação e uma salva com as três insígnias para o candidato, sc., a borla, o anel e o livro; e antes desta solenidade fará o candidato a sua oração latina sentado em assento fora dos *doutorais,* no meio da sala». Assistiam ao acto público as autoridades do Estado, governador, prelado e outras pessoas gradas, que se sentavam em grandes cadeiras de sola lavrada e armação de jacarandá e violete. Tudo com o esplendor e ostentação das grandes festas universitárias (2).

A um destes actos públicos assistiu Bettendorff no Colégio do Pará, e diz que o mestre do curso dirigia as disputas «com a maior graça e facilidade que tinha visto nas Universidades maiores do mundo» (3). Não o diria por simples ênfase, porque Bettendorff conhecia as Universidades de Évora e Coimbra e ainda outras estrangeiras, numa das quais, Tréveros (Alemanha), se tinha graduado ele próprio. Aos assim graduados nos colégios do Brasil passava o reitor, em latim, as respectivas cartas de grau — bacharel, licenciado e mestre em Artes (Filosofia) —, que eram estimadíssimas no Brasil, algumas hoje conhecidas e impressas (4), à sombra das quais houve quem exercesse a advocacia nos auditórios de Pernambuco (5), e aduziam-se também, em diversas carreiras, como prova de habilitação.

Os alunos dos Jesuítas intervieram na defesa da colónia e portanto da Pátria, constituindo formações militares em diversas pra-

(1) HC VIII 387 letra L. — (2) HC IV 269-270. — (3) HC IV 274. — (4) HC VII 214-215. — (5) HC VII 218.

ças; batalhão do Colégio do Rio de Janeiro (1581), batalhão do Colégio de Olinda (1630), companhia dos estudantes do Colégio da Baía (1638), companhia dos estudantes do Colégio do Rio de Janeiro em 1710 (1); e num plano geral pode-se dizer, com o barão do Rio Branco, que «o Brasil deve às escolas, fundadas pelos Jesuítas, quase todos os grandes nomes da sua história literária desde o século XVI ao século XVIII» (2).

10. — Tão vasta instituição de ensino público não se organizou de uma assentada. Desde os primeiros colégios se foi adaptando pouco e pouco às realidades do meio social, ao número sempre crescente dos alunos e ao clima. O Verão em Portugal abranda em Setembro e as aulas começavam em princípio de Outubro. Na zona brasileira em que se iniciaram as escolas não havia correspondência com a Europa, dado que os meses mais quentes são Dezembro e Janeiro.

As aulas abriam-se nos princípios de Fevereiro, com festa religiosa a 2 desse mês, dia de Nossa Senhora da Purificação, por outro nome, festa da Candelária. Quando aumentou o número de alunos e se elevaram os estudos, consagrou-se o dia 3 (S. Brás) à distribuição de prémios; e assim era esta a ordem mais seguida: dia 2, festa religiosa; dia 3, festa académica; dia 4, aulas (3). A abertura das aulas fazia-se sempre com solenidade proporcionada à grandeza dos respectivos colégios. Històricamente, a primeira abertura festiva do ano escolar no Brasil realizou-se no Colégio de S. Vicente, a 2 de Fevereiro de 1553, sob a presidência de Nóbrega (4).

11. — A eficácia da educação e ensino na Companhia de Jesus assenta sobretudo em elementos de ordem moral (persuasão, emulação, repreensão), mas sem excluir os de ordem física. Nas primeiríssimas escolas adoptou-se um sistema de transição mais de pedagogia familiar que escolar, como no caso de fugir um menino ir outro buscá-lo e trazê-lo às cavaleiras; mais escolar era já o que ordenou o governador Mem de Sá antes de 1560 nas aldeias da Baía, a saber, que houvesse uma cadeia para os pequenos delitos dos índios aldeados e também para que o meirinho índio prendesse os meninos da escola fugitivos dela (5), que era exactamente o que se praticava no ano de 1548 em Coimbra, em que o meirinho da Universidade

(1) HC X 18. — (2) HC VII 173. — (3) HC I 95. — (4) MB I 431. — (5) MB III 172.

prendia os estudantes do Colégio das Artes que faltavam às aulas (1). O Colégio das Artes de Coimbra seguia o método parisiense, adoptado igualmente pela Companhia de Jesus, cuja legislação admite os castigos corporais próprios da pedagogia do tempo. Para o Brasil ordenou-se que os estudantes de 16 anos para cima não recebessem açoites e não se castigasse ninguém por mãos dos mestres da Companhia, mas se remetesse ao «Corrector» para isso designado; e decerto vigorou no Brasil o que o comissário Jerónimo Nadal determinou para os colégios portugueses em 1561. Dividiam-se os alunos em três grupos: menores, médios e maiores. Os menores poderiam ser corrigidos com açoites, os médios com palmatoadas, os maiores sòmente chamados à ordem, primeiro em particular, depois em público. Se não houvesse emenda, excluíam-se do colégio; e só ao reitor tocava decidir quais alunos se deveriam encaminhar ao corrector (2). Todos os colégios usaram este ou outro sistema equivalente e possuíam um «Gabinete do Corrector», separado das aulas, que no Colégio da Baía se situava no pavilhão das Humanidades entre a 3.ª e a 4.ª classe de Gramática e se intitulava «Casinha de Mastigóforo» (3). Género de correcção não inteiramente abolido ainda hoje na pedagogia de alguns grandes países modernos, entre os quais a Inglaterra.

A correcção individual dos alunos externos completava-se com outra de carácter colectivo quando a transgressão do regulamento recaía sobre muitos. Em geral, os estudantes do Brasil não eram destituídos de talento; a aplicação ao estudo é que nem sempre andava à mesma altura. Existia a vadiagem; e, como os de todas as partes do mundo, também os meninos do Brasil sabiam pedir dinheiro às mães ausentes nas fazendas ou nos canaviais, que o enviavam aos filhos cuidando que era para livros o que ia parar em jogos (4); em particular, gostavam muito de «festas, cantar e folgar» (5). Ora sucedeu que a festa de Santo Inácio, em pleno período de aulas (31 de Julho), tinha passado a ser a festa por excelência dos estudantes no século XVIII, e em breve se transformou no que «hoje se chamam *Festas da Cidade*», como as da Rainha Santa ou «Queima das Fitas» em Coimbra, festas populares, no gosto barulhento das folias. No Pará e no Maranhão duravam um mês, todo o mês de Julho, com «mascaradas, alardes, danças e outras

(1) *Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)* (Coimbra 1963) 228. — (2) HC I 89-90. — (3) HC VII 419. — (4) HC VII 212. — (5) HC I 83.

invenções várias». A princípio, tudo em ordem, naturalmente, mas, andando o tempo, degeneravam às vezes em perturbação pública.

Houve anos em que se proibiram, até que em 1706, morrendo em Junho o superior Manuel Saraiva, que as proibira com mais vigor, resolveram os estudantes recomeçar os festejos nesse ano, todo o mês. O prefeito da classe de Latim, do Maranhão, João de Vilar, para não desautorizar a proibição anterior, não os consentiu. Os estudantes, desrespeitando a proibição, iniciaram as festas no primeiro domingo de Julho. Para ser coerente, o prefeito fechou a escola. Os pais dos alunos houveram por bem solidarizar-se com os filhos nesta rebelião, excepto um morador de respeito, e, não querendo que seus filhos fossem coniventes na indisciplina, retirou-se para a sua fazenda fora da cidade. Choveram contra ele cartas anónimas (quatro) e faziam-nas os díscolos distribuir como se partissem do Colégio. A primeira carta anónima é assinada por «Figueira Brava», a quarta traz o nome de «Roxas de Carvalho». Todas as cartas se arvoram em paladinas de Santo Inácio e, portanto, das festas; e algumas em prosa, com ritmo em *ar:* «Todo o bizarro escolar, que esta classe frequentar, deve logo começar»...

Hoje sorrir-nos-íamos destas coisas de estudantes, a que conviria não dar maior atenção. Mas diversas circunstâncias envenenaram o incidente. Os mestres consentiam as festas nos dias 30-31 (véspera e dia de Santo Inácio). Impunham apenas a condição de não haver «máscaras, nem armas». As máscaras prestavam-se a actos de cobardia, insultando encobertos; as armas eram ocasião de crimes nos desatinos da refrega. Os factos vieram dar razão aos padres. No Pará já tinha havido morte de homem. E nestes mesmos festejos, levados adiante pelos estudantes do Maranhão, ainda «houve uma facada, e muitas descomposturas». Os estudantes que queriam levar a sua avante não passariam de quarenta, brancos e a maior parte *obscuri et mixti sanguinis* (pardos e mestiços). O seu acto de desobediência, que assim redundava em descrédito dos professores e indisciplina escolar, teve a sua sanção na própria escola. Ao reabrirem-se as aulas, só se admitiram *os que não haviam tomado parte nos distúrbios*. Os mais foram excluídos.

Começaram então os recursos a Roma e à Coroa, declarando os moradores que os padres tinham obrigação de ensinar por justiça, porque recebiam subsídio de el-rei. O prefeito dos estudos evocou os do Colégio, com os seus diversos graus, desde ler e escrever à Filosofia e Teologia para externos, e declara que todo esse ensino

se ministra sem subsídios dados para esse fim, sem fundação nem engenhos, mas por acto de simples benemerência; e que a dotação que dava el-rei era para sustentar os missionários destinados à catequese dos Índios e para formar os que lhes haviam de suceder, não como paga de professores para alunos externos da cidade.

O geral apoia a proibição, porque não é forma de honrar santos semelhantes acções contra o decoro e a segurança pública; não aprova, porém, que se fechem as aulas e proíbe que para outra vez se cerrem, quer haja ou não obrigação de ensinar. Basta o costume da Companhia, que é ter estudos em toda a parte e quase sempre sem essa obrigação. Por sua vez, el-rei dá razão ao padre por ter fechado as aulas. Em todo o caso, como era tão em prejuízo dos moradores, julga que já terá reaberto o Colégio; e ordena ao governador que lhe assista e o ajude a conter os turbulentos na obediência e respeito devido.

Sanado o incidente, recomeçaram as aulas de Latim para todos, e, supomos, visto não existirem documentos em contrário, que, daí em diante, Santo Inácio se festejaria com alegria ruidosa, mas sem os excessos que motivaram aquelas medidas de excepcional rigor [1].

12. — As férias grandes passavam-nas os estudantes externos com os pais nas cidades, vilas, fazendas, canaviais e já também nas minas do século XVIII, segundo as condições de cada qual. Houve a princípio certa hesitação em determinar o período destas férias, que por fim se fixou nos meses de Dezembro e Janeiro, com alguma diversidade. Os ouvintes de Teologia Especulativa ou Moral ordena em 1586 o visitador Cristóvão de Gouveia que tenham férias completas; para os de letras e da escola elementar seriam da véspera de Natal em diante. Contudo, as aulas durante o mês de Dezembro ficavam reduzidas a hora e meia diária. Na realidade, férias menores. Pela Páscoa, os do curso superior tinham quinze dias de férias; os estudantes dos outros cursos metade, de quarta-feira de Trevas até quarta-feira de Páscoa. Também havia alguns dias feriados pelo Espírito Santo. O semanal era à quinta-feira (às vezes à quarta), além de outros feriados durante o ano: não havia aulas nas vésperas das festas solenes celebradas na igreja do Colégio, nem as havia nos dias do Carnaval e de S. Nicolau, a 6 de Dezembro [2].

---

(1) HC IV 266-267. — (2) HC I 95.

Para os estudantes internos, isto é, para os próprios estudantes jesuítas, logo que houve possibilidades, se fundaram, não muito distantes dos colégios, casas de campo onde iam passar o assueto ou descanso semanal e as férias maiores; e com o tempo se tornaram famosas no meio citadino a Quinta do Tanque na Baía e a Fazenda de S. Cristóvão no Rio de Janeiro. Nelas se construíram edifícios apropriados chamados «Casas de Recreação», com terreno arborizado, água corrente, oratório privativo, jogos de tabuleiro e sobretudo de movimento, como os do fito (bola, malha) e ainda o bilhar.

CAPÍTULO IV

CONVERSÃO DO GENTIO E ALDEAMENTOS

1.— O gentio «papel branco»; 2.— «Diálogo sobre a Conversão do Gentio» de Nóbrega; 3.— Método de atracção e adaptação; 4.— Meninos brasis e meninos órfãos de Lisboa; 5.— Cantos, música, danças e teatro popular; 6.— Instrumentos de comunicação: gramática, vocabulário, catecismos; 7.— Os obstáculos da antropofagia, poligamia e seminomadismo; 8.— Aldeamentos (método de evangelização estável); 9.— Jurisdição espiritual nas aldeias; 10.— Administração temporal dos Índios.

1.—A conversão do gentio foi a principal intenção de D. João III, de Portugal, ao enviar a Companhia de Jesus ao Brasil, que, logo ao chegar, abriu uma escola onde se ensinava a doutrina cristã e a ler e escrever; e, assim como nunca faltaram meninos e moços para aprender as letras, assim também nunca deixou de haver gentio que doutrinar desde 1549 até 1760 na costa marítima, nos caminhos e monções do sertão e nas imensas e misteriosas estradas fluviais da Amazónia.

A grande obra nasceu sob o signo da consolação e do optimismo! Logo se realizaram os primeiros baptismos na Baía, logo os Índios se afeiçoaram aos padres, logo Nóbrega pede de Portugal mais gente, ainda que não seja letrada, porque o gentio apresenta-se como «papel branco»: é só escrever o que aprouver; o importante é virtude e zelo «para que estas criaturas conheçam a seu Criador e a Jesus Cristo seu Redentor» (1). Aqui no Brasil não havia disputas teológicas. Os Índios não possuíam livros sagrados, ao contrário do que sucedia em regiões de elevada cultura: o Norte de África (Muçulmanos), a Índia Oriental (Brâmanes), o Japão (Bonzos).

Mas esta primeira impressão não tardou a atenuar-se. O mesmo estado inculto do gentio, que favorecia uma aparente aceitação («papel

(1) MB I 142.

branco»), revelou-se muralha negativa para a doutrina penetrar fundamente na inteligência e coração dos adultos. Aventaram-se opiniões: estes bárbaros são pouco aptos para se converter (D. Pedro Fernandes); os adultos não têm capacidade para se converter e o não terem ídolos, que parece deveria ajudar, desajuda (Luís da Grã); têm capacidade para se converter, mas obsta a sua malícia e maus costumes, e são tão feros e indómitos que parecem mais próximos da natureza das feras que da dos homens (José de Anchieta); não são para se converter em geral mas em casos particulares (António Blázquez) (1).

2. — Grande tema de missiologia fundamental, dele, aplicado ao Brasil de 1557, trata o *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, do P.e Nóbrega, primeiro trabalho literário de sonda, que principia por estabelecer os costumes sociais, políticos, religiosos, mentais e psicológicos do gentio, opostos à conversão: a antropofagia, que é a «sua bem-aventurança»; a falta de autoridade política (sem rei); a falta de religião culta e orgânica (sem Deus a quem adorem); a sua rudeza mental (com um anzol os converto, com outro os desconverto: a tudo dizem sim); e o atavismo silvestre, que influía na estabilidade dos Índios, atraindo-os para o mato (o menino índio bem tratado e que, apesar disso, foge).

Trabalho inútil? Não, porque nenhum trabalho é inútil quando se faz por amor de Deus e do próximo. Estes índios são próximos? Claro. E tudo o que se faz por eles tem o seu prémio diante de Deus.

Mas as opiniões dividiam-se: alguns têm pouca esperança, olhando à rudeza destes índios e que as coisas da Fé são delicadas e requerem outros entendimentos e costumes, e no entanto trabalham com todo o fervor por amor de Deus; outros dizem que é trabalho inútil até o gentio vir a ser «mui sujeito» e com medo venha a tomar a fé.

«E isso que aproveitaria se fossem cristãos por força e gentios na vida e nos costumes»? — pergunta um interlocutor.

Responde o outro: «Aos pais dizem os que têm esta opinião, que pouco, mas os filhos, netos e daí por diante o poderiam vir a ser e parece que têm razão».

«E a mim sempre me pareceu este muito bom e melhor caminho, se Deus assim quisesse, que outros» — concorda o primeiro.

(1) MB II 487-488.

Este, «se Deus assim quisesse», excluía a injustiça, e até o zelo desordenado, como se reprova nos reis D. Manuel e Sesebuto, que fizeram os judeus cristãos à força. Por isso, tudo se deve fazer com bom conselho.

Estabelecido o acordo sobre a sujeição bem ordenada do gentio, condição negativa para a conversão, começa a parte positiva.

Estando o gentio sujeito, isto é, estando submetidos os Índios a uma lei eficaz que lhes proíba comer carne humana e os situe em aldeias estáveis onde possam ser instruídos, eles são susceptíveis de se converter, porque são homens. E todas as almas dos homens foram criadas à imagem e semelhança de Deus e todas capazes da glória e criadas para ela. E «tanto vale diante de Deus por natureza a alma do Papa como a alma do vosso escravo Papaná»...

— Estes têm alma como nós?

— Pois claro, com memória, entendimento e vontade. Alma (espiritualidade) e corpo (bestialidade, forma de dizer animalidade).

A esta conclusão de que o gentio é como todos os mais homens, segue-se a exposição do Pecado Original, segundo a doutrina católica, e as suas consequências para a humanidade. Natureza decaída: e nisto todos somos iguais, Portugueses, Castelhanos, Tamoios e Aimurés. Antes da graça de Deus, tudo ferro frio sem virtude, que por si mesmo não se volve a nada; mas metido no fogo, tanto mais quente mais dele fareis o que quiserdes.

— Bem está. Mas, se somos todos iguais, porque há homens que sabem ler e outras coisas e estes Índios não?

— Saber ler e outras prendas «não lhes veio de terem naturalmente melhor entendimento, mas de terem melhor criação».

— Mas porque a natureza não as deu aos Índios?

— Não são coisas que dependam da natureza. Dependem do ambiente em que se criam (cidade ou aldeia) e do modo, isto é, da educação e civilização («polícia»).

Explanado este ponto, conclui Nóbrega o seu pensamento sobre a capacidade mental dos Índios. «Mas que estes, por não terem essa polícia, fiquem de menos entendimento para receberem a fé, que os que a têm [a «polícia»], me não provareis vós, nem todas as razões acima ditas.»

Todavia — continua ele — nem sempre a civilização refinada é elemento útil para a conversão, antes às vezes é obstáculo com o enfatuamento das suas discussões; e do mesmo modo certos

estados de alma, como o dos judeus, que esperavam um Messias poderoso; e por isso era mais difícil fazer aceitar a eles o Messias crucificado do que aos Índios tão fáceis em crer.

— Mas — objecta-se — os judeus, caindo na conta, perseveriam melhor.

— Não. A conversão cristã não é um fenómeno puramente humano: requer-se também a fé, que é uma graça de Deus (há mistérios cristãos, que se não provam com a razão demonstrativa). Os Índios, recebida de Deus essa graça («a fé no coração»), são mais fáceis de persuadir, porque têm menos pontos de resistência do que os judeus e os romanos instruídos, os quais, no entanto, começando por matar os cristãos, algum tempo depois eram todos cristãos; e são capazes de perseverar, como de facto perseveram, deixando muitos Índios o mais difícil, a sua prática de comer carne humana: e dá exemplos concretos (1).

Através do desenvolvimento literário, o fio do pensamento de Nóbrega é este: os Índios são capazes de se converter em direito, porque são homens; e de facto, porque já muitos se converteram. Mas importa criar duas condições extrínsecas aos Índios, aptas a facilitar a conversão: uma da parte dos missionários, que deviam tender cada vez mais à perfeição de evangelizadores; outra da parte dos Índios, com sujeição moderada. Com a santidade de vida, os missionários atrairiam de Deus a graça da conversão dos gentios; com a sujeição, facilitava-se a reeducação dos adultos (catequese) na medida do possível (sempre foi difícil em todas as partes do mundo a conversão dos adultos) e promovia-se a educação cristã dos filhos sob um regime de autoridade paterna.

3. — O *Diálogo* escrevia-se alguns anos depois de iniciada a evangelização na Baía e como consequência já do que foi possível verificar-se aí e nas outras Capitanias nesse período de adaptação e atracção, um pouco à maneira de S. Paulo, entrar com a dos Índios para sair com a de Cristo. Feliz resultado em que colaboraram várias circunstâncias, entre as quais inicialmente a dos meninos órfãos de Lisboa.

4. — No ano em que Nóbrega embarcou para o Brasil fundou-se na capital portuguesa o Colégio dos Meninos Órfãos, junto ao Colégio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, com o qual comunicava por dentro e também com o mesmo espírito. Mas as Constituições da Companhia, que só se enviaram para Portugal em 1553 (e ainda a título de experiência), não incluíam estes estabelecimentos entre os seus ministérios. Em todo o caso, os meninos órfãos duraram à sombra da Companhia o bastante para desempenharem no Brasil um papel singular com os que para lá se enviaram de 1550 a 1555, papel único na história das missões. Os primeiros sete, em 1550, partiram com o fim expresso de «pregar» o santíssimo nome de Jesus Cristo aos gentios. Também foram para o Oriente, mas a sua «pregação» na Índia resumia-se quase só a cantar nos ofícios divinos. No Brasil foi missão psicossocial de maravilhoso alcance nos primeiros contactos. Nóbrega misturou-os com os meninos gentios, e a adolescência não conhece preconceitos de raça. Os órfãos aprendiam tupi, os índios português. O gelo quebrara-se. Com eles entrou Nóbrega e entraram outros na zona perigosa da selva, levando consigo a alegria das crianças e a simpatia dos pais índios. Estes costumavam «abrir caminhos» à «santidade» dos seus pajés. Agora abriam-nos «largos», como a estrada de Coimbra, à chegada da nova santidade do Evangelho. E no terreiro gentio dos Índios arvorava-se sem violência a Cruz de Cristo.

(1) CN 215-250; MB II 317-345.

5. — Ao convívio alegre dos meninos, portugueses e índios, com os jogos e brinquedos comuns da sua idade, acresce outro elemento inestimável e que Nóbrega aproveitou ao máximo para a evangelização. Os meninos órfãos aprendiam a cantar em Lisboa e alguma vez se exibiram na Corte. Levaram para o Brasil o que tinham aprendido.

Desconhece-se o reportório orgânico dos seus cantos no Brasil. Mas sobreviveram alguns, entre os quais três, que os órfãos cantaram em Lisboa por ocasião do embarque em Janeiro de 1550. Foram em procissão desde o Colégio a Belém. No caminho cantaram «uma cantiga que diz: *Gran Senhor nos há nascido/humano e mais divino*». Já em Belém, no batel, um órfão começou a cantar em voz alta: *Os mandamentos de Deus/que havemos de guardar/dados pelo Rei dos céus/para todos nos salvar*. E enfim, já a bordo do galeão, diante de um retábulo de Nossa Senhora que levavam, despediram-se da Pátria, cantando a *Salve Rainha* (1). Três cantos

(1) MB I 172-174.

que na nova pátria, que se fundava, muitas vezes teriam alegrado as festas em colégios e aldeias e mesmo nas peregrinações de Nóbrega na selva circundante da Baía e no Campo de Piratininga.

Além da missa «cantada», há notícia de outros cantos nestes primeiros anos: o «Padre Nosso» também cantado, a «Santa Maria», salmos, motetes, cantigas devotas acomodadas aos tempos, hinos litúrgicos, entre os quais o *Veni Creator,* e o *Heu, Heu, Salvator Noster,* na procissão das Três Marias em Porto Seguro (1). Mas a notícia fundamental nesta matéria é de 1551, já depois da chegada à Baía dos meninos de Lisboa, antes de Nóbrega partir para Pernambuco. Os meninos órfãos, os mamalucos e os filhos dos Índios, que começavam a fugir das suas aldeias para os padres, «cantam todos uma missa cada dia e ocupam-se noutras coisas semelhantes: agora *se ordenam* cantares nesta língua, os quais cantam os mamalucos pelas aldeias com os outros» (2); e no ano seguinte, de 1552, já se dizia do Colégio dos Meninos de Jesus na Baía: «Em casa se tem *exercício* de tudo, assi de pregações como de *cantigas,* pela língoa e em português, e aprendem muito bem o necessário» (3).

Breves sermões, cantigas em português e em tupi, e «aprendem muito bem». Rudimentar, sem dúvida, mas enfim uma *Escola de Declamação e de Canto.* O seu mestre era um antigo crúzio ou cónego regrante de Santa Cruz de Coimbra, P.e Francisco Pires. Ao ir para o Sul, em fins de 1552, Nóbrega levou-o com meninos já adestrados, e a escola de canto da Baía continuou no Colégio de S. Vicente, e passou de S. Vicente para S. Paulo de Piratininga, aí, como se verá, já com outro mestre de canto, que também era músico.

Os gentios «em extremo são afeiçoados à música e cantares», observaram os padres, e os pajés bem o sabiam antes dos Portugueses e dos Jesuítas (4). Mas logo os Jesuítas e os Portugueses aproveitaram essa inclinação. Na festa do Anjo Custódio de Portugal em 1549, a procissão foi «com grande música a que responderam as trombetas»; e a um padre que nela cantara pediam os Índios que lhes cantasse assim, como fazia na procissão. Não compreendiam as palavras, seduzia-os a expressão musical.

Ora, nos primeiros contactos, os meninos portugueses aprenderam, ao modo dos Índios, a tocar maracás e taquaras. O efeito seria maior se tocassem instrumentos de música popular portuguesa; e pediram-se de Portugal flautas, gaitas, nêsperas, ferrinhos, pandeiros e soalhas e até algum «tamborileiro e gaiteiro», com os quais Nóbrega atrairia mais fàcilmente o gentio (1).

(1) MB IV 317. — (2) MB I 258. — (3) MB I 396. — (4) MB II 351.

Método atractivo da catequese usado pelo superior da Missão, primeiro na Baía e pouco depois em Piratininga; e aí, na Capitania de S. Vicente, recebeu na Companhia António Rodrigues, cujos coros de flautas dos meninos brasis iriam depois na Baía enlevar os Índios e os Brancos, um dos quais, o governador Mem de Sá, muito gostava de ouvir os cantares destes meninos, e já em 1559 na Baía os meninos brasis oficiavam missas cantadas (2). Tal método criou escola; e mais tarde, no século XVII, o P.e António Vieira, propugnando o ensino do canto e instrumentos nas aldeias do Maranhão e Grão-Pará, a fim de «beneficiar os ofícios divinos», dizia, referindo-se aos catecúmenos da serra de Ibiapava (Ceará). «Mas depois que os padres lhes ensinaram a cantar os mesmos mistérios, que compuseram em versos e tons muito acomodados, viu-se bem com quanta razão dizia Nóbrega, primeiro missionário do Brasil, que com música e harmonia de vozes se atrevia a trazer a si todos os gentios da América» (3). A música entrou como disciplina escolar nos seminários, em particular no de Belém da Cachoeira (Baía), aparece com instrumentos nas aldeias e fazendas e entra com três modalidades — canto, instrumentos e órgãos — nas igrejas dos colégios e até nas de algumas fazendas maiores.

À música e ao canto juntaram-se danças infantis. Fora do estudo, os meninos órfãos, na sua convivência e folguedos com os meninos brasis, também dançavam; e alguma vez com eles tocou, cantou e dançou o seu prefeito, um jovem e edificante padre, Salvador Rodrigues, que faleceu prematuramente em 1553. Nóbrega, decerto, não o desaprovou, porque nos cantos, músicas e danças dos Índios, e até na maneira de cortar o cabelo, Nóbrega via apenas *modos* e costumes *indiferentes* não opostos à religião cristã; e, contemporizando com eles, se lhe abria mais fácil a porta à pregação do Evangelho. Doutrina que é hoje a da Igreja universal em todos os países de missão e de que, portanto, Nóbrega é pioneiro ou precursor.

As danças eram só entre meninos. Conhece-se alguma excepção, que ajudou a dissolver a desconfiança indígena das aldeias. Peregrinando os meninos órfãos pela zona da mata ainda perigosa da

(1) MB I 383-384. — (2) MB III 136. — (3) BN 89.

Baía, contam eles próprios como numa aldeia de Índios «dançámos e cantámos ao seu modo, e os cantares na língua [tupi], e a mulher do Principal levantou-se a dançar connosco» (1). O simples facto de a notícia se incluir na correspondência dos padres demonstra por si mesmo que o episódio se considerou útil à pregação do Evangelho.

Passado o breve ciclo dos órfãos portugueses, as danças dos Índios continuaram nas aldeias da Companhia (índios e índias entre si) e nomeiam-se como manifestações coreográficas de regozijo nas festas dos jubileus, ao passo que os Portugueses mostravam também a sua alegria com tiros, corridas da argolinha, representações de autos e outras manifestações semelhantes. Com a estabilidade das aldeias, as danças dos Índios apareciam depois também por ocasião das visitas de personalidades da Companhia e de fora dela; e este sistema estendeu-se por todas as aldeias do Brasil, nem os padres suprimiram as danças indígenas, pondo-lhes apenas limite horário, aos sábados à noite, para que, não tanto pelas danças como pelo *caxiri, cauim* ou outras bebidas inebriantes, os Índios não ficassem incapazes para a vida social ou assistência aos actos do culto no domingo de manhã. A estas danças indígenas acrescentaram os padres outras, sobretudo com os meninos, como meio de educação, entretenimento e arte. E ensinavam-nos «a dançar ao modo português, que para eles era coisa de mais gosto que pode ser», escreve Luís Figueira já no século XVII, referindo-se aos índios do Ceará (2). Na organização das primeiras festas do Brasil, a intervenção dos Índios, com os seus cantos, danças e plumagem, tinha muito de colorido ornamental ou de costumes, que hoje se consideraria elemento folclórico, mas só em certo sentido, porque já também em todas as cidades e vilas havia danças, cantos e músicas, importados da Europa nos navios do Reino; e logo em 1549, na Baía, a Festa do Corpo de Deus se celebrou com festa de igreja e procissão solene com a artilharia a jogar na cerca, as ruas enramadas e «*danças* e invenções à maneira de Portugal», que é outro velho elemento folclórico a conglutinar com o primeiro (3).

Os Portugueses levaram para o Brasil as suas festas como vínculo da própria vida social numa afinidade imediata de gostos com a dos Índios; a qual, coordenada pelos Jesuítas, produziu frutos de civilização. Quando em 1583 Fernão Cardim visitou as aldeias da

(1) MB I 389. — (2) HC IV 295. — (3) MB I 129.

Baía achou que «em uma delas lhes ensinam a cantar e têm seu coro de canto e flautas para suas festas, e fazem suas danças à portuguesa, com tamboris e violas, com muita graça como se fossem meninos portugueses; e quando fazem estas danças põem uns diademas na cabeça, de penas de pássaros de várias cores, e desta sorte fazem também os arcos, empenam e pintam o corpo, e assim pintados e mui galantes a seu modo fazem suas festas muito aprazíveis, que dão contento e causam devoção por serem feitas por gente tão indómita e bárbara, mas por bondade divina e diligência dos Nossos, *feitos já homens políticos e cristãos*» (1) — método de psicologia e primeira intuição que irão seguir um século mais tarde os Jesuítas do Paraguai.

Também à maneira de Portugal apareceram no Brasil as primeiras manifestações teatrais. Escreve o relator das festas na aldeia de S. Tiago (Baía) em honra do seu padroeiro no ano de 1564: «Deixei de contar um auto, que fizeram, do glorioso S. Tiago, muito devoto, e o regozijo e prazer com que se passou aquele dia, porque, como são passatempos de gente de fora, não faz tanto ao nosso intento relatá-los» (2). Passatempo de *gente de fora*, sem dúvida, mas que se representava numa aldeia da Companhia de Jesus; e a estes autos e festas religiosas concorriam os moradores da cidade, os índios das outras aldeias e o pessoal das fazendas circunvizinhas, como nas boas romarias portuguesas.

O *Auto de S. Tiago* era devoto. Seriam-no também sempre os demais autos noutras festas como as do fim de ano? Não parece, porque precisamente se diz que Nóbrega achou meio de convencer os moradores de que, em vez de um auto que queriam representar, se fizesse outro que ajudasse à devoção, na língua portuguesa e na língua dos Índios, para ser compreendido por uns e outros; e por este motivo o intitulou *Auto da Pregação Universal,* incumbindo de o preparar um irmão que sabia ambas as línguas (José de Anchieta).

Não só na aldeia de S. Tiago, mas noutras da periferia da Baía, e ainda nas da Capitania do Espírito Santo e na aldeia de S. Lourenço, do Rio de Janeiro, havia festas e concursos semelhantes. Nesta última se representou o *Auto de S. Lourenço,* preparado pelo Irmão Manuel do Couto, que já tinha o curso das Artes e aí aprendia em 1586 a língua brasílica, e esse mesmo auto lhe serviria de exercício prático (3).

(1) HC II 100. — (2) MB IV 82. — (3) HC II 609; VIII 183.

Com o teatro popular nas aldeias coexistia já o teatro escolar nos colégios, nos quais se iriam concentrar as representações eruditas, quer em latim quer em português; o latim, imposto pela regra de o falar nas classes de Humanidades; o português, insistentemente reclamado no Brasil para o teatro ser entendido pelo povo, que acudia às festas académicas nas vilas e cidades, teatro já colegial e urbano fora do ambiente próprio da conversão do gentio.

6. — Em conexão directa com a obra da conversão e evangelização dos índios, se apresentavam os instrumentos de comunicação e catequese — gramáticas, vocabulários e catecismos — em várias línguas, sobretudo na que se dizia «brasílica» e depois se chamou «geral» (tupi). As *Gramáticas* de José de Anchieta e Luís Figueira, o *Vocabulário* de Leonardo do Vale, o *Catecismo* de António de Araújo, o primeiro que se imprimiu e outros depois resumiram, são monumentos hoje da linguística americana e valiosos expoentes da herança cultural dos Jesuítas do Brasil.

7. — Os catecismos continham doutrina bastante para os índios do Brasil, que se apresentavam ao missionário de forma diversa do gentio do Oriente, onde vigoravam religiões sòlidamente organizadas e dotadas de livros sacros, edifícios arquitectónicos grandiosos, sacerdotes instruídos. No Brasil era o «papel branco» primitivo de quem não sabia ler nem escrever, gentio imerso ainda nos lindes da magia e do animismo, no estágio da religião do mito, não já a do livro. A obra da sua conversão iria estabelecer-se mais num plano prático do que doutrinário, mais de mudança de costumes que de fé. Não era possível instituírem-se disputas teológicas onde não havia dogmas preestabelecidos pelos quais se deixassem matar, como sucede com os fiéis autênticos das religiões positivas. Não possuíam teologia nem textos escritos para base de discussão. O que tinham, de facto, eram costumes, uns compatíveis com o cristianismo, outros incompatíveis. Os compatíveis não havia que bulir muito neles — e foi esse o caminho inicial de Nóbrega —, mas os incompatíveis, como a antropofagia e a poligamia, tinham de ceder o passo ao Evangelho, sob pena de se frustrar a sua implantação na selva americana.

A antropofagia acharam-na os Portugueses generalizada entre os índios dos primeiros contactos, Tupinambás e afins, em toda a costa do Brasil. Costume antinatural, combatido pelos padres da Companhia logo desde 1549. Em Porto Seguro achou Nóbrega um

menino índio que ia ser morto em terreiro pelo gentio; não o podendo resgatar nem impedir de ser morto e comido, conseguiu ao menos que fosse baptizado antes, pedindo a Deus no seu coração que houvesse em breve força civil bastante para extirpar de raiz tão execrando costume, ditado pela lei da selva. Na Baía, por persuasão, o que até então nunca se tinha visto, fez que os gentios lhe entregassem vivo um cativo que já se preparavam para matar em terreiro. Nas primeiras cartas dos Jesuítas borbulham os pormenores sobre o costume de os índios comerem carne humana. No tempo do governador Tomé de Sousa, o pouco poder de que ainda então dispunham os Portugueses não consentia ir-se além de uma ou outra vitória singular, ainda sem alcance geral. Contemporizava-se. Ao voltar de S. Vicente à Baía, achou Nóbrega que era tempo já de se iniciar a batalha frontal. Escreveu um tratado contra a antropofagia, desaprovando os que a cometiam, e incluiu a sua proibição entre os seis pontos da Lei dos índios de 1558, que o governador Mem de Sá executou. Para a extinção da antropofagia não se invocaram motivos religiosos, apelou-se para outro mais prático: o do Código Penal português. Na antropofagia praticava-se um homicídio na pessoa da vítima que ia ser devorada. Castigado o homicídio conforme a lei, desapareceu a antropofagia da zona civilizada da Baía e das demais Capitanias até onde quer que chegasse, e se fosse alargando, a autoridade do novo Estado do Brasil.

A poligamia representava outro impedimento à conversão dos índios principais que viviam com muitas mulheres e delas tinham filhos; mas a transição do lar poligâmico para o monogâmico não era fácil com os adultos antes do baptismo. A solução prática, imediata e relativamente fácil foi a preconizada no *Diálogo sobre a Conversão do Gentio:* educar cristãmente nas aldeias as novas gerações. Em chegando à idade de se casar, uniam-se os moços da escola com as moças da doutrina — e, desta maneira, à poligamia atávica dos índios sucedeu, como acto simples e natural, o lar monogâmico.

8. — Um dos costumes dos índios, que também dificultavam a pregação do Evangelho, era o seminomadismo em que viviam. As suas pequenas aldeias gentias, constituídas por habitações precárias, duravam pouco. Envelheciam as cabanas de palha, enfraqueciam as terras do cultivo da mandioca, não adubadas senão pelas cinzas do primeiro roçado. Os índios levantavam pouso, roçavam outro sítio na mata, aí erguiam novas cabanas e iniciavam novo plantio de

mandioca. Dispersão periódica, a curto prazo, que o missionário não podia acompanhar. Reunir o gentio em grandes aldeias, com ser passo útil para os fixar à terra, a caminho de uma vida social mais ampla, era necessário para poucos missionários (sempre poucos para a extensão do Brasil!) atenderem à maior soma possível de catecúmenos no menor espaço. Na dispersão em que viviam, embora um ou outro índio individualmente se convertesse, continuando ele a viver no seu ambiente gentio, não dava garantias de perseverança, e fora da assistência dos padres não se educariam cristãmente os filhos. A esta conclusão chegou Nóbrega em 1552, e tratou de a pôr em prática nas aldeias que ia fundando, incluindo a de Piratininga no ano seguinte. Mas verdadeiramente o braço-direito de Nóbrega veio a ser o governador Mem de Sá, colaboração que, no aspecto da conversão do gentio, Anchieta sintetiza assim: Fez Nóbrega «com o Governador Mem de Sá que usasse de força com os índios da Baía para se ajuntarem em aldeias grandes e igrejas pera ouvirem a palavra de Deus, contra o parecer e vontade de todos os moradores, o qual depois se estendeu por toda a costa, que foi meio único de salvação de tantas almas e propagação de Fé» (1). A autoridade do governador contrabalançou o seminomadismo ancestral dos Índios, que o arrastava com frequência para o sertão em zonas ainda fora da ocupação efectiva do Estado do Brasil, inutilizando com isso os esforços civilizadores e catequéticos dos poucos padres que então eram.

Além da doutrina cristã que aprendiam, os Índios, situados à roda das cidades e vilas, ajudariam também à comum defesa; mas a sua fixação em aldeias implicava, para quem os aldeava, a dupla responsabilidade de lhes assegurar sustento e trabalho. Os Índios antes caçavam, pescavam e plantavam mandioca ao redor das suas pequenas aldeias dispersas, mas agora o povoamento dos Portugueses ia demarcando sesmarias umas após outras. Convinha que as aldeias não fossem esquecidas. Os seus Índios deviam dispor de terras próprias, juridicamente garantidas, para lavouras e sustento. Não foi proposta vã a de Nóbrega na Lei dos Índios de 1558. O governador Mem de Sá mandou dar e demarcar sesmarias às aldeias do Colégio da Baía, com as respectivas cartas (2).

Numerosas aldeias se fundaram depois e nem sempre os encarregados de conceder as terras viam com olhos catequéticos estas

(1) BN 220. — (2) MB III 508-511.

fundações, como sucedeu nos sertões da Baía, na Jacobina e margens do rio de S. Francisco, lugares onde a seguir às perturbações paulistas no Sul e às guerras holandesas no Norte, que quebrantaram o espírito missionário, se tentou o aldeamento dos Índios. Mas aí os donos das imensas sesmarias, em que já estavam repartidas as terras, interpretavam que por serem senhores delas podiam também dispor dos Índios que as habitavam. Os conflitos foram inevitáveis e violentos (1). Até que o alvará régio de 23 de Novembro de 1700 ordenou que se desse às aldeias do Brasil 1 légua de terra em quadra, não a arbítrio dos donatários ou sesmeiros, mas onde os Índios preferissem, ouvida a Junta das Missões. Davam-se as terras a eles, porque, «tendo-as os Índios, as ficam logrando os missionários, *no que lhes for necessário* para ajudar o seu *sustento* e para ornato e custeio das *igrejas*» (2). Prudente cláusula jurídica, de *posse* aos Índios e de *usufruto* colectivo aos Índios, aos padres e à Igreja, o que tirava a tentação aos vizinhos e confinantes de se intrometerem com as terras das aldeias.

No intervalo de cinco anos, fundou Nóbrega duas aldeias com a mesma denominação de São Paulo, uma em Piratininga (1553), outra na Baía (1558), com paralelismo não só de nome mas de método e organização. São Paulo de Piratininga procedia de três pequenas aldeias juntas numa, de cuja inauguração todavia não se conservaram documentos coevos, como sucedeu com São Paulo da Baía, mas não há nenhum que prove ter havido procedimento diverso. Na Baía, Nóbrega benzeu a igreja, baptizou 84 meninos e disse missa. Do baptismo foram padrinhos o governador Mem de Sá e o Irmão António Rodrigues, «seu mestre e língua». Logo a seguir, escolheu Nóbrega esta aldeia para residência habitual sua, constituindo-a deste modo, e por então, cúria provincial do Brasil. Na construção da igreja e casas desta nova cristandade de São Paulo, «que quase se quer igualar com o colégio da cidade», gastaram-se quatro meses (3). Nóbrega constituiu-a uma como estação experimental para a conversão e a aprendizagem regular do trabalho. Dois anos depois, exceptuando alguns gentios adultos, que só se baptizariam no artigo de morte, a aldeia de São Paulo da Baía era já toda cristã. Além dos lactantes e dos meninos e meninas que aprendiam, contava 50 lares, constituídos em parte pelos rapazes das escolas, casados com as moças da doutrina (4); e «um destes moços, que os

(1) HC V 278-281. — (2) HC V 307. — (3) MB II 465-466. — (4) MB III 290.

anos passados criámos e se ensinou a tecelão», está agora nesta aldeia com o seu tear, e «já faz pano; e o cuidado que antes tinham todos nas festas da carne humana e em suas guerras e cerimónias, o convertem em plantar algodão e fiarem-no e vestirem-se; e este é agora o seu cuidado, geralmente, e é começo para todos se vestirem e de facto muitos o andam» (1).

Esta aprendizagem regular e estável do trabalho, de inapreciável intenção económica e social, era uma das três características das aldeias. A ela se unia outra, de endereço político, a utilização dos índios cristãos contra os assaltos do gentio selvagem e contra os inimigos externos. Os índios aldeados já estiveram presentes na guerra do Paraguaçu e na conquista e fundação do Rio de Janeiro contra Franceses e Tamoios; e iriam participar depois em todas as lutas de defesa contra piratas de diversas nacionalidades (franceses, ingleses, holandeses). Em todo o caso, a característica primordial das aldeias, e a que fundamenta as outras duas, foi o ensino e prática da doutrina cristã.

9. — A prática da vida cristã nas aldeias regia-se pelo direito missionário, em que os superiores locais exercem o múnus paroquial. Mas, por definição, considerada em si mesma, a aldeia ou missão é fase transitória para o estabelecimento da hierarquia eclesiástica em que a célula-máter é a paróquia; e em geral, quando as aldeias se elevavam a vilas, passavam ao mesmo tempo ao regime paroquial diocesano. Também nisto se distinguiu das outras a mais célebre de todas as aldeias do Brasil. Fundada em 1553, elevada a vila em 1560, São Paulo de Piratininga só em 1591 recebeu pároco secular. Viveu trinta e oito anos em regime missionário, sendo os padres da Companhia de Jesus os chefes da Igreja de São Paulo nas suas duas primeiras formas, de aldeia e vila.

Como a de São Paulo de Piratininga, se constituíam as aldeias de catequese, centro de vida religiosa também para os moradores das fazendas, quando as havia nas proximidades. Em 1559, dia de Santo António, achava-se Nóbrega na aldeia de S. João da Baía quando soube da vitória do governador Mem de Sá em Ilhéus contra o gentio revolto. Organizou uma procissão em acção de graças; mas, além dos Índios, incorporaram-se nela os portugueses das fazendas vizinhas, que com as suas mulheres costumavam ir

(1) HC I 180.

à missa aos domingos e festas a essa aldeia, por lhes ficar à mão (1).

Durante o século XVI as aldeias situavam-se na costa, à beira-mar ou a poucas léguas do litoral, não nos sertões distantes, onde a segurança dos padres ainda se apresentava precária e onde as subsistências, incluindo o trigo e vinho das missas, dificilmente chegavam longe dos portos marítimos; mas já desde o século XVI se tornaram frequentes as entradas ao sertão com o fim de descer gentio para se doutrinar naquelas aldeias da costa em ambiente já civilizado.

Ao norte, a majestosa estrada fluvial do Amazonas como que prolongava a costa até ao coração do continente sul-americano; e, pela sua mesma navegabilidade, criou outro tipo de aldeias de catequese nos séculos XVII e XVIII, que se repartiram por diversos institutos missionários ao longo dos grandes afluentes do Amazonas. As dos Jesuítas situaram-se de preferência nos rios Xingu, Tocantins, Tapajós, Madeira e, por fim, Javari, fronteira definitiva do Brasil, a enorme distância das cidades e vilas do litoral — e a última distante também já dois séculos das primeiras aldeias baianas.

Para o aldeamento dos índios nas margens dos rios, incluindo os menos fáceis do Maranhão, ajudavam os governadores como podiam ou sabiam com atitudes nem sempre coerentes e efectivas; mas também no Norte apareceram homens com o espírito empreendedor e compreensivo de Mem de Sá, um dos quais em posição de relevo, João da Maia da Gama (2).

10. — Nas suas aldeias exerceram os padres da Companhia de Jesus, como todos os missionários em qualquer parte do mundo, a jurisdição espiritual; mas no Brasil foram também mestres agrícolas e construtores de igrejas, como dirá Vieira: «Somos nós os mestres e obreiros daquela arquitectura, com o cordel, com o prumo, com a enxó e com a serra e os outros instrumentos, que também nós lhes damos, na mão» (3). E, dada a condição dos índios do Brasil, além da jurisdição espiritual, os padres da Companhia, tirando breves períodos, foram conjuntamente funcionários civis, encarregados da direcção das aldeias; e, nas chamadas aldeias de repartição, incumbidos de superintender na distribuição dos serviços que os índios deviam prestar, obstando a que os pretendentes ao

(1) CN 304; MB III 59. — (2) HC III 153. — (3) HC II 597.

seu trabalho levassem os índios da aldeia sem garantir de antemão o pagamento dos respectivos salários, segundo a lei vigente no Estado do Maranhão e Pará. A jurisdição civil ou «governo temporal», como então se dizia, era difícil de se exercer sem atritos, e foi objecto não só de estudos e debates, em que nem todos os padres eram de parecer que se aceitassem tal jurisdição, mas também se prestou a acomodações e aperfeiçoamentos. Vieira coordenou os elementos essenciais dessa jurisdição no seu «Regulamento das Aldeias» do referido Estado do Maranhão e Pará. A terceira parte é sobre a «administração temporal dos Índios». Os subtítulos entre cancelos abriram-se ao publicar-se em 1943 este documento inédito, de que convém fixar aqui, tais quais, seis parágrafos, desde o n.º 38 ao n.º 43:

«38 — [*Regime paternal*]. Da direcção temporal, que sua Majestade nos encomenda na forma da lei, importa muito que procedamos paternalmente; e sem modos que cheirem a império, não chamando em nenhum caso nomes afrontosos aos Índios, nem os castigando por nossas mãos; o que se entende igualmente quando o direito for espiritual, mas o castigo que merecerem se lhes dará por meio dos Principais; e geralmente tudo o que houvermos de fazer *maxime in temporalibus*, se forem coisas de momento, convém que o não façamos imediatamente por nós, senão pelos Principais de sua nação, os quais com isto se satisfazem, e nos acrescentamos respeito e autoridade.

39 — [*Correspondência com as Autoridades*]. Havendo algumas queixas, ou culpas dos Principais, para cujo remédio não tenham bastado as admoestações paternais e repreensões dos Nossos, o Padre que tiver cuidado da Aldeia dará ao Superior parte para ver o remédio que deve aplicar; e se há-de avisar ao Governador e Capitão-Mor, ao qual Governador ou Capitão-Mor, não escrevam os Missionários, mas tendo negócio com eles o remeterão ao Superior para que imediatamente o trate, e se sobre o mesmo negócio ou outro qualquer tiverem carta do Governador ou Capitão-Mor, enviarão a resposta aberta ao mesmo Superior para que depois de lida lha possa dar.

40 — [*Herança ou eleição do Principal da Aldeia*]. Quando o legítimo Principal da Aldeia morrer, tendo legítimo filho de capacidade e idade, lhe sucede o governo, sem mais outra diligência; mas não havendo filho, ou não sendo capaz, o estilo é que o Padre, que tem cuidado da Aldeia, consulte com os maiores, quem tem mere-

cimento para ser Principal; e esse se propõe ao Governador para que mande passar provisão.

41 — [*Outros ofícios e cartas patentes*]. Os provimentos dos outros ofícios da Aldeia, ou sejam de guerra ou de república, principalmente depois da nova lei, basta que os façam [os] Principais com direcção e aprovação do Padre; e [posto] que diz a Lei que os Párocos com os Principais das suas nações governem as Aldeias, é mais conforme à modéstia religiosa, que nós não passemos provisões dos ditos ofícios, e mais conforme à simplicidade natural, com que sempre se governaram os Índios, que sirvam sem provisões, salvo se eles as pedirem aos Governadores, como algumas vezes fazem, no que nós nos não meteremos; porém, porque alguns dos ditos Índios estimam muito um papel, de que constem os seus ofícios e serviços, para lhes satisfazer a este desejo, poderá o Padre, que tem o cuidado da Aldeia, passar-lhes uma certidão, em que refira o ofício para que foi eleito pelos Principais, e os merecimentos e serviços por que lhe foi dado o cargo. Para a sobredita certidão e cartas patentes, que os Índios levam ao sertão, quando vão com recados ou embaixadas dos Padres aos Gentios, e para as ordens que se mandam aos Principais das Aldeias, etc., haverá um formulário particular, em que todas estas coisas se contenham, para que todos falemos pela mesma linguagem, com palavras certas e decentes, em que nossos caluniadores não tenham que acusar.

42 — [*Serviço dos Índios*]. Na repartição dos Índios, que hão-de servir aos moradores, se guarde em tudo a disposição de El-Rei, conforme a praxe, em que está introduzido, que é a verdadeira, repartindo-se sòmente homens e não mulheres, nem meninos, salvo nos casos exceptuados, em que se poderão dar algumas mulheres para servirem; e são os seguintes: 1.º — alguma índia de leite, para criar; 2.º — alguma índia desobrigada, e não moça, para servir algum Governador ou Capitão-Mor ou Vigário Geral, ou outros Ministros de El-Rei, que venham de-novo a este Estado; 3.º — alguma índia, também desobrigada, para servir alguma mulher pobre e desamparada, que não tenha outro remédio; 4.º — algumas índias, com seus maridos, no tempo da colheita das mandiocas; e fora destes casos se feche totalmente a porta a se darem índias para servirem, pelos gravíssimos inconvenientes espirituais e temporais, que do contrário se têm experimentado, a que a mesma lei quis atalhar.

43 — [*Salários*]. Nos preços do serviço dos índios nenhuma coisa se altere, nem se permita a ninguém levá-los sem depositar

pagamento, excepto sòmente quando forem do serviço de El-Rei, com cujos ministros se deve solicitar com todo o aperto a satisfação do suor destes miseráveis, pois do bom tratamento, que se faz aos já cristãos, depende em tanta parte a conversão dos Gentios» (1).

Neste último parágrafo do Regulamento, ao tratar do salário devido ao serviço dos Índios, Vieira usa o vocábulo «miseráveis», não em sentido pejorativo, mas no quase jurídico de *menoridade*. O que nos introduz já no capítulo seguinte.

(1) HC IV 119-121.

CAPÍTULO V

MENORIDADE E LIBERDADE DOS ÍNDIOS

1. — O estado da questão até 1558; 2. — Justiça dos Índios entre si: conceito de menoridade; 3. — Justiça dos Índios com os Portugueses: conceito de guerra justa; 4. — A Mesa da Consciência e o parecer de Nóbrega (1567); 5. — A lei régia de 1570 e outras leis; 6. — O ano de 1640 na Capitania de S. Vicente; 7. — O P.e António Vieira no extremo norte e a «oposição» dos reis de Portugal e dos Jesuítas contra a «opinião pública» dos moradores que reclamavam escravos; 8. — O «Regimento das Missões» do Estado do Maranhão e Pará e o «voto» de Vieira contra as administrações paulistas; 9. — A Lei de 1755 de D. José I e outras leis, em que ainda se manifesta implícita a menoridade dos Índios.

1. — Unida à catequese e aos aldeamentos andava a administração da justiça, a mais difícil das questões por ter de coordenar o estado inculto e primitivo em que os Portugueses acharam os Índios com os interesses dos moradores das cidades, vilas e fazendas, que se iam organizando por toda a costa; os quais moradores, inicialmente brancos, já no século XVI começaram a ser também mestiços pelo lado de mãe índia (mamalucos) e pouco depois pelo lado de mãe negra (pardos). Todos em geral — brancos, mamalucos, pardos — se chamavam *Portugueses*, denominação com que se distinguiam dos *Índios*.

A situação em 1553, durante o governo de Tomé de Sousa, expõe-na o P.e Nóbrega ao provincial de Portugal. Residia então na Capitania de S. Vicente:

«Os homens desta costa, e principalmente desta Capitania, os mais têm índios forçados, que reclamam liberdade e não sabem mais do judicial que virem a nós, como a pais e valedores, acolhendo-se à Igreja; e nós, porque estamos já escarmentados e não queremos mover escândalos nem que nos apedrejem, não lhes podemos valer, nem até o ousamos pregar. De maneira que por falta de justiça, eles ficam cativos e os seus senhores em pecado mortal, e nós per-

demos o crédito entre toda a gentilidade pelo que esperavam. Disse ao Governador que provesse nisto. E como ele faz tudo com muito conselho e alguns do seu conselho também têm os índios em casa, é de parecer que não se toque nisso, pelo prejuízo que virá a muitos homens, e que melhor é estarem em sujeição e que sirvam as fazendas; e que isto é mais serviço de El-Rei e bem da terra e dos moradores dela; e de outra maneira, como isto toque a quase todos, será grande mal para a terra; e outras razões semelhantes. E a mim parecia-me que não se devia deixar de fazer razão e justiça, igualmente, por todas as suas razões, porque a coisa em que a não há, não a favorece Nosso Senhor; e por maior bem tenho da terra dar a cada um o que é seu, do que com pecados, de que nunca hão-de sair, sustentá-la; e creio que então darão os Engenhos mais açúcar e mais dízimos a Sua Alteza» (1).

A situação não melhorou no governo de D. Duarte da Costa, antes piorou com o alvitre, dado aos Índios por Francisco Bruza de Espiñosa, de que «não matassem os contrários senão quando fossem à guerra, como soem fazer todas as outras nações; e, se por caso os cativassem, ou que os vendessem ou que se servissem deles como escravos» (2). Deste alvitre de Espiñosa diria Nóbrega depois que foi ensinar ao gentio «a furtarem-se a si mesmos e a venderem-se por escravos» (3).

Tal era o estado das coisas nesta matéria, quando em fins de 1557 chegou ao Brasil um governador à altura do pensamento de Nóbrega.

Mem de Sá e Nóbrega examinaram a matéria de raiz, e logo em 1558, na lei que se deve dar aos Índios, Nóbrega inclui este duplo aspecto fundamental: manter a justiça dos Índios entre si; manter a justiça dos Índios com os cristãos (Portugueses) (4).

2. — A justiça dos Índios entre si resolveu-se com o chamado «Direito Penal das Aldeias» (5), em cuja base está o princípio de que os Índios, sendo livres de sua condição, ao passarem da cultura primitiva para a cultura ocidental, não estavam aptos a entrar logo nela como adultos, com todas as suas responsabilidades e encargos. Consideravam-se em estado de *menoridade*. Isto os dis-

(1) CN 160-161; MB I 455-456. — (2) MB II 382. — (3) MB III 79. — (4) MB II 450. — (5) HC II 142.

pensava de pagar dízimos, que só mais tarde se introduziram (1), ficando num peculiar regime civil e penal, com as suas autoridades privativas, com pelourinho e cadeia (tronco), e nalgumas aldeias até com o título de vilas (título apenas, sem câmara municipal). Governava-os um meirinho índio (o primeiro nomeou-o Mem de Sá em 1558 na aldeia de São Paulo da Baía, dirigida por Nóbrega). Estes índios principais, meirinhos (ou, como nalguma aldeia se chamavam, ouvidores), julgavam e castigavam os delinquentes por uma tabela prèviamente aprovada pelo padre catequista, com penas muito moderadas, sem crueldade alguma. A sua alçada abrangia os crimes praticados nas respectivas aldeias, excepto o homicídio, reservado ao ouvidor-geral na Baía, e, fora da Baía, ao ouvidor da Capitania a cuja circunscrição pertencesse a aldeia (2). Os índios não podiam fazer guerra uns aos outros, mesmo contrários, sem licença do governador, que era outro ponto da Lei de Nóbrega.

3. — A justiça dos Índios com os Portugueses ordenava-se, por um lado, a não consentir que os gentios assaltassem impunemente as fazendas ou embarcações dos povoadores, e, por outro lado, a regular, ao menos dentro da justiça convencional do tempo, os serviços dos naturais da terra, sem os quais não teria sido possível o primeiro desbravamento, alargamento e valorização económica do Brasil nascente. O braço servil era quase toda a questão social daquele tempo. A escravidão, com milhares de séculos de existência, não era instituição que por então se pudesse eliminar, por ser lei civil, herdada do direito romano, ensinada nas Universidades e em vigor nos códigos das nações em determinadas circunstâncias. Ela hoje não existe, felizmente. Reprova-a a nossa mentalidade do século XX. Mas a história ensina que a abolição da escravatura foi conquista lenta, cujos últimos actos só tardiamente, já no século XIX, se executaram em diversas nações, incluindo o Brasil.

Toda a preocupação dos teólogos e jurisconsultos nos séculos passados consistia em determinar quais os *justos títulos* em que ela era legítima. Quando não realizava essas condições, a escravidão chamava-se «cativeiro injusto».

No Brasil, os cativeiros injustos dos Índios reprovam-se no Regimento de D. João III a Tomé de Sousa. O Regimento menciona os que vão em navios e caravelões saltear os gentios *de paz*

(1) HC II 89. — (2) «Direito Penal nas Aldeias», MB III 582.

para os vender, e condena à pena de morte e à perda de toda a sua fazenda os que praticarem tais saltos; à mesma pena condena os que saltearem o gentio *de guerra*, se forem sem licença do governador ou dos capitães-mores (1).

A favor de uns índios Carijós, assim injustamente cativos, interveio o P.e Manuel da Nóbrega, no próprio ano da chegada (1549), índios cativos que o ouvidor-geral mandou pôr em liberdade, primeiro acto de uma interminável série de intervenções dos padres da Companhia de Jesus a favor dos desprotegidos, isto é, dos Índios, que se apresentavam em manifesta inferioridade cultural e psicológica na competição económico-social dentro da qual se organizava e construía o Brasil.

O costume, nas suas guerras, de os Índios cativarem os contrários, e depois os matarem e comerem, ministrou um motivo *justo* para a escravidão. Em vez de os matarem, vendiam-nos, como sugeriu Bruza de Espiñosa. Quem os comprava *resgatava-os*. O termo *resgate* aplicou-se em breve a outras compras e aos próprios objectos que se davam em troca: *resgates*. O direito admitia esta forma de escravidão, como também a que provinha das chamadas *guerras justas*, que foram a primeira fonte da escravidão no mundo antigo, em que tantas vezes o conceito de *vitória* substituía o de *justiça (Vae victis!)*. No Brasil nem sempre isto sucedeu. Houve guerras que depois foram oficialmente declaradas injustas e restituídos à liberdade os prisioneiros escravos. Mas a averiguação de ser guerra justa ou injusta foi dificuldade perene em que os padres se viram muitas vezes envolvidos, com agrado ou desagrado dos povoadores, quer portugueses do Reino, quer já nascidos no Brasil; e ainda no século XVIII os padres da Companhia eram obrigados por lei a acompanhar, no Norte, as *tropas de resgate* ao rio Amazonas ou rio Negro, para verificarem *in loco* se os resgates eram ou não conformes com a lei.

4. — No século XVI, o que tocava à liberdade dos Índios estava adstrito em Lisboa à Mesa da Consciência, que numa das suas declarações usara a palavra «grande» em vez de «extrema» necessidade, condição em que, segundo o direito comum, seria lícito aos pais venderem os filhos; e também seria lícito a um homem, sendo maior de 20 anos, vender-se a si mesmo. O rei de Portugal D. Sebas-

(1) HC II 142.

tião ordenou que a matéria se visse no Brasil, numa junta constituída pelo governador-geral, os dois ouvidores-gerais, o bispo e três padres superiores da Companhia (Inácio de Azevedo, Luís da Grã e Manuel da Nóbrega). O teólogo dessa junta foi o professor do Colégio da Baía, Quirício Caxa, que achou em regra as duas proposições da Mesa da Consciência. Nóbrega residia no Sul. Não podendo assistir à Junta, respondeu por escrito ao parecer de Caxa, e declarou que a palavra «grande», se não for no sentido jurídico de «extrema», é contra o direito e portanto injustiça; o homem maior de 20 anos não se pode vender a si mesmo. Sendo a liberdade de direito natural, pode-se perder em caso de «extrema» necessidade (para salvar a vida ou coisa semelhante), não se pode alienar para o próprio receber dinheiro em troca dela.

De uma série de casos que Nóbrega cita, achou ele que só um ou dois realizaram as condições da lei da «extrema» necessidade; e, portanto, os possuidores de escravos adquiridos contra essa lei eram obrigados a restituir a liberdade aos injustamente cativos e a pagar-lhes o seu serviço; nem confessor algum os podia absolver, ainda que invocasse a autoridade do prelado, porque ninguém no mundo tem poder para ir contra a lei natural ou divina.

O parecer de Nóbrega, só conhecido em nossos dias, coloca-o na primeira linha dos defensores da liberdade, e a sua «Reposta» ou «Caso de Consciência» de 1567, pelos argumentos, desenvolvimento e autoridade aduzidos, marca documentalmente a entrada da cultura jurídica no Brasil (1).

5. — A lei de D. Sebastião, de 20 de Março de 1570, teve em conta o parecer de Nóbrega, proibindo a maneira como no Brasil se faziam escravos, deixando apenas de pé o título de «guerra justa» contra os gentios, a qual não se podia fazer sem licença sua ou do seu governador. A lei equiparava à guerra justa a que se fazia então aos Índios Aimorés, por eles saltearem os Portugueses e outros gentios *para os comerem* (2).

Nóbrega faleceu esse mesmo ano de 1570, o governador Mem de Sá dois anos depois. Daí a pouco a balança da liberdade tornou a propender ora para um lado, ora para outro — e assim ficou sempre a oscilar até ao fim do século XVIII.

(1) NP 215-223; CN 397-429; MB IV 387-415; RB 544. — (2) HC II 206-207.

Nas novas resoluções tomadas na Baía, pelas autoridades civis, a 6 de Janeiro de 1574, triunfou o parecer de Caxa (era provincial Inácio Tolosa), podendo-se vender a si mesmos os maiores de 21 anos, com outras facilidades que abriram o sertão a guerras que de justas só tinham a aparência. Gabriel Soares de Sousa mandou vender muitas barcadas de índios pelas capitanias (1). Gabriel Soares tinha a opinião de que os índios eram incapazes de viver em liberdade. O conceito de *menoridade,* compatível com a liberdade, ampliou-o ele para o de *incapacidade.* Não se generalize, dizendo que era essa então a opinião dos Portugueses. Portugueses eram Nóbrega, a maior parte dos jesuítas e outros não jesuítas, como Mem de Sá.

Também já se escreveu, saltando do particular para o geral, que os Portugueses justificavam a escravatura pela «conversão à fé cristã». Os Portugueses, que invocam esse argumento, usam-no por modo de *consequência útil* (sobretudo com os africanos imersos nas superstições pagãs da sua selva), não por modo de *título jurídico.* Na África, a escravatura, como instituição de compra e venda, já existia antes da chegada dos Portugueses. No Brasil, não. Mas estamos em 1574. Com as resoluções legais da Junta desse ano, os índios que puderam fugiram para longe; o comércio, sem gentio da terra, diminuiu, faltaram braços para as pequenas lavouras.

Durante a estada no Brasil do visitador Cristóvão de Gouveia (1583-1589) a questão tornou-se aguda. Dois padres, Miguel Garcia, professor de Teologia, e Gonçalo Leite, professor de Filosofia, manifestaram-se abertamente contra a escravidão (2). O visitador insistia para Portugal que viesse nova lei mais favorável aos Índios, que de facto veio em 1587, restringindo o critério de guerra justa e ordenando que nas entradas ao gentio fossem «dois ou três padres da Companhia» para persuadirem os Índios a descer do sertão, não como escravos, mas como forros, a quem se pagaria o serviço (3). Em 1595 tirou-se da alçada dos governadores e colocou-se em Lisboa o critério de justiça; ninguém podia empreender guerras sem licença do rei, o que as dificultava, e em 1596 nova lei régia manda que todos os naturais sejam livres e ninguém os vá descer do sertão senão os padres da Companhia de Jesus (4).

---

(1) HC II 207-209. — (2) HC II 224-231; NP 362 371-374. — (3) HC II 211. — (4) HC II 213-214.

O governador Diogo Botelho pretendeu que el-rei implantasse na América Portuguesa o regime das *Encomiendas,* usado nas chamadas Índias de Castela. Mas a resposta foi a Lei de 30 de Julho de 1609, que abolia a escravidão dos Índios: «Declaro todos os gentios daquelas partes do Brasil por livres, conforme a direito e seu nascimento natural, assim os que já foram baptizados e reduzidos à nossa Santa Fé Católica, como os que ainda servirem como gentios, conforme a seus ritos e cerimónias, os quais todos serão tratados e havidos como pessoas livres como são.»

Desta declaração fundamental seguiam-se corolários, que a lei determina, quanto ao *trabalho* (não poderia ser forçado), quanto ao *salário* (se lhes pagará como a todas as mais pessoas livres). A lei regulava a vida judicial e penal das aldeias e concluía com uma cláusula de difícil execução por ser de carácter retrospectivo. Dizia el-rei que estava informado terem-se feito muitos escravos contra forma de leis, sobretudo nas terras de Jaguaribe; e, por isso, «hei por bem e mando que todos sejam postos em sua liberdade e que se tirem logo do poder de quaisquer pessoas em cujo poder estiverem e os mandem para suas terras, sem embargo que os que deles estiverem de posse dizerem que os compraram e que por cativos lhes foram julgados por sentença, as quais vendas e sentenças declaro por nulas por serem contra direito, ficando resguardado aos compradores o que pretenderem contra os que lhos venderam».

A Lei de 1609 punha uma limitação à liberdade, pressuposto de toda a legislação sobre os Índios — a sua menoridade social —, colocando-os na linha da tradição brasileira, sob a protecção dos padres da Companhia «para os domesticarem e segurarem em sua liberdade e os encaminharem no que convém ao mesmo gentio, assim nas coisas da sua salvação como na vivenda comum e comércio com os moradores daquelas partes».

O documento régio foi dirigido à Relação da Baía, que o registou, divulgando-se no ano seguinte. Quando a Câmara teve conhecimento dos termos da lei provocou um motim do povo; e muitos eram de parecer que embarcassem todos os jesuítas para Portugal por inimigos do bem público, invocando o exemplo da República de Veneza, que algum tempo antes os excluíra do seu território. Não se chegou tão longe neste primeiro levantamento contra a liberdade dos Índios, mas à expulsão se chegaria mais tarde nos motins da Capitania de S. Vicente e do Estado do Maranhão.

O resultado do motim da Baía foi a nova Lei de 1611, em que se voltou pràticamente à de D. Sebastião de 1570. Confirmava-se a liberdade dos Índios, mas admitiam-se cativos em «guerra justa» ou resgatados de morte. Proibia-se a guerra aos Índios, mas permitia-se sendo atacados por eles (1). Embora já atenuada, a lei ainda se iludia no que favorecia os gentios. Continuaram as descidas do sertão pelos padres da Companhia, mas os capitães-mores, arrastados por pressões económicas locais, tomavam os índios descidos pelos padres para a catequese e os distribuíam pelos moradores, o que sucedia mais amiúde na Capitania de S. Vicente com os Carijós.

6. — S. Vicente, última então das capitanias portuguesas ao sul do Brasil, confinava com terras de Castela (rio Paraguai e rio da Prata). Durante a união das duas Coroas, afrouxadas as noções de fronteiras, só teòricamente definidas na América do Sul, os Portugueses de São Paulo procuraram estender-se pelas terras meridionais, enquanto os Castelhanos daqueles rios procuraram subir até regiões que são hoje brasileiras. Num dado momento a questão dos Índios desandou em questão política de absorção, semelhante à que se operava na Península Ibérica.

Não obstante a união dual das Coroas, a legislação portuguesa era distinta da castelhana, tanto em Portugal como no Brasil. E quando Espanha tentou reduzir Portugal a uma província sua, Portugal esquivou o golpe e a Restauração de 1640 reconduziu-o ao seu caminho nacional. Da mesma forma, quando se pretendeu dar aos Índios do Brasil uma ordenação comum com a da América Espanhola, São Paulo rebelou-se e expulsou os padres da Companhia; a questão da liberdade dos Índios era a mesma que na Baía de 1610, mas agora, nesta altura (também 1640), semelhante ordenação jurídica, promovida pelos padres de Castela, favorecia no plano económico as terras de Espanha (Rio da Prata e Paraguai), em detrimento das de Portugal (Brasil), ainda então não demarcadas (2). Os «Portugueses de São Paulo» tinham destruído algumas aldeias das missões espanholas, cativando os índios que as habitavam. Os missionários de Castela obtiveram do papa Urbano VIII o breve *Commissum Nobis*, de 22 de Abril de 1639 (3), e de Filipe IV de Espanha a lei régia de 31 de Março de 1640, que, passando pela

(1) HC V 3-8. — (2) NP 61-63. — (3) HC VI 569-571.

Chancelaria de Lisboa para ter força de lei no Brasil, se registou na Baía no mesmo ano de 1640. O breve de Urbano VIII restabelecia em todo o seu vigor o de Paulo III de 1537, proibindo, sob pena de excomunhão, toda a espécie de cativeiros dos Índios e obrigando à restituição dos cativos à sua liberdade, com aplicação directa «ao Brasil, Paraguai, Rio da Prata e outras quaisquer regiões e lugares que estão nas Índias Ocidentais e Meridionais». A publicação do breve produziu motins no Rio de Janeiro e na Capitania de S. Vicente, com a consequente expulsão dos padres da Companhia das suas casas de Santos e de São Paulo. Escreve o visitador Pedro de Moura, depois de contar as perturbações no Rio de Janeiro:

«A Vila de São Paulo chegou a nova bula. Mas houveram-se com mais moderação, porque ainda que se amotinaram contra nós, *não foram todos, nem os mais, nem fizeram excessos contra o Colégio. E acudiram por nós os Frades de S. Francisco e os do Carmo e as mulheres e os meninos e estudantes: e muitas pessoas religiosas e seculares andavam aquietando os do povo.* E no tocante à bula assentaram que se não publicasse até chegarem as ordens de Sua Majestade para então tomarem sua resolução. Queira Deus que seja para bem das suas almas, porque estes são os mais encravados na matéria de cativar os Índios.»

Pedro de Moura dava esta informação a 25 de Junho de 1640, quando já tudo se tinha precipitado. Na véspera (24 de Junho) reuniram-se na vila de S. Vicente os representantes das outras vilas da Capitania e aí se decidiu a expulsão dos padres de toda ela. Um dos representantes de São Paulo, pertencente ao partido castelhanista, ao voltar à sua vila, fez-se eleger oficial da Câmara e procurador do povo contra Paulo do Amaral, antigo companheiro de António Raposo Tavares. Este mesmo Paulo do Amaral iria erguer em Piratininga no ano seguinte a bandeira portuguesa da Restauração. Em contraposição, meteram-se activamente na expulsão dos padres mais dois castelhanos, genros de Amador Bueno, dando-se o paradoxo de não serem portugueses os que mais se revoltaram contra uma lei que favorecia Castela, mas expulsando de São Paulo os jesuítas portugueses. A expulsão de São Paulo operou-se no dia 13 de Julho de 1640, não sem o vigário e ouvidor da vara, Manuel Nunes, ter afixado «corajosamente» à porta da igreja o interdito local, com a declaração de que, por esse atentado contra pessoas eclesiásticas, os moradores da vila incorreram nas penas canónicas

gerais, ficando inibidos da recepção dos sacramentos. Seguiu-se infinita papelada, recurso a Roma contra o interdito, que a Sagrada Congregação do Concílio confirmou em 1651. A situação criada pelo interdito teve peso final na consciência paulista, na restituição dos Jesuítas a São Paulo em 1653, quando já ia triunfante a Restauração de Portugal e já em São Paulo preponderava o partido português, e já a restituição dos Índios às aldeias ou reduções castelhanas deixara de ser *actual*, depois da restauração portuguesa de 1640. Na volta dos padres ao seu Colégio, assinalaram-se, da parte paulista, Fernão Dias Pais, o «Governador das Esmeraldas», e João Pires, chamado por isso o «Pai da Pátria». Provincial da Companhia de Jesus no Brasil era Francisco Gonçalves, homem de espírito nobre e generoso, que iria acabar os seus dias nas missões da Amazónia (1).

7. — No extremo norte havia-se constituído, na terceira década do século XVII, uma nova circunscrição político-geográfica, o Estado do Maranhão, depois Estado do Maranhão e Grão-Pará, unido directamente a Lisboa com legislação privativa.

Ora, assim como, nos começos do Estado do Brasil, o grande nome foi Manuel da Nóbrega, assim um século depois, no Maranhão e Pará, não há outro maior que o de António Vieira, cuja voz a favor da liberdade dos Índios jamais se extinguirá pela veemência da expressão e beleza da forma, glória perdurável das letras luso-brasileiras; e chegou a S. Luís do Maranhão exactamente em 1653, quando os Jesuítas reentravam em São Paulo. Vieira não perdeu tempo, subiu ao púlpito e pregou o «Sermão das Tentações» contra a escravização dos Índios (2). Apalpou a terra, conheceu Belém do Pará, esquadrinhou o rio Tocantins; e ao voltar ao Maranhão pregou em S. Luís o famoso «Sermão aos Peixes» contra os cativeiros injustos (3). Como as leis susceptíveis de evitar os cativeiros se faziam em Lisboa, Vieira embarcou para a Corte, pregou na capela real o «Sermão da Palavra de Deus», apontou as dificuldades da Missão e obteve, a favor da liberdade dos Índios, a Lei de 9 de Abril de 1655 (4).

Ao voltar à Missão, Vieira, sempre activo, procura pôr em prática a lei favorável; e manifesta o seu processo de modo particular

(1) HC VI 244-293. — (2) HC IX 211 n.º 82. — (3) HC IX 212 n.º 87. — (4) HC IX 212 n.º 89; cf. HC IV 51-53.

na redução pacífica dos Índios Nheengaíbas, realizada nas selvas do Pará em 1659.

Vencidas as naturais e preliminares dificuldades, conseguiu congregar esses índios guerreiros e foi em pessoa às suas terras à beira da água. No altar de uma igreja improvisada, «de palma», presidiu ele mesmo à cerimónia. Presentes outros padres e portugueses e índios, muitos já cristãos. Em carta a el-rei, Vieira narra a cena, a que não falta colorido:

«Logo o Principal, que tinha o primeiro lugar, se chegou ao altar, onde estava o Padre, e lançando o arco e frechas a seus pés, posto de joelhos, e, com as mãos levantadas e metidas entre as mãos do Padre, jurou desta maneira:

Eu Fulano, Principal de tal nação, em meu nome e de todos meus súbditos e descendentes, prometo a Deus e a El-Rei de Portugal a fé de nosso Senhor Jesu Cristo; e de ser (como já sou de hoje em diante) vassalo de Sua Majestade; e de ter perpétua paz com os Portugueses, sendo amigo de todos seus amigos e inimigo de todos seus inimigos; e me obrigo de assim o guardar e cumprir inteiramente para sempre.

Dito isto, beijou a mão do Padre, de quem recebeu a bênção, e foram continuando os demais Principais por sua ordem na mesma forma.

Acabado o juramento, vieram todos pela mesma ordem abraçar aos Padres, depois aos Portugueses, e ùltimamente aos Principais das nações cristãs, com os quais também tinham até então a mesma guerra que com os Portugueses: e era coisa muito para dar graças a Deus ver os extremos de alegria e verdadeira amizade com que se davam e recebiam estes abraços, e as coisas que a seu modo diziam entre eles.

Por fim, postos todos de joelhos, disseram os Padres o *Te Deum laudamus*, e, saindo da igreja para uma praça larga, tomaram os Principais cristãos os seus arcos e frechas, que tinham deixado fora; e, para demonstração pública do que dentro da igreja se tinha feito, os Portugueses tiravam as balas dos arcabuzes e as lançavam no rio e disparavam sem bala; e logo uns e outros Principais quebravam as frechas e tiravam com os pedaços ao mesmo rio, cumprindo-se aqui a letra: *arcum conteret et confringet arma.* Tudo isto se fazia ao som de trombetas, buzinas, tambores e outros instrumentos, acompanhados de um grito contínuo de infinitas vozes, com que toda aquela multidão de gente declarava sua alegria; enten-

dendo-se este geral conceito em todas, posto que eram de mui diferentes línguas» (1).

Por este tempo (1658-1660), redigiu Vieira o «Regulamento das Aldeias», com a sua autoridade de visitador (e por isso se chama também «Visita» do P.e António Vieira), do qual já se transcreveram alguns artigos no fim do capítulo precedente. O Regulamento consta de três partes: 1 — O que pertence à observância religiosa dos padres; 2 — O que pertence à cura espiritual das almas; 3 — O que pertence à administração temporal dos Índios (2). Como estatuto interno das missões portuguesas da Companhia de Jesus no Maranhão, Pará e Amazónia, ficou em vigor durante um século, marcando na Missão a permanência invisível de Vieira. Permanência invisível, porque a visível, pessoal, essa, acabou em 1661. A Câmara do Pará reclamou dele entradas ao sertão para fazer escravos, alegando que o povo tinha necessidade dos seus serviços. Redarguiu Vieira que as dificuldades económicas da terra não provinham só da falta de escravos. Em resposta, prenderam-no, remeteram-no ao Maranhão e embarcaram-no para Lisboa (3).

Mas Lisboa era a Corte, e Vieira movia-se nela tanto à vontade como entre os Índios. Logo, a 6 de Janeiro de 1662, pregou na capela real outro extraordinário sermão, o da Epifania, conhecido também por «Sermão das Missões» ou «Sermão da Amazónia» (4). Abalou a Corte. A rainha D. Luísa, regente do Reino, declarou-se protectora das missões do Estado do Maranhão e Pará; e tudo parecia favorecê-las de novo, quando uma revolução palaciana tirou a regência a D. Luísa e a entregou a D. Afonso VI, sobrevindo em breve a Lei de 12 de Setembro de 1663, que colocou a liberdade dos Índios à mercê das Câmaras (5).

Afastado da Corte pelo referido movimento palaciano, Vieira viu-se então a braços com outro, não digo maior, mas sem dúvida mais temeroso combate, para se libertar das malhas da Inquisição, que em todo o caso o não abateu, nem é aqui o lugar de quaisquer explanações. Depois de passar pela Cidade Eterna e de se impor à sociedade romana, voltou a Portugal em 1675; e, chamado por D. Pedro II ao Conselho de Estado, intervém na elaboração da nova

(1) HC III 243-244. — (2) HC IV 106-124. — (3) HC IV 54-58. — (4) HC IX 216 n.º 115. — (5) HC IV 60-61.

lei portuguesa, de 1 de Abril de 1680, favorável à liberdade dos Índios (1).

Estaria, enfim, resolvida a difícil matéria? Não estava. E diga-se em termos explícitos o que já está subentendido nas páginas precedentes: em toda a questão dos Índios, é sempre a mesma e invariável história: os Jesuítas a defendê-los, o rei de Portugal a confiar-lhes oficialmente essa defesa e os moradores a revoltarem-se contra as leis, atingindo os missionários.

No perpétuo debate sobre a liberdade dos Índios, tanto o rei de Portugal como os Jesuítas representavam o que hoje se chamaria *oposição* contra a *opinião pública* do Brasil, que reclamava escravos e quando a lei os dificultava recorria à insurreição.

8. — De novo, foram os padres da Companhia exilados do Maranhão em 1684 (2). Grave ocorrência, que levou alguns, desta vez, à persuasão de que o caminho a seguir era o conselho do Evangelho em casos semelhantes: sacudir o pó das sandálias, dissolver a Missão e ir trabalhar noutra parte menos desassossegada e molesta. Nem todos os padres pensavam assim. João Filipe Bettendorff advertiu que a Companhia de Jesus, além do trabalho com os Índios, se ocupava noutros ministérios úteis à religião e ao bem comum, e que por causa dos Índios não convinha abandonar tudo o mais. Adoptou-se o critério do mal menor. A 21 de Dezembro de 1686, el-rei assinou o *Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará* (3), que, com outra legislação conexa, se constituiu até meados do século XVIII, estatuto legal das missões dos Índios naquele Estado. A essa altura, com os Jesuítas trabalhavam já os Franciscanos (padres de Santo António); e outros se lhes agregaram, com os quais se repartiram as missões daquela imensa região.

Vieira, que estava na Baía, não aprovou todos os pontos propostos ou aceitos em Lisboa por Bettendorff. Entre os quais estes: aldeias para os colégios, repartição dos índios livres, fonte perpétua de distúrbios; resgates dos Índios no sertão com a assistência dos padres da Companhia de Jesus (o que veio a chamar-se *tropas de resgate*). Tinha por certo que a Companhia, homologando tais resgates, perderia a autoridade. No Maranhão — mostrara-lho a experiência — os padres não deviam buscar mais que canseiras e tra-

(1) HC IV 63-64. — (2) HC IV 72-82. — (3) HC IV 369-375.

balhos e os lucros da liberdade dos Índios. Senão, seria a ruína das missões (1).

Paralelo e coevo deste movimento no extremo norte, reacendera-se o de São Paulo. Os Paulistas, homens pios, queriam possuir índios escravos e frequentar os sacramentos da Igreja. Segundo a moral, se os títulos de escravidão não fossem justos, os fiéis não poderiam ser absolvidos na confissão, sem restituir os Índios à sua liberdade. Excogitou-se um expediente: os senhores dariam liberdade aos escravos e continuariam a tê-los ao seu exclusivo serviço, não já com o título de *senhores,* mas de *administradores.* O provincial Alexandre de Gusmão aceitou esta plataforma com geral e público regozijo (1694).

António Vieira ainda vivia. O rei de Portugal mandara que também fosse ouvido o glorioso velho. Vieira reprovou tais administrações, nas quais, embuçado, persistia o cativeiro. O seu voto, vencido, fechou o período heróico da Companhia de Jesus na defesa da liberdade dos Índios (2).

9. — Vieira, na realidade, sobreviveu a si mesmo. Os seus ditames constituem o pressuposto, ideológico e jurídico, da lei de D. José I, datada de 6 de Junho de 1755, que declara livres os Índios. Lei que seria louvável em tudo se não disfarçasse o equívoco de ostentar nas palavras a flor da liberdade e produzir o fruto peco de uma liberdade *dirigida.* Porque no *Directório dos Índios,* que sucedeu ao *Regimento das Missões,* continuaram os Índios a viver *sob tutela,* como antes.

O que de facto se substituiu foi o regime religioso dos missionários pelo regime laico dos directores, sistema a que faltava a paternal psicologia apostólica dos padres, mais adequada à mentalidade de povos primitivos. As desordens no novo regime, inevitáveis, levaram a impor depois a abolição do *Directório* no tempo de D. Maria I (1798); e, a fim de obstar à fuga dos Índios para o sertão, o terceiro regime foi pràticamente o de quartel *(Milícias).* Mas ainda nesta nova situação, os Índios ficaram obrigados a vários serviços públicos e até privados, aos quais podiam ser coagidos por autoridade judicial a requerimento dos particulares. O que vem a dizer que, declarados jurìdicamente livres, os Índios não o ficavam sendo, de facto, no pleno sentido do termo (3).

(1) HC IV 90. — (2) HC VI 330-341. — (3) RB 550-551.

Expor os debates e pormenores de todos estes regimes seria narrativa interminável. Importa captar quanto possível o fio susceptível de os explicar e esclarecer. Através de todas as variações e contradições legais, persiste, inelutável, a constante do estado primitivo em que os Portugueses acharam e iam achando sempre novos índios, desde Porto Seguro, e logo, sucessivamente, na Baía e por toda a costa, rios e sertões, até às longínquas e actuais fronteiras. Já em nossos dias, quando o Governo Brasileiro se pôs em contacto com o remanescente dessas raças, ainda agora selváticas e errantes nas fímbrias da civilização, o título que o empreendimento recebeu foi de «Serviço de *Protecção* aos Índios». Na fórmula dos nossos dias, permanece implícito o mesmo conceito jurídico de *menoridade,* latente se não nas palavras ao menos na prática, em toda a legislação civil sobre os Índios desde o século XVI; e sobre o qual assentou o fundamento jurídico da instituição catequético-paternalística das aldeias.

CAPÍTULO VI

ENTRADAS AO SERTÃO E MISSÕES INTERNAS E EXTERNAS

1. — Primeiras entradas de reconhecimento missionário; 2. — Ao descobrimento do ouro e das esmeraldas; 3. — Entradas de descimento de Índios e de intercomunicações; 4. — Entradas fluviais na Amazónia; 5. — Missões internas e rurais; 6. — Missões dos portos ou apostolado do mar; 7. — Missões externas (Paraguai, Angola, India Oriental).

1. — O sertão, como o entendiam os primeiros padres, era qualquer lugar distante da costa não ainda povoado pelos Portugueses. Noção concreta, ligada ao povoamento não ao solo, e que portanto mudava sucessivamente de balizas a caminho do Oeste, e ainda hoje se denominam sertões vastas zonas subdesenvolvidas do interior do Brasil. Para efeito da conversão do gentio, aplicava-se aos arredores da Baía em 1550; e, a meia dúzia de léguas da cidade do Salvador, já era «sertão» (1); de igual modo, ao fundar a aldeia de Piratininga, a carta de 1553, em que Nóbrega dá notícia do facto, data-a «deste sertão adentro», donde continuou viagem para sertão mais distante (2). Passados dois séculos, a periferia da Baía e a periferia de São Paulo, ambas bem povoadas, já não eram sertão e desde o litoral atlântico já se tinha chegado ao rio Guaporé, um dos limites actuais do Brasil nas fronteiras da Bolívia.

Os sertões intermédios, penetrados pouco a pouco pelas vias de água e picadas terrestres de ligação, foram-se povoando tanto quanto o permitiam imensas distâncias e graves acidentes naturais, entre outros as secas do Nordeste e as terríveis inundações da Amazónia, impeditivas de povoamento estável em extensas regiões que durante meses cada ano permanecem debaixo de água. A lenta mas constante penetração e povoamento de dois séculos,

---

(1) MB I 186. — (2) CN 186; MB I 527.

obra de gigantes, é toda a história da formação territorial do Brasil e também da sua conquista espiritual para Cristo.

A Companhia de Jesus colaborou em ambas, mas a que lhe toca mais directamente é a conquista espiritual, quer com o reconhecimento dos sertões, quer em entradas autónomas de contacto com o gentio, a fim de o angariar para as missões da costa, quer ainda em expedições organizadas civilmente para o descobrimento do ouro, em que os padres tomavam parte como capelães para assistir aos sertanistas.

As primeiras entradas dos Jesuítas foram de reconhecimento missionário, como as de Nóbrega em 1549 de Porto Seguro ao sul do rio do Frade (1), Leonardo Nunes em 1550 ao Campo de Piratininga (2), Nóbrega e António Pires em 1551 ao sertão de Pernambuco (3), Leonardo Nunes no mesmo ano ao Campo de Piratininga e pelo rio Tietê (4), Francisco Pires e meninos órfãos em 1552 ao sertão da Baía (5) e Nóbrega em 1553 ao Campo de Piratininga e ao vale do mesmo rio Tietê (6).

2. — Não já como entrada de reconhecimento missionário, mas com fim expresso de descobrir ouro por ordem de D. João III, se apresenta a de que se tratou na Baía em 1551, pedindo o governador Tomé de Sousa ao superior da Companhia um padre para ir nela. Nóbrega prometeu-lho (7) e foi o P.e João de Azpilcueta Navarro. Expedição de doze brancos e muitos índios sob o comando de Francisco Bruza de Espiñosa. Embarcaram em Porto Seguro por Dezembro de 1553 e voltaram ao mesmo Porto Seguro por Maio de 1555. A entrada seguiu o vale do rio Jequitinhonha até se internar no sertão do actual Estado de Minas Gerais, ultrapassando um rio que diziam ser o de S. Francisco (8). «Aí fizemos uma cruz grande e fizemos uma ermida, onde fazia práticas de Nossa Senhora, e com licença de todos, comecei a ir pelas aldeias» — escreve Navarro, cronista da entrada. Não acharam ouro, mas tomou-se conhecimento e deu-se notícia dessa vasta região interior (9).

Vinte anos depois, organizou-se outra expedição baiana, capitaneada por António Dias. A pedido do governador Luís de Brito e Almeida, foram nela o P.e João Pereira e o Irmão Jorge Velho.

(1) CN 78; MB I 165. — (2) MB I 207-208. — (3) MB I 319. — (4) MB I 220 244-245. — (5) MB I 377-389. — (6) MB II 66. — (7) MB I 294. — (8) MB II 57. — (9) MB II 244-250; HC II 173-174.

Esta entrada, composta de 150 portugueses e «obra de 500 soldados», maneira de dizer, 500 índios guerreiros ou de transportes, entrou pelo rio das Caravelas em Fevereiro de 1574 e voltou à Baía em Abril de 1575. Em vez de ouro, a bandeira achou algumas pedras preciosas. Atingiu a região, que mais tarde se iria intitular «Chapada Diamantina», onde se julgava existir a fabulosa «Serra das Esmeraldas». Diz o provincial Inácio Tolosa que a presença dos da Companhia impediu que os brancos se desentendessem entre si e que a expedição se desorganizasse e perdesse; e além disto, baptizaram «obra de 500 almas quase todas inocentes» (1).

Naquela pseudo «Serra das Esmeraldas», encontrou um homem da família Azeredo, do Espírito Santo, algumas pedras, que os lapidários de Lisboa acharam «não mui finas», mas alvitrou-se que, cavando-se mais fundo, talvez aparecessem as boas. O caminho para as esmeraldas era então pelo rio Doce, que os padres da Companhia já frequentavam em busca dos Índios *Paranaubis* (em português, vertido do tupi, Índios *Mares Verdes*); e os padres, unindo às esmeraldas a busca dos Índios, obtiveram licença régia de fazer o descobrimento das esmeraldas à sua custa. O alvará de 1636 dava-lhes essa faculdade por quatro anos, dentro dos quais o P.e Inácio de Sequeira subiu o rio Doce com índios aldeados. Andaram 50 léguas. Cavaram num cerro, acharam algumas pedras à flor da terra e, aprofundando mais, não acharam esmeraldas. O que descobriram foi rasto de muito gentio bravo, que os Índios aldeados temeram, pedindo ao padre que não fosse avante e voltasse.

A segunda entrada às esmeraldas realizou-se em 1646, com os P.es Luís de Sequeira e Vicente dos Banhos, sem resultado mais positivo que a precedente. Uma provisão régia de 1647 encarregava ainda aos padres da Companhia o descobrimento das esmeraldas, mas eles abstiveram-se e só voltaram trinta anos depois, também pelo rio Doce, numa entrada organizada não já por eles, mas pelo donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, grande amigo e benfeitor do Colégio da Baía, na fundação da igreja nova. A ânua de 1679, referindo-se aos trabalhos dos padres do Espírito Santo, diz o que toca a esta expedição:

«Dois Padres foram há pouco *(proxime)* ao sertão deste Brasil, para assistir e administrar os sacramentos aos Portugueses que foram ao descobrimento das esmeraldas. Missão muito trabalhosa

(1) HC II 175-176.

e cheia de canseiras e perigos, tanto da parte dos Tapuias, como do próprio caminho duro e inóspito, carecido de todo o necessário à vida, cheio de corredeiras e cachoeiras, que se passam em frágeis canoas. Enquanto uns buscam famintos as esmeraldas, os nossos missionários buscam sedentos as almas, como se estivessem de acordo com o mundo, mas dizendo: *da mihi animas, caetera tolle tibi*» (1).

O motivo de se malograrem semelhantes entradas exprime-o com clareza a ânua: a dificuldade de comunicações, tanto pela parte de Porto Seguro como do Espírito Santo, dificuldades incomparàvelmente maiores do que pela parte de São Paulo, que, na intuição do fundador P.e Manuel da Nóbrega, era a porta para o interior. Os Paulistas, de facto, se não acharam a «Serra das Esmeraldas», descobriram outras pedras preciosas — e acharam ouro, que em vão se buscou desde 1553 por outras vias, incluindo a Amazónia, onde também ardeu a febre do precioso metal nos meados do século seguinte. Aí se organizou, ao rio Pacajá, uma entrada ou «Jornada do Ouro» em que foi o P.e João de Sotomaior, fundador do Colégio de Belém do Pará. Sotomaior iniciou uma relação dessa entrada, que a morte interrompeu: «Aos 11 de Fevereiro de 1656 partimos de Belém para o descobrimento do ouro. Era Capitão da tropa Pedro da Costa. Constava de três canoas. Nelas iam 32 brancos com mineiros e o piloto, que também ia, para arrumar a altura. Índios 190, todos gente escolhida.» Vencidas as cachoeiras e infinitas dificuldades, chegaram ao fim da jornada a 4 de Abril. O padre fez logo a igreja de pau-a-pique, e nela celebrou a Semana Santa com a cândida solenidade, que ele próprio descreve, naquelas matas hostis. Assim como descreve os trabalhos inauditos, os baptismos, as desconfianças, as doenças alheias e próprias, de que viria afinal a falecer, sem voltar ao Pará.

Página comovente e real!

O fim da jornada era em busca de minas de ouro, o «El-Dorado», o «Lago Dourado», que a imaginação situara, por ali, no Amazonas, sem se saber bem onde. Escreve Sotomaior: «Acabada a estacada e casas dos brancos, os que para isto estavam com os Índios, que ou já tinham convalescido ou ainda não tinham adoecido, se partiram a caminho das serras a buscar o metal, que por fugir e haver medo dos homens dizem que se fez amarelo: muitas diligências fize-

(1) HC VI 185-189.

ram, muitas serras subiram, muitos rochedos picaram, muitas areias dos ribeiros, mais claras que as águas, lavaram, mas debalde».

Quando se soube o fim trágico da expedição, pregou Vieira o sermão, que anda nas antologias, em que nota o facto mil vezes verificado, e no Brasil mais do que em nenhuma outra parte, de que a prosperidade sólida não está na indústria extractiva, mas na posse efectiva da terra pela agricultura. E, depois, escreve a el-rei, arredondando os números, como é costume seu. Fala da *Entrada do Ouro:* «Gastaram nela dez meses quarenta Portugueses, que a ela foram com duzentos Índios. Destes morreram a maior parte pela fome e excessivo trabalho; e também morreu o P.e João de Souto-Maior, tendo já reduzido à fé e à obediência de V. Majestade quinhentos índios que eram os que naquela paragem havia da nação Pacajá e muitos outros da nação dos Pirapés, que também estavam abalados para vir». E vieram. Outras minas não se acharam (1).

3. — A entrada ou «Jornada do Ouro», com a presença do missionário, teve o resultado prático final de descer índios para o cristianismo e a civilização; e este — o descimento dos Índios — foi a modalidade mais relevante das entradas da Companhia de Jesus ao sertão no século XVI e se manteve sempre um pouco até ao fim; mas já no século XVII se começaram a fundar aldeias nos sertões. Neste caso, a deslocação dos padres não era para descer índios, mas para lhes assistir e cristianizar nas missões fundadas entre eles. O movimento das entradas tomava por ponto de partida os colégios maiores, verdadeiras bases de evangelização, cada qual com a sua coroa de aldeias em condições de eficácia e segurança, que os sertões dos primeiros tempos não ofereciam, nem ainda hoje oferecem certos desvãos da selva amazónica. Bases missionárias constituídas sobretudo pelo Colégio da Baía ao centro: da parte do Sul, pelos Colégios do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo; da parte do Norte, pelos Colégios de Pernambuco, Maranhão e Pará.

Da Baía irradiaram os padres por todos os rios que desaguam no Recôncavo, pelo rio Real (Sergipe) e pelo rio de S. Francisco; e já em 1596, estando impedidos os mares pelos piratas, o provincial Pêro Rodrigues fez a viagem da Baía a Pernambuco por terra. Lugares mais abundantes de índios nesta zona eram o rio de S. Francisco, as serras do Arabó e Kiriris; e por esse mesmo rio de S. Fran-

(1) HC III 307.

cisco, atravessando-o, se fez a ligação com os sertões do Piauí (o caminho das boiadas) e através do Piauí com o Maranhão e a serra de Ibiapaba, no Ceará. Mais perto da Baía tomava-se contacto com os Aimorés, Socós e Grens de Ilhéus, subia-se o rio das Contas; e, por 1752, já foi possível a quatro padres irem da Baía às missões do Duro, em Goiás, viagem de centenares de léguas (dizia-se que 400).

No Espírito Santo, além das redondezas, cruzadas em todos os sentidos ao norte e ao sul da Capitania, a entrada principal de penetração foi o rio Doce, não só para as esmeraldas, mas sobretudo em busca de Índios Paranaubis, em particular no primeiro quartel do século XVII, em território que é hoje de Minas Gerais; e também ao sul da Capitania se buscavam os Índios Maromimis, que por essa banda apareceram por 1640 vindos do rio Paraíba.

Do Rio de Janeiro, desde os fins do século XVI e durante as primeiras décadas do século XVII, se multiplicaram as entradas aos Carijós dos Patos. Iam por mar até ao porto de Laguna, no actual Estado de Santa Catarina, com ramificações pelo interior, atingindo por vezes o Rio Grande do Sul. Entremeavam-se as entradas aos Carijós com outras ao sertão do Rio de Janeiro, aos Goitacases do rio dos Bagres, aos Gesseraçus de além da serra dos Órgãos, aos Guarulhos e Pacobas do rio Paraíba.

O Colégio de São Paulo, depois do breve e sugestivo período da fundação por Nóbrega, entrou na órbita do Rio de Janeiro e não foi directamente base de entradas para descimento de índios por parte da Companhia, procedendo em todo o caso às viagens indispensáveis à sua actividade missionária em aldeias e fazendas distantes, como Botocatu, S. José dos Campos e outras. Com o andar do tempo as missões de Mato Grosso vieram a depender do Colégio de São Paulo e dali partiram os P.es Agostinho Lourenço e Estêvão de Crasto em 1750 com o governador D. António Rolim de Moura, que ia fundar a Capitania de Mato Grosso. Grande frota ou monção de mais de 20 canoas, a primeira das quais era a do governador, a segunda a da Missão, e que saiu de Araríguaba (Porto Feliz), no rio Tietê, a 5 de Agosto de 1750. Ao cabo de cinco meses de navegação (três vezes mais do tempo gasto por Nóbrega dois séculos antes de Lisboa à Baía), chegou a Cuiabá a 12 de Janeiro de 1751. Estêvão de Crasto fundou a aldeia de Santa Ana da Chapada, a 8 léguas de Cuiabá; Agostinho Lourenço, a de S. José, na margem esquerda do rio Guaporé, em território que é hoje da

Bolívia (1). O rio Guaporé pertence à bacia hidrográfica do Amazonas, afluente do rio Madeira; e neste os Jesuítas, idos do Pará, já tinham fundado a aldeia de Santo António das Cachoeiras, que o *Atlas* de Homem de Melo ainda menciona, situando-a no Estado de Mato Grosso.

Ao norte da Baía, o Colégio de Pernambuco foi centro muito activo de entradas antes da invasão holandesa de 1630. Além da fundação das aldeias na larga periferia do Colégio, desde a Capitania ao sul até Goiana ao norte, iam à Capitania da Paraíba, e são numerosas as entradas ao rio Grande do Norte, ficando mais célebre, entre todas, a realizada em 1607 por Luís Figueira e Francisco Pinto à serra de Ibiapaba, no Ceará. Depois da invasão holandesa, a existência de dois colégios juntos, um em Recife, outro em Olinda, e o relativo povoamento da Capitania em fazendas e engenhos fizeram que o primeiro período de missões de índios cedesse o passo a missões rurais, relegando-se alguma aldeia de índios para sítios mais ao largo, nos limites com a Capitania da Paraíba ou para as margens do rio de S. Francisco. Mas ainda de Pernambuco se fez uma entrada aos Índios Parariconhas de S. Francisco nas imediações da grande cachoeira de Paulo Afonso. Nessa região possuía o Colégio do Recife as suas principais fazendas de gado, que a orografia *(Serra dos Padres)* e a topografia *(Colégio)* ainda hoje recordam.

Do Colégio do Maranhão partiu Luís Figueira em 1636 por mar para a sua entrada no rio Xingu (ainda então não havia colégio em Belém do Pará), e do mesmo Colégio do Maranhão entraram os Jesuítas pelos rios da sua área, sobretudo pelo Itapicuru e pelo Pindaré. Também estiveram no rio Parnaíba, descoberto em 1656 numa viagem por terra de Pedro de Pedrosa e António Ribeiro, desde o Maranhão à serra de Ibiapaba, no Ceará, viagem refeita e descrita quatro anos mais tarde pelo P.e António Vieira. Em 1675, Pedrosa realizou a viagem do Ceará ao Maranhão, em canoa, viagem não costumada mas que depois se tornou corrente. E sucederam-se as entradas aos Índios Guanarés, Caicaís, Barbados e Gùêgués, todos do rio Itapicuru; e ainda em 1753 aos Amanajás do rio Pindaré.

---

(1) HC VI 216-224.

4. — A grande base missionária da Amazónia foi o Colégio do Pará, cuja evangelização por padres da Companhia começou ia já muito adiantado o século XVII. A entrada de António Vieira ao rio Tocantins é de 1653, um século exactamente depois de Nóbrega fundar a aldeia de Piratininga. Multiplicaram-se logo as entradas na seguinte ordem: João de Sotomaior com Salvador do Vale aos Nheengaíbas e Francisco Veloso com Tomé Ribeiro ao rio Tocantins (1655); Francisco Veloso com Manuel Pires ao Amazonas e rio Negro (1657); Francisco Gonçalves com Manuel Pires ao rio Negro, internando-se pelos lagos até onde não tinham ido outros portugueses antes deles (1). Francisco Gonçalves colocou várias aldeias nas margens firmes do rio Negro, evitou uma guerra sangrenta de índios entre si, curou os doentes por suas próprias mãos (1658); e lembre-se, de passo, que cinco anos antes, como provincial do Brasil, negociara e concluíra com êxito a difícil pacificação de São Paulo (2). Ainda no mesmo ano de 1658 Tomé Ribeiro com Ricardo Carew fizeram uma entrada aos índios Carajás do rio Tocantins.

Retomando a ordem cronológica das entradas: António Vieira ao rio Tapajós, Manuel Nunes ao Tocantins e Araguaia, António Vieira a reduzir os Nheengaíbas, todas três em 1659; Salvador do Vale com Paulo Luís aos Pauxis (Óbidos), Manuel de Sousa com Manuel Pires aos Condurises (não longe dos Pauxis), aos rios Urubu e dos Uruaquis, e aos Tupinambaranas (1661); Tomé Ribeiro com Gaspar Misch ao rio Tapajós (1661); Pedro de Pedrosa com António Ribeiro aos Jurunas de Tacanhapes, no rio Xingu, e Gaspar Misch com o Irmão João de Almeida ao Tocantins (1668); uma entrada ao rio Madeira (1669); João Maria Gorzoni com Manuel Pires ao rio Solimões e Gonçalo de Veras com Sebastião Teixeira aos Caatingas e Carajás dos rios Tocantins e Araguaia (1671); uma entrada ao rio Jamundá, limite entre os dois actuais Estados do Pará e Amazonas (1678); outra ao rio Jatumã, Amazonas (1679); Pier Luigi Consalvi com Aloísio Conrado Pfeil e Manuel Juzarte ao rio Araguari, Amapá (1680); Jódoco Peres aos Irurises do rio Madeira (1683); António Pereira com Bernardo Gomes e Pfeil ao cabo do Norte, Amapá (1687); José Barreiro com João Ângelo Bonomi aos Irurises do rio Madeira (1688); no ano seguinte de 1689 três entradas, uma de João Maria Gorzoni ao rio Negro, outra aos

(1) HC VII 25. — (2) HC VI 285-286.

Teiroses do cabo do Norte, Amapá, e uma terceira ao rio das Trombetas, que desagua na margem esquerda do Amazonas, perto de Óbidos; João Justo Luca e Pfeil ao rio Negro (1692); uma entrada ao rio Jari (1709); João de Sampaio ao rio Madeira (1712); outra ao rio Madeira e afluentes (1714); Manuel da Mota com Jerónimo da Gama ao rio Tocantins (1721); João de Sampaio ao rio Madeira (1722); outra do mesmo ao rio Negro (1724); Francisco Cardoso ao rio Xingu (1726); José de Sousa ao rio Negro (1727); João de Sampaio ao rio Madeira até à já mencionada cachoeira de Santo António (1728) e logo a seguir ao rio Mamoré (1730?); Aquiles Maria Avogadri ao rio Negro (1739); Domingos António com António Moreira ao rio Tapajós e rio Guarapés, afluente direito do mesmo rio Tapajós (1740?); e Manuel dos Santos com Luís Gomes ao rio Javari, fronteira definitiva dos domínios portugueses com os domínios espanhóis na América do Sul (1752).

Lista impressionante, evidentemente incompleta, como se infere do testemunho do comendador das Mercês, Frei Diogo da Trindade, escrito em 1729:

«Vi em quatro anos, que fui missionário e vizinho dos Padres da Companhia os descimentos que fizeram para suas missões do centro desses sertões, à custa de muito trabalho e gravíssimas despesas, como foram o Padre Manuel dos Reis, missionário dos Tupinambaranas, dos sertões do Magué, Andirá, Guabiru e Periquitos; o Padre Manuel da Mota, missionário dos Abacaxis, que de uma só vez tirou seiscentas e vinte e quatro almas, dos Araras; o Padre José Lopes, missionário dos Bócas, de todo o sertão dos Jaris e Aruãs; o Padre José da Gama, missionário dos Arapiuns, que do Rio Tapajós, desceu e aldeou muitos gentios, no que tudo gastam muita fazenda e canoas, panos de algodão, ferramentas, facas, louças, velórios, vestidos feitos, e grandiosos mimos, sem os quais se não capacitam os índios a sair de suas terras para o grémio da Igreja; e, ao depois de descidos, sustentam e vestem dois anos, como também a muitos aldeãos desamparados, e gente da doutrina; e ao gentio Arara, vi eu, quando se desceram, em 1724, despender o Padre Manuel da Mota, em três dias, quinhentas varas de pano de algodão, que são em dinheiro de lá 200$000, e estes gastos fazem sem ajuda da fazenda real, e sòmente com adjutório dos índios das mesmas missões, aos quais e a todos assistem com fervorosas doutrinas, e nas suas necessidades com grande caridade, como foi na peste geral que lá houve, que chegaram a fazer-lhes os Pa-

dres as covas para os enterrar, e a lavá-los e carregá-los às costas» (1).

As entradas mencionadas neste testemunho não constam do rol precedente, e outras se realizariam sem delas se fazer relação especial ou, se se escreveram, transviaram-se ou jazem ignoradas pelos arquivos. Tem ainda o testemunho alheio o merecimento de mostrar que aquela sumária lista não é apenas um interessante índice de geografia de comunicações, porque põe também em relevo a evangelização e a caridade cristã, a que se podem unir outros títulos, de literatura, etnografia, economia e sociologia. Cremos que um dia alguma entidade governativa ou universitária brasileira se abalançará à publicação sistemática de todas as relações dessas entradas, que cruzaram o Brasil durante dois séculos. Não será obra fácil (há relações latinas) mas é possível; e, estudadas com método científico, para bem da cultura brasileira, darão uma extraordinária *História Geral das entradas jesuíticas*, nos tempos heróicos da formação nacional. As que tivemos oportunidade de mencionar na *História da Companhia de Jesus no Brasil* (umas 160) agruparam-se no Índice Geral com o título de Entradas (2).

5. — Afins com as entradas ao sertão, como apostolado de movimento, são as missões rurais. Missão, no sentido religioso, é o conjunto de meios com que se converte o gentio à fé cristã ou o conjunto de pregações com que se instruem e afervoram os católicos na observância da vida cristã, isto é, na prática dos mandamentos de Deus e da Igreja. No Brasil, as missões com o gentio chamaram-se aldeias; com os católicos, dispersos pelas fazendas e engenhos, missões rurais, que se distinguiam das missões urbanas pregadas pelos padres na sede dos colégios, embora às vezes as próprias vilas e cidades se constituíssem princípio ou termo de missões rurais ou suburbanas.

As missões rurais sucederam logo às primeiras entradas de reconhecimento dos índios no tempo de Nóbrega; e na Baía, já antes de 1573, se faziam «algumas saídas polas fazendas desta costa e sempre com notável fruto». Os padres procuravam reprimir os abusos dos senhores de engenho e fazendas e mais gente branca e dar-lhes remédio quanto estava em suas mãos, ainda que tivessem de pedir faculdades especiais e de recorrer a Roma;

(1) HC IV 169-170. — (2) HC X 79-83.

faziam-no com frequência para regularizar uniões ilegítimas de parentes entre si ou outros graves impedimentos, mas estas missões destinavam-se sobretudo a instruir e consolar os escravos índios e negros e defendê-los de eventuais opressões, e também para que lhes deixassem livres os domingos e dias santos, que naqueles tempos eram mais numerosos do que hoje. O «Regulamento das Missões Rurais», em oito pontos, ordenou-o o visitador Cristóvão de Gouveia em 1586 com o seu habitual bom senso legislativo e prático, para a eficácia espiritual da Missão e para a segurança dos sacramentos do matrimónio e baptismo que administravam; e impôs aos missionários a obrigação de inscreverem «os nomes dos baptizados e casados, com *ano, mês e dia*», num livro do colégio, com tal ordem que pudessem ser achados com facilidade quando fosse necessário (1).

Da situação moral dos engenhos de açúcar, escreve Cardim: «Os encargos de consciência são muitos, os pecados que se cometem neles não têm conta; quase todos andam amancebados, por causa das muitas ocasiões: bem cheio de pecados vai esse doce, por que tanto fazem, grande a paciência de Deus que tanto sofre»! Nas missões que se realizaram no biénio de 1584-1585 baptizaram-se «passante de três mil almas» e casaram-se muitos em lei da graça, tirando-se de amancebamentos e ensinando-se-lhes a doutrina e pondo os discordes em paz e «fizeram-se muitos outros serviços a Nosso Senhor» (2).

O crescimento da população aumentava a utilidade das missões rurais, dado que no interior sempre houve deficiência de clero paroquial; e embora nunca deixassem de se realizar, ora num lugar ora noutro, durante todo o século XVII, as missões rurais tomaram maior incremento no começo do seguinte, estimuladas pelo provincial Mateus de Moura. Nenhum colégio ficou isento deste apostolado, assinalando-se mais como centros de missões, além da Baía, os Colégios de Santos e de São Paulo, cujo influxo chegou alguma vez até Minas Gerais; o de Pernambuco, pelas numerosas vilas da sua área, que chegava à Paraíba e às vezes ao Rio Grande do Norte (3); e o do Maranhão, com as chamadas «missões pedâneas», que iam pelas vilas do interior até ao Piauí, e nelas se começaram a pregar os *exercícios espirituais* (4). Num período relativamente curto, só

(1) HC II 306-307. — (2) HC II 305. — (3) HC V 443-444. — (4) HC IV 254-257.

no tocante ao Colégio do Rio de Janeiro, a ânua de 1696 dá conta de quatro missões rurais, em que percorreram, durante três meses, 74 engenhos de açúcar, com extraordinário trabalho na administração dos sacramentos e restauração dos bons costumes. No ano seguinte refere-se a missão dos P.es Nicolau de Sequeira e Sebastião Álvares, pela redondeza do Rio, num percurso de 60 léguas; em 1699, duas missões pelos engenhos, aos escravos negros; em 1700, dos P.es João de Oliveira e Sebastião Álvares, pela costa do Sul até ao lago de Santo António e Anjos, pelas vilas e aldeias, num percurso de ida e volta, de cerca de 500 léguas; outra, no mesmo ano, pelas fazendas e engenhos do recôncavo fluminense, com os P.es António de Matos e Francisco da Vide, angolano; em 1702-1703, o mesmo P.e Francisco da Vide aos escravos negros, o P.e Miguel Pinto aos brancos e índios; outra do mesmo padre angolano e do P.e Gaspar Borges; em 1707, pela costa, do Rio a Santos, em 27 lugares, com os P.es António da Cruz e Manuel Gomes; e a ânua de 1708 menciona três missões saídas do Rio: ao sul até Paranaguá, pela *costa,* com os P.es António da Cruz e Francisco Machado; pelos *engenhos,* com os P.es António Cardoso e António de Matos; pelas *fazendas,* com os P.es Nicolau de Sequeira e José Ferreira.

E assim, a cada passo, se noticiam outras muitas e repetidas missões, ilustradas com números de sacramentos administrados e casos particulares, que encheriam páginas e páginas, e cujo alcance na purificação e elevação da vida popular é óbvio e reconhecido por todos os historiadores que se ocupam da formação moral e social do Brasil (1).

Foi durante uma destas missões do P.e Gabriel Malagrida que se tomou a iniciativa de fundar o Recolhimento do Coração de Jesus em Iguaraçu, para segurança e preservação de moças arrependidas, quando em 1742 o missionário chegou a Pernambuco de volta da Baía (2). Serviço público este e outros que as câmaras municipais às vezes reconheciam escrevendo os seus agradecimentos ao geral da Companhia de Jesus em Roma pedindo que as missões se renovassem (3).

6. — Outra forma de apostolado era a do mar, que quando se exercia durante a travessia atlântica pertencia às obras de misericórdia e caridade; mas sem deixar de ser caridosa, exercia-se tam-

(1) HC VI 21-22. — (2) HC V 475. — (3) HC VI 437.

bém nos portos do Brasil no sentido de dois continentes, o da Europa e o da África. As naus da Índia que de Lisboa arribavam ao Brasil achavam nos colégios oportunidade para receberem os sacramentos e não raro iam os padres dos colégios confessar os doentes a bordo; e no século XVI, durante longos anos, não houve nos portos do Brasil outras casas religiosas senão as da Companhia.

Também passavam pelo Brasil navios estrangeiros, mais numerosos do que habitualmente se cuida; e por 1644 tinham-se convertido no Rio de Janeiro nove protestantes de diversas nações do Norte da Europa. Neste apostolado dos portos eram muito estimados os padres estrangeiros pelo conhecimento das línguas. Entre os homens do mar com que o francês P. Jacobo Cocleo (Cocle) tratou, havia naturais de Hamburgo, Dinamarca e Holanda, ministério que o rei D. Pedro II de Portugal lhe mandou agradecer (1).

Depois da restauração de Portugal e de reconstituída a aliança anglo-portuguesa, passavam pelo Brasil muitos navios ingleses da carreira da Índia Oriental; e em breve o Colégio da Baía ganhou fama de lugar onde se sabia inglês e o buscavam os católicos dessa língua de passagem no porto. Com os protestantes ingleses e escoceses se operou um notável movimento de conversões, actividade em que se assinalou o irlandês P. Tomás Lynch. Vários convertidos entraram na Companhia de Jesus e um deles, Francis Atkins, deu magnífico exemplo de constância ao sobrevir a crise do século XVIII (2).

Mais vasto e longo foi o apostolado com os Negros à chegada dos navios de África. Para os entender logo ao entrar nos portos, tornava-se indispensável o conhecimento da sua língua. O P.e Pêro Dias escreveu e imprimiu a *Arte da Língua de Angola* (Lisboa, 1697) e vários filhos de Angola entraram na Companhia de Jesus no Brasil. Já Vieira, em 1691, depois de se referir aos Índios, escrevia ao rei de Portugal: «E sendo muito maior sem comparação o número de Negros que os dos Índios, assim como os Índios são catequizados nas suas próprias línguas, assim os Negros o são na sua, de que neste Colégio da Baía temos quatro operários muito práticos, como também no Rio de Janeiro e Pernambuco.»

Os Jesuítas, conhecedores da língua dos Negros, esperavam os navios à chegada de África e os iam também catequizar pelos enge-

(1) HC VII 266. — (2) HC VII 266-268; VIII 66.

nhos e fazendas. O modo como se praticava no Rio de Janeiro expõe-no ao rei de Portugal em 1678 o governador da cidade. Falara primeiro do Colégio do Rio e da sua actividade em matéria de ensino e catequese dos Índios. Continua: «Tem mais, Padres deputados para a língua de Angola, porque como se averigua que a maior parte daquele gentio vem por baptizar, são os que maior serviço fazem a Deus, porque têm cuidado de irem aos navios, que vêm de Angola, tanto que aparecem, a animar os que vêm vivos e ajudar a bem morrer os que vêm doentes, que são muitos. Depois, em terra, assistem com grande cuidado pelas casas de quem os compra, catequizando-os até os porem em estado de os baptizarem, fazendo aos domingos e dias santos doutrinas pelas ruas; e vão por todo o recôncavo desta cidade, pelas Fazendas dos moradores ao mesmo exercício, afastando-os dos abusos que ainda trouxeram de suas terras» (1).

7. — A este movimento na área interna do Brasil corresponde outro de sentido expansionista, parte dentro do continente americano, parte em dois Estados da Coroa portuguesa: Angola e Índia Oriental.

A Missão do Paraguai, tida tão a peito por Nóbrega e também por Santo Inácio, como se viu nos capítulos preambulares deste livro, não se realizou então, pelos motivos que aí se apontaram. Operou-se, já em condições diversas, em 1586, por intervenção do português D. Francisco Vitória, bispo de Tucumán, que pediu jesuítas do Brasil para a sua diocese. Os provinciais do Brasil estavam proibidos de mandar padres ao Paraguai, desde a visita do P.e Inácio de Azevedo, e Anchieta, que era então provincial, não os podia conceder; mas o visitador Cristóvão de Gouveia tinha faculdade para mandar alguns *per modum missionis*, e enviou quatro: Leonardo Armínio, Manuel Ortega, João Saloni e Tomás Filds, que embarcaram para o Tucumán por via de Buenos Aires. Leonardo Armínio não passou de Tucumán e voltou ao Brasil. Os outros três — o português Ortega, o catalão Saloni, o irlandês Filds — entraram em Assunção a 11 de Agosto de 1588, fundando a Missão do Paraguai, que então já não pôde entrar na órbita da assistência de Portugal, mas de Espanha (2).

Quatro anos depois de os padres do Brasil fundarem a Missão do Paraguai, arribou à Baía, em 1592, o P.e Pêro Rodrigues, que

(1) HC VII 274-278. — (2) HC I 345-351.

ia de Lisboa por visitador de Angola. Não tardou a prosseguir viagem para a África, mas, concluída a sua visitação canónica, em vez de tornar a Portugal foi nomeado provincial do Brasil. Assim se estabeleceu uma relação de boa vizinhança entre os dois Estados portugueses do Atlântico Sul, e logo em 1604 pediu a Província de Portugal à do Brasil que houvesse por bem enviar um visitador a Angola. O provincial que então era do Brasil, Fernão Cardim, anuiu ao pedido e mandou por visitador o P.e António de Matos, que levou como companheiro o P.e Mateus Tavares.

Destes contactos entre o Brasil e Angola germinou a ideia de que, vindo para o Brasil tantos escravos africanos, as vocações dos angolanos, em vez de se dirigirem para Portugal, seria mais útil encaminharem-se logo para o noviciado da Baía, onde prestariam melhores serviços na catequese dos Negros. Com efeito, bom número de filhos de Angola se fizeram jesuítas no Brasil e, sob este aspecto, Angola deu mais ao Brasil do que dele recebeu. Mas ainda, depois de ter sido capelão da armada de 1645, restauradora de Angola contra os Holandeses, o P.e Mateus Dias, da Província do Brasil, foi morrer em Massangano em 1648, como visitador de Angola restaurada (1).

De longa data mostrara também a experiência que, na viagem de Lisboa para a Índia Oriental, o regime dos ventos facilitava a navegação mais pela costa do Brasil do que pelo golfo da Guiné. Numerosas naus da Índia arribavam à Baía, tanto à ida como à volta; e em 1687 passou pelo Brasil S. João de Brito, que voltava da Índia a Portugal como procurador da Província do Malavar, e cujo pai tinha sido governador do Rio de Janeiro. O exemplo do mártir, que já então padecera na Índia incomportáveis trabalhos, impressionou alguns estudantes brasileiros, que manifestaram desejo de ir para aquela missão, como reflectem as cartas em que o pediram ao padre-geral (cartas *indípetas*). Movimento que não foi coarctado, e numerosos filhos do Brasil partiram para a Índia, não só estudantes como também noviços. O embarque dos noviços na Baía por 1747 constituiu espectáculo comovente, em que se misturaram no povo as lágrimas da saudade com os aplausos à firmeza e modéstia dos jovens missionários, que assim deixavam uma porção do antigo Mundo Português por outra para tornar maior o mundo cristão (2).

(1) HC VII 270-275. — (2) HC VII 278-281.

CAPÍTULO VII

SERVIÇOS PÚBLICOS NA PAZ E NA GUERRA

1. — Bibliotecas; 2. — Aclamação de D. João IV no Colégio do Rio de Janeiro; 3. — Hóspedes ilustres do Colégio da Baía e protocolo dos vice-reis; 4. — A fragata da Província; 5. — Companhias de estudantes; 6. — Capelanias militares.

1. — Embora quase todos os trabalhos externos da Companhia de Jesus no Brasil caibam na rubrica de «serviços públicos», agrupam-se aqui alguns menos óbvios, condicionados pelas circunstâncias históricas da América Portuguesa. São serviços prestados ora à cultura das letras e das ciências, ora à política e defesa pátria, ora ainda a campanhas militares úteis à formação nacional e territorial do Brasil.

Assim, tem relação imediata com a cultura geral o que se refere à organização das livrarias ou bibliotecas dos colégios, a começar pelo da Baía, que, se no princípio tinha carácter privado, com o tempo se tornou público. O breviário, o missal, o ritual, as regras do Colégio de Coimbra feitas pelo P.e Simão Rodrigues, o livrinho dos exercícios espirituais de Santo Inácio, que Nóbrega usou pouco depois ao receber na Companhia um candidato, algum breve método para ensinar o ABC aos meninos, o que já praticava Vicente Rodrigues em Abril de 1549, alguma cartilha da doutrina cristã, que também logo se começou a ensinar com o ABC, o *Manual* do Doutor Navarro, que Nóbrega não tarda a citar em termos positivos — estes, e decerto mais alguma obra pia de uso pessoal e ainda algum exemplar da Bíblia — tais foram os livros que os primeiros padres da Companhia de Jesus levaram consigo para o Brasil e se inferem do seu mesmo estado de sacerdotes e religiosos e das suas primeiras actividades apostólicas. Todavia, Nóbrega não tardou a sentir a falta de outros livros «que já lá pedi», escreve ele em Agosto de 1549, os quais «nos fazem muita míngua para dúvidas,

que cá há, que todas se perguntam a mim (1): portanto, obras de teologia moral e de direito para a solução de escrúpulos ou casos de consciência. Em Portugal não se esqueceram do pedido, e antes do fim do ano chegaram à Baía duas caixas de livros (2), humilde início da que seria daí a dois séculos a maior biblioteca do Brasil.

Com os livros necessários à direcção espiritual das consciências, notou-se também a falta de textos escolares latinos, tanto para principiantes como para os mais adiantados; e os encomenda Luís da Grã ao provincial de Portugal em 1554 (3). Não tardaram a vir os livros; e anos depois na Baía já se ensinava a *Eneida,* assim como já existiam no Colégio *Crónicas* de consulta (4), e já o visitador Inácio de Azevedo recomendava em 1568 que se não facilitassem empréstimos de livros para fora de casa (5).

Na organização da biblioteca do Colégio da Baía interveio D. João III, que mandava livros para o Brasil (6) e dava dinheiro muito liberalmente para se enviarem bibliotecas ao Ultramar Português (7). Concorriam pessoas cultas, incluindo prelados, que doavam obras à livraria do Colégio; e, com as fontes da generosidade alheia, avultavam compras, como as do provincial Beliarte, mecenas das letras, que de uma assentada comprou 15$000 réis de livros, e de outra enviou para Portugal âmbar, que rendeu 40$000 réis, e os livros comprados, explica ele mesmo, valeriam na Baía 80$000 réis, o que para a época era muito dinheiro (8).

Pelos fins do século XVII, a biblioteca do Colégio da Baía possuía à roda de 3000 livros «de todo o género de escritores que se podem desejar, e se renova e guarda por um diligente e hábil livreiro», de nome António da Costa, natural de Lyon de França, que sabia latim e organizara o catálogo. Os ofícios deste irmão declaram-se em diversos tempos; *bibliopegus* (encadernador), *typographus* (tipógrafo), *impressor* (impressor), *bibliothecarius* (bibliotecário) e *bibliothecae praefectus* (prefeito ou director da biblioteca) (9).

Vivia por esse tempo no Colégio do Rio de Janeiro outro irmão, José Correia, de Viseu, *tipógrafo,* que entrou na Companhia depois de ter produzido *(excusa)* 400 volumes para o Colégio e para os

(1) MB I 131. — (2) MB I 168. — (3) MB II 147. — (4) MB III 184. — (5) MB IV 489. — (6) MB I 215; III 486. — (7) MB I 467. — (8) HC II 541. — (9) AO 147-148.

padres (1). Era, de facto, encadernador. Mas a terminologia técnica de *tipógrafo,* aplicada a dois irmãos, e a de *impressor,* aplicada a um, levam a admitir a existência de alguma pequena caixa de tipos para lombadas de livros encadernados, e até a de algum pequeno prelo portátil para quaisquer pagelas de uso estritamente privado (2). Tipografia pública requeria licença régia e não há indícios de que a tivessem os Jesuítas do Brasil, dada a facilidade de comunicações nos séculos XVII e XVIII entre o Brasil e Portugal, distância que nada tinha que ver com as do Oriente, para onde os Jesuítas portugueses levaram de facto tipografia em regra.

A biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro começou em 1567 com o P.e Nóbrega, seu primeiro reitor; e sem dúvida com os livros que ele mesmo utilizou no Caso de Consciência sobre a liberdade dos Índios, datado deste mesmo ano, livros de que já disporia em S. Vicente; mas, determinando-se que o colégio dessa costa ficasse no Rio de Janeiro, a este colégio se devem ter aplicado, senão logo, ao menos à morte de Nóbrega em 1570.

Dois séculos mais tarde em 1775, a biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro contava 5435 volumes, já muito desfalcada, porque, em quinze anos de abandono desde 1760, se haviam arruinado e apodrecido 734 livros, que se declaram «sem valor», e outros deixaram de entrar no cômputo pela circunstância de andarem «por fora». Os volumes ainda aproveitáveis e arrolados em 1775 avaliaram-se em 1152$590 réis.

Ora, ao fechar-se o Colégio da Baía em 1760, os seus livros orçaram-se em 5490$050 réis. Tomando por base a avaliação do Rio de Janeiro, a proporção é de cinco por um. Mas os do Rio já tinham todos aqueles anos de abandono e certamente houve diferença de critérios entre os avaliadores do Rio e os da Baía. Reduzindo muito a proporção dos preços, os volumes do Colégio da Baía andariam por 12 000.

Não souberam defender tal riqueza cultural e bibliográfica os que sucederam aos Jesuítas. Em breve começou o desbarato, por modos nem sempre lícitos, indo muitas obras ornar estantes particulares, segundo lastima o escritor presente Santos Vilhena (3), que usa a expressão estantes *particulares* como contraposta a biblioteca *pública;* e, de facto, as bibliotecas da Companhia, ao menos as dos colégios maiores, tinham uma secção pública, como o ates-

(1) AO 145-146. — (2) AO 102. — (3) HC V 92-95.

tam ainda hoje livros que foram parar a outras bibliotecas, às vezes bem distantes, como a do Porto, onde nalgum se lê: «Livraria *pública* do Collegio da Bahia» (1); e no Palácio arquiepiscopal de S. Joaquim, no Rio de Janeiro, existem hoje livros com a referência: «Pertence à Livraria *publica* do Collegio do Rio» (2).

Só no século XIX se reabriu ou fundou de novo a Biblioteca Pública da Baía, que constava de 7000 volumes em 1816, quando a visitou o príncipe Maximiliano de Wiede-Neuwied (3), menos do que possuía meio século antes a biblioteca do Colégio.

Os Colégios da Baía e do Rio de Janeiro eram os principais, mas todos ou outros tinham a sua biblioteca: Recife (4), São Paulo (5), Espírito Santo (6), Maranhão, começada com «a livraria que era do P.e António Vieira» (7), Pará (8), e, enfim, todos os colégios; nem havia aldeia ou fazenda que não possuísse alguma estante de livros, quanto se pode ver pelos inventários (9).

Qual era o recheio das bibliotecas dos Colégios?

Na do Rio de Janeiro, ao pé dos grandes autores da cultura greco-latina, Aristóteles, Platão, Cícero e Virgílio, lêem-se nomes como Newton e Boscovich e variadas obras literárias de diversas nações da Europa. Dos autores portugueses de fundo, nas ciências, história, direito canónico e civil, oratória, letras e medicina, a biblioteca estava regularmente provida, com preponderância das Faculdades ensinadas no colégio: humanidades, matemática, filosofia, física e ciências naturais, teologia e sagrada escritura. Achavam-se nela as últimas novidades de livraria, impressas em Portugal, como a *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado e recebiam-se do estrangeiro as *Mémoires pour servir à l'histoire des Sciences et des Beaux Arts*, dos padres-jesuítas de França, conhecidas por *Mémoires* ou *Journal de Treboux*, colectânea fundada em 1701, e já então (1760) com 222 tomos, que os livreiros do Rio avaliaram em 25$000 réis (10); e desta maneira se foi dando, um por um, o respectivo preço a todos os livros do catálogo de 1775, cuja destrinça bibliográfica levaria longe se se quisesse classificar com dados positivos. Releve-se em todo o caso que as bibliotecas não eram apanágio só dos colégios citadinos. Nos mais pequenos, a selecção supria a abundância. Conhece-se o catálogo do Colégio da Vigia, imerso na selva pa-

(1) HC II 544. — (2) HC VI 28. — (3) HC V 94. — (4) HC V 485. — (5) HC VI 403-404. — (6) HC VI 141-142. — (7) HC IV 188 287-290. — (8) HC III 213; IV 289. — (9) HC VI 58. — (10) HC VI 26-27.

raense. Estavam presentes, nessa biblioteca, Homero (com os seus dois poemas), os poetas latinos Virgílio, Horácio, Marcial, Ovídio e Terêncio; e Cícero com todas as obras, Séneca e Suetónio. Mencionam-se a celebérrima *Arte* do P.e Manuel Álvares, a *Arte da Língua Brasílica* de Luís Figueira, a *Nova Floresta* de Manuel Bernardes, a *Arte de Orar* de Diogo Monteiro, os *Trabalhos de Jesus* de Frei Tomé de Jesus, obra-prima da mística portuguesa. No copioso sermonário, para só falar dos estrangeiros, Bourdaloue, Ségneri e S. Francisco de Sales. Na história e biografia, entre outros, Berredo (história local), as *Crónicas* dos primeiros reis portugueses, a *História Romana*, a *História da América* e uma surpreendente *Respublica Moscovitica*. Obras de teologia, sagrada escritura, ascética, exercícios espirituais de Santo Inácio, direito canónico e um escolhido lote de direito civil português, com a última edição das *Ordenações do Reino*. Livros de medicina, matemática, astronomia, atlas, geografia, e já o *Extracto do Diário e Viagem do Sr. Condamine*, talvez oferta do mesmo sábio La Condamine, que, durante a medição dos graus do meridiano debaixo do equador, foi hóspede reconhecido dos Jesuítas do Grão-Pará. Ao todo, 1010 volumes em 1760; e, como em geral nas outras bibliotecas da Companhia de Jesus, também aqui, na Vigia, fímbria da floresta equatorial, os dois «grandes» da língua pátria, com as suas obras completas, Camões e Vieira (1).

2. — Camões e Vieira, aqui citados, não são apenas mestres da língua, são-no também do fervor patriótico; e a Vieira chama Oliveira Martins o João das Regras de D. João IV, em cuja aclamação no Brasil ele e outros padres da Companhia de Jesus intervieram em posição de primeiro plano. A restauração nacional portuguesa proclamou-se em Lisboa no dia 1.º de Dezembro de 1640 e no Brasil nos primeiros meses de 1641, logo que aí se recebeu a boa nova. A proclamação no Rio de Janeiro requeria particular diplomacia e prudência, dado que era seu governador Salvador Correia de Sá e Benevides, com difíceis implicâncias familiares. O seu pai casara com uma espanhola, filha do governador de Cádis, e por isso ele próprio nasceu eventualmente em Espanha e por sua vez era casado com uma filha do vice-rei do Peru e governador do Chile.

(1) HC IV 399-410.

Possuía bens avultados em Espanha e na América de Castela e tinha promessas de Madrid a favor da sua casa. Para lhe dar a notícia e o convencer, se fosse necessário, de que era esse o caminho que mais convinha à pátria, partiu da Baía para o Rio de Janeiro nada menos que o provincial Manuel Fernandes, que já se tinha assinalado dedicadamente contra a invasão holandesa de Pernambuco e na retirada dos Índios para Alagoas em 1635.

A caravela que conduzia o provincial chegou ao Rio a 10 de Março de 1641. Quando Salvador Correia leu as cartas que o jesuíta lhe trazia do vice-rei D. Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão, vencido o primeiro assombro, declarou que era «verdadeiro, leal e fidelíssimo português» e que a todas as vantagens da sua situação familiar e económica preferia «ser vassalo do rei natural, legítimo, verdadeiro herdeiro do Reino de Portugal»; e ambos combinaram que o acto se realizasse no Colégio. Para tal fim, Salvador Correia ordenou ao «sargento-mor e governador daquela praça para que logo desse aviso aos oficiais da Câmara, Prelado eclesiástico, Vigário Geral, Prelados das Religiões, Capitães de infantaria, fortalezas e ordenanças e a outros homens nobres e cidadões da república, que tinha negócio muito do serviço de Sua Majestade que lhes comunicar, para cujo efeito se juntassem todos no Colégio da Companhia de Jesus, sem dilação, o mesmo dia e hora que recebeu, leu e considerou o aviso. Executou o sargento-mor esta ordem e esperando-os na sala da *Livraria do Colégio* foi prevenindo a cada um dos que entravam, de per si, e em segredo, com tanta prudência que agregou ao seu os votos de todos em particular, para que quando em geral os solicitasse, se não neutralizasse nenhum, havendo dado ordens que nenhuma das pessoas que entrassem, tornasse a sair, por que se não vulgarizasse a acção antes do efeito». Obtidos desta maneira os votos individuais, mandou o governador entrar todos juntos na livraria. Expôs-lhes em comum a grande nova. O vereador mais velho da Câmara levantou-se e respondeu por si e pelos mais oficiais: «que se a eleição havia sido tão aprovada do céu e tão aplaudida de todo o Reino, e prosseguida na Baía, cabeça do Estado, eles deviam de seguir aos maiores e fazer a mesma aclamação e juramento, reconhecendo por verdadeiro rei e senhor de Portugal ao Senhor Rei D. João o IV deste nome.» E todos os mais falaram à semelhança deste. Feito o auto, o governador, erguendo-se, gritou: — Viva el-rei D. João o IV de Portugal!

Do Colégio, com o pendão real da Câmara, foram todos em corpo gesto à matriz, onde sobre um missal, num altar improvisado, fizeram o juramento sagrado, dando vivas a el-rei, a que o povo, correndo ao som da novidade, correspondia «com notável aplauso». Encerraram as grandes e variadas festas da aclamação de D. João IV no Rio de Janeiro os estudantes do pátio do Colégio com um «alardo», demonstrando que, se fosse necessário, «em serviço de Sua Majestade saberiam disparar tão bem o arcabuz como construir os livros» (1).

3. — Na Baía tinha o vice-rei marquês de Montalvão proclamado fielmente a D. João IV, mas em Portugal dois filhos seus fugiram para Castela e a sua mulher revelou-se tergiversante. D. João IV enviou o P.e Francisco de Vilhena, herói da guerra de Pernambuco, com uma carta à Câmara da Baía para se nomear um triunvirato de governo no caso de o vice-rei se mostrar remisso. Assim se executou com grande desprazer dos padres da Companhia do Colégio, que tinham sido testemunhas do ânimo bem português do vice-rei. O qual enviara logo a Lisboa uma embaixada de homenagem, constituída por um filho que tinha consigo e dois jesuítas, Simão de Vasconcelos e António Vieira, e este logo se dedicaria com toda a alma e eloquência à causa da restauração. Na imprevista e dura emergência, acolheu-se o vice-rei ao Colégio da Baía; e diz a ânua de 1641-1644 que D. Jorge de Mascarenhas, «depois de aclamar fiel e generosamente ao felicíssimo Rei D. João o Quarto de Portugal, perseguido àsperamente de alguns émulos seus ou por mal fundadas suspeitas ou por menos considerado zelo, se recolheu a este Colégio, onde por muitos dias foi agasalhado e servido em seus trabalhos, com a vontade que o seu amor à Companhia nos merecia, tratando sempre os Padres de compor suas coisas de modo que se tivesse o devido respeito a personagem tão grande e tão benemérita deste Estado, do qual se mostra o nobre fidalgo hoje em suas prosperidades tão agradecido que tem por alvitre grande solicitar negócios desta Província» (2).

O marquês de Montalvão não foi o primeiro hóspede ilustre do Colégio da Baía nem seria o último numa longa série, que começou no tempo de Nóbrega ao receber na incipiente «Casa dos Meninos de Jesus» o primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes,

(1) HC VI 41-44. — (2) HC V 97-98.

quando chegou em 1552, antes de se lhe preparar residência própria, hospedagem que se continuou por dois séculos com personalidades de diversas categorias. Uma das quais, «D. Luís de Sousa, rei das *Doze Mil Ilhas Maldivas,* chegado numa nau da Índia e que ia a Portugal saudar El-Rei e pedir a ajuda portuguesa para recuperar o seu Estado». Foram hóspedes do Colégio, em 1688 o conde de Alvor, vice-rei da Índia, em 1708 o bispo D. Francisco Laines, a caminho do Oriente, em 1722 a caminho de Lisboa o P.e António de Magalhães, embaixador do imperador da China ao rei de Portugal, e três anos depois, da Índia para Lisboa, o patriarca de Goa, que fez no Colégio numerosas ordenações sacerdotais de estudantes da Companhia; e, entre muitos outros, ainda em 1755 foi hóspede do Colégio o bispo das ilhas de S. Tomé e Príncipe, D. António Nogueira (1).

Frequentavam a Baía naus não sòmente da Índia, mas também de Angola, notando-se muitas vezes o facto sem indicação de nomes; nem faltaram, tanto a caminho do Oriente como da América Espanhola, religiosos, que depois deram a vida pela sua fé, hoje beatificados nos altares; e também S. João de Brito em 1687, já depois de ter padecido gravíssimos tormentos na Índia, passagem que, como se viu, originou o movimento de fervor missionário de jovens brasileiros pelas missões do Oriente.

Ao Colégio da Baía andava conjunto o protocolo da transmissão de poderes dos governadores e vice-reis, tornando-se muito conhecida a *Casa de Hóspedes* que com o tempo nele se construiu. Em 1714 escreve o vice-rei marquês de Angeja: «O cerimonial desta terra é ir o Governador buscar o seu sucessor a bordo e levá-lo para o Colégio dos Padres da Companhia, donde, passados os dias (que sempre são três ou quatro) se faz a entrada e entrega; e a cerimónia é vir o Senado da Câmara e todos os cidadãos com varas vermelhas a buscá-lo ao Colégio, donde debaixo de pálio, cujas varas levam os vereadores e cidadãos, vão ambos os Governadores à Sé, aonde está o Arcebispo» — e aí se conclui a cerimónia da entrega dos poderes (2).

Também se guardavam no Colégio as «vias de sucessão» para, na hipótese de falecer ou ficar impedido o governador ou vice-rei, se saber quem lhe sucedia. Quando os Holandeses tomaram a Baía em 1624 e o governador ficou prisioneiro, abriram-se as «vias de

(1) HC VIII 329 letra Q. — (2) HC V 96-99.

sucessão do governo que existiam em poder dos Jesuítas». Sucessor indicado, Matias de Albuquerque. Caso igual quando faleceu em 1718 D. Sancho de Faro e Sousa. Mais tarde, em 1754, para guardar as vias de sucessão, mandou el-rei se fizesse um cofre com três chaves, uma nas mãos do arcebispo, outra nas do chanceler da Relação, outra nas do reitor do Colégio, ao qual se remetia a via de sucessão do vice-rei (1).

4. — Além do Colégio, prestou relevantes serviços públicos a fragata da Companhia, navio cuja existência se impôs aos padres pela configuração mesma do Brasil. Os Colégios e residências repartiam-se pela extensa costa que fechava os sertões repletos de matas intransponíveis a impedirem no século XVI qualquer viagem de Pernambuco ao Rio de Janeiro por terra. Não restava senão a viagem marítima. Os primeiros provinciais, P.es Nóbrega e Luís da Grã e ainda Inácio de Azevedo, utilizaram as armadas reais da costa, mas o movimento desses navios nem sempre coincidia com a obrigação de visitar as casas em tempos determinados, como era do seu ofício. Feita a representação para Lisboa, ordenou a Coroa portuguesa em 1575 que os governadores do Brasil dessem embarcação ao provincial e a mais dois companheiros e alvitrou para gastos da matalotagem 80$000 réis cada triénio. Convieram os padres pouco depois em que era mais conducente ao bom governo da Província e liberdade de movimentos dispor de embarcação própria. A fragata da Companhia assegurou por cerca de 180 anos as necessárias comunicações entre as diversas casas da Província (2), enquanto a subvenção régia trienal de 1575 passava a 100$000 réis em 1589 e subia a 150$000 em 1633.

Com o advento da fragata, começou a cúria provincial a ser constituída por quatro pessoas, dois padres (provincial e companheiro) e dois irmãos (despenseiro e piloto). O irmão piloto, sempre o mais hábil e seguro da Província, era o patrão de bordo *(nauclerus)*. Os serviços de marinharia, esses, executavam-se por homens de fora, um dos quais com a patente de capitão-de-mar-e-guerra com bastão, passada pelo vice-rei. Por sua vez, mandou o provedor-mor da Fazenda real colocar a bordo da fragata sete peças de artilharia para as ordenanças do estilo, segundo as quais certos navios, ao entrar nos portos, deviam salvar com cinco tiros,

(1) HC V 99-100. — (2) HC I 169-170.

sendo correspondidos com três. Sem dúvida, no tempo das piratarias francesas, inglesas e holandesas, convinha também haver a bordo alguma prevenção militar para qualquer eventual surpresa em que não fosse evidente a desproporção de forças. Porque nos começos do século XVII existia na plataforma do Colégio da Baía «uma colubrina de alcance e dois sagres de bronze»; e os padres estavam atentos à aproximação do inimigo, dando rebate nos sinos da igreja, chamando a gente às armas (1).

Por serem de fundação real os Colégios da Baía, Olinda e Rio de Janeiro, também a fragata, com subvenção real, se considerou da mesma categoria. Usava flâmula e bandeira com as insígnias da Companhia (IHS) em fundo branco; e, de facto, o navio não era de simples uso privado. Além da finalidade específica — visita provincial e transporte de mestres e missionários e coisas da Companhia — prestava serviços particulares e públicos. Levava o correio oficial e se incumbia de comissões que requeriam discrição e segurança, como num assento do Conselho da Baía em 1702, ao tratar de remeter para Pernambuco a soma, respeitável para o tempo, de 33 000 cruzados, se lê que o «patacho dos Padres da Companhia é a melhor embarcação que navega nesta costa»; e, como serviço público, enumera el-rei o de «levarem de umas Capitanias para outras a Casa da Moeda, Governadores e Ministros da Justiça sem algum emolumento nem interesse mais que o de me servirem». O último navio oficial da Companhia denominava-se em 1759 «Fragata de S. José e S. Francisco Xavier» (2).

5. — Nas festas da aclamação de D. João IV no Rio de Janeiro viu-se que os alunos dos Jesuítas intervieram com um «alardo» militar; outras vezes, porém, já o tinham praticado a sério, em ocasiões de perigo externo, onde quer que surgisse. A primeira referência a um batalhão de estudantes verifica-se na mesma cidade do Rio quando em 1581 a ameaçaram três naus francesas. O governador Salvador Correia de Sá andava ausente em guerra com o gentio e tinham ido com ele quase todos os homens válidos, deixando como vice-governador o administrador apostólico Bartolomeu Simões Pereira. Os padres da Companhia colocaram à disposição da cidade quanto havia no Colégio. A táctica da defesa consistia em dissimular ao inimigo a ausência do governador e de combatentes, para que ele não sentisse desguarnecida a cidade. Além dos estudantes, organizaram as mulheres outro batalhão, com chapéus militares nas cabeças, empunhando arcos e frechas. Com elas dentro, as fortalezas davam a aparência de estarem vigilantes e activas; acenderam-se fogos nas praias pela calada da noite, multiplicaram-se os toques de tambor; dir-se-ia que a praça regurgitava de militança. O inimigo desistiu de tomar a cidade e enviou cartas em latim. Não foi crido nem correspondido e retirou-se, deixando a cidade livre do perigo que a ameaçara (1).

(1) HC II 129. — (2) HC VII 257-260.

Outro esboço de batalhão dos estudantes aparece na defesa do Colégio de Olinda, tomada pelos Holandeses em 1630. O facto repetiu-se com melhor êxito na Baía por ocasião do cerco de 1638, até que em 1651 se constituíram, na mesma cidade da Baía, as *Companhias dos Estudantes* como elemento apto a defendê-la no caso de os Holandeses a atacarem de novo; e, toda a vez que havia perigo, se reconstituía como companhia normal de ordenanças com o seu capitão próprio. O que introduziu o costume e privilégio de os alunos dos Jesuítas não serem obrigados a sentar praça sem haver perigo de inimigos (2). Ficou célebre a defesa do Rio de Janeiro e a vitória contra os Franceses de Duclerc, alcançada no dia de S. Januário (19 de Setembro de 1710), em que a *Companhia dos Estudantes* se cobriu de glória (3).

6. — Enquanto os alunos dos Jesuítas assim lutavam com as armas na mão, os mestres combatiam com armas de outra eficácia, em casa com penitências e orações, na batalha com o Crucifixo; nem faltaram ocasiões, a primeira das quais foi logo em 1551, numa guerra promovida pelo governador Tomé de Sousa e pela cidade da Baía contra o gentio de uma aldeia dos arredores que tinha matado e comido quatro portugueses que imprudentemente lá tinham ido num barco. A esse gentio antropófago reunira-se outro do sertão, o que constituía fonte de sobressalto e perigo para a cidade recém-fundada. Acompanhavam os moradores, nessa guerra contra o gentio, muitos índios já baptizados e também o P.e Nóbrega, com uma cruz na mão, para confessar os feridos e enterrar os mortos, se os houvesse (4). Guerra breve, porque o gentio fugiu, mas bastante para lhe dar a entender que o novo Estado do Brasil não

(1) HC I 395-396. — (2) HC IV 272. — (3) HC VI 47-49. — (4) MB I 256-258.

permitia, quanto estivesse em seu poder, actos incompatíveis com a lei natural, como era matar homens para os comer. Com a ida de Nóbrega a esta guerra se iniciou na Companhia de Jesus no Brasil o exercício do que hoje se chama «capelania militar». Costumava-se atribuir a prioridade deste ministério ao P.e Manuel de Paiva, a quem o mesmo Nóbrega ordenou dez anos depois que se incorporasse numa expedição organizada na Capitania de S. Vicente contra os Tamoios, que a infestavam; e foi ainda Nóbrega que mandou em 1565 o P.e Gonçalo de Oliveira como capelão da armada de Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro, contra Franceses e Tamoios, dando ao P.e Oliveira como companheiro o Irmão José de Anchieta, do mesmo modo que já tinha dado ao P.e Paiva o Irmão Gregório Serrão e ao governador Mem de Sá, na guerra do Paraguaçu da Baía, em 1559, o Irmão António Rodrigues. Mas estes três — Rodrigues, Serrão e Anchieta — não se podem intitular capelães militares, por ser função específica do capelão administrar os sacramentos aos combatentes e moribundos e eles ainda então não eram sacerdotes.

Capelães militares foram os padres que no século XVI tomaram parte na conquista da Paraíba, um dos quais, Simão Travaços, escreveu o *Sumário das Armadas,* narrativa desse feito histórico (1); e os P.es Manuel Gomes e Diogo Nunes, que participaram em 1615 na conquista do Maranhão (2). Mais numerosos se contam os capelães militares nas demoradas lutas contra os Holandeses, invasores de Pernambuco e da Baía. Na retomada da Baía em 1625, dos padres que estavam nas aldeias do Espírito Santo e S. João, recolheu-se o provincial com onze padres à Quinta do Tanque, «donde se dividiram e andaram no cerco os Padres, repartidos pelas estâncias, exercitando muitas obras de piedade, administrando os sacramentos de confessar, dizer missa e comungar, para ganhar o jubileu que Sua Santidade concedeu a todos os que se achassem neste cerco; a tudo acudiam com grande fervor e trabalho e não menor perigo de vida por serem as balas muitas e os reparos poucos» (3).

No assédio marítimo e terrestre que o conde de Nassau pôs à Baía em Abril de 1638, donde foi repelido a 18 de Maio, tiveram os Jesuítas a sua quota-parte na defesa da cidade, acudindo com os ministérios religiosos próprios da Companhia, levando os sacramentos por entre os pelouros; e, além disso, tomaram à sua conta

(1) HC I 500. — (2) HC III 102. — (3) HC V 57.

uma trincheira dentro da sua cerca, para que o inimigo não entrasse por ela, abasteceram a cidade de carne, organizaram a já mencionada Companhia dos Estudantes e transformaram o Colégio em hospital de sangue (1). Numa lista de doze jesuítas, que mais se assinalaram nesta defesa gloriosa, cita o bispo D. Pedro da Silva ao P.e António Vieira, sem dúvida já então o maior pregador da Companhia, cujo sermão de 1640 «pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda» *(Exsurge, quare obdormis, Domine?)* continua a imprimir-se nas colectâneas modernas e é, de facto, um dos mais insignes do púlpito cristão universal (2). Em Pernambuco dedicaram-se numerosos padres primeiro na defesa e depois na reconquista, no Arraial do Bom Jesus e em acompanhar os índios do Camarão e os Negros de Henrique Dias; e a um deles, P.e António Bellavia, mataram os invasores em campanha quando confessava um ferido de guerra (3), glorioso destino que também coube mais tarde ao P.e Bonifácio Teixeira numa expedição militar contra o gentio revolto do Apodi, no Rio Grande do Norte (4).

Nas guerras da restauração de Angola contra os Holandeses, em duas das expedições saídas do Brasil para essa empresa, foram jesuítas que pertenciam à Missão de Angola e portanto à Província de Portugal. Mas em 1645 tomou parte na expedição desse ano um padre da Província do Brasil, o já mencionado Mateus Dias, do Colégio do Rio de Janeiro, veterano do cerco da Baía em 1638. O governador de Angola, Francisco de Soto-Maior, informa o rei D. João IV em Dezembro desse mesmo ano de 1645: «O P.e Mateus Dias da Companhia de Jesus, que passou do Rio de Janeiro comigo a este reino, com o Irmão António Pires, na conformidade do que já fiz aviso a Vossa Majestade, têm mostrado em todo o discurso desta jornada tanto zelo do serviço de V. Majestade que o posso e devo encarecer pelo maior que na ocasião experimento, com suas pessoas e com muitos escravos do Colégio, a condução da artilharia e munições» (5).

Nas bandeiras ou entradas do Brasil ao descobrimento de minas de ouro viu-se que iam algumas vezes padres da Companhia (João de Azpilcueta Navarro, João Pereira, João de Sotomaior) e compete-lhes sem dúvida o título de capelães; mas a finalidade destas expedições não era bélica, embora tivessem às vezes de se defender

(1) HC V 61. — (2) HC IX 203 n.º 32. — (3) HC V 352. — (4) HC V 549. — (5) HC VII 272.

com as armas na mão contra os imprevistos de sertões ignotos e longínquos. Do mesmo modo, nas expedições fluviais amazónicas exerceram os padres o ofício de capelães, enquanto administravam os sacramentos nas chamadas «Tropas de Resgate», destinadas a descer índios para as aldeias da costa. Mas também essa não era pròpriamente uma função militar: a presença do missionário, imposta por lei, era para verificar *in loco* se se cumpriam as disposições legais estabelecidas no *Regimento das Missões,* sobre a descida dos Índios sem agravo da sua liberdade.

Do rio Amazonas ao rio da Prata o salto é imenso, mas Portugal considerava o rio da Prata fronteira meridional do Brasil, e aí se vão achar dois capelães militares, em 1680, idos do Rio de Janeiro com Manuel Lobo quando fundou a Colónia do Sacramento na margem esquerda daquele rio, actual República do Uruguai, em frente de Buenos Aires. Como posição fronteiriça, recomendara Lisboa que deveriam ir a essa empresa só portugueses do Reino ou do Brasil; e foram o P.e Manuel Pedroso (paulista) e Manuel Álvares (algarvio); os quais, no assédio posto à Colónia do Sacramento pelos espanhóis e pelos índios das reduções espanholas, foram, escreve Manuel Lobo, «fiéis companheiros e consolação de todos». Aprisionados pelo inimigo, Manuel Lobo faleceu no cárcere, os dois padres restituíram-se à liberdade em 1683, quando também se restituiu a Portugal a Colónia do Sacramento (1).

Último capelão militar da Companhia de Jesus no Brasil foi o P.e Francisco Bernardes, na fortaleza do rio Pardo em 1757, durante a campanha de ocupação do Rio Grande do Sul. Bernardes padeceu os efeitos da crise do século XVIII, a que sobreviveu, falecendo em idade muito avançada, com a satisfação pessoal de ainda assistir em vida à restauração da Companhia de Jesus em 1814 (2).

(1) HC VI 540-543. — (2) HC VI 532.

CAPÍTULO VIII

CULTO DIVINO, CONFRARIAS E CONGREGAÇÕES MARIANAS

1. — O santo nome de Jesus e outras devoções; 2. — As procissões dos primeiros tempos; 3. — Irmandades avulsas; 4. — Confrarias do Santíssimo, Nossa Senhora e Almas, nas aldeias dos Índios; 5. — Lausperene e Quarenta Horas nos colégios das vilas e cidades; 6. — Congregações marianas e primeira agregação pedida do Brasil em 1584; 7. — Oficiais mecânicos, nobres e mercadores; 8. — Nossa Senhora da Boa Morte para homens e mulheres; 9. — Congregações nos meados do século XVIII; 10. — Devoção à Cruz.

1. — O principal acto litúrgico da religião cristã é o santo sacrifício da missa e este foi também o primeiro no Brasil, com a Cruz arvorada pelos Portugueses em Porto Seguro, no próprio acto do descobrimento; e deve-se entender que, desde 1500 até à vinda dos padres da Companhia de Jesus, já aqui e além nalgumas capitanias existiam igrejas com as suas cerimónias e festas. As primeiras em que tomaram parte os Jesuítas ao chegar em 1549 foram as do Corpo de Deus (Santíssimo Sacramento, de tanta tradição portuguesa e também de tanto futuro brasileiro) e a do Anjo Custódio, festas oficiais, celebradas agora pelos recém-chegados na armada de Tomé de Sousa e de Nóbrega, em que com a parte eclesiástica intervinham a gente da governança e os militares com as suas trombetas e tiros de artilharia. Demonstração cívico-religiosa na fundação do Governo-Geral do Brasil — ainda primeiros contactos entre a civilização europeia e a selva brasileira — que era consolo para os portugueses da aventura ultramarina e atractivo impressionante para os naturais da terra.

Não tardaram os padres da Companhia a organizar as suas próprias manifestações de culto divino; e até quando, no decorrer do tempo, algum colégio, aldeia ou fazenda possuía padroeiro particular, a festa principal comum a todas as casas era a de Jesus,

no 1.º de Janeiro (hoje a comemoração da Circuncisão e a festa do Nome de Jesus são diferentes). Colocada a seguir ao Natal, a que não faltava o sugestivo presépio e a missa do galo (1), e antes da Epifania, conhecida popularmente por Dia de Reis (a adoração dos Reis Magos ao Menino em Belém), a festa de Jesus no primeiro dia do ano era a maior, por ser titular da Companhia, à qual mais tarde quase iria pedir meças a do fundador Santo Inácio. No começo, quando os padres ainda eram poucos, a festa de Jesus só se celebrava no colégio e era festa de confraternização, reunindo-se nele os padres das aldeias, que ajudavam às confissões da cidade, retribuídos pelos do colégio, que também iam ajudar nas festas aldeãs, dia dos respectivos padroeiros.

Fora do ciclo do Natal, tinham relevo as cerimónias da Paixão, com os formosos monumentos de Quinta-Feira Santa (2), nas quais alguma vez se utilizou um frontispício feito pelo pintor Manuel Álvares de caminho para a Índia (3). Seguiam-se as alegrias da Páscoa da Ressurreição, coroadas pelas da Ascensão e pela vinda do Espírito Santo, ao qual os Jesuítas logo consagraram uma das primeiras aldeias e era já título de uma capitania. A devoção ao Coração de Jesus ainda então não existia; quando surgiu na Igreja de Deus, celebraram-na os padres do Brasil segundo o espírito do tempo, com reflexos perduráveis na iconografia e na literatura (4).

Na armada do governador-geral, com a nau *Salvador*, que iria denominar a nova cidade que se fundava, vinham mais duas, ambas de Nossa Senhora, uma da *Conceição*, outra da *Ajuda*. Recebeu o título desta segunda nau a primeira igreja da Companhia na Baía, e pouco depois outra — a igrejinha da Ajuda em Porto Seguro — na qual Fernão Cardim acharia alguns anos mais tarde um retábulo de Nossa Senhora da Anunciação «de maravilhosa pintura e devotíssima» (5). A Nossa Senhora da Conceição dedicaram os padres algumas aldeias; e a estas devoções marianas iniciais se juntariam com o tempo outras de variados títulos, entre as quais, no século XVIII, a imagem itinerante e peregrina de Nossa Senhora das Missões (6). Entre as primeiras devoções marianas, unida aos 40 Mártires do Brasil (B. B. Inácio e Companheiros), está a de Nossa Senhora de S. Lucas, existente em Roma na Basílica de Santa Maria Maior (7). Pintaram-se então numerosas cópias dessa

(1) MB IV 318. — (2) MB IV 194-195 316-317. — (3) HC II 334. — (4) HC IV 241-242; X 134-135. — (5) HC I 208. — (6) HC IV 255. — (7) HC II 595-596.

imagem, cujo título oficial é «Salus Populi Romani», uma das quais chegou à Baía em 1575 no galeão *S. Lucas*, que trazia também relíquias das Onze Mil Virgens. Terá sobrevivido esta imagem às vicissitudes da guerra holandesa e à devastadora ocupação temporária da cidade da Baía? Em 1639 chegou à mesma cidade outra imagem de Nossa Senhora de S. Lucas na nau *Guadalupe*. Levavam-na o visitador Pedro de Moura e o seu secretário P.e Luís Lopes, que descreve a viagem dos Açores ao Brasil, imagem que se colocou no altar durante a missa festiva do Santo Inácio (31 de Julho de 1639) e diante dela se cantavam a bordo as ladainhas da Senhora. Ora por 1724 tratou o P.e Domingos Ramos de erigir no Colégio da Baía a Capela de Nossa Senhora dos 40 Mártires (1), a qual, no século XVIII, aparece denominada Nossa Senhora do Pópulo. Como se explica? Existe em Roma outra imagem, também dita de S. Lucas, vulgarizada pelo próprio nome da igreja; e cremos ser esta a razão de, na planta do Colégio da Baía, feita depois da saída dos padres, perdida a noção da origem, se dizer «capelinha de Nossa Senhora do Pópulo» (2). Històricamente, as imagens chegadas à Baía em 1575 e em 1639, unidas aos Jesuítas e à memória dos 40 Mártires, não são a da Igreja do Pópulo, mas a «Salus Populi Romani», de Santa Maria Maior, imagem muito venerada em Roma e alguns séculos mais antiga que a outra.

A festa do Anjo Custódio de Portugal (S. Miguel) levou ao Brasil a devoção aos anjos, a qual se vai logo encontrar em São Paulo de Piratininga pouco depois da fundação. O anjo S. Miguel veio a constituir-se orago de diversas aldeias e do Colégio da Vila de Santos (3).

Os primeiros santos a serem venerados pelos Jesuítas, como padroeiros de aldeias, foram os príncipes dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, também S. João Evangelista e Sant'Iago; e, com S. João Baptista, entre os primeiros, o português Santo António. A devoção a S. José não estava ainda generalizada na Igreja, mas conquistou depois lugar de eleição entre as devoções da Companhia no Brasil, assim como o alcançaram os santos da mesma Companhia, a começar por Santo Inácio, S. Francisco Xavier e depois S. Francisco de Borja, e todos os mais à medida que se canonizavam até 1760.

A celebração das festas da Companhia admite uma gradação óbvia, mas havia-as soleníssimas, com missa e vésperas de ponti-

(1) HC IX 97 letras FGH. — (2) HC VII 418. — (3) HC X 113 220.

fical, adquirindo fama em toda a costa as do Colégio da Baía, como se deixa ver não só dos monumentos arquitectónicos, estatuários e pictóricos, que ainda subsistem, mas também do inventário da igreja, capelas e altares, na abundância de prata e ouro, riqueza e variedade de ornamentos (1).

2. — Nas manifestações externas do culto divino, além das oficiais ou litúrgicas, as primeiras procissões da Companhia visavam em geral a fins concretos da piedade cristã, umas vezes de carácter propiciatório, como em São Paulo de Piratininga em 1554 por ocasião de uma inexplicável mortandade, nove procissões aos nove coros dos Anjos, cessando o mal (2). Diga-se de passo que o mesmo número aparece mais tarde aplicado à devoção das mulheres paulistas, que acendiam nove velas no altar de Nossa Senhora para que voltassem a Piratininga, sãos e salvos, os maridos bandeirantes ausentes nos perigos do sertão (3). Com a mesma intenção propiciatória se realizaram procissões na Baía pelo triunfo das armas portuguesas empenhadas no Rio de Janeiro contra os calvinistas franceses (4), em S. Vicente pelas pazes de Iperoig (5), de meninos órfãos portugueses, brasis e mamalucos pela saúde do rei D. João III, doente (6).

Outras numerosas procissões se organizaram, aqui e além, por motivos litúrgicos ou ocasionais ou pelas festas dos oragos das aldeias. Procissão das Três Marias em Porto Seguro (7), procissão gratulatória pelo triunfo do governador Mem de Sá em Ilhéus (8), por outra vitória no Rio de Janeiro, origem da «Festa das Canoas» (9); procissão de meninos engrinaldados e respondendo *ora pro nobis* às ladainhas (10), de meninos índios, vestidos de roupetinhas brancas, capelas de flores na cabeça e palmas nas mãos (11), de meninos índios, mas já também com homens e mulheres índias (12); procissão de índios e portugueses (13), bem animadas por danças de índios e folia de brancos com tambor e bandeira (14), tiros de espingarda e morteiros festivos (15).

Tudo isto no tempo de Nóbrega, quando ainda não havia outras Ordens religiosas no Brasil. Depois, com a chegada de novos ins-

(1) HC VII 377-416. — (2) MB II 70-71. — (3) HC VI 385. — (4) MB III 295. — (5) MB IV 177. — (6) MB II 384. — (7) MB IV 317. — (8) MB III 59. — (9) HC II 320. — (10) MB I 382. — (11) MB II 349. — (12) MB I 280-281. — (13) MB IV 57 62 81-82. — (14) MB IV 84. — (15) MB III 422.

titutos e a erecção de paróquias, multiplicaram-se as procissões de conventos, mosteiros e matrizes. Não cessaram as da Companhia, mas a fragrância do que é novo não se prolonga indefinidamente, embora onde haja mocidade escolar nunca faltem alguns reflexos de beleza original. Em 1614, numa seca da Baía, organizaram-se muitas procissões rogativas *ad petendam pluviam*, participando o Colégio com duas, uma dos estudantes da Congregação de Nossa Senhora, outra dos meninos da escola. Prepararam-se os meninos «uns com suas velas metidas em lanternas de papel, postas em paus a modo de tochas, outros com cruzes e outras insígnias de penitentes e todos descalços, juntos mais de 150: nesta forma começaram a entoar dois as ladainhas à porta da nossa igreja da banda de fora, e respondendo os mais se foram pelas ruas principais da cidade, com edificação mui notável dos que os viam, não sabendo se se espantassem mais da ordem e concerto com que iam, se da devoção que mostravam, e em especial um que, no couce da procissão levava um crucifixo em as mãos, coberto com um véu e acompanhado de duas tochas, representava a mais devota e bem composta figura, que com muitos ensaios se pudera pintar. Começou o acto com meninos, mas como se continuou e voltaram por adonde saíram, podia-se ver o acompanhamento de gente que traziam após si, trocada já a música de cantochão em a de órgão, que alguns músicos bons cantavam movidos da devoção, que a todos fez aquela vista, como lhe chamavam, de anjos» (1).

Manifestações como esta, dada a irregularidade das chuvas no Nordeste, repetiam-se com frequência, nem havia colégio, residência, aldeia, que não organizasse as suas procissões, tanto titulares e litúrgicas, como ocasionais (que, multiplicadas por mais de dois séculos, são milhares), e que os documentos, aqui e além, recordam, como a Procissão dos Passos no Maranhão, da qual, com ser natural da Europa Central, dizia Bettendorff não ter visto em sua vida nada mais belo e que movesse tanto a lágrimas (2). Acrescente-se ainda as procissões das numerosas fazendas da Companhia, quer lavradas ao começo por índios, quer depois por negros, como, entre outras, a de Santa Cruz no Rio de Janeiro, cuja festa titular (Exaltação da Santa Cruz, 14 de Setembro) se concluía com uma procissão em que se incorporavam as confrarias da fazenda rematando com o *Te Deum* (3).

(1) HC V 12-13. — (2) HC IV 239. — (3) HC VI 58.

3. — As confrarias de fazendas agrícolas, como esta de Santa Cruz, e as congregações marianas, como a da Baía acima nomeada, foram e são em todo o mundo católico válidos sustentáculos do culto divino. Mas antes da sua organização definitiva houve um tenteio pio do P.e Brás Lourenço, contra as juras e blasfémias, com a Confraria da Caridade na Capitania do Espírito Santo em 1554; e, dois anos depois, em Porto Seguro, com a Confraria da Piedade. Uma e outra tiveram a vida útil que pessoalmente lhes deu o seu instituidor sem mais seguimento (1). Estas duas irmandades eram constituídas por moradores portugueses, tanto em Porto Seguro como no Espírito Santo.

Todavia na Capitania do Espírito Santo, não já para moradores, mas para a sua escravaria índia, existia na igreja da Companhia a Confraria dos Reis Magos, quando por aí passaram em 1584 o visitador Cristóvão de Gouveia e Fernão Cardim. Os Índios, para festejar os ilustres hóspedes, «vieram um domingo com seus alardos, à portuguesa e a seu modo, com muitas danças, folias, bem vestidos, e o seu *rei* e a *rainha*, ricamente ataviados, com outros principais e confrades da dita confraria. Fizeram no terreiro da nossa igreja seus caracóis, abrindo e fechando com graça, por serem mui ligeiros e os vestidos não carregavam muito a alguns porque os não tinham». Fez-se-lhes pregação e o visitador agradeceu, deitando relicários ao pescoço do «rei», da «rainha» e principais (2).

No Colégio do Rio de Janeiro estabeleceu-se em 1586 outra irmandade idêntica. Os estudantes consagravam a essa confraria o terceiro domingo de cada mês, com missa cantada, sermão e frequência dos sacramentos. A festa dos Reis Magos da escravaria índia do Rio de Janeiro assumiu extraordinárias proporções (3), enquanto a não suplantou a escravaria africana com as suas confrarias de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a quem os Jesuítas prestavam relevantes serviços, e ainda, em 1697, a *Arte da Língua de Angola* é «oferecida à Virgem Senhora Nossa do Rosário, Mãe e Senhora dos mesmos Pretos» (4).

De natureza já distinta destas foi a Confraria de S. Marcos, que os moradores de Pernambuco tentaram instituir no Colégio de Olinda em comemoração da vitória contra os Ingleses, que atacaram o Recife, alcançada a 25 de Abril de 1596, dia desse santo evangelista. A confraria não pôde subsistir na igreja do Colégio,

(1) HC II 324-325. — (2) HC I 217-218. — (3) HC II 329. — (4) HC VIII 199.

porque lembraram de Roma que este género de irmandades autónomas não se coadunava com as Constituições da Companhia (1). Sessenta anos mais tarde, em 1657, erigiu-se no mesmo Colégio de Olinda a Irmandade de Santa Cruz, conhecida por Cruz dos Militares. A Santa Cruz era a padroeira dos militares e é conhecido o «Sermão de Santa Cruz na festa dos soldados» pregado por Vieira na Baía em 1638 (2). A confraria agora, na Igreja de Olinda, era iniciativa do Exército e do vencedor dos Holandeses, general Francisco Barreto, cujo «Sumário» dos Estatutos se conserva no arquivo romano da Companhia (3). Mas também esta não teve seguimento na igreja do Colégio, porque na realidade só foi avante em bases sólidas e duradouras o que reflectia o pensamento inicial de Nóbrega sobre a evangelização dos Índios e a educação juvenil; e são representadas pelas confrarias das aldeias e pelas congregações marianas, que no século XVII também se coloriram de um matiz social.

4. — Logo ao chegar, pedia Nóbrega a bula do Santíssimo Sacramento, confraria que ele estabelecera em Sanfins do Minho pouco antes de embarcar para o Brasil. Mas então ainda era cedo para confrarias em aldeias de Índios, cuja organização se começava a estudar e só pouco a pouco ofereceram estabilidade e segurança. As primeiras Irmandades do Santíssimo Sacramento nas aldeias da Baía erigiram-se por 1573-1574, junto com as de Nossa Senhora e Almas do Purgatório. Os mordomos eram os índios principais, tinham a sua mesa e escrivão também índio. Não eram obrigados a quota fixa, mas davam com liberalidade esmolas em géneros. Se eram de vender, vendiam-se para comprar cera e o mais indispensável ao exercício da irmandade, tumba para transportar os defuntos, cruz, caldeirinha e outros objectos desta qualidade; se não eram coisas de vender, «repartiam-se pelos pobres que há entre eles» (4).

Dez anos depois, as três confrarias dos Índios apresentavam-se florescentes quando as viu Fernão Cardim: «Os mordomos são os principais e mais virtuosos; têm sua mesa na igreja com um pano, e eles trazem suas opas de baeta ou outro pano vermelho, branco e azul; servem de visitar os enfermos, ajudar a enterrar os mortos e às viúvas, levando a seu tempo os círios acesos, o que fazem com modesta devoção e muito a ponto; dão esmolas para as confrarias,

(1) HC II 330. — (2) HC IX 202 n.º 25. — (3) HC V 405. — (4) HC II 326.

as quais têm bem providas de cera, e os altares ornados com frontais de várias sedas; em suas festas enramam as igrejas com muita diligência e fervor — e certo que consola ver esta nova cristandade» (1).

Destas três irmandades das aldeias dos Índios, a de Nossa Senhora nomeia-se sem nenhuma invocação particular; mas o Irmão Diogo Jácome, um dos companheiros de Nóbrega, aprendeu a arte de torneiro e a ensinou aos Índios, que empregavam algumas horas por dia, «maxime em fazer rosários» (2); e esta deve ter sido a mais externa e visível devoção dos Índios a Nossa Senhora.

Das aldeias da Baía, as irmandades dos Índios passaram às outras aldeias do Brasil, tanto ao sul como ao norte, e uma das festas obrigatórias era a do orago ou padroeiro de cada uma, que nem sempre era Nossa Senhora. Para atender a esta diversidade e circunscrever em cada confraria os seus deveres e limites, determinou o P.e Vieira no seu «Regulamento das Aldeias» do Maranhão e Amazónia, que então se começavam: «Se puder ser, haverá em cada aldeia três confrarias para que se nomearão seus oficiais: uma do Santíssimo, que assistirá à administração dos sacramentos e da santa unção, e lhe pertencerão todas as festas de Cristo; outra, das Almas, que terá também cuidado de enterrar os mortos e das outras obras de misericórdia; outra, do orago da igreja, a quem pertencerão as festas da Senhora e dos santos» (3).

Em lugares que pouco antes eram selva, as confrarias das novas cristandades, além do seu fim específico religioso, levavam consigo a grande vantagem humana de criar nos Índios o espírito de responsabilidade cooperante.

5. — Das três confrarias das aldeias, a de mais alta significação litúrgica era a do Santíssimo, devoção que se cultivou também nos colégios, em particular com as Quarenta Horas e o lausperene. A devoção das Quarenta Horas instituiu-a o papa Clemente VIII em 1592. Indo a Roma em 1598, como procurador da Província do Brasil, pediu Fernão Cardim essa devoção para os colégios do Brasil. À volta caiu em poder de piratas, que o levaram para Inglaterra e lhe sequestraram os papéis. Ignora-se se estaria entre eles a licença impetrada, mas tudo se atrasou. Data de 1618 o início da devoção das Quarenta Horas nos Colégios da Baía, Rio de Janeiro

(1) HC II 323; CARDIM, *Tratados* 315. — (2) AO 199. — (3) HC IV 114.

e Pernambuco, com grande edificação e fruto espiritual do povo (1). No Colégio do Maranhão começou no Carnaval de 1671 por iniciativa do reitor Francisco Veloso, que pregou no primeiro dia do tríduo, no segundo Pedro de Pedrosa e no terceiro Gaspar Misch. No Colégio do Pará instituiu-se em 1695 pelo P.e Bento de Oliveira. À solenidade das Quarenta Horas, tanto no Maranhão como no Pará, assistia o Convento do Carmo com o seu coro de canto e música; e por essa assistência no Pará recebia a esmola de 40$000 réis por ano (2).

A devoção das Quarenta Horas estava confiada no Brasil, ao menos nalgumas regiões, à Companhia de Jesus; e, como nos anos santos ficam suspensos os jubileus particulares, no Ano Santo de 1700 não se realizou a exposição do Santíssimo no Recife e em Olinda, mas fez-se na Baía com a alegação de que, embora se não ganhasse o jubileu anexo às Quarenta Horas, a solenidade sempre era útil aos fiéis (3). Deixaram sermões impressos, pregados nestas grandes festas eucarísticas, os jesuítas do Brasil Manuel Carneiro (4), Francisco de Matos (5) e António Vieira (6).

Durante o «mal da bicha» na Baía em 1693 publicou-se um lausperene ou adoração perpétua do Santíssimo Sacramento, logo confirmado por dois breves de Inocêncio XII, num dos quais concedeu um altar privilegiado, «que é o do Santo Cristo na igreja do Colégio» (7). A Confraria do Lausperene, já em regra, fundou-a na Baía o P.e Jacobo Cocleo em 1695 (8), para cuja instrução distribuiu a milhares de pessoas propaganda impressa (9); floresceu em São Paulo com a «Hora da Adoração» (10). Em 1757 era «prefeito do Lausperene do Santíssimo Sacramento» no Colégio paulista o P.e Manuel de Oliveira (11).

6. — A devoção a Nossa Senhora nos colégios das cidades e vilas revestiu sobretudo a modalidade de congregações marianas. O movimento começou assim. Em 1581 fizeram-se e aprovaram-se os Estatutos da Confraria ou Congregação de Nossa Senhora do Rosário na Baía; em 1583 fundou-se em São Paulo outra associação semelhante com a belíssima bênção das rosas (12); em 1584 pediu

(1) HC II 328-329. — (2) HC IV 240. — (3) HC VIII 50 letra R. — (4) HC VIII 145. — (5) HC VIII 363. — (6) HC IX 205, n.º 39. — (7) HC V 90-91. — (8) HC IV 240. — (9) HC VIII 162. — (10) HC VI 386. — (11) HC VII 447. — (12) HC I 309.

o visitador Cristóvão de Gouveia os Estatutos da Confraria de Nossa Senhora do *Rosário* dos Estudantes de Roma. Na Cidade Eterna transcreveram o pedido do Brasil, omitindo a menção do *Rosário,* ficando só *Congregação de Nossa Senhora;* e responderam que se tratava de obter do Santo Padre faculdade para o geral da Companhia poder «agregar congregações à do Colégio Romano». A patente de agregação da Baía traz a data de 8 de Agosto de 1586, e no dia de Nossa Senhora da Anunciação (25 de Março de 1588) se inaugurou com solenidade a Congregação do Colégio baiano, com muito contentamento e ajuda do bispo D. António Barreiros (1). Alguma agregação europeia precedeu poucos dias a do Brasil, mas pode-se duvidar com fundamento se o pedido da agregação europeia é anterior ao pedido brasileiro de 1584, que em todo o caso se apresenta na origem do grande movimento de agregações à prima primária do Colégio Romano, que então se iniciou.

Por a congregação romana ser da invocação da Anunciada, primeiro mistério do rosário, a Anunciação passou a prevalecer como título de congregações, entrando o nome do rosário em penumbra nos colégios do Brasil, não assim nas fazendas e engenhos de açúcar. Ordenou o visitador Cristóvão de Gouveia que houvesse neles a Confraria do Rosário para fomentar a devoção a Nossa Senhora e facilitar a catequese dos escravos índios e negros. Os que entravam na irmandade comprometiam-se a reunir-se todos os domingos e dias santos para o rosário em comum e para aprender a doutrina cristã (2).

Na língua portuguesa, com a palavra «rosário» existe a do «terço», que ora se diz «terço do rosário», ora «terço», simplesmente. Vieira introduziu no Maranhão, a 25 de Março de 1653 (dia, também aqui, da Anunciação), «o terço do rosário a coros, como se usa em S. Domingos de Lisboa e em outras muitas igrejas da mesma cidade». Prática de que proveio a Congregação do Terço, que se procurou depois unir com outras, como a de Nossa Senhora da Luz e a de Nossa Senhora do Socorro (3). A devoção do terço criou ambiente no Maranhão. Em 1696 «na nossa igreja cantam todos os dias os estudantes e meninos da escola o terço de Nossa Senhora com sua salvè, e aos sábados acrescentam as ladainhas» (4); e em breve percorreu todo o Brasil até ao sul, fundando-se em Paranaguá o «Colégio-Seminário de Nossa Senhora do Terço» (1). Os padres sempre fizeram larga distribuição de terços e rosários, fabricando-os às vezes por si mesmos; e o P.e Francisco de Avelar, antigo provincial, na velhice os fazia de quintins e os dava grátis, apenas com obrigação de a primeira vez que os rezassem fosse pelas almas do Purgatório (2).

(1) HC II 340-341. — (2) HC II 340-341. — (3) HC IV 242-243. — (4) HC IX 392.

Devoção menos pia, mas muito mais envolvente, se tornou a das Onze Mil Virgens, que procede de uma licença concedida pelo geral Mercuriano ao provincial Anchieta em 1579, para se erigirem confrarias dessa invocação nos colégios, a cargo dos estudantes (3). A ocasião foi a chegada à Baía em 1575 das primeiras cabeças das Onze Mil Virgens, relíquias de cuja autenticidade então se não duvidava (4). A festa a 21 de Outubro, quase no fim do ano escolar brasileiro, antes dos grandes calores, favorecia a celebração académica, a que se juntaram cerimónias de igreja e arraial popular. O entusiasmo contagioso dos estudantes revela um sucessivo crescendo, que levou a tomarem-se ou considerarem-se as Onze Mil Virgens como padroeiras, primeiro da *cidade* da Baía (5), depois do *Brasil* (6) e, por fim, da *América* (7)...

Com outras cabeças trazidas pelo visitador Cristóvão de Gouveia, ficou a Baía com três, tocou uma a Pernambuco (8), outra ao Rio de Janeiro. De São Paulo não há a mesma certeza, mas a Igreja de São Paulo em 1654, além do altar-mor, possuía mais três, cada qual com a sua confraria: Nossa Senhora, S. Francisco Xavier e Santa Úrsula ou Virgens, padroeiras dos estudantes (9); e um século mais tarde ainda a festa paulista dos estudantes era a das Santas Virgens, a 21 de Outubro (10), quando já no Maranhão se celebrava a festa a 31 de Julho, dia de Santo Inácio. Diga-se, a título de complemento, que as três cabeças das chamadas Onze Mil Virgens, do Colégio da Baía, se colocaram em três meios corpos de prata, com os respectivos nomes, atribuindo-se uma delas nada menos que a Santa Úrsula e as outras duas a Santa Áurea e a Santa Córdula (11); acrescente-se ainda que a festa de «Santa Úrsula e Companheiras Mártires» a continua a celebrar a Igreja a 21 de Outubro, mas já não reconhece hoje as Onze Mil Virgens, objecto da devoção històricamente mais escolar e baroca do Brasil antigo.

(1) HC VI 455. — (2) HC VII 63. — (3) HC II 329. — (4) HC VIII 97 letra C. — (5) HC II 318. — (6) HC VIII 97 letra C. — (7) HC VIII 373-374 n.os 1 e 7. — (8) HC I 490. — (9) HC VI 384. — (10) HC VI 386. — (11) HC VII 390.

Outra modalidade das congregações do Brasil era a das Flores. Na classe dos estudantes do Colégio da Baía existia um grande painel de Nossa Senhora das Flores (1); e explica Alexandre de Gusmão, no seu livro *Rosa de Nazareth,* que as flores são «espirituais», isto é, obséquios e actos de virtude que os meninos ofereciam a Nossa Senhora (2). É evidente tratar-se de congregação mariana, cujo «Directório dos Exercícios da Congregação da Virgem Senhora com as regras que devem guardar seus congregados» escreveu o P.e José Bernardino, impresso em Lisboa em 1725 (3). Todavia, o mesmo padre imprimiu em 1729 outro «Directório dos Exercícios que se costumam fazer na Congregação das Flores do gloriosíssimo Patriarcha S. Joseph, fundada no Seminário de Belém com as regras e costumes que deve guardar seus congregados» (4).

O duplo emprego de Congregação das Flores para Nossa Senhora e para S. José deve ter tropeçado com inconvenientes de ordem prática, porque em 1757, enquanto no Seminário de Belém com a do «Menino Jesus», as congregações são, uma de «S. José», outra da «Santíssima Virgem» (5); a do Colégio da Baía continua a denominar-se «Congregação da Mãe de Deus chamada das Flores», que subsistia, além das duas congregações comuns a todos os colégios, a dos Estudantes e a dos Meninos da Escola (6).

7. — A par das congregações dos estudantes externos, havia as dos moradores das vilas e cidades. Os Portugueses levaram para o Brasil as suas corporações de mesteres ou confrarias de oficiais mecânicos, e no grande cortejo festivo organizado para receber a estátua de Santo Inácio, chegada de Lisboa a Pernambuco em 1611, depois dos soldados e antes do clero, iam os oficiais mecânicos, com as suas bandeiras e distintivos, que com as mais confrarias pernambucanas reuniam 18 cruzes de prata e ouro. Três anos depois, fundaram os Jesuítas nos Colégios reais de Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro as congregações de oficiais mecânicos, que a invasão holandesa em 1630 iria desarticular. A de Pernambuco chamava-se «Confraria de Nossa Senhora da Paz». Conservou o nome tradicional de confraria, mas era congregação mariana. Pretenderam entrar nela muitos homens principais; e fechando-se-lhes a porta «com dizer que era confraria sòmente de oficiais mecânicos, replicavam que também o eram, alegando por si serem senhores de Engenho, título que em outras ocasiões alegam para se enobrecerem, como em efeito os tais são, pela maior parte, os grandes do Brasil» (1).

(1) HC VII 394 416. — (2) HC V 188. — (3) HC VIII 97, n.º 1. — (4) HC VIII 97, n.º 2. — (5) HC VII 441. — (6) HC VII 436.

Depois da invasão holandesa, tendo em conta o modo de pensar dos senhores de engenho, a Confraria dos Oficiais Mecânicos desdobrou-se em sentido já mais social que de simples corporações de ofícios. Fundaram-se no Colégio do Recife duas congregações, uma de Nossa Senhora da Conceição para nobres, outra que manteve o título de Nossa Senhora da Paz, mas agora, além dos oficiais mecânicos, incluía os homens de negócio, portanto, os plebeus e burgueses, tanto quanto estas noções se podem aplicar ao continente americano com os seus trabalhadores escravos, agrupados também eles em confrarias como as de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

A congregação dos nobres, de Nossa Senhora da Conceição do Recife, encarregou-se de transformar o recinto da congregação em igreja (2), a qual, bem ornada e remodelada, ostenta hoje no frontispício a data de 1707, vésperas já da guerra civil com Olinda, que daria ao Recife a preponderância regional. Com a vitória, constituiu-se também o Colégio do Recife um dos centros de piedade associativa mais florescentes da Companhia de Jesus no Brasil. Nele existiam em 1757 a congregação dos nobres (Nossa Senhora da Conceição), a dos mercadores, com o título já ampliado (Nossa Senhora da Paz e S. Libório), as outras duas, comuns a todos os colégios, dos estudantes e meninos da escola; e ainda, como também nos demais colégios, o «Exercício da Boa Morte» (3).

8. — O «Exercício da Boa Morte» nasceu como congregação, que introduziu no Brasil o provincial António de Oliveira (1681-1684). Passou ao Maranhão em 1721 para ambos os sexos (4). Pedindo-se a sua agregação à prima primária de Roma ou de Évora, respondeu o geral que se não podia agregar à da Anunciada, por o «Exercício» ser também para mulheres, mas trataria de alcançar o indispensável breve pontifício para a sua erecção nos colégios da Companhia com os privilégios e graças costumados. Entretanto, fundaram-se nas fazendas da Companhia e noutros lugares do Maranhão várias congregações de Nossa Senhora da Boa Morte, que

(1) AO 27-30. — (2) HC V 469. — (3) HC VII 450-451. — (4) HC IV 396-397.

se agregaram à prima primária, não do Colégio Romano, mas da Casa Professa de Roma (Gesù), adoptando a sua mesma norma da confissão e comunhão mensal (1). As associações da Boa Morte assumiram no Maranhão e Pará a modalidade popular das congregações marianas (2). Como *Boa Morte* é por outro nome *Bom Fim*, com esta segunda expressão, se tornou depois ainda mais popular Nosso Senhor do Bonfim. Noutras regiões do Brasil, a devoção da Boa Morte, igualmente popular, recebeu o nome de «Exercício». Na Baía era aos domingos. E não era só de Nossa Senhora, nem só de Jesus Cristo. O P.e José Aires dedicou «aos Irmãos da Boa Morte» uma «Breve direcção» para esse santo exercício, que era «em honra de Cristo Crucificado e de sua Santíssima Mãe ao pé da Cruz», livrinho impresso em Lisboa em 1726 (3). Praticava-se em todos os colégios da Província do Brasil e em 1757 existia em cada qual um padre «director do Exercício da Boa Morte» (4).

9. — No mesmo ano de 1757 floresciam em todos os colégios do Brasil duas congregações marianas para os alunos externos, uma de estudantes, outra de meninos da escola. Em todos, excepto o do Espírito Santo, só com a dos estudantes (não tinha então escola de meninos). Além das duas congregações escolares, existia nos colégios maiores uma terceira: na Baía a da «Mãe de Deus chamada das Flores», no Rio de Janeiro a de Nossa Senhora da Paz e no Recife não só terceira, mas ainda quarta, a do «Puríssimo Coração de Maria» e a da «Senhora da Paz e S. Libório» (títulos conjuntos). No Colégio da Baía não se menciona então, com director expresso, a Congregação da Senhora da Paz, mas era título de congregação em 1617 (5), e conserva-se a relação, feita em 1760, da «prata pertencente à Irmandade de Nossa Senhora da Paz» (6), que era invocação de um dos altares principais da igreja (hoje catedral primaz) logo a seguir ao altar-mor (7).

Também no catálogo de 1757 se não expressa o título das congregações dos estudantes, mas pouco antes, em 1746, no Rio de Janeiro era «Nossa Senhora da Anunciação», entre todos o mais clássico (8), sendo legítimo inferir que fosse o dos mais colégios quando não há declaração nominal. Na Baía, em vez de Anunciação, dizia-se Encarnação e estava no pátio dos estudantes (1); mas Anunciação e Encarnação conotam o mesmo mistério mariano, celebrado na Igreja universal a 25 de Março, nove meses antes do Natal, o que logo dá a raiz teológica da devoção a Nossa Senhora, Mãe de Deus, cujo poder, como «negociadora» ou medianeira entre o seu Divino Filho e os homens, proclamara Nóbrega em 1559, nos tempos heróicos da Companhia de Jesus no Brasil (2).

(1) HC IV 396. — (2) HC IV 243-244. — (3) HC VIII 4 n.º 1. — (4) HC VII 435 e seg. — (5) HC II 342. — (6) HC VII 394. — (7) HC VII 381. — (8) HC VI 19.

As congregações marianas, além da devoção à Mãe de Deus, fomentavam a piedade e perfeição pessoal dos congregados estudantes, influindo amor pelo culto divino, despertando na gente moça a ideia e honra de o servir com as suas próprias pessoas — verdadeiras escolas apostólicas do passado; e nos congregados não escolares eram estímulo permanente ao exemplar cumprimento dos deveres de estado e muitas vezes à caridade para com o próximo e doentes do hospital (3).

10. — Entre todas as manifestações do culto divino, a devoção que se pode chamar vocacional do Brasil foi a da Cruz, arvorada pelos Portugueses em Porto Seguro na hora do Descobrimento e com ela se abriu este capítulo. O Brasil nasceu à sombra da Cruz, e o nome que lhe dá Camões em *Os Lusíadas* é Terra de «Santa Cruz». Dir-se-ia predestinação o facto de o seu primeiro grande apóstolo ser aquele mesmo padre que aprendera e declarara no noviciado de Coimbra: «quisera não saber o que quero, mas em todo o caso, sòmente querer a Jesus Crucificado» (4).

Fiel a si mesmo, ao chegar ao Brasil, Nóbrega proclama a sua intenção e a da Companhia de Jesus (cujo escopo iria ser a de «homines mundo crucifixos»): «apresentaremos e convidaremos com o Crucificado» (5), erguendo-se da Cruz, símbolo da Redenção, a quem está nela pregado, Cristo Redentor, que importava dar a conhecer (6).

Tudo o mais é efeito do mesmo espírito. Os padres nos seus caminhos levavam um bordão, costume antigo transmitido pela arte bizantina aos Latinos, como símbolo dos anjos, mensageiros e peregrinos, dos que anunciavam o Evangelho. Com ele desembarcou Leonardo Nunes em Santos e os da terra chegavam-se a beijar o bordão do recém-vindo (7). Mas, quando os documentos descem a

(1) HC VII 395. — (2) BN 106; MB III 60. — (3) HC V 474. — (4) BN 31. — (5) MB I 114. — (6) MB I 142. — (7) MB I 206.

pormenores, o bordão aparece encimado pela cruz (bordões de cruz) ou mesmo pelo crucifixo (1). Os primeiros padres davam bordões de cruz aos índios adultos (2), e queriam e desejavam bordões de cruz os meninos brasis (3).

Os bordões de cruz eram curiosa e expressiva modalidade de uma intenção, mas o que triunfava era a cruz em si mesma. Os primeiros meninos da catequese levavam-na em suas mãos pequeninas; e por festa, na cabeça, em vez dos adornos indígenas de penas, ostentavam grinaldas de cruzes igualmente pequeninas como os meninos que as levavam. Entretanto, nos terreiros das aldeias erguiam-se cruzes altíssimas, arvoravam-se à frente das peregrinações dos jubileus e nas procissões solenes; alçavam-nas os padres-capelães nas guerras contra os inimigos; subiam os rios nas canoas missionárias; e, num movimento incessante, se implantou a cruz nos sertões próximos e longínquos e encheu o Brasil.

Não foi obra apenas dos padres da Companhia. Porque não havia, nem há, igreja que não encime a cruz, e já existiam igrejas antes de chegarem os Jesuítas e continuaram a erguer-se por outros missionários, clérigos e bispos; dentro de cada igreja há altares, nem há altares sem crucifixo, e Crucifixo e Crucificado são sinónimos. A particularidade da Companhia está naquela iniciação de Nóbrega: não apenas «crer», mas também «querer» a Jesus Crucificado. Fé e obras. A evangelização do Brasil começou assim, continuou assim e, passados mais de quatro séculos, continua assim. A Cruz de Cristo estava na bandeira da nação evangelizadora e no coração da Companhia; e no passado e no presente, numa forma ou noutra, é o objecto mais visível do culto no Brasil, como o certifica no Rio de Janeiro a estátua de Cristo Redentor a iluminar e a abençoar o Brasil, em que a própria imagem, de braços abertos, é a Cruz.

(1) MB II 57. — (2) MB III 372. — (3) MB I 248.

CAPÍTULO IX

ADMINISTRAÇÃO DOS SACRAMENTOS

1. — Os Jesuítas primeiros párocos da Baía, São Paulo e Rio de Janeiro; 2. — Múnus pastoral nas aldeias dos Índios; 3. — Baptismo de meninos e adultos; 4. — Baptismos gerais e nomes cristãos recebidos dos padrinhos; 5. — Confissões, comunhões e jubileus; 6. — Intérpretes das confissões e esplendor eucarístico; 7. — Santa unção, confirmação e ordens sacras. 8. — Matrimónio dos primeiros portugueses com índias e mamalucas; 9. — Matrimónio de índios entre si; 10. — Dispensas matrimoniais de todo o direito positivo e reflexos na mestiçagem.

1. — O vigário da nova cidade do Salvador da Baía, que se fundava em 1549, não embarcou em Lisboa na armada de Tomé de Sousa, e cinco meses depois, em Agosto desse mesmo ano, o superior da Missão dá conta do que fazia em matéria de ofício pastoral, por lhe parecer que, na ausência do pároco, «Nosso Senhor me dava cuidado destas ovelhas» (1). Nóbrega tomou por coadjutor o P.e António Pires: Ele «e eu estamos o mais tempo na cidade, para os cristãos, e não será mais que até chegar o vigário» (2). Este, o vigário efectivo, «clérigo Manuel Lourenço», já estava na Baía pelo Natal. Com a sua vinda cessou Nóbrega o ofício de pároco, que interinamente foi o primeiro a exercer na nova cidade do Salvador (3).

O vigário secular de São Paulo de Piratininga só começou o seu ofício em 1591. Durante trinta e oito anos, desde a fundação por Nóbrega em 1553, foram os padres da Companhia os párocos da nova aldeia e vila, portanto os que celebraram os primeiros baptismos, os primeiros casamentos, os primeiros funerais paulistas (4).

Na cidade do Rio de Janeiro, o P.e Gonçalo de Oliveira, nomeado por Nóbrega capelão militar desde o primeiro dia da fun-

(1) MB I 121. — (2) MB I 129-130. — (3) MB I 121. — (4) NP 65-67.

dação (1 de Março de 1565), exerceu as funções pastorais próprias dos capelães militares em campanha. Concluída a conquista e transferida a cidade em 1567 para o morro do Castelo, iniciou o P.e Manuel da Nóbrega, primeiro reitor do Colégio, que também então se erigia, o múnus de cura de almas, que estava habilitado a exercer conforme a carta do geral Diogo Laines de 25 de Março de 1563 (1). O primeiro pároco secular do Rio de Janeiro (Mateus Nunes) só se nomeou em 1569. Do ano precedente de 1568 conhece-se uma certidão de casamento assinada por Nóbrega, documento, sem dúvida, dos mais antigos em matéria pastoral existente no Brasil (2).

Em 1562, na Capitania do Espírito Santo, faltando vigário algum tempo, teve o P.e Brás Lourenço «o cuidado de administrar todos os sacramentos a todo o povo» (3); a seguir à conquista do Rio Grande do Norte, diz-se em 1607 que «sete ou oito vezes fizeram os da Companhia naquela Capitania ofício de vigário por não haver clérigo que se quisesse expor àquele trabalho» (4); mas a estes e outros actos pastorais tardios já faltava o incomparável prestígio das fundações das três grandes cidades da Baía, São Paulo e Rio de Janeiro.

Nas vilas e cidades tocava aos curas de almas celebrar os baptismos e casamentos nas suas paróquias com os emolumentos correspondentes; mas quando os paroquianos eram índios surgia a dificuldade da língua brasílica. Os vigários em geral não a sabiam e a escravaria dos moradores buscava as residências da Companhia de Jesus para as confissões, chegando-se a quem os entendia também na hora de baptizar os filhos ou de realizar as suas uniões matrimoniais. Para evitar queixas dos vigários, determinou o visitador Inácio de Azevedo que se cumprissem as leis do Concílio Tridentino, e portanto que os Jesuítas preparassem os Índios e depois os remetessem aos párocos. Com o tempo aprendeu português a escravaria e seria fácil aplicarem-se no Brasil as prescrições tridentinas; mas o Concílio de Trento olhou mais para a situação da Europa, cheia de conventos, mosteiros e paróquias, do que para as missões. A vida ultramarina, onde a cristandade começava, tornava prematura a planificação geral tridentina, que se não adaptava tão bem à realidade americana. Uma página do P.e António da Rocha, superior da Capitania do Espírito Santo, revela, com o seu quê de pitoresco, o que sucedia em 1571: Esta grande povoação não tem «mais que um sacerdote, vigário *nomine tenus*, que apenas sabe ler o latim, e na quaresma confessa algumas vinte pessoas e ainda das que se tinham confessado antes com os nossos, ficando todo o mais peso de algumas duas mil almas, de brancos e escravos, fora os índios gentios e cristãos, que estão nas aldeias, a nosso cargo, os quais, nem a escravaria, conhecem outros curas senão aos da Companhia; ainda que, segundo tenho entendido, depois que veio o Padre Inácio de Azevedo se mandou que os escravos se preparassem em Casa para o santo baptismo e casamentos, e, confessados, os enviassem ao pároco; e assim não tem ele mais que dizer *Ego te baptizo vel conjungo in matrimonium*, e levar a sua pitança ou oferta, ficando aos nossos muita dor de cabeça, queimamento de sangue e pitança para a vida eterna. E como esta gente é miserável, sucede muitas vezes, ou por não ter oferta para o vigário ou por ele ser descuidado, morrerem muitos sem baptismo e outros estarem amancebados muitos anos por não darem uma galinha, que às vezes lhes pedem os mercenários, pelo que os da Companhia faziam grátis» (1).

(1) MB III 545. — (2) MB IV 472-473. — (3) MB III 463. — (4) HC I 559.

2. — Pouco a pouco se foi definindo o âmbito pastoral dos párocos urbanos e dos missionários das aldeias de Índios, onde por então só os da Companhia eram párocos (mais tarde foram também outros religiosos); todavia — nem podia ser de modo diferente onde tudo começava de novo —, à administração dos sacramentos não faltaram obstáculos, ora de natureza canónico-jurídica motivados pelo conceito de geração dos Índios, ora provenientes da moralidade pública nas vilas e cidades, onde os padres da Companhia também colocavam os seus confessionários e mesas da comunhão dos colégios à livre disposição dos fiéis de todas as qualidades; mas onde exerceram de facto, e a fundo, o múnus pastoral foi nas aldeias dos Índios, com particular referência aos sacramentos do baptismo, confissão, comunhão e matrimónio.

3. — Quanto ao baptismo, já do capítulo sobre a conversão do gentio se inferiu que a falta de firmeza nos adultos era o que mais angustiava os padres («com um anzol os converto, com outro os desconverto»...); e, embora sempre houvesse índios que viveram cristãmente depois de baptizados, todavia nos primeiros tempos,

(1) AB 6.

imersos ainda na gentilidade circundante, a perseverança dos adultos reveste mais o carácter de excepção que de regra geral (1).

Três anos de experiência missionária bastaram a Nóbrega para ordenar em 1552 que os gentios catecúmenos se deviam separar das suas pequenas aldeias, reunindo-se numa grande para serem primeiro doutrinados e depois se baptizarem, porque os adultos, enquanto viviam enquadrados no ambiente missionário, davam provas satisfatórias, ao menos na aparência; e pelo contrário, dispersos pelas suas pequenas aldeias gentílicas, sem amparo missionário, raros eram os que não cediam ao ambiente, recaindo os mais deles nos costumes em que tinham sido criados. De maneira que o baptismo dos adultos não foi o caminho mais adequado nem para a recepção desse sacramento nem para a conversão do gentio. A nova «criação», isto é, a catequese dos meninos, aliada à escola da aldeia, foi a verdadeira estrada real do baptismo, sem passar pelo acto psicológico da conversão, pois os meninos educados já cristãmente não tinham de deixar o erro para abraçar a verdade, nem abandonar maus costumes, que nunca tinham praticado, para seguir outros bons. Transitavam logo do estado de inocência ao da vida cristã em que já nasciam e se baptizavam.

Nas aldeias assim estáveis não tardaram a baptizar-se todos os meninos lactantes. Os adultos também, a começar pelos que se criaram ao bafo das primeiras aldeias e dos primeiros padres; mas em breve os que ainda não eram cristãos já se não baptizavam, fora de algum caso extraordinário, instruindo-se porém, todos, para com a melhor disposição possível receberem o sacramento quando chegasse a sua hora. Os meninos da escola incumbiam-se de avisar o missionário de algum adulto gravemente enfermo para o ir baptizar *in extremis* ou para lhe administrar os últimos sacramentos, se já era cristão (2). Na ausência do padre, a estes doentes em perigo de morte baptizava qualquer irmão, sobretudo em ocasiões de epidemia (3); nem faltavam meninos da escola, que já sabiam de cor as palavras do baptismo na língua brasílica (tupi). Procede mesmo da intervenção *in extremis* de um destes meninos da escola a mais antiga fórmula do baptismo em tupi, registada numa carta de 1569 por Amaro Gonçalves (4).

(1) HC X 214-215; MB I-IV (título «Sacramentos»). — (2) MB III 293. — (3) MB III 491. — (4) MB IV 443.

Em duas ou três gerações, todas as aldeias seriam já cristãs de todo, se para elas, em particular para as da periferia da Baía, do Espírito Santo e Rio de Janeiro, não descessem dos sertões novos gentios e não recomeçasse com eles a catequese, com a invariável preocupação de se não baptizarem os adultos senão dentro da certeza moral de que depois de baptizados não refluiriam para o recesso da selva, onde não poderiam ser assistidos pelo missionário, arriscando-se a voltar à vida gentílica e, portanto, com menosprezo do baptismo e da vida cristã iniciada.

Obstáculos deste género iam-se superando nas antigas aldeias do Brasil, mas renovavam-se nas aldeias que se fundaram depois da conquista da Paraíba e da presença dos Jesuítas no Norte, desde o Ceará à Amazónia. Aí o perigo maior provinha do gentio que falava línguas diferentes da tupi, já então chamada «língua geral», perigo que adverte Vieira no seu «Regulamento» dos meados do século XVII: «Descendo do sertão alguns índios gentios, de que haja provável temor de que poderão tornar a suas terras, ainda que digam que querem ser cristãos se não baptizarão nem os adultos nem os inocentes deles, senão em perigo de morte, pela experiência que há da pouca constância de algumas destas nações. Não havendo perigo de tornarem para o sertão, se baptizarão logo todos os inocentes, mas os adultos, se não forem da língua geral ou de outra que saibamos, não se baptizarão fora do perigo de morte, senão de vagar, e com muita consideração pela pouca capacidade dos intérpretes, enquanto não há número de sujeitos que se possam aplicar a diversas línguas» (1).

4. — Acrescenta Vieira que, não havendo perigo de voltarem a suas terras gentias e podendo-se baptizar, se deviam declarar no livro dos registos «os nomes que tinham na gentilidade e os que lhe puseram de novo, para que por eles sejam conhecidos; e destes adultos, quanto for possível, se faça baptismo geral com grande solenidade» (2).

De baptismos gerais solenes se prezaram sempre os Índios e os tomavam em ponto de honra, já desde o tempo de Nóbrega (3); e nos baptismos gerais de meninos, os padres abraçavam-nos logo depois da cerimónia, não já como servos, mas filhos de Deus, acto

(1) HC IV 115. — (2) HC IV 115. — (3) MB IV 187.

que dava grande alegria aos meninos neobaptizados e ainda maior aos pais e mães índias (1).

Os nomes e apelidos era comum receberem os dos padrinhos, que não raro eram os próprios donatários, governadores e pessoas principais das vilas e cidades, como praticou no Espírito Santo o donatário Vasco Fernandes Coutinho (2) e na Baía o grande Mem de Sá, «que estava junto da pia tocando seus afilhados como quem sente quanto vai na condenação ou salvação duma alma» (3). Ainda em 1635, no Rio de Janeiro, num baptismo solene de Índios Carijós, foram padrinhos o governador Rodrigo de Miranda Henriques, Salvador Correia de Sá e outras pessoas gradas (4). Também algumas vezes recebiam nomes de religiosos da Companhia, como, entre outros, sucedeu com o Irmão António Rodrigues, na Baía, a quem os Índios por afecto tomaram por padrinho (5); e nos primeiros anos do século XVII, num baptismo solene celebrado na aldeia dos Reis Magos (Espírito Santo), os Índios sentiram-se honrados em receber os nomes do visitador Manuel de Lima e do seu secretário Jácome Monteiro (6).

5. — A Companhia de Jesus entrou no Brasil administrando o sacramento da penitência: «Confessa-se toda a gente da armada», diz Nóbrega, referindo-se à de Tomé de Sousa, em que ele próprio veio com os seus cinco companheiros. A eucaristia, por mãos de jesuítas, compareceu dois dias depois, a 31 de Março de 1549, quarta dominga da Quaresma, celebrando missa Nóbrega e comungando ao menos os da Companhia: «Disse eu missa cedo e todos os Padres e Irmãos confirmaram os votos que tinham feito, e outros de novo, com muita devoção e conhecimento de Nosso Senhor, segundo pelo exterior é lícito conhecer» (7). Não se lê nesta notícia o vocábulo material de comunhão, mas está o que a supõe, porque uns confirmaram ou renovaram os primeiros votos simples, conforme ao uso da Companhia antes dos últimos de professo ou coadjutor, outros os fizeram pela primeira vez («de novo»); e os votos *renovam-se* ou *fazem-se* no momento de comungar.

Excelente oportunidade para a administração dos sacramentos da confissão e comunhão, quer aos portugueses recém-vindos, quer aos que se dispersavam pelas capitanias, foi o Ano Santo de 1550,

(1) MB II 349. — (2) MB II 375. — (3) MB II 466. — (4) HC VI 18. — (5) MB II 466. — (6) HC VIII 401. — (7) MB I 110.

que Nóbrega, por incumbência de Roma como superior da Missão, pregou por si ou pelos seus padres. Pregou-o ele próprio na Baía e em Pernambuco (1551-1552); e nesta última Capitania achou numerosos homens que não podiam comungar por viverem com mulheres com quem não eram casados. Uma confissão em regra removeu as ocasiões, casando-se eles com as índias e mestiças ou separando-se elas deles; e desta forma se reconduziram à mesa eucarística homens que há vinte anos não comungavam (1); obstáculo também à recepção dos sacramentos da confissão e comunhão veio a ser o dos cativeiros injustos, matéria pertencente ao capítulo da liberdade dos Índios. O jubileu de 1550 pregou-se nas demais capitanias por outros padres com delegação de Nóbrega; e quantos puderam ganharam esse primeiro jubileu de Ano Santo pregado no Brasil (2).

A este, de carácter universal, que tantos frutos deu de confissões e comunhões no Brasil nascente, seguiram-se outros jubileus particulares, um dos quais o da «Conversão», concedido por Pio IV no breve *Unigeniti Aeterni Patris*, de 2 de Fevereiro de 1563, com o fim de promover a conversão ao cristianismo e honrar as igrejas da Companhia, já fundadas ou ainda a fundar, em terras de missão no Oriente, África e Brasil, que então, nas três mencionadas regiões, eram todas da Assistência de Portugal. O papa concedia indulgência plenária a quem convertesse algum infiel ou gentio ou em certos dias visitasse as igrejas dos Jesuítas. Este jubileu pregou-se no Colégio da Baía, dia da Ascensão (11 de Maio de 1564); e o primeiro que se ganhou foi na aldeia do Espírito Santo na festa do padroeiro (21 de Maio), seguindo-se outros nas diversas aldeias da periferia baiana, com festas extraordinárias, a que concorriam os moradores da cidade e das fazendas, descritas com riqueza de pormenores por António Blázquez. À do Espírito Santo, aonde também se podia ir por mar, «foi muita gente, uns a cavalo, outros em redes e outros em carro, e os que menos podiam iam a pé; e creio que todos quantos lá foram se confessaram e tomaram o Santo Sacramento». Algumas índias e mestiças imitaram os Portugueses e «eu me lembro — escreve Blázquez — que na minha missa dei o Santo Sacramento a algumas delas» (3).

Nestes primeiros jubileus tomava-se já a caridosa e surpreendente precaução de logo ao amanhecer começarem as missas em

(1) MB I 285-286. — (2) MB I 394. — (3) MB IV 60 62.

três altares para facilitar a comunhão a todos, sobretudo aos doentes, sem terem de esperar pela missa de pontifical; e assim se tornava menos penoso comungar no clima tropical e num tempo em que a disciplina do jejum eucarístico ainda era rigorosa depois da meia-noite (1).

A festa de Jesus no Colégio da Baía (1 de Janeiro de 1565) oficiou-se com vésperas e missa de pontifical, por D. Pedro Leitão, com três coros de música, um de canto de órgão, outro de cravo e o famoso coro de flautas dos meninos brasis, ensinados pelo P.e António Rodrigues; houve procissão e sermão e as comunhões em diversas missas foram tantas que «nem por quinta-feira santa nem por dia de Páscoa veio tanta cópia de gente tomar o Santissíssimo Sacramento» (2).

Pouco depois destes jubileus da «Conversão», chamados também dos Padroeiros, por se ganharem nos dias dos oragos do colégio e das aldeias, concedeu o papa Pio V, a 16 de Outubro de 1567, aos fiéis de todas as missões da Companhia, quatro grandes jubileus pelo Natal, Páscoa, Espírito Santo e Assunção de Nossa Senhora (3).

Menos faustoso que este da Baía, mas sem dúvida profundo e significativo, foi o movimento eucarístico que se manifestou na luta pela unidade territorial do Brasil. Na guerra aos tamoios contrários, promovida na Capitania de S. Vicente, os brancos e mestiços iam «confessados e comungados e confiados em Nosso Senhor» — dizem os camaristas de São Paulo de Piratininga. Concedeu Nóbrega que fossem na expedição o P.e Manuel de Paiva, para celebrar missa e administrar os sacramentos, e o Irmão Gregório Serrão, como intérprete, para ter mão nos índios já cristãos que iam nela (4). O mesmo processo usou Nóbrega na conquista do Rio de Janeiro, contra Franceses e Tamoios, dando um padre (Gonçalo de Oliveira) e um irmão (José de Anchieta), mas agora já eram ambos intérpretes ou, como se dizia, línguas. O padre celebrava missa e administrava os sacramentos da confissão e comunhão (5).

Com o fim de sondar e preparar o ambiente para a tão desejada ocupação do Rio de Janeiro, já Nóbrega em pessoa tinha ido antes a Iperoig, terra de Tamoios conluiados com os Franceses do

(1) MB IV 76. — (2) MB IV 191. — (3) MB IV 66-67. — (4) MB III 345. — (5) MB IV 244-245.

Rio; e numa cabana rústica, acolitado por Anchieta seu intérprete, celebrou Nóbrega a festa do Corpo de Deus em 1563, enquanto noutra cabana, os Índios Tamoios roíam a canela de um homem que tinham matado, expressões visíveis de duas comunhões, uma eucarística, outra antropofágica, representativas de duas civilizações. Já então se iniciara a batalha e já se ia reconhecendo o triunfo cristão noutras aldeias de Índios da Baía, deste mesmo período, nas quais se assinala em missas pontificais a presença festiva de motetes ao Santíssimo Sacramento (1).

6. — Irmãos intérpretes, como Gregório Serrão, Gonçalo de Oliveira e José de Anchieta, acima nomeados, não existiam quinze anos antes, quando Nóbrega chegou. Para a confissão dos índios e índias que se começavam a baptizar, e até das primeiras mestiças, que já achou, filhas do Caramuru e outros portugueses, as quais não sabiam a língua dos padres confessores, viu-se Nóbrega diante do dilema ou de as privar do sacramento da penitência ou de utilizar os meninos do Colégio de Jesus como intérpretes. Optou pela segunda alternativa. Escolhidos e preparados «à nossa mão», não havia perigo de violação do sigilo sacramental — recurso por natureza transitório até os padres aprenderem a língua ou haver irmãos intérpretes que dispensassem aquele recurso, que por então Nóbrega julgou útil ao proveito espiritual e consolação da nova cristandade.

O acesso dos Índios à comunhão foi mais lento do que à confissão; e sempre, desde o começo até ao fim, sempre se manifestou alguma reserva com os índios adultos, neobaptizados e recém-vindos da selva para as aldeias, em que se tinha em conta a sua ainda inadequada preparação e a sua rudeza. Deste ambiente dá noção prática o «regulamento» de Vieira, nos meados do século XVII, ao tratar da desobriga ou preceito pascal e do viático nas aldeias do Norte:

«O Padre que tiver à sua conta alguma povoação ou povoações de Índios, fará todos os anos lista de todos os que forem capazes de confissão, de modo que nenhum fique sem se confessar; e porque os Índios são muitos e os sacerdotes poucos, se lhes estenderá o tempo da confissão anual e se poderão desobrigar desde a Septuagésima até à oitava do Espírito Santo. Importa que se ponha toda

(1) MB IV 78.

a diligência para que todos os Índios se façam capazes de receber o Santíssimo Sacramento, ao menos pela obrigação da Páscoa, e este cuidado deve ser ainda maior para que na hora da morte tenham o viático, em cuja concessão e administração não devemos ser demasiadamente escrupulosos, fiados na benignidade e misericórdia de Cristo, a quem não ofende a rudeza senão a malícia. Parece mais decente e mais conforme ao costume universal da Igreja, que o Senhor, podendo ser, se leve aos enfermos, e não os ditos o vão receber à igreja em suas redes; e a este fim, se houver comodidade, haverá um lugar composto na enfermaria da aldeia, para que nele se possa administrar este Santíssimo Sacramento, fazendo para isso pálio e tudo o mais necessário com a maior decência possível» (1).

As aldeias do Norte ainda então se estabeleciam na fímbria da selva, mas também já os meninos aprendiam a ler e a eles e às meninas se ensinava a doutrina, tornando-se aptos, desde a infância e a adolescência, para viver cristãmente. No decurso de dois séculos, grande parte das gerações de índios aldeados entraram na massa geral da população brasileira; e enquanto o primeiro movimento dos jubileus dos padroeiros do século XVI permaneceu constante nas aldeias multiplicadas dos Índios, com as suas confrarias próprias, criaram-se nas cidades e vilas outras confrarias, congregações marianas, as Quarenta Horas, os lausperenes e até um «domingo do Sacramento», isto é, a prática da comunhão mensal reservada commummente ao último domingo de cada mês (2) — conjunto de obras pias que chamavam os fiéis ao confessionário e à comunhão e elevavam ao máximo esplendor o culto eucarístico. Na igreja da Baía, entre outros objectos sacros, existia uma custódia de ouro, com três palmos de alto, toda de chapa lavrada com seis campainhas também de ouro, obra antiga (3), e uma grande lâmpada de prata com seis quartelas portuguesas e cerca de 90 marcos de peso (4). Fora da riqueza das cidades e da cândida diligência das aldeias, as missões rurais levavam os sacramentos às terras do interior, menos providas de vigário, com iniciativas como as daquele admirável P.e Manuel da Silva, que em 1744-1745 percorreu 100 léguas do sertão do Maranhão até Pastos Bons, nos confins do Piauí. Levava consigo Nossa Senhora das Missões e um cofre, que instalava entre flores e luzes, aqui e além, na casa de algum morador mais digno,

(1) HC IV 116. — (2) MB IV 86 439. — (3) HC VII 378. — (4) HC VII 380.

a servir de sacrário, igreja improvisada que atraía a gente da vizinhança, até 20 e 30 léguas em redor. Estas missões mistas (entravam também nelas os *Exercícios Espirituais*) iam-se acompanhando de confissões e concluíam-se com extraordinárias e concorridas comunhões gerais, em que todos se davam mil parabéns (1).

7. — Os três sacramentos da santa unção, confirmação e ordens sacras quase não têm história. Ao chegar em 1549 soube Nóbrega que não existiam «óleos para ungir, nem para baptizar» (2). Não havendo bispo na terra a quem tocaria benzê-los, pede-os de Portugal, mas também pede a vinda do bispo: e vieram os óleos e veio o bispo. Aqui e além, quando se descrevem em pormenor os últimos sacramentos de algum padre ou de algum índio, diz-se que receberam a santa unção; pediu-a e recebeu-a Nóbrega e a receberam outros religiosos da Companhia, os índios das aldeias e mais tarde os negros das fazendas. Milhares.

Os sacramentos da confirmação e ordens sacras são de órbita episcopal e a Companhia de Jesus não teve bispos no Brasil, embora em 1553 se sugerisse a vantagem de haver um em S. Vicente. Tencionando Nóbrega entrar pela terra dentro, lembrou ao provincial de Portugal a conveniência de se se mandar «um Padre de lá, nosso, feito bispo de anel, sem nenhuma outra coisa mais que qualquer Padre, sòmente a ordem de bispo, para ordenar Irmãos nossos e crismar e fazer outras coisas que só à ordem episcopal pertencem, porque a Baía está longe e às vezes é mais fácil ir a Portugal do que lá» (3). A lembrança não teve seguimento, nem Nóbrega chegou a ir ao Paraguai, mas a razão alegada das distâncias era válida e o Rio de Janeiro seria alguns anos depois prelazia e bispado.

Do sacramento da confirmação ou crisma, com ser o bispo o ministro ordinário da confirmação, já podia ser ministro extraordinário qualquer sacerdote, mediante indulto pontifício. Dada a dispersão das missões dos Índios, distantes das sedes episcopais, tinham alcançado esse indulto em 1757 os Jesuítas do Brasil, impedindo o seu exercício a crise que então sobreveio (4).

8. — Entre todos os sacramentos, o do matrimónio era e é o de maiores implicâncias sociais, que logo também se manifesta-

(1) HC IV 255-257. — (2) CN 24; MB I 114. — (3) MB I 422. — (4) HC VIII 302 n.º 5.

ram no Brasil. Os Portugueses chegavam à nova terra quase todos solteiros e, ao aportar a armada em 1549, dos que residiam em Vila Velha não havia nenhum que deixasse de ter muitas índias, «das quais estão cheios de filhos» — adverte Nóbrega (1). Cinco meses depois, em Agosto desse mesmo ano, também já os portugueses recém-chegados viviam igualmente com índias. Diziam que se casariam com portuguesas, se as houvesse. Nóbrega propõe que de Portugal se enviem mulheres pobres: elas no Brasil achariam casamento honrado, mesmo que fossem «erradas», contanto que não houvessem perdido de todo a vergonha a Deus e ao mundo; e pouco depois o superior da Missão ampliou o pedido para órfãs pobres, casando-se bem todas as que de facto se enviaram ao Brasil, dando-se por via de regra aos seus maridos um emprego público (2).

Para evitar a corrupção de costumes, que ameaçava a nova cristandade, o zelo de Nóbrega dispunha da simpatia dos homens da governança e não descuidava admoestações em público e em particular. Pode-se dizer que os Portugueses corresponderam bem. Uns puseram as concubinas fora de casa, não por espírito de racismo, sentimento alheio à alma portuguesa, mas para ficarem livres e se poderem casar depois no Reino. Muitos eram degredados e a esperança de todo o degredado é voltar; o deixarem as mancebias não resolveria o seu caso pessoal, mas acabou o escândalo público. Outros aceitaram os avisos de Nóbrega e logo levaram ao altar as índias, tornando-as com isso mães legítimas dos filhos que em breve começariam a nascer (3).

Na ida a Pernambuco (1551), Nóbrega achou situação idêntica e mais antiga, muitos brancos viviam em mancebia pública com índias e mamalucas, de quem, como sempre, tinham filhos. As índias, que eram já baptizadas, umas casaram-se logo (4), outras recolheram-se, por iniciativa do superior da Missão, numa casa para se doutrinarem por senhoras de idade e depois se casarem. As mamalucas, essas, receberam-nas logo todas em matrimónio os homens com quem viviam (5).

Situação mais difícil era a dos homens casados em Portugal que no Brasil se juntavam com índias de quem tinham prole. Tal a do famoso João Ramalho na Capitania de S. Vicente. Ramalho e a índia com quem vivia, e de quem tivera grande geração, dese-

(1) MB I 110. — (2) HC X 178. — (3) CN 30; MB I 120-121. — (4) MB I 285. — (5) CN 100-102; MB I 293-294.

javam casar-se. Nóbrega empenhou-se pela regularização conjugal do velho patriarca vicentino e procurou informações no Reino. A mulher legítima decerto ainda vivia, porque o matrimónio não chegou a efeito. Ramalho durou ainda muitos anos e numa grave doença confessou-se e comungou, pondo-se em regra com a religião (1); e a índia, de quem tivera filhos, aparece depois no testamento com o título de «criada» (2). Ao começo da empresa do Brasil, dizia Nóbrega tratar-se de «nova Igreja que o Senhor quer fundar» (3). A nova Igreja tinha de começar bem. Os Portugueses haviam de casar com as índias que tomaram para mães dos seus filhos; e, não podendo ser, qualquer declaração, como aquela de João Ramalho, mostrava que a consciência cristã prevalecia às contingências boas e más da vida.

Mas de ter começado bem, não se segue que continuasse sempre bem. Bastou afrouxar-se o prestígio da autoridade eclesiástica durante a ausência de Nóbrega na Capitania de S. Vicente para as casas dos moradores da Baía se encherem de índias fora do matrimónio. O mau exemplo de alguns clérigos, fáceis também na absolvição sacramental, neutralizou o zelo de Nóbrega quando voltou à Baía em 1556. Como provincial, só lhe restava o recurso de fechar, aos que assim viviam mal, as portas da confissão por padres da Companhia (4).

Reabriram-se depois os confessionários dos Jesuítas; e embora nas vilas e cidades, onde havia paróquias diocesanas, o assistir ao matrimónio pertencesse aos vigários, nunca os da Companhia deixaram de se ocupar de casamentos dos moradores nem o podiam omitir, ao menos no foro interno, pela sua mesma qualidade de confessores e directores de almas. Consultavam-nos os nubentes e consultavam-nos os pais, preocupados com o maior bem dos filhos; mas, salvo algum caso de consciência ou de pessoa miserável em que convinha intervir por motivos de caridade, o sacramento do matrimónio nas vilas e cidades era atribuição dos párocos.

9. — Não assim o que tocava aos Índios. Todas as primeiras observações e assuntos canónicos relacionados com este sacramento passaram pelas mãos dos padres da Companhia, em particular pelas de Nóbrega, unido pessoalmente às fundações da Baía, São Paulo

(1) MB IV 462-463. — (2) HC II 382. — (3) CN 30; MB I 119. — (4) CN 312; MB III 66.

e Rio de Janeiro, e que, além de superior, era jurista. O primeiro ponto a resolver foi este: quando um gentio adulto pedia o baptismo e vivia em estado poligâmico, qual das suas mulheres considerava ele a primeira ou verdadeira? Com essa deveria ele constituir o lar cristão, monogâmico, segundo a doutrina do capítulo *Gaudemus* de «Divortiis», exposta pelo Doutor Navarro (1). Das averiguações iniciadas entre os Índios da Baía, concluiu Nóbrega que o gentio não tomava como companheira mulher nenhuma com ânimo de se unir com ela para sempre. Conservava-a ou largava-a, tomando outra quando lhe aprazia. O gentio não sabia dar resposta firme a uma pergunta deste género, nem tinha ideia clara do que fosse um contrato nupcial. Ora, antes do baptismo, o homem tinha de se decidir por uma para só com ela viver em matrimónio. Este obstáculo preliminar anda sempre unido ao baptismo dos adultos. A solução mais prática a que se chegou foi que um gentio escolhesse outra gentia e se casasse com ela na *lei da natureza*. No momento do baptismo, se o recebessem antes da hora da morte, o casamento permanecia válido; mas agora, pela mesma graça conferida no baptismo, já era matrimónio cristão ou, como se dizia, na *lei da graça*.

Para dar estabilidade, garantir e reconhecer-se a qualquer altura o estado de casados, atalhando a eventuais bigamias (2), o casamento na *lei da natureza* começou a efectuar-se no ano de 1560 diante de testemunhas, assentando-se num livro, acto equivalente ao registo civil dos tempos modernos (3). Este casamento na lei da natureza praticou-se quanto possível com os adultos aldeados, enquanto não surgiu outro caminho mais seguro para a instituição, entre os Índios, do lar monogâmico, base da civilização ocidental cristã, que foi o regime escolar catequético das aldeias. Em todas elas se abriram escolas de meninos, que aprendiam com o abecedário a doutrina cristã, e ao mesmo tempo escolas de catequese em que as meninas se educavam cristãmente. Ao chegarem à idade de matrimónio uniam-se ao pé do altar os «moços da escola» com as «moças da doutrina», segundo as suas inclinações, resultado cristão da mais alta significação religiosa, social e moral.

10. — No casamento de índios entre si, houve que superar os impedimentos da consanguinidade e afinidade. O mais grave provinha do conceito de geração dos Índios, ou seja do conceito da

(1) CN 53; MB I 141. — (2) MB IV 356. — (3) MB III 294-295.

«mulher-saco». Segundo a genética indígena, na geração dos filhos só tinha parte o pai, não a mãe (1). Consequência para os vínculos do sangue: o irmão da mãe podia-se casar com a sobrinha; o irmão do pai não, porque a filha do irmão era para ele como se também fosse filha. Entre os Índios, este casamento do tio com a sobrinha filha da irmã era o que eles chamavam «verdadeiro casamento», o mais comum no seu sistema familiar. Todavia, o parentesco real entre tio e sobrinha é já no 2.º grau de consanguinidade. Os padres da Companhia podiam baptizar os adultos casados antes na lei da natureza e dispensar de todo o direito positivo e portanto também o 2.º grau de consanguinidade (2); mas, para os casamentos dos já baptizados, os padres dispunham de faculdade só para o 3.º e o 4.º grau de consanguinidade e afinidade (3). Ficava fora do seu alcance o 2.º grau. Já desde 1553 pedia Nóbrega um «indulto geral» para remédio de todos os impedimentos, que achou, de consanguinidade, afinidade e honestidade pública, e não só entre índios, mas também entre mestiços e brancos (4). O provincial torna a expor a situação e a pedir «um largo poder» nesta matéria (5) e o corrobora Luís da Grã (6), porque o hábito de os tios casarem com as sobrinhas não se podia eliminar do dia para a noite e o recurso a Roma, para esses e outros casos, trazia delongas insuportáveis a quem não estava preparado, por tradição nem cultura, a compreender as razões dos impedimentos matrimoniais. A esperada licença de todo o direito positivo levou anos a alcançar, mas enfim veio com o Breve *Cum gratiarum omnium*, de 15 de Dezembro de 1567, de S. Pio V aos padres da Companhia de Jesus; e não apenas para o Brasil, mas também para todas as outras partes do Padroado Português que coincidiam com as missões da Assistência de Portugal e se nomeiam no Breve: Etiópia, Arábia, Pérsia, Índia, China, Japão e Brasil, e ainda outras regiões do continente, expressão esta última que deixa aberta a porta para a aplicação das mesmas faculdades às missões da Assistência de Espanha da Companhia de Jesus na América, que então principiavam (7). O costume dos gentios casarem com as sobrinhas sanou-se desta maneira; e, embora o conceito da genética indígena deixasse em breve de vigorar nas aldeias cristãs, com outros índios gentios do Brasil iam os padres tendo sempre novos primeiros contactos na obra da con-

(1) MB II 292. — (2) MB II 277. — (3) MB II 27. — (4) MB I 525-526. — (5) MB II 277-278. — (6) MB II 293. — (7) MB IV 430-434.

versão; e ainda em 1702 o P.e António Coelho, superior da Missão do Maranhão e Pará, pedia ao geral obtivesse do papa a faculdade de dispensar até no 1.º grau de afinidade em linha transversal (1).

O Breve de 1567 abrangia todos os graus de consanguinidade e afinidade de direito positivo; e no âmbito do Breve cabiam não sòmente os Índios como também os «neófitos», de qualquer raça que fossem. Com esta generalização, as dispensas aproveitariam outrossim aos negros que já afluíam à América. Para distinguir os graus de parentesco nas três raças de Brancos, Índios e Pretos, Simão Marques definirá mais tarde, em *Brasilia Pontificia*, os três elementos básicos da mestiçagem, que por sua vez se entrecruzavam: o «mulato», filho de europeu e negra (ou de negro e europeia), o «mamaluco», filho de europeu e índia (ou de índio e europeia), o «coriboca», filho de negro e índia (ou de índio e negra) (2).

(1) HC VIII 164 letra D. — (2) MB IV 431.

CAPÍTULO X

PREGAÇÕES, EXERCICIOS ESPIRITUAIS, OBRAS DE MISERICÓRDIA E TESTEMUNHO DO SANGUE

1. — Pregação; 2. — Exercícios espirituais de Santo Inácio; 3. — Obras de misericórdia na travessia do mar; 4. — Vestir os nus e dar de comer a quem tem fome; 5. — O perdão dos inimigos; 6. — Nas guerras civis paulistas e pernambucanas; 7. — Presos e condenados à morte; 8. — Serviços de saúde, remédios e boticas; 9. — Assistência domiciliar e hospitalar; 10. — Epidemias da varíola e do «mal da bicha» (febre-amarela); 11. — Testemunho do sangue.

1. — Na primeira carta ao provincial de Portugal diz Nóbrega em 1549: «Eu prego ao Governador e à sua gente na nova cidade que se começa e o Padre Navarro à gente da terra» (1). A cidade era a do Salvador da Baía, em cuja edificação se ocupavam o governador Tomé de Sousa e os mil e tantos homens que trouxe na armada; a gente da terra, os 40 ou 50 moradores «da povoação, que já antes era», conhecida por Pereira, e mais ainda por Vila Velha em relação à Baía, cidade nova (2). Pregavam em português, porque então ninguém da Companhia podia já saber a língua brasílica (tupi). Aos Índios, as primeiras pregações foram por intérprete e o fez logo Nóbrega, servindo-se de um menino mestiço de Vila Velha; nem também então podia haver outros meninos que soubessem já as duas línguas (3). O P.e Navarro, com os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, mais novos e mais ocupados com os Índios, deram-se a aprender a língua deles, e em breve, com a chegada dos meninos órfãos de Lisboa em 1550, que logo a aprenderam, juntos com os meninos da terra, se organizou no Colégio um corpo juvenil de intérpretes, que com o canto decoravam breves «pregações» (4), que eles mesmos depois pregavam aos Índios, sobre os temas fundamentais da doutrina cristã, a começar pela da criação do mundo por Deus (Tupã).

(1) MB I 110. — (2) HC I 19. — (3) MB I 142. — (4) MB I 396.

O primeiro da Companhia que, como padre, pregou na língua dos Índios foi Navarro, o qual, naqueles contactos iniciais de captação, se acomodou ao modo de pregar gentio, em voz alta, quase de grita, gesticulando muito, batendo o pé, movendo-se à roda dos Índios, método que outros seguiram, incluindo Anchieta. Mas, assim como o governador Mem de Sá chamou «vilas» às aldeias e nelas criou meirinhos à imitação das vilas portuguesas, assim também por 1574 se introduziu nas aldeias dos Índios a maneira de pregar, «que se tem com os brancos, para que em tudo vão já perdendo os costumes dos seus antepassados e afeiçoando-se aos nossos» (1); nem faltava nas igrejas das aldeias e fazendas o seu púlpito, no qual os missionários das novas cristandades, que se iam formando e fortalecendo, pregavam como em qualquer igreja paroquial portuguesa. As festas dos oragos das aldeias celebravam-se com solenidade e a elas acorriam os moradores das cidades e vilas próximas e do mesmo púlpito se pregava um sermão em português, outro em tupi (2). Não raro era o mesmo pregador para ambas as línguas, nem sempre de modesta categoria, mas com perfeição e beleza, como se diz do P.e Francisco Veloso, missionário do Maranhão e Amazónia durante vinte e sete anos (1652-1679), período que abrange a estada nessas missões do P.e António Vieira, o que dá significado particular às pregações de Veloso, do qual se afirmava que sabia a língua brasílica e todos os chistes dela, «nem havia outro que o igualasse»; e das suas pregações em português dizia o governador que não conhecia melhor na Capela Real (3). Mas enquanto assim, nos lindes da civilização e da selva, na Amazónia e outras regiões, continuava a ser útil e necessária a língua tupi e até outras, como a dos Manaus, já nas aldeias mais antigas do litoral da Baía, em 1584, todos os meninos falavam português e, feitos homens, preferiam que se lhes pregasse na língua dos seus mestres, porque até nisto não queriam os índios diferenciar-se muito dos Portugueses.

Processo idêntico se operou nas grandes fazendas agrícolas ou engenhos da costa, quando no século XVII começou a preponderar a raça negra. Para a ajudar espiritualmente, também os Jesuítas procuraram saber a língua de Angola, necessária à chegada dos navios de África e à primeira catequese dos recém-vindos. Mas

(1) HC II 300. — (2) HC V 19. — (3) HC IX 184.

depois, espalhados e submersos nas fazendas e engenhos, a língua portuguesa foi o elemento religioso unitivo das três raças e, portanto, a dos púlpitos. O segundo sermão impresso de Vieira pregou-o ele em português na Baía, «à Irmandade dos Pretos de um Engenho», na quarta década do século XVII (1).

Centenares e centenares de jesuítas do Brasil pregaram sermões, poucos porém os deixaram escritos ou impressos. De Nóbrega pode-se avaliar o que seriam pela «Carta Exortatória aos Moradores de Pernambuco» (2); de Anchieta ficaram dois modernamente estampados, sem rasgos oratórios nem profundezas teológicas, mas exposição simples. Francisco Pires deixou fama de extremamente longo; e o maior superior do Brasil, depois de Nóbrega, Cristóvão de Gouveia, não subia aos púlpitos, cometendo essa função ao seu secretário Fernão Cardim, que possuía dotes oratórios e atraía os moradores das vilas e cidades a ouvir o padre «reinol». A Manuel Gomes, que esteve na conquista do Maranhão, ao voltar a Pernambuco, levou-o uma tempestade às Antilhas, e pregou na ilha de S. Domingos, onde permaneceu dois anos (1618-1620). Afirmava o governador e desembargadores espanhóis da ilha que «havia muitos anos não viram tanta atenção no auditório e contentava tanto o modo português de pregar que afirmavam que se na terra houvesse semelhantes pregadores viveram doutra maneira» (3). Também deixou fama de grande pregador o provincial Baltasar de Sequeira, falecido em 1663, pelos seus dons naturais de voz, acção, elocução e propriedade de linguagem (4). De nenhum destes, nem de tantos outros, se conhece nenhum sermão impresso. Dos que os deixaram se tratará adiante no capítulo da herança cultural, científica e literária.

2. — Outra forma de pregação foi a dos exercícios espirituais segundo o método de Santo Inácio, quando se tratava de missões volantes no século XVIII. Ao princípio, a prática dos exercícios espirituais era de tipo individual. Os primeiros no Brasil realizaram-se logo em 1549, dados por Nóbrega a um soldado que pretendia entrar na Companhia de Jesus, porque essa era a porta habitual de entrada. Todos os padres e irmãos deviam fazer anualmente os exercícios

(1) HC IX 201 n.º 17. — (2) MB I 328-335. — (3) HC III 100. — (4) HC IX 120.

espirituais. Para facilitar aos da Capitania de S. Vicente esta renovação de fervor, oração e espírito, construiu Nóbrega em São Paulo de Piratininga, no ano de 1561, a primeira casa que no Brasil se nomeia com essa finalidade.

Nos exercícios espirituais quem os dava era simples expositor e orientador, tanto para os da Companhia como para os externos. Com o aumento quer de jesuítas quer de moradores, os exercícios espirituais começaram a dar-se em grupos a pessoas de fora e a primazia parece que coube ao Recife no século XVII, generalizando-se a prática depois a todo o Brasil no século XVIII (1). Surge então nos catálogos da Companhia o ofício de «director dos Exercícios de S. Inácio para externos» (2). Davam-se ao clero diocesano, a religiosas, congregados, estudantes; e também a grupos selectos de homens e mulheres nas diversas igrejas. Na do Maranhão por 1723 só para mulheres, que foram trezentas, e, antes delas, só para homens em número de oitenta, os principais da cidade. Na Casa de Exercícios da Madre de Deus, também no Maranhão, os exercitantes podiam ficar de dia e de noite (exercícios *fechados*); para as mulheres continuavam a ser *abertos*, só na igreja, indo passar as noites em suas casas (3). Organizou-se outra Casa de Oração ou de Exercícios Espirituais na Baía e começaram-se a pregar nas cidades e vilas onde havia colégios; e, fora delas, em missões volantes (4). Nesta modalidade constituía já verdadeiro ministério de pregação, que se diferençava das demais pregações no objecto de matéria predicável, que era a dos exercícios espirituais de Santo Inácio. Os quais, como se sabe, concluem com a meditação do amor de Deus, primeiro e grande mandamento. Mas ao amor de Deus se unia o amor do próximo por palavras e obras, pedra de toque do primeiro; e assim como o inculcavam aos outros nos exercícios espirituais, também os padres e irmãos da Companhia procuraram dar exemplo prático toda a vez que se oferecia ocasião.

3. — As oportunidades para praticar obras de misericórdia e de caridade principiavam logo na travessia atlântica desde Portugal; nem há carta, quando desce a pormenores sobre a viagem, que não conte, além dos ministérios religiosos — missa (ora seca ora consagrada), pregações, confissões, ladainhas —, o cuidado com quem

(1) HC V 156-157. — (2) HC VII 449. — (3) HC IV 253. — (4) HC X 86.

estava ou caía doente, o zelo com que se reprimiam as juras e blasfémias, as pazes feitas entre a gente de bordo, e até a mão serviçal ao trabalho da marinharia, que é o que escreve o P.e Brás Lourenço em 1553, da expedição missionária, de que foi superior Luís da Grã (1). Das duas primeiras (1549 e 1550) há indício de se terem escrito relações, que se não conservaram, mas numerosas viagens ulteriores contêm notícias pormenorizadas; uma das quais, notável, do P.e Luís Lopes, em 1639, fala da visita aos doentes e outras obras de misericórdia, como socorrer os presos, festas solenes e missas de comunhão (não apenas secas) (2).

Algumas vezes estas benemerências e ministérios chegavam à Corte de Lisboa. Em 1693 mandou o rei D. Pedro II louvar o P.e Francisco de Matos pela sua grande caridade com os doentes durante a travessia do mar e em terra (3). Francisco de Matos, reitor do Colégio do Rio de Janeiro, ao agradecer o louvor, lembra que os actos de caridade são dívida da profissão dos filhos da Companhia, e aproveita o ensejo para nova obra de misericórdia, propondo a fundação no Rio de um recolhimento de moças (4). A caridade na travessia do mar praticava-se também às vezes em sentido inverso, pagando-se a matalotagem a algum pobre que sem recursos no Brasil tinha necessidade de voltar ao Reino (5).

Em terra, as obras de assistência e caridade até aos meados do século XVIII não têm conta. Mesmo a evangelização dos Índios, sendo obra apostólica, toda se reveste de caridade; e até o ensino, indo-se à sua raiz mais funda, é obra de misericórdia espiritual.

4. — Entre as manifestações específicas das obras de misecórdia que exercitaram os padres da Companhia de Jesus no Brasil, a primeira foi uma das temporais: vestir os nus: «Parece-nos que não podemos deixar de dar a roupa, que trouxemos, a estes que querem ser cristãos, repartindo-lha até ficarmos todos iguais com eles» — escreve Nóbrega pouco depois de chegar em 1549; e do pano que o rei de Portugal dava aos padres para se vestirem, também eles o repartiam com os Índios (6). Acto inicial, que incessantemente se repetiu com novos índios. Porque, embora Nóbrega mandasse plantar algodoais e introduzisse o tear nas aldeias, havia

(1) MB I 515. — (2) FREDERIC MAURO, *Le Brésil au XVII^e Siècle* (Coimbra, 1961) 19-68. — (3) HC VIII 370. — (4) HC VIII 368 letra M. — (5) HC VI 16. — (6) HC II 364.

sempre outros índios para nova catequese; e em 1724, como se viu no parágrafo das entradas na Amazónia, só um padre em três dias, aos índios que desceram para a sua missão, deu quinhentas varas de pano de algodão, e ele e outros davam, com panos, «ferramentas, facas, louças, velórios, vestidos feitos e grandiosos mimos, sem os quais se não capacitam os Índios a sair de suas terras para o grémio da Igreja» (1).

Não apenas com índios, mas já com todos os pobres sem distinção, era a comida que se dava na portaria dos colégios, incluindo carne de vaca, a quem aí se chegava a implorar o pão da boca. Em ocasiões de doenças epidémicas ou de fome, o Colégio da Baía alimentava muitas dezenas de pessoas. Especifica Marçal Beliarte: «quatro mil réis mandei comprar de farinha, que se deram de esmola a pessoas honradas nesta Baía no tempo em que houve fome» (2). Ainda no mesmo colégio, era esta a prática diária em 1664: jantar aos pobres na portaria, comida em particular aos pobres envergonhados, comida aos doentes pobres da cidade (3).

De vez em quando, além das epidemias ou fomes, surgiam ocasiões extraordinárias, como as arribadas, nem sempre felizes, de naus da Índia. Na que naufragou na costa baiana em 1573 iam «ao pé de 400 pessoas e levavam muita riqueza; escaparam até 120, os demais morreram». Era noite. Acudiram os padres com os índios das aldeias. Enterraram os mortos, recolheram os vivos, internando os doentes no hospital da Baía, repartindo os sãos pelo colégio e casas da cidade; e tiravam da própria mesa parte do seu sustento pessoal para dar aos náufragos (4).

A caridade de dar de comer aos pobres e necessitados não era exclusiva da Baía, estendia-se aos demais colégios, segundo as suas possibilidades; nem faltou, por complemento desta obra de misericórdia, a outra, de dar de beber a quem tem sede, por ocasião de epidemias. Na Baía em 1597 pôs o colégio o seu carro à disposição dos doentes para carregar os géneros mais indispensáveis à vida, água, legumes, fruta (5); e no Rio de Janeiro, na varíola de 1640, faltando ao povo a gente de serviço para buscar a água de que necessitava, o colégio mandou os seus carros trazê-la em pipas e distribuí-la gratuitamente a quem a não tinha (6).

(1) HC IV 169. — (2) HC II 364-365. — (3) HC V 88. — (4) HC II 366-367. — (5) HC II 577. — (6) HC VI 15-16.

5. — Outra forma comum de caridade era a de fazer pazes entre inimigos. Pazes individuais, pazes públicas. Uma vez é um cónego que espanca certa mulher de posição; outra, um homem que há dez anos não falava com a cunhada; dois moradores principais mortalmente desavindos entre si; um marido que premeditava matar a mulher e um homem de quem suspeitava sem fundamento que tivesse relações com ela: sanaram-se estas e outras incontáveis ocasiões graves, dando-se a satisfação devida ou evitando-se o crime premeditado (1).

As pazes públicas tinham por objecto o reatamento de relações entre personalidades em situação de evidência, melindres de jurisdição, interesses feridos, rivalidades políticas locais ou de povoações limítrofes.

Logo entre o primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes, e o segundo governador-geral, D. Duarte da Costa, a convivência nada teve de luva branca. Além de algum ponto de jurisdição, as queixas principais do bispo visavam o filho do governador, D. Álvaro da Costa. Houve penas e excomunhões. O P.e António Pires, em 1554, conseguiu que D. Álvaro pedisse perdão ao bispo. Mas D. Pedro Fernandes deu tais provas de inadaptação e de não saber evitar desinteligências até com o seu próprio clero, que estas «guerras civis», como as apelidava Nóbrega, só terminaram de vez com a retirada do prelado em 1556, a chamado da Corte de Lisboa (2).

Em 1557 arribou à Baía a nau da Índia *Santa Maria da Barca*. A certa altura, armou-se desordem entre os da nau e a gente da cidade, e era tal o «ruído das cutiladas que toda a terra estava em armas». Como nestas frequentes arribadas, o colégio era casa de beneficência para a gente das naus, o facto conferia autoridade aos padres da Companhia, e um deles, Ambrósio Pires, correu a meter-se no meio das lanças, espadas e pedradas; e, persuadindo a todos o desarrazoado da contenda, atalhou o alvoroto que não degenerasse em luta fratricida (3).

Os capitães da armada de Mem de Sá em 1560, antes da tomada do Forte Coligny, no Rio de Janeiro, andavam desunidos com o governador. Viu-se no tempo da organização da Província como Nóbrega os uniu a Mem de Sá, saindo o governador vitorioso da empresa; aí se viu igualmente que, tendo-se dividido em facções os homens políticos da Capitania de S. Vicente para as eleições do

(1) HC II 362. — (2) HC II 362. — (3) HC II 361.

novo capitão-mor, o mesmo Nóbrega, convidado a presidir às eleições, as realizou em paz.

Em 1575 assolaram os índios da Paraíba do Norte um engenho de açúcar e mataram quase todos os seus moradores. Resolveu o ouvidor-geral Fernão da Silva, com muita gente, ir castigar os matadores, que se acolheram às serras, onde seria difícil e perigoso penetrar. Contentou-se o ouvidor em lhes queimar as casas e desfazer as roças e mantimentos para não aproveitarem aos Franceses, que então ocupavam parte da Paraíba. Ao voltar a Pernambuco, achou no caminho uma roca, fixada aí por certa «pessoa principal e poderosa», como a significar que o ouvidor era mais para fiar em roca mulheril do que para empunhar a espada como homem. Seguiram-se bandos e intermináveis querelas, até que um padre os chamou a ambos ao Colégio de Olinda. O ofensor pediu perdão ao ofendido e terminou em paz esta que hoje se chamaria pendência de honra (1).

Em 1640 entrou na barra do Espírito Santo uma armada holandesa inimiga. Os dois homens principais da Capitania, ambos afazendados (um era o capitão-mor, o outro já o tinha sido), andavam há muito desavindos. O padre superior chamou cada um de per si e convenceu-os de que diante do inimigo externo não havia lugar para guerras de campanário. Os dois abraçaram-se. Apelidaram os seus índios, que com os índios dos padres e os moradores afugentaram a armada, com graves perdas mais dela do que da vila (2).

6. — Os Jesuítas intervieram com frequência nas lutas intestinas de São Paulo, primeiro para apaziguar as que versavam sobre predomínio local entre Garcias e Camargos, concertando-se a paz no colégio em 1654 pelo P.e Simão de Vasconcelos (3); segundo, pouco depois, por ocasião da querela do vigário Domingos Gomes Albernás, em que duas facções, com mais de 5000 homens, começaram a combater desordenadamente uma com outra. Chegou o ruído ao colégio e, enquanto um padre celebrava a missa do Espírito Santo para implorar do céu a pacificação do povo, saiu o padre-reitor ao campo de batalha, «e, mitigando um pouco a fúria de uma facção, arrastou a outra para fora da vila». Assim terminou o combate em que morreram quinze índios frecheiros e houve muitos feridos, que os padres do colégio acudiram a tratar, enterrando os mortos (1).

(1) HC I 484. — (2) HC VI 139. — (3) HC VI 300.

Intervieram ainda outras vezes em graves desavenças paulistas, sobretudo nas duas primeiras décadas do século XVIII (é o período da guerra dos Emboabas). Em 1716 tratava-se de uma questão de limites e demarcação de terras. Frustradas diversas tentativas de pacificação, os próprios litigantes colocaram a última resolução de tudo nas mãos dos Jesuítas, de quem uns e outros eram afeiçoados. Depois de parlamentarem, os padres levaram as duas partes à igreja do colégio e nela se lavrou entre os contendores o pacto de paz e amizade (2).

Na Capitania de Pernambuco possuíam os padres da Companhia dois colégios, um logo desde os primeiros tempos na vila de Olinda, sede da capitania, outro no porto do Recife, e ambos os colégios se viram envolvidos na «Guerra civil entre os Olindenses e os Recifenses», a que depois se deu o qualificativo de «Guerra dos Mascates», mais por amor ao pitoresco do que à exactidão objectiva, porque no Colégio do Recife havia duas congregações marianas, a dos Nobres (Nossa Senhora da Conceição) e a dos Mercadores (Nossa Senhora da Paz), e tanto os nobres como os mercadores (estes os chamados *mascates*) defenderam a sua praça. O conflito principiou em 1710 quando o Recife ergueu pelourinho municipal, que os de Olinda, armados, vieram destruir. A tumultuosa contenda durou quatro anos. Iam já longe as guerras holandesas em que os Jesuítas, perante inimigos da pátria, não podiam assumir posições neutrais. Agora, a briga armada era entre localidades da mesma terra, entre membros da mesma comunidade. Procuraram, pois, não se colocar no Recife contra os Recifenses, nem em Olinda contra os Olindenses, mantendo-se quanto possível alheios à questão em si mesma, numa posição de equilíbrio, difícil de se fazer respeitar entre a veemência e desordem das paixões. Pelos documentos do rescaldo da guerra verifica-se que ao princípio os Jesuítas favoreciam mais o Recife, cujo natural desenvolvimento se pretendia coarctar; dado o triunfo dos Recifenses, manifestaram-se a favor dos Olindenses contra a violência das represálias, impetrando e obtendo o perdão para os que ainda arrastavam grilhões aos pés. D. João V chamou aos Jesuítas «Anjos de Paz» (3).

(1) HC VI 302. — (2) HC VI 305. — (3) HC V 450-459.

7. — Visitar e socorrer os presos da cadeia foi outra obra de misericórdia, que começou também logo com os primeiros padres num tempo em que ainda corria por conta dos encarcerados «lavar os vasos e carregar a água». Em 1558 não podia a cidade da Baía dar grandes esmolas aos reclusos para esse fim. Encarregaram-se os Jesuítas da obscura e humilde tarefa; e pouco depois, a estas visitas e trabalhos pessoais, se seguiu a de os alimentar. Em 1562, o Colégio da Baía dava de comer aos presos um dia por semana, indo os próprios padres levar-lho, de roupeta parda, incluindo o provincial Luís da Grã. A prática, um século mais tarde, era de lhes dar anualmente um grande jantar solene (1). No Rio de Janeiro, reservaram para si o domingo, em que visitavam os presos, recreando-lhes a «alma e o corpo» (2); e assim ficou em costume. A Misericórdia do Rio de Janeiro enviava nos dias de semana o caldeirão dos alimentos, mas «aos domingos tomara a si essa caridosa incumbência o Colégio dos Jesuítas» (3).

Nos colégios principais existia o ofício de procurador dos pobres e encarcerados, *Pauperum et vinctorum Procurator* (4). De um deles na Baía, Francisco de Lima, se diz que era «procurador nos tribunais das causas pias e processos da gente pobre» (5). De maneira que, unindo-se à assistência espiritual e alimentar, estoutra forense, os colégios apresentavam-se aos olhos, e sobretudo à imaginação, dos reclusos como lugar não só de bondade, mas também de asilo. Nos meados do século XVIII, os detidos no calabouço do Rio de Janeiro arrombaram as portas e 50 refugiaram-se no colégio. Um decreto real proibia o asilo por mais de três dias. O reitor conseguiu mandá-los embora, dando antes de comer a todos eles e dinheiro, resolvendo desta forma prática a difícil situação em que se viu, de nem faltar à caridade nem violar a lei (6).

Acto de caridade mais doloroso era o de assistir com os socorros espirituais aos condenados à morte por crimes comuns ou de guerra, tendo a satisfação de salvar a alguns a vida. Por ocasião da visita do inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, atirou-lhe duas noites com um arcabuz certo morador da Baía, por nome Rocha. Foi condenado a grilhões e baraço e às galés; mas «se os Padres não trabalharam muito nisso, ele não escapava do fogo», conforme a bula do papa — escreve Anchieta em 1592 (7).

(1) HC V 88. — (2) HC II 384. — (3) HC VI 16. — (4) HC V 251. — (5) HC VIII 316. — (6) HC VI 16. — (7) HC II 388.

Dentro das suas possibilidades, também os padres ajudavam a salvar os prisioneiros de guerra. Assim o fizeram com um inglês preso por Diogo Flores no Rio de Janeiro; e quando Cavendish atacou a Capitania do Espírito Santo, retirando-se com danos e deixando prisioneiros, os padres alcançaram que fossem libertados os Ingleses. Ainda a outro prisioneiro, este não anónimo, salvaram a vida, quando ia já a caminho do suplício. Ao passar diante do Colégio do Rio de Janeiro «saíram os Padres com um grande crucifixo, e ajoelhando-se aos pés do governador, suplicaram-lhe que me perdoasse. Fui perdoado e reconduzido à prisão» — conta ele próprio, Antony Knivet, que o governador Salvador Correia de Sá levou depois para Portugal em 1601, donde seguiu para a Inglaterra, sua pátria, na qual escreveu a narrativa das suas andanças na América do Sul, incluindo nela este episódio da intervenção caridosa dos Jesuítas do Brasil (1).

8. — Entre todos, o mais comum e permanente exercício de caridade foi com os doentes, que nunca faltaram, tanto de casa como de fora; e logo desde o tempo de Santo Inácio existiram na Companhia de Jesus enfermarias e enfermeiros, numa Europa em que também já existiam médicos, hospitais e Universidades com Faculdades de Medicina. No Brasil tudo começava de raiz. As próprias obras da Companhia, num campo de apostolado desprovido desses meios necessários, impuseram a organização dos seus serviços de saúde, que pouco a pouco cresceram e se aperfeiçoaram e foram de facto os mais importantes do Brasil até à segunda metade do século XVIII. Os Jesuítas repartiram o Brasil em áreas sanitárias, tendo por centro um colégio; em cada área, dependentes do colégio, se incluíam as aldeias dos Índios, as fazendas agrícolas e um ou mais engenhos de açúcar. Abastecendo-se de remédios no colégio a que pertenciam, estas pequenas e numerosas povoações davam categoria de central, em cada cidade ou vila, à «Botica do Colégio».

Para se chegar a esta estrutura orgânica levou tempo. A princípio, os medicamentos vinham de Portugal já preparados. As piratarias do século XVI e as dificuldades de navegação impediam com frequência a vinda de navios do Reino e era preciso reservar grandes provisões, como sucedia em S. Vicente e em S. Paulo durante a conquista e fundação do Rio de Janeiro (1565). Nóbrega com os seus pa-

(1) HC II 386.

dres e irmãos tinham «mui particular conta com o bem comum; tanto que por os barbeiros serem idos ao Rio, lhes é necessário acudirem a muitas necessidades extraordinárias, como são sangrias de alguns necessitados, que se os de casa não fossem, morreriam à míngua; isto é comumente na escravaria que como anda nua, ora com calmas, ora com frios, sempre tem necessidade. Também se provêem todos de *cousas de botica* e o mais que há desse Reino, de que se faz muita provisão, deixando de o comer por causa destas necessidades, de que a gente se não pode aperceber, por serem de alguns anos a esta parte os navios tão poucos na terra que quando algum vem por maravilha desse Reino, quase não abrange a todos o que traz. E todo o tempo que em casa o há, é forçado dar-se, porque não há outro remédio; de que todos se edificam e mostram grande conhecimento do grande cuidado que se tem com suas necessidades assi espirituais como temporais» (1).

Se a necessidade obrigava a ter em depósito as *cousas da botica* vindas de Portugal, não seria inútil saber também o que a terra podia contribuir com as suas plantas medicinais. De algumas dá notícia Nóbrega e se começaram a estudar e utilizar em receitas próprias, como as do Irmão Manuel Tristão, de que fala Purchas em 1625. Evolução que situa os estabelecimentos da Companhia também como produtores, não apenas depósitos de consumo. Estes laboratórios existiram nos principais colégios, como o do Rio de Janeiro, que em 1706 provia de medicamentos as mais boticas da cidade; nem havia melhor em França, segundo o testemunho do passageiro de *L'Aigle,* fragata real de França, capitão Le Roux: «Leur apoticairerie est superbe, bien ornée et aussi bien entretenue, pourvue de toutes sortes de drogues qu'aucune que nous ayons en France. C'est le magasin de tous les apoticaires de la ville» (2).

Que produziam estas boticas do Brasil? *A Colecção de Várias Receitas,* entre duzentas e tantas fórmulas, contém muitas originárias do Brasil, numa demonstração que já se pode chamar *Farmacopeia Brasileira,* de acordo com o espírito do tempo, que usava as expressões análogas de *Farmacopeia Lusitana, Farmacopeia Francesa* e outras.

Distribuindo-os pelas doenças a que correspondiam, os específicos brasileiros eram: para enfermidades da pele, 11; para doenças anémicas, 8; para males venéreos, 7; eméticos ou vomitórios, 7;

(1) MB IV 212. — (2) AO 87.

purgantes, 6; para febres e sezonismo, 4; para enfermidades das senhoras, 4; para chagas e feridas, 3; para vermes intestinais, 3; para tumores duros, 3; para apoplexias, 3; para paralisia, 2; para histerismo, 2; para lobinhos, verrugas e cancros (não malignos), 2; para doenças dos olhos, 2; para dores de cabeça, 2; e um específico para cada uma das seguintes enfermidades: do peito, coração, estômago, cólicas, desinteria, varíola (remédio que se apresentava não como eficaz em todos os casos, mas útil), reumatismo, gota, hidropisia, epilepsia, escorbuto, insónias e mordeduras de cobras; 82 específicos manipulados com as garantias e os utensílios que o tempo permitia, muito diferentes dos de hoje. Os instrumentos eléctricos, a física e química, a descoberta de Pasteur, as injecções e os grandes laboratórios, que fabricam remédios em série, mataram as boticas do passado. Seria falta de inteligência renegar a riquíssima contribuição moderna da ciência industrial para continuar com antiquados processos; não seria mais inteligente quem desprezasse os antigos boticários, que procuravam combater as doenças com a mentalidade e os meios próprios da sua época. Dentro deste pressuposto legítimo e necessário, os colégios dispunham de meios que dificilmente se achariam noutras boticas no Brasil do seu tempo. A da Baía era ampla, ao rés-do-chão (Terreiro de Jesus), no lugar da entrada para a Faculdade de Medicina da Universidade da Baía, depois instalada no antigo colégio.

As boticas da Companhia de Jesus desempenharam memorável função, como serviço público e até como obra de caridade, que cada colégio exercia segundo a respectiva categoria económica, uns mais desafogados que outros; e os próprios ingredientes eram custosos, tanto os de manipulação brasileira como os de importação portuguesa. Género, portanto, de caridade que não se poderia enquadrar em termos indefinidos e se expressam de diversa maneira: em 1664 a botica do Colégio da Baía dava remédios a *todos* os doentes *que os pediam* (1); é de supor que os ricos os não pediam de graça. A fórmula do Colégio do Maranhão faz logo a distinção devida: dêem-se grátis aos pobres os remédios que lhes forem necessários, aos ricos vendam-se, mas o produto só pode ser utilizado na compra de novos medicamentos; e, se sobrar alguma coisa, se empregue em livros para a biblioteca do Colégio (2).

(1) HC V 88. — (2) AO 83-100.

9. — Com a organização colegial dos serviços de saúde coexistia outra forma de caridade, que foi a visita domiciliar, inaugurada pouco depois de chegarem os primeiros padres em 1549. Matéria vastíssima esta, a do exercício pessoal da caridade para com os doentes externos, não só de palavras, mas também de obras, que mais tarde se disciplinou com a existência nos colégios dos procuradores dos pobres e encarcerados. Nos começos, foi caridade como que instintiva, que personifica em todo o caso o ambiente que se seguiu à fundação da cidade do Salvador. Uma pobre mulher tinha um filho entrevado e com chagas. Ela trabalhava para o sustentar, até que por sua vez caiu doente. Sabendo-o, os padres do Colégio da Baía foram visitá-los. Faziam-lhes as camas, varriam a casa, limpavam os vasos, levavam-lhes lenha, água e o comer, e ainda lhes angariavam esmolas; e sucedeu que, antes de os padres lhes assistirem, não havia quem lhes levasse um jarro de água, e depois começou a gente da cidade a imitar os padres (1); de maneira que ao exercício da caridade e dos ofícios humildes se aliou também o do bom exemplo que arrasta.

Nas aldeias dos Índios, os doentes estavam a especial cuidado dos missionários, que se informavam dos que nelas existiam e não raro lhes davam também de comer, que às vezes era para sessenta e setenta pessoas: «e se lhes os Padres faltavam com isto, faltava-lhes o remédio (2). Determinou-se, além disto, que se dessem os medicamentos aos Índios e houvesse casa apropriada para eles se recolherem quando fosse necessário.

Nas cidades e vilas onde existia hospital da Misericórdia, os padres e irmãos costumavam visitar os doentes; e, se por algum inconveniente do momento alguma vez se interrompia a visita, mandava retomar a pia prática outro provincial mais zeloso deste género de ministérios (3). Em 1757, nos colégios maiores (Baía, Rio de Janeiro, Olinda e Recife) havia um padre com a obrigação de ofício de «visitador do hospital», *invisor xenodochii* (4).

Em cada colégio existia uma enfermaria, dirigida por algum irmão enfermeiro, para tratamento dos da Companhia; e não se esqueceu o numeroso pessoal externo que nele trabalhava. Nos colégios maiores, como o do Rio de Janeiro, construiu-se, nos começos do século XVIII, não uma simples enfermaria, mas o que já se

(1) HC II 576. — (2) HC II 576-577. — (3) HC VII 66. — (4) HC VII 435 442 449 451.

podia chamar hospital, dotado de duas salas separadas, no qual se tratavam e curavam os escravos do mesmo colégio com as suas famílias (1); e na Fazenda de Santa Cruz, perto do Rio, havia hospital com frontaria de tijolo, coberto de telha, também com duas salas distintas, uma para cada sexo, e com pavilhões próprios para doenças endémicas (2). No Colégio de Olinda, o enfermeiro dos padres era o mesmo que o dos escravos (3).

Oportunidade para o exercício da caridade hospitalar deu-a a invasão holandesa de 1630. Os padres de Pernambuco, «grande coluna» da guerra de resistência, transformaram a sua aldeia de S. Miguel de Muçuí em hospital de sangue para os que voltavam feridos dos combates (4); o Colégio da Baía serviu de hospital militar durante o ano de 1638 e num dos seus leitos morreu o herói Sebastião do Souto, traspassado pelo inimigo holandês (5); e ainda o Colégio do Espírito Santo recolheu e tratou os feridos quando a armada holandesa atacou essa Capitania em 1640 (6); e não faltaram os serviços de enfermagem na invasão francesa de 1710 no Rio de Janeiro (7).

Os Jesuítas do Brasil não fundaram Misericórdias, nem a Misericórdia é sinónimo de hospital, e pode abranger outras formas de caridade pública, como, por exemplo, asilos de velhos. A Misericórdia iniciava-se em geral pela pia obra de enterrar os defuntos, sobretudo pobres e justiçados. Instituição portuguesa, que os Portugueses levaram para o Ultramar. Todavia, se a Companhia de Jesus não fundou Misericórdias, contribuiu para que elas ampliassem o seu hospital, quando as circunstâncias o requeriam, como no Rio de Janeiro (8), ou o fizessem de novo, se o não tinham, como no Maranhão. A Misericórdia do Maranhão não possuía hospital no tempo de António Vieira. Instaram os padres para que ela arranjasse casa onde se tratassem e curassem os doentes, e Vieira mandou para o novo hospital a «primeira cama», que era a sua própria, dormindo daí em diante numa tábua, ao menos por algum tempo (9).

10. — Pelos serviços de saúde da Companhia de Jesus passou vária espécie de doenças, nomeadamente as que correspondem aos remédios brasileiros das boticas, acima declarados; mas duas, de

(1) HC VI 15. — (2) HC VI 58. — (3) HC VII 449. — (4) HC V 351. — (5) HC V 89. — (6) HC VI 139. — (7) HC VI 46. — (8) HC II 577-578. — (9) HC IV 186-187.

natureza contagiosa, a varíola e o «mal da bicha», se distinguiram de todas as mais pela virulência e mortandade.

A varíola nomeia-se com a noção vulgar de bexigas, às vezes benignas (bexigas «brancas»), às vezes malignas (bexigas «negras» ou de «pele de lixa»). Esta última grassou em 1563, atingindo sobretudo os Índios, e pela costa morreram «30.000 no espaço de dois ou três meses». Leonardo do Vale deixou desta epidemia uma descrição cujo realismo lembra a peste de Milão de *I Promessi Sposi* de Manzoni. Os Jesuítas assistiram aos variolosos espiritual e materialmente: «muitas vezes lhes ficava a pele e carne dos doentes pegada nas mãos; e o cheiro era tal que se não podia sofrer» (1).

Não houve lugar da costa em que a epidemia não fizesse os seus estragos repetidas vezes, atingindo sempre mais em particular os Índios, a quem os padres acudiam com as suas pessoas, remédios, alimentos e vestidos, e em sepultar os mortos; e, neste ministério de servir aos empestados, alguns perderam a vida na Capitania do Espírito Santo nos meados do século XVII (2).

A experiência mostrara que os que escapavam do contágio eram refractários à recaída. Preocupação constante dos padres nas suas entradas ao sertão era, pois, a de levarem consigo apenas índios que já tivessem tido a doença; mas eles, com desejos de acompanhar as expedições, nem sempre diziam a verdade, levando consigo a varíola ao sertão, o que para os missionários era angústia dobrada (3).

No Estado do Maranhão e Pará a varíola de «pele de lixa» matou em 1695 mais de 5000 pessoas, e só a perda de escravos mortos se avaliou «em dois milhões em dinheiro da terra» (4). Os padres iam pelas ruas, perguntando onde havia variolosos, levavam-lhes as subsistências indispensáveis à vida, lenha, água, farinha e peixe; e aos que morriam vestiam-nos e enterravam-nos. Não foram atingidos os Jesuítas, excepto um, que não morreu, mas ficou bem marcado (5); e assinalou-se nela o P.e José Ferreira, reitor do Colégio do Maranhão, que no ano seguinte de 1696 foi nomeado superior da Missão, em cujo cargo faleceu, dizendo o seu necrológio «que devia ser imortal» (6).

O «mal da bicha», importado de África, e que se considera a primeira manifestação da febre-amarela no Brasil, começou no prin-

(1) HC II 575-576. — (2) HC VI 140. — (3) HC VI 173. — (4) HC IX 391. — (5) HC IV 191-192. — (6) HC VIII 232.

cípio de Dezembro de 1685 no porto do Recife, «peste tão horrível e repentina que já não havia quem curasse aos enfermos nem enterrasse os mortos». «Os sintomas eram — escreve Bonucci — supressão dos pulsos, delírios, imaginações de cabeça, enjoos do estômago, vómitos contínuos, nos mais de sangue, com inchações estranhíssimas» (1). O mal acendeu-se pouco depois em Olinda e passou a outras vilas e cidades e também à Baía, com quebranto geral e grande mortandade, que atingiu também numerosos padres da Companhia, que colocou o seu colégio à caridosa disposição da população, quando tudo o mais esmorecia. «Fecharam-se as Escolas Públicas, os Estudos, o Comércio, os Tribunais, e ninguém tinha outra preocupação mais que o horror da morte e a salvação das almas». Entre os mortos jesuítas, contou-se o antigo provincial António de Oliveira; e, de fora, o arcebispo D. Frei João da Madre de Deus e alguns desembargadores. Escreve o P.e António Vieira que de mais de cem pessoas da Companhia que moravam no colégio, só quatro ficaram indemnes. Também não foram atingidos pelo contágio o mesmo Vieira e o seu companheiro P.e José Soares, residentes na Quinta do Tanque.

O «mal da bicha» pertence à história trágica do Brasil; e na Baía foi ocasião para se declarar S. Francisco Xavier padroeiro da *cidade,* ao lado do Salvador do Mundo, padroeiro da *arquidiocese.* A festa camarária de S. Francisco Xavier celebrava-se anualmente com grande solenidade no dia *10 de Maio,* também feriado escolar (2). O temeroso «mal» ainda tornou a grassar no Brasil, mas já sem o espanto dos anos de 1685-1686.

11. — Os padres da Companhia vítimas do «mal da bicha», uns morreram pela condição natural de homens iguais a todos, mas outros tinham-se oferecido a tratar dos empestados, e a sua morte reveste já a auréola da misericórdia, compartilhada por muitos padres, não só nesta epidemia como noutras que assolaram o Brasil, durante dois séculos, em que os Jesuítas deram a vida pelos seus irmãos numa caridosa e incansável obra de assistência (3). Nem faltou quem a perdesse, simplesmente, pelas circunstâncias geográficas de uma terra em que as principais vias de comunicação eram por mar bordejando a costa, ou penetrando rios nem sempre livres de cachoeiras ou areais: o rol dos náufragos é impressionante entre

(1) HC V 444. — (2) HC V 89-92. — (3) HC X 28.

os demais trabalhos e perigos (1). Já também num ou noutro capítulo apareceram jesuítas que derramaram o sangue no exercício das suas funções missionárias, quer no Brasil quer a caminho dele, como o glorioso grupo dos 40 Mártires (Beatos Inácio de Azevedo e Companheiros) em 1570; logo no ano seguinte o P.e Pedro Dias e onze companheiros; e em 1643 o P.e Luís Figueira com um abundante séquito de missionários, náufragos uns, devorados outros pelos bárbaros da ilha do Marajó (Pará). As missões do Norte foram férteis em ministrar ao estabelecimento do cristianismo, entre os naturais do Brasil, o sacrifício da vida, desde o do P.e Francisco Pinto, na serra de Ibiapaba (Ceará), aos P.es Francisco Pires, Manuel Moniz, Gaspar Fernandes e João de Vilar, no Maranhão (rio Itapicuru); e ainda os P.es António Pereira e Bernardo Gomes, nas fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, em terras do Amapá — multiplicado e impressionante testemunho do sangue (2).

(1) HC X 240. — (2) HC X 235.

CAPÍTULO XI

MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

1. — Esmolas, primeira sesmaria, subsídio régio; 2. — Confrarias para fins educativos; 3. — Dotação real dos Colégios da Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco; 4. — Fazendas agrícolas e seus produtos naturais; 5. — Engenhos de açúcar; 6. — Criação de gado; 7. — Pescarias; 8. — Outras fontes de receita (casas de aluguer, boticas, isenção de dízimos).

1. — Enviando ao Brasil os padres da Companhia de Jesus, Portugal assumia o encargo de os manter; mas só no próprio ambiente local se apalpariam com conhecimento de causa as possíveis fontes de receita missionárias. A primeira modalidade, antes mesmo da fundação da cidade do Salvador da Baía, manifestou-se de sentido agrícola: ao reconhecer o sítio para a nova cidade, acompanhado provàvelmente de Nóbrega, o governador Tomé de Sousa logo reservou um «bom vale» para os padres da Companhia (1).

Os primeiros padres viviam de esmolas, que lhes davam de boa vontade os homens da governança, até que em Janeiro de 1550 chegaram mais quatro padres com sete meninos órfãos da Ribeira de Lisboa. Era preciso dar de comer a estes e ainda a outros filhos da terra, que com eles se juntariam na Casa dos Meninos; e coincidiu com a organização desta casa, o primeiro subsídio oficial dos padres da Companhia de Jesus no Brasil, começando Nóbrega e os seus cinco companheiros a receber o subsídio régio de um cruzado (400 réis) por mês a cada qual, e mais 5$600 réis por ano para vestiaria (2). O mais antigo mandado de pagamento deste subsídio, com a data de 23 de Fevereiro de 1550, passou-se em nome do «Padre Manuel da Nóbrega, maioral dos Padres da Companhia de Jesus». Não se pagava em dinheiro, que o não havia na terra, mas em ferro, que depois de negociado vinha a ficar por metade (200 réis). Nó-

(1) CN 28; MB I 117. — (2) CN 140; MB I 402.

brega recebia-o, mas aplicava-o a sustentar os meninos: «e nós vivemos de esmolas e comemos pelas casas desta gente principal». O subsídio, além do ferro, recebia-se também em géneros necessários à sustentação da vida comum e até do culto divino como a farinha e o vinho, também azeite, vinagre, e ainda pano, sapatos, sombreiros e camisas (1).

Com a imediata atracção exercida pelos órfãos de Lisboa sobre os meninos índios e a subsequente fundação da Casa-Colégio, chegara o momento de o governador cumprir a promessa do «bom vale». Nóbrega fez o requerimento em regra; e com ele abre o governador a doação da sesmaria da «Água dos Meninos» (Outubro de 1550):

«Faço saber como o Padre Manuel da Nóbrega, que ora tem cuidado da Casa do Nome de Jesus nesta cidade do Salvador, me enviou dizer por sua petição como a dita Casa tinha necessidade de terras para fazerem mantimentos, porquanto a intenção d'El-Rei e dos Padres da Companhia é nela criar e ensinar moços do gentio, que por tempos levem o nome do Senhor a todas as gentes, e que não se podiam sustentar doutra maneira. E porque queriam fazer roças de mantimentos e outras cousas pera ajuda do sustentamento da dita gente e Padres, que na dita Casa estão, me pedia que lhe desse umas terras, que estão diante desta cidade da parte do norte, onde chamam *Água dos Meninos*» (2).

Revela a petição de Nóbrega que o Colégio se destinava ao ensino de meninos gentios com intuitos apostólicos *(levar o nome do Senhor a todas as gentes)*, intenção em que vai implícita a ideia do clero nativo, explicitada por Nóbrega dois anos depois (3); e esperava-se que tudo fosse «em crescimento», e que esse futuro se devia prever desde já, independente do subsídio individual dos mestres, que os padres recebiam. O qual, se chegava para sustentar cada um de per si, era insuficiente para a obra evangélica e educativa que se propunham realizar, advertindo-se logo que entre os meios económicos oficiais, de sustento individual dos padres, e o vasto fim a atingir, havia uma desproporção que subsistiria mesmo depois das dotações reais dos colégios para um número *fixo* de pessoas; porque, enquanto a renda permanecia invariável, as obras e o pessoal cresciam sempre, ultrapassando a limitação original. Põe-se em relevo esta posição justificativa da primeira sesmaria da Companhia de Jesus no Brasil, como complemento de subsídio oficial,

(1) MB I 574. — (2) MB I 195. — (3) CN 124; MB I 353.

porque a mesma posição se irá manter proporcionalmente válida durante dois séculos.

O mais necessário para já era que o subsídio régio abrangesse também os novos padres que iam chegando. No começo de 1551 ordenou D. João III a Tomé de Sousa que se provessem também os padres recém-vindos do Reino, e subiu para dez o número dos subsidiados (1). Pouco depois, lembrou Nóbrega outra vez para Lisboa que os irmãos recebidos no Brasil eram tão religiosos como os idos de Portugal, e elevou-se o subsídio para 28 em 1557 (2), e pâra 36 em 1559 (3).

2. — Para manter os educandos pròpriamente ditos, a primeira modalidade de carácter económico-jurídico foi a das confrarias do Menino Jesus ou dos Meninos de Jesus. Destinavam-se estas confrarias a sustentar os órfãos de Lisboa, que começaram a chegar à Baía em 1550, e com eles também meninos da terra, órfãos e não órfãos. Instituíam-se à maneira da Confraria dos Meninos de Jesus de Lisboa, que nasceu à sombra da Companhia, e da qual procede o famoso Colégio dos Órfãos da capital portuguesa, confraria que já existia quando Nóbrega embarcou para o Brasil em 1549. Pelo padrão de Lisboa, procurou, pois, o superior da Companhia no Brasil, munido de poderes legais competentes, modelar as primeiras casas da nova Missão. Fê-lo por si mesmo na Baía; e já em 1552, os meninos órfãos escreviam para Lisboa, «desta casa do *Colégio* dos Meninos de Jesus» (4). Da casa do Espírito Santo incumbiu Nóbrega o P.e Afonso Brás, e da de S. Vicente o P.e Leonardo Nunes, a qual o mesmo Nóbrega depois remodelaria jurìdicamente em 1553, transferindo-a no ano seguinte para São Paulo de Piratininga. A base económica da Confraria do Menino Jesus de S. Vicente foram as terras de Pêro Correia e o gado cedido por Brás Cubas. Administrava a confraria uma comissão, constituída por um provedor e dois mordomos externos; e os meninos viviam com os padres na mesma habitação (5).

Ora, estas confrarias erigiram-se em Portugal e no Brasil naquele primeiro período da Companhia de Jesus, em que ela ainda não assentara definitivamente a sua lei orgânica, elaborada com muito vagar e alguns tenteios por Santo Inácio; e ao falar da edu-

(1) MB I 211-212. — (2) MB II 357-358. — (3) MB III 150. — (4) MB I 389. — (5) CN 173; MB I 498.

cação, as Constituições da Companhia não incluíram no estatuto de ensino nada que se parecesse com as mencionadas confrarias. De maneira que ao chegarem as Constituições ao Brasil em 1556, logo se verificou a impossibilidade de subsistir este género de sodalícios a cargo da Companhia de Jesus, assim como a impossibilidade de coabitarem os meninos com os padres, e de os bens destinados ao seu sustento serem administrados por mordomia externa. As Constituições só consideravam colégios fundados da Companhia, os que tivessem renda para sustento dos religiosos de cada qual. O princípio inovador inaciano consistia em que um colégio, para cumprir as tarefas pedagógicas, não podia viver de esmolas aleatórias, mas devia possuir renda firme. Regime este, a que obedeceram daí em diante os colégios fundados no Brasil, quer com dotação régia (Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco), quer outros vindos depois com dotações particulares que se consideravam, ao menos inicialmente, como sustento bastante para os velhos missionários e os novos que se preparavam para assegurar a sobrevivência da Missão brasileira.

Todavia, com serem de existência transitória, aquelas confrarias dos Meninos de Jesus e as suas casas, representaram, nos primeiros contactos educativos do Brasil, uma função preciosa como elemento aglutinante de meninos brancos e meninos da terra, com reflexos de insubstituível simpatia, que congraçava os moradores portugueses e as mães índias; nem naqueles princípios tinha ainda amadurecido o ambiente local para colégios de fundação régia, o primeiro dos quais data de 1564.

3. — Já desde os começos da Missão apelava Nóbrega para que D. João III fizesse «seu» o Colégio da Baía; agora, depois das Constituições, insistiu-se mais na modalidade em que se poderiam «fundar» ou «dotar» os colégios do Brasil. Os reis de Portugal, governadores e perpétuos administradores da Ordem de Cristo, recebiam os dízimos eclesiásticos das terras do Ultramar com o ónus da sua evangelização. A dotação em dízimos estava à vista, mas o ponto em que Nóbrega mais insistia era que a dotação devia ser «certa» e «para sempre», quer proviesse dos dízimos do Brasil quer do tesouro real (1). Por fim, prevaleceu a modalidade dos dízimos, ou seja a fórmula de uma redízima sobre os dízimos do açúcar, indústria que começava a florescer sobretudo em Pernambuco; e desta

(1) CN 214; MB II 285.

maneira se procedeu às dotações dos três colégios da Baía, Rio de Janeiro (cidade que entretanto se fundara) e Pernambuco. A dotação do colégio da Baía em 1564 estabeleceu-se para sessenta religiosos (1), a do Colégio do Rio de Janeiro em 1568 para cinquenta (2), a de Pernambuco em 1575 para vinte (3). A base era de 20$000 réis anuais a cada um dos religiosos da Companhia existentes nesses colégios, dando-se à noção de colégio não sentido material, mas regional, que atingia toda a respectiva zona, incluindo as aldeias e fazendas. De facto, a primeira dotação (da Baía) abarcava todos os padres e irmãos do Brasil, zona por então única, desdobrada logo em duas (1568) e por último em três (1575), abrangendo 130 religiosos da Companhia de Jesus, que à razão de 20$000 réis a cada um, dava a dotação global de dois contos e seiscentos mil reis (2.600$000).

O pagamento das dotações dos três colégios (Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco) teve as suas dificuldades, postas aqui e além pelos arrematantes locais dos dízimos da fazenda real; em todo o caso, Lisboa tendia a prestigiar os padres e a facilitar-lhes o pagamento; e não há dúvida que as dotações foram grande e eficaz ajuda no tempo em que se produziram, regionalmente bem distribuídas, com a Baía por centro e cabeça de todo o Estado do Brasil de então, e com os dois grandes portos naturais, Rio de Janeiro ao sul e Pernambuco ao norte. Mas o que em 1575 bastava para 130 religiosos permaneceu imutável daí em diante, e o Brasil e a Companhia desenvolveram-se, as obras multiplicaram-se, o pessoal aumentou. No ano de 1600 os Jesuítas do Brasil eram 172 (4) e um século depois 317 (5); e já então ao norte, no Estado do Maranhão e Pará, se formara outro núcleo de mestres e missionários, onde não existia nenhum colégio de fundação real, nem com esta modalidade em todo o Brasil se tornou a dotar mais nenhum depois de 1575. Para acompanhar o ritmo da formação brasileira, tornava-se indispensável o recurso mais intensivo aos produtos da terra; e quer na Província do Brasil, quer na Vice-Província do Maranhão e Pará se estabeleceram fazendas agrícolas, depois engenhos de açúcar e simultâneamente fazendas de gado, com ainda outras fontes de receita imprevisíveis em 1549, criando-se o tipo de missionário-fazendeiro não só no Brasil, mas em toda a Amé-

(1) MB IV 100-106. — (2) MB IV 446-452. — (3) HC I 552-556. — (4) HC I 578-584. — (5) HC V 587.

rica, onde se estabeleceram missões católicas (portuguesas, espanholas e francesas).

4. — O que se previu e logo de início se promoveu foram as fazendas agrícolas («Água dos Meninos»). Mas com essas já Nóbrega vislumbrava outras futuras, como as pescarias e a criação de gado, na sua primeira informação da terra do Brasil para Portugal: «Há nela diversas frutas, que comem os da terra ainda que não sejam tão boas como as de lá, as quais também creio que se dariam cá se se plantassem, porque vejo dar-se videiras, uvas até duas vezes no ano, mas são poucas por causa das formigas que fazem muito dano, assim nisto como noutras cousas. Cidras, laranjas, limões dão-se em muita abundância, e figos tão bons como os de lá. O mantimento comum da terra é uma raiz de pau, que chamam mandioca, do qual fazem uma farinha de que comemos todos. E dá também milho, o qual misturado com a farinha faz um pão que escusa o trigo. Há muito pescado, e também muito marisco, de que se mantêm os da terra e muita caça de matos, e gansos que criam os Índios; bois, vacas, ovelhas, cabras e galinhas se dão também na terra, e há deles muita cópia» (1).

Informação das possibilidades económicas do Brasil válida para a Baía de 1549, onde então ainda não havia engenhos de açúcar. O que de facto assegurava o «mantimento comum» na Baía e em todo o Brasil era a mandioca e as suas variedades uma das quais, mais nomeada, o aipim. Da mandioca tiravam também os Índios bebidas fermentadas e como alimento saudável era usado em pirões, farofas, xibés e beijus. Adoptaram-no os Portugueses e não houve depois colégio ou residência da Companhia que não viesse a possuir roças de mandioca para sustento não só do seu numerosíssimo pessoal índio e negro, mas também dos padres, achando muitos deles que o pão da terra fazia esquecer o de Portugal.

Com a mandioca associaram-se nas fazendas agrícolas da Companhia de Jesus a cultura de outras plantas, quer indígenas quer introduzidas de novo. Para se conhecer a fisionomia geral destas fazendas, que em geral eram de policultura agrícola, e o seu respectivo apetrechamento, basta passar por algumas no período final já de pleno rendimento nos meados do século XVIII. E observe-se que tudo se fundou na mata virgem em terra ainda em formação,

(1) CN 60-61; MB I 148.

o que lhes dá um relevo diferente dos lagares e quintas fundadas na Europa entre mil outras já então comuns.

A fazenda de S. Brás, dentro da ilha de S. Luís do Maranhão, possuía um engenho manual de descascar arroz, fábrica de farinha, moenda de cana com o seu alambique, e oficina de tecelão; e, além do arroz, mandioca, algodão e cana-de-açúcar, produzia milho, gergelim, favas e tabaco (1).

No interior do mesmo Estado, a aldeia de Maracu, situada no lago de igual nome (hoje cidade e lago de Viana), destinava-se à criação de gado (grosso e miúdo) incluindo o cavalar; mas dentro do referido lago e à vista da aldeia, existia o engenho de S. Bonifácio com a sua fazenda agrícola. Tinha forno e duas rodas de ralar mandioca e ainda, como utensílios indígenas, 24 «tipitis» (expremedores) e quatro «urupemas» (peneiras). Roça capaz para 700 alqueires de farinha. Cultivava ainda cana-de-açúcar, cacau, laranjeiras e limoeiros, pacoveiras (bananeiras) e café (2).

O café, originário do velho mundo, entrou no Brasil através da Guiana Francesa; o cacau é nativo da América e o seu uso, provindo da América Espanhola, data do século XVI, reconhecendo-o os Portugueses na selva amazónica quando a começaram a povoar no século XVII: é o cacau *bravo*. No Brasil a sua plantação regular começou no Pará: é o cacau *manso*. Da Baía, em 1564, o vice-rei D. Vasco Mascarenhas pediu ao P.e Jacobo Cocleo, jesuíta do Ceará, que lhe alcançasse sementes, e em 1565 as pediu directamente ao capitão-mor do Pará Paulo Martins Garro e não tardariam a plantar-se na Baía. O P.e João Filipe Bettendorff levou em 1674 do Pará duas mil sementes para o Maranhão, das quais vingaram mil e tantos pés, que em 1677 já davam «não só flores, mas frutos a que chamam cacaus, de que se faz o chocolate». Muito se alegraram os Maranhenses com a nova riqueza que lhes entrava em casa (3).

Nativos do Brasil eram também o tabaco e o algodão. Do tabaco assinalou Nóbrega em 1550 as qualidades terapêuticas (4), mas a sua cultura só entrou tardiamente em fazendas da Companhia; a do algodão começou logo e já Nóbrega em 1552 pensava em o exportar para Portugal: «Mando fazer algodoais para mandar lá muito algodão para que mandem panos de que se vistam os meninos e não será necessário que o Colégio de Coimbra cá nos ajude senão

(1) HC III 140. — (2) HC III 191. — (3) HC IV 158-161. — (4) CN 83; MB I 169.

com orações, antes de cá lhe seremos bons em alguma coisa» (1). Mas logo Nóbrega achou também útil e prático fazer pano na própria terra e promoveu a arte de tecer nas aldeias dos Índios, donde passou mais tarde para as fazendas. Na de Santana (São Paulo), em 1760, além da casa de ralar mandioca, de arados e grades de gradar a terra, achou-se uma casa de descascar algodão (2); e na de Embu (também São Paulo) havia teares, cujos tecidos de algodão se exportavam para o Rio de Janeiro e Baía (3). No norte, dando conta da Missão do Maranhão e Pará em 1661 e dos meios de subsistência, escreve o P.e António Vieira: «Para vestido, que é de algodão tinto (como se usa na Índia e nesta terra), temos 24 fiandeiras com seus teares que podem dar pano não só para o vestido mas para os usos de casa com grande abundância». O pano de linho, necessário pelo menos para usos litúrgicos, comprava-se em Portugal (4).

As árvores frutíferas cultivavam-se de preferência nas cercas dos colégios e das residências e nas fazendas menores pouco distantes dos colégios, como a célebre «Quinta do Tanque» na cidade da Baía, unida ao nome do visitador Cristóvão de Gouveia (século XVI) e tão cara ao coração de Vieira que nela viveu muitos anos no século seguinte. A Quinta do Tanque era uma como estação experimental agrícola, na qual se cultivavam plantas de quatro continentes (América, Europa, África e Ásia). Nela se iniciou a cultura da canela de Ceilão, bem defendida pelos Jesuítas da terrível praga dos formigueiros, e também se aclimatou com êxito a pimenta do Malabar. Possuía um lago alimentado por uma fonte de água nativa e corrente. Nela se cultivava todo o género de legumes e de frutas, de que se provia o Colégio, mandioca selecta para comer, e reputadíssimas laranjas muito agradáveis à vista e mais ainda ao paladar (5).

Também na cerca do Colégio da Baía, se admiravam «parreiras de Portugal, as quais, se as podam a seus tempos, todo o ano estão verdes com uvas ou maduras ou em agraço», ananás («fruta real»), «coqueiros, e uma árvore, que chamam *cuieira*, que não dá mais que cabaças, é fresca e muito para se ver. Legumes não faltam, da terra e de Portugal, beringelas, alfaces, couves, abóboras, rábãos e outros legumes e hortaliças» (6).

(1) CN 123; MB I 352. — (2) HC VI 377. — (3) AO 73. — (4) AO 72-73. — (5) HC V 161-163. — (6) FERNÃO CARDIM, *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (Rio 1925) 289.

Em São Paulo de Piratininga, na penúltima década do século XVI, achou Cardim «uma cerca grande com muitos marmelos, figos, laranjas e outras árvores de espinho, roseiras, cravos vermelhos, cebolas, cecém, ervilhas de borragem, e outros legumes da terra e de Portugal» (1); e ainda em São Paulo viu Jácome Monteiro (1610) «muito bom trigo» e «muitas e mui boas vinhas» (2), sem referência particular à Companhia. Mas as videiras ou «parreiras de Portugal» já se mencionaram antes na cerca do Colégio da Baía e o trigo aparece na Fazenda de Embu, cercanias de São Paulo (3). Em resumo, depois de descrever a fruticultura do Brasil, Fernão Cardim conclui: «Todas estas frutas se dão nas hortas e nos campos em grande quantidade e delas se fazem conservas, como laranjadas, cidradas, limões, ananases em conserva e outros; e cruas não faltam aos Nossos para antepasto. Da terra há poucos legumes, mas de Portugal há muitos, sc., couves, rábãos, alfaces, pepinos, abóboras, gravanços, lentilhas, perrexil e erva boa e outras muitas; e, em Pernambuco e Rio de Janeiro, muitos melões da terra e Guiné; há muitas abóboras e favas, que são melhores que as de Portugal; e são tão sãs como ervilhas e outros legumes; e todo o ano não faltam de ordinário aos Nossos, e muitos deles têm em suas roças» (4).

Na Amazónia, entre os produtos da terra, que nasciam à margem dos seus rios, havia a baunilha e raízes aromáticas, o azeite de copaíba e de andiroba para luzes, o mel de pau, a borracha e castanha da terra, tintas de urucu, salsaparrilha, cravo e cacau. Estes últimos, quando se recolhiam em estado silvestre, constituíam o comércio das «drogas do sertão». Todas utilizavam os Jesuítas e algumas cultivavam nas suas fazendas, mandando vir outras do Oriente ou servindo-se das que já se divulgaram no Sul ou chegavam de Caiena ou de Portugal. Além da mandioca, a mais generalizada de todas as culturas, plantaram a cana-de-açúcar, algodão, café, milho, cacau, gergelim, favas, feijão carrapato, melancias, melões e todos os legumes de Portugal e da terra, bananas, biribás, abacaxis, mamões, cajus, laranjas (incluindo as da China) e jacas da Índia, que os próprios Jesuítas introduziram no Brasil. De alguns produtos da terra e seu aproveitamento, qualidades e preparo, dão também notícia pormenorizada, como por exemplo o gua-

(1) HC I 279. — (2) HC VIII 395. — (3) HC VI 361. — (4) HC I 179.

raná (1). A maior parte deles era para consumo doméstico. Entre os de exportação, o de maior valor económico no Brasil foi sem dúvida o açúcar.

5. — Durante todo o século XVI nenhum colégio da Companhia plantou canas-de-açúcar nas suas fazendas e sesmarias, parcialmente arrendadas. Mas em 1575 averiguou-se que era sistema improdutivo, não dando o arrendamento de terras na Baía senão 15$000 réis. Por outro lado, a dotação régia, fixa, não chegava para sustentar mais estudantes e novos missionários, de modo que as dívidas do Colégio montavam já à soma, então considerável, de cinco mil cruzados (2.000$000 réis). Impunha-se o recurso aos canaviais. Consultado o geral (Aquaviva), ele deu licença para se plantarem canaviais, não ainda para se fabricar açúcar; e temendo alguns padres e irmãos que a gente de fora se escandalizasse, responderam de Roma que sempre se atendesse à edificação, mas que não era contra as Constituições da Companhia de Jesus a indústria dos colégios em manipular os produtos das próprias terras para ocorrer às suas necessidades económicas. E sucedeu que, tendo chegado ao Brasil muito depois dos jesuítas, começaram os beneditinos e carmelitas a plantar canaviais, dirigidos por feitores com escravos da Guiné, sem ninguém se escandalizar. Com tais premissas, começou o Colégio da Baía a plantar canaviais em Agosto de 1601 (2).

Pensou-se em construir o primeiro engenho da Companhia no Passé (Recôncavo da Baía). Mas logo prevaleceu Camamu, sesmaria de doze léguas em quadra, doada por Mem de Sá ao Colégio da Baía em 1563 (3), desaproveitada largos anos por a infestarem e quase ocuparem os Índios Aimorés, os quais só vieram a ser pacificados nos começos do século XVII quando se tratava já de construir engenhos; mas esta terra do Camamu desenvolveu-se menos do que outras, porque a configuração acidentada do terreno e o recesso das florestas nunca permitiram completa segurança contra as investidas dos índios selvagens que ainda nos meados do século XVIII (Junho de 1750) assaltaram a vila de Assunção, sendo repelidos pelos moradores, a quem entretanto parte da grande sesmaria tinha sido já dada em enfiteuse com foro de 1 % dos frutos da terra. O engenho do Camamu, no Rio da Trindade, estabeleceu-se em sítio escolhido pessoalmente pelo provincial Fernão Cardim em 1604 e

(1) HC IV 155-156. — (2) HC I 181-182. — (3) MB III 521-532.

laborou até 1640, ano em que o queimaram os Holandeses. Para não ficar exposto a novos atentados de pirataria marítima, não se reconstruiu, fixando-se os engenhos do Colégio mais à mão no Recôncavo (1), onde o engenho da Pitanga chegou em 1722 a produzir 150 caixas de açúcar de mil libras cada uma (2).

Não longe do engenho da Pitanga, fundado muito antes dele, teve maior fama o engenho de Sergipe do Conde, do qual se dizia em 1635 que com a sua levada, as suas casas, os seus utensílios, os seus canaviais na Grande Patatiba, Acupe e Sergipe, com o seu alambique de aguardente, com o seu pessoal e organização, era «melhor que qualquer outro engenho da Baía em tudo», o mesmo que no tempo de Antonil se classificaria «rei dos Engenhos» do Brasil. Fundado pelo governador Mem de Sá, passou a sua filha D. Filipa de Sá, casada com o Conde de Linhares (daí, Sergipe do *Conde*), a qual, como fundadora da igreja do Colégio de Santo Antão de Lisboa o aplicou jurìdicamente à fábrica dessa «minha igreja». Todavia, uma cláusula do testamento de Mem de Sá, datado de 1569, deu origem a prolixa demanda que, com o Colégio de Santo Antão, envolveu o Colégio e a Misericórdia da Baía e os pobres; e foi a raiz mais funda da deposição do visitador Jacinto de Magistris em 1663, episódio e singular crise de autoridade, conhecido por «Jacintada» (3). Os ecos do litígio chegaram até 1669, cem anos exactos desde o testamento de Mem de Sá. Tudo se concluiu com uma composição amigável, ficando o engenho para o Colégio de Santo Antão. Posta nos tribunais civis, a questão causou graves dissabores aos seus protagonistas. Contudo, mais uma vez se realizou aquilo de que há males que vêm por bem. Obrigou a produzir em juízo inventários e descrições, movimento de pessoal, vendas, arrendamentos, preços e safras de engenhos e fazendas, e ainda utensílios, sítios e lugares: enorme acervo documental, que resistiu às vicissitudes do tempo e se constitui hoje fecunda e valiosíssima fonte para a história económica e social do Brasil no século XVII (4).

Ao sul da Baía, na Capitania do Espírito Santo, assinalou-se o engenho de Araçatiba (5); e no Rio de Janeiro, mesmo dentro do actual perímetro da cidade, existia primeiro o Engenho Velho (S. Francisco Xavier), que depois se descongestionou para se dar em enfiteuse parte das suas terras aos moradores da cidade, orga-

(1) HC V 199-204. — (2) HC V 259. — (3) HC VII 41. — (4) HC V 243-251. — (5) HC VI 155.

nizando-se outro engenho, o Engenho Novo, que ficaram ambos a laborar (1), enquanto se tratava de estabelecer os engenhos do Colégio do Rio em terras mais distantes e desimpedidas, nos Campos dos Goitacases e, para o fim, também na Fazenda de Santa Cruz. Para se organizar o Engenho Novo abriram-se canais para ele dispor de água corrente. A residência comparava-se a um pequeno colégio e a igreja nova inaugurou-se solenemente a 8 de Dezembro de 1720, em vez da de S. Miguel que já existia em 1707. A nova igreja recebeu o título de «S. Miguel e Imaculada Conceição». Além da residência, igreja e senzalas, o Engenho Novo dispunha de olaria, ferraria, carpintaria, serraria de madeira e tanoaria para a fabricação de pipas e tinas. Produziu 60 caixas de açúcar em 1757 e alguns tonéis de aguardente de cana (2).

Ao norte da Baía, na Capitania de Pernambuco, os principais engenhos da Companhia de Jesus foram o de Monjope, pertencente ao Colégio de Olinda, e o de Nossa Senhora da Luz, do Colégio do Recife. Por sua vez, o Colégio do Maranhão possuía o engenho de S. Bonifácio; e, por fim, o Colégio do Pará construiu um pequeno engenho em Ibirajuba, a quatro horas de Belém, viagem de galeota, o mais ao norte de quantos possuiu a Companhia no Brasil; e situava-se numa terra, a Amazónia, e num tempo (1760) em que era necessário ter tudo à mão. Além desse engenho novo, possuía uma fábrica de aguardente e canaviais, um cacaual que teria dois mil pés, algum café, frutas de espinho e da terra, duas roças de farinha e dois meloais; e, além disto, oficinas de carpintaria e torneiro, utensílios de pedreiro, dois teares, uma tenda de ferreiro e serralheiro, uma olaria, a casa das canoas com nove feitas e três principiadas, e guindaste (3). Aparência de grandeza, mas sem consistência económica, porque Ibirajuba, sem ter ainda em laboração o novo engenho, pouco mais rendia que para ocorrer às despesas correntes da sua vida e manutenção do pessoal (102 pessoas de ambos os sexos contando as crianças), aspecto social digno de nota, mas quanto a rendimento líquido, vai dizê-lo o P.e João Daniel, que nela fez a profissão solene em 1757:

«Em uma herdade, que possuía a minha amada Religião, nas vizinhanças da cidade do Pará, onde se seguia a praxe ordinária e praticada nos roçados e plantamentos da maniba e outros, nas visitas aniversárias dos Superiores, saía ordinàriamente a receita

(1) HC VI 68. — (2) HC VI 69. — (3) HC III 304.

pela despesa com pouca diversidade; de sorte que algum ano apenas excedia a receita em um cruzado novo; e quase o mesmo sucedeu nas mais herdades, com a circunstância de que a dita herdade, além de ter todas as oficinas, que lá se costumam e fazem mais afamada uma fazenda, como são olaria em que se fabricava muita louça, ferraria, tecelões, e factura de canoas etc., tinha também uma engenhoca e fábrica de águas-ardentes, que são os mais rendosos haveres daquele Estado; tinha também estáveis alguns canaviais e algum café, e contudo no fim do ano, apenas excedia a receita em quatrocentos e oitenta réis: que se não tivesse o cacau, café e oficinas, onde ficaria a receita e onde subiria a despesa?» (1).

Contrasta com a fazenda modelo paraense outra também modelo, a Fazenda de Santa Cruz, com engenho igualmente em construção, ao pé do Rio de Janeiro, a dois mil quilómetros de distância do Pará. Um salto nada menos que do equador ao trópico do Capricórnio. Diferença de latitudes, que importa em desnível de prosperidade, válido não só para os meados do século XVIII mas também para este século XX, um como índice geográfico de como era e é desigual, dentro de si mesma, a vida económica e social brasileira.

A Fazenda de Santa Cruz era uma povoação perfeita, com tudo o que é indispensável à vida civilizada progressiva, com as características de grande estabelecimento agro-pecuário: igreja, vasta residência de sobrado, hospedaria, escola de rudimentos para os meninos da catequese, hospital, cadeia e variadas oficinas de trabalho sem excluir para o fim a de prata lavrada: ferraria, tecelagem, carpintaria, olaria, casa de cal, casa da farinha, descasca de arroz, casa de curtumes; engenhoca de aguardente, engenho de açúcar em construção; estaleiro onde se fabricavam canoas e até grandes sumacas. Roças de mandioca, feijão e algodão. E só no núcleo central da povoação as senzalas eram 232, onde as famílias viviam sobre si mesmas, à parte, se eram de prole numerosa (2).

Também se criava gado nesta modelar fazenda; mas este é já outro importante ramo de subsistência da Companhia de Jesus no Brasil.

6. — Do gado, que Portugal mandava para frutificar no Brasil, tomou Nóbrega em 1552 doze vacas para esse efeito de prolificarem e para outro mais imediato de darem leite aos meninos do Colégio

(1) HC IV 175. — (2) HC VI 57-58.

da Baía. Tomou-as fiadas, comunicando o facto para Lisboa ao provincial que obteve de el-rei a sua doação pura e simples (1).

A este primeiro gado dos Jesuítas do Brasil seguiu-se outra pequena manada de dez vacas no ano seguinte de 1553, provenientes da composição pacífica de uma demanda que Nóbrega achou em S. Vicente entre Brás Cubas e o Irmão Pêro Correia. Nóbrega alcançou de Brás Cubas essas vacas também para darem leite aos meninos do Colégio vicentino (2).

Estes dois primeiros núcleos de criação, oito ou nove anos depois, descontando-se as reses que se abateram para sustento, já era cada um de cem cabeças, respectivamente, com grande contentamento de Nóbrega, porque dizia ele, «era a melhor fazenda sem trabalho que cá há e dão carnes e couros, leite e queijo»; e com isso, havendo muito gado, poderá a Missão sustentar muita gente (3).

Tal foi a origem do gado vacum da Companhia de Jesus no Brasil. Segundo a clarividência do fundador, não houve depois colégio, noviciado, seminário ou residência de alguma relevância que não possuísse uma ou mais fazendas de gado desde Curitiba ao sul até à ilha do Marajó ao norte, na foz do Amazonas, desde a Baía a Goiás. Não o chegaram a possuir os jesuítas de Mato Grosso, como observa em 1757 o P.e Agostinho Lourenço a D. António Rolim de Moura, em carta datada do Rio Guaporé: não bastam feijão e milho, como dizia o P.e Domingos Gomes (secular), porque há isto agora e a miséria dos índios continua: é preciso gado! (4).

O último jesuíta do Brasil nas fronteiras do Oeste confirmava o primeiro de dois séculos antes. O longo período, que os separa, encheu-se com inúmeras fazendas de gado vacum e cavalar e também ovino e suíno, estes dois últimos em mais baixa escala. O que representava interesse económico efectivo era a criação de gado grosso (bois e cavalos).

Cada fazenda contava centenas e milhares de cabeças, concentrando-se a maior cópia de gado vacum nos Campos dos Goitacases (Rio de Janeiro) com 16 580 cabeças, no Piauí com 32 000 e na ilha do Marajó com mais de 50 000.

O gado cavalar criava-se em menor número de fazendas. O seu índice mais elevado é nos Campos dos Goitacases com 4670 cabeças, seguindo-se o Piauí com 1600, Curitiba com 1020, Santa Cruz (Rio) com 948, Ibiapaba (Ceará) com 470 e a ilha do Marajó com 300.

(1) CN 121 140; MB I 351-352 403. — (2) CN 177; MB I 501. — (3) CN 375; MB III 348-349. — (4) HC VIII 323 letra B.

Infere-se deste quadro que a maior criação de gado se situou ao norte, na foz do Amazonas e no Piauí, e ao sul nos Campos dos Goitacases (Rio de Janeiro) e no actual Estado do Paraná, onde terminam as grandes fazendas dos Jesuítas do Brasil. Do Brasil, dizemos, e importa vincar bem a expressão. Os Jesuítas do Brasil ainda fundaram o Colégio de Santa Catarina e trabalharam mais ao sul em terras que são hoje brasileiras, mas trabalharam aí só quase no advento da crise do século XVIII sem oportunidade já para organizarem fazendas. O gado dos jesuítas do Rio Grande do Sul não pertenceu ao ciclo luso-brasileiro, mas ao hispano-paraguaio, e se tivesse prevalecido esse hispano-paraguaísmo, o Rio Grande do Sul não seria hoje nacional. Incorporou-se à nação brasileira por permuta com a Colónia portuguesa do Sacramento no Rio da Prata na segunda metade do século XVIII, concluindo-se a formação do actual território rio-grandense-do-sul com uma ocupação e conquista luso-brasileira operada já nos começos do século XIX.

Entre as fazendas produtoras de gado uma era a de Santa Cruz no distrito do Rio, hoje Estado de Guanabara, já antes lembrada. O seu gado vacum em 1757 eram 9344 cabeças e dava anualmente ao Colégio do Rio deJaneiro 500 reses. Em 1724 abasteceu de gado uma grande armada francesa que passou pelo Rio, vinda do Peru (1), e em ocasiões de crise o Colégio abria transitòriamente açougues para venda de carnes verdes. Entre os seus ferros de marcar o gado havia três espécies:

R — Gado da *Residência* de Santa Cruz;
⊕ — Gado do *Colégio* do Rio;
E — Gado dos *Escravos*.

Este gado dos escravos era o que os padres lhes davam e prolificava por conta dos mesmos escravos, pastando livremente nos campos da fazenda, distinguindo-se do outro gado apenas pela marca. Não só lhes concediam essa regalia, mas também os tornaram participantes das suas pescarias, entre as quais uma se denominava dos *Negros* na ilha da Senzala (2).

(1) HC VIII 155 letra D. — (2) HC VI 59.

7. — O peixe constituía um dos alimentos dos Negros quando eles começaram a povoar as fazendas da Companhia; mas desde o princípio, e sempre, o foi dos Índios; e ao chegar em 1549 observa o padre Nóbrega que os gentios «não têm senão o que pescam e caçam e o fruto que toda a terra dá» (1). Entre as duas reservas naturais de caça e de peixe, o elemento líquido prevalecia ao florestal, pois enquanto a caça tendia a desaparecer no circuito das aldeias em que os Índios se estabeleciam, o peixe era inesgotável nos mares e nos rios e dava menos fadiga apanhá-lo; e até, como anotou Luís da Grã, o exercício da pesca era para os Índios «o maior contentamento e alívio» (2). Iniciada a catequese, os próprios meninos da escola interrompiam a lição e iam pescar para comer ou pescavam de manhã e estudavam de tarde, como na aldeia de S. Paulo da Baía em 1559. Explica Nóbrega: «porque têm o mar longe e vão pela manhã pescar para si e para seus pais que não se mantêm doutra coisa; e de tarde têm escola três horas ou quatro» (3). Por isso mesmo, os meninos da aldeia do Espírito Santo na Baía, diz António Rodrigues, tinham cada um a sua «cana de pescar» (4).

Os documentos jesuíticos assinalam ora o uso do peixe pelos Índios, como os de uma aldeia gentia da zona baiana que em 1552 receberam os meninos órfãos de Lisboa com «pescado cozido e assado e muitos camarões» (5), ora o modo como pescavam, em particular as tainhas do *piraìqué,* mencionado no «Diálogo sobre a Conversão do Gentio» de Nóbrega (6), descrito por Anchieta em termos gerais (7), e por Jácome Monteiro no rio Magé, que desagua na baía de Guanabara:

«Dos rios é o mais nomeado o Magé, pelos *piraìqués* que nele se dão; e pera que se entenda que cousa seja *piraìqué,* há-se de advertir qual seja a forma e disposição do rio. Antes de entrar no salgado, espaço de uma légua, é mui direito, largo e limpo. A largura chegará até vinte e cinco, trinta braças; de altura não mais que cinco, seis palmos. No mês de Junho vêm desovar a este rio infinitos cardumes de tainhas e corimás. Nas águas vivas da lua nova tapam a boca deste rio com varas e esteiras, depois pisam muita quantidade de timbó, que em Portugal responde ao barbasco; na vazante da maré enchem o rio de sumo destes paus com o qual se embebeda o peixe, de sorte que nenhum escapa, e toma-se tanto,

(1) CN 49; MB I 137. — (2) MB II 134. — (3) HC II 26. — (4) MB III 121. — (5) MB I 388. — (6) MB II 321. — (7) MB III 212.

que, com passarem as embarcações, que dele se enchem, de cento e vinte, cento e quarenta, ficam serras de peixe sem se aproveitar. Este *piraìqué* se chama real, porque se não pode dar sem ordem da Câmara, pera o qual se bota pregão quinze, vinte dias antes. Disseram-me que se ajuntavam nele perto de duas mil almas. *Piraìqué,* na língua da terra, quer dizer entrada de peixe» (1).

Multiplicam-se as referências a actividades piscatórias, designando lugares, Ilha Grande, Ilhéus; Camamu com «muitos pescados e peixes-bois, os lagostins, ostras e mariscos não têm conta»; o Recôncavo da Baía com «muita fartura de pesca dos lagostins, polvos, ostras de muitas castas, caranguejos e outros mariscos» (2); o Rio de S. Francisco (3), a Capitania do Espírito Santo (4), a «grossa pescaria» de Cabo Frio na Ponta dos Búzios (5); e também lembrando benemerências de Irmãos, como Francisco Martins, que presidiu às pescarias de peixe e marisco no Colégio de Santos, do qual foi a «âncora» durante 16 anos (6), — referência piscatória que se reproduz um pouco por toda a costa do Brasil (7). Mas a região em que o peixe constituiu alimento fundamental foi a Amazónia, onde quase todas as moradias ficavam à beira da água desde a costa do mar, aos rios, igarapés e lagos do interior, reservas inexauríveis de peixe, desde as tainhas do Pesqueiro dos Joanes, ao pacu, tambaqui, tucunaré, surubim, pirarucu, piraíba e infinidade de outros, até à traíra comum, menos estimada mas serviçal, que onde outros minguavam, ela nunca faltava.

— «Meus filhinhos, ide ao mar para comermos» — dizia o missionário do Pará.

E os Índios, botando o barco ao mar, numa ou duas horas tomavam à ponta da frecha tanto peixe que dava para comer quatro dias e sobrava.

Com o peixe, contribuía para a alimentação a caça, a cotia, a paca, a anta, e ainda o peixe-boi, o jabuti e a tartaruga, de cuja pesca ou antes apanha nas «praias da viração», dá Vieira uma página admirável. As tartarugas conservavam-se depois em viveiros ou poços e a sua carne substituía a das aves de terreiro. Mas também estas se criavam, galinhas, patos e perus e algumas aves da terra, a que se juntava a carne de vaca, pouca, por ficarem as fazendas de gado longe de povoado e serem maus os transportes.

(1) HC VIII 399. — (2) HC I 158; II 305; V 203. — (3) MB II 249. — (4) MB II 47. — (5) HC VI 122; VIII 399. — (6) HC VI 427. — (7) AO 81.

O porco de pocilga ou do mato fornecia o seu contributo de que se faziam salgas.

Nada porém suplantava o peixe, «ordinário sustento dos missionários portugueses no Rio Amazonas, por falta de gados» — diz João Daniel. E o peixe, colhido quer defronte da aldeia em pesqueiros, quer nas viagens, secava-se, salgava-se ou preparava-se de moquém. O que se fazia sobretudo com os peixes maiores, o pirarucu, que chegava a pesar 80 kg, e a piraíba 200, competindo em peso com um bom suíno de 13 arrobas (1).

8. — Além das apontadas, agro-pecuárias e piscatórias, outra fonte de receita dos Jesuítas do Brasil foi o aluguer de casas, que alguns fundadores particulares de novos colégios ofereciam como dotação deles ou se construíam nos principais agrupamentos urbanos para se alugarem. Na parte baixa da cidade da Baía, na *Praia* estas casas eram dotadas de «cobertos» (arcadas) e nomeia-se sobretudo a «Rua do Guindaste dos Padres» (2). No Rio de Janeiro, em terrenos da sesmaria doada por Estácio de Sá, construíram-se numerosíssimas casas, que andavam aforadas ou alugadas (3). Para a fundação do Colégio de S. Miguel da Vila de Santos doara o general Salvador Correia de Sá e Benevides, vários grupos de casas no Rio de Janeiro; mas aconteceu nesta doação que os edifícios se deterioravam e a sua renovação consumia a renda (4). Mais feliz foi o Colégio do Recife, dotado por um grupo de beneméritos pernambucanos, um dos quais fundador também da igreja anexa (5). Além de fazendas de gado no Rio de S. Francisco e outras doações menores, basearam a fundação em casas de aluguer no Recife, cujo Colégio mais tarde em 1757 possuía também um engenho de açúcar, fazendas de gado, e uma botica. Ora destas diversas fontes de receita do Colégio naquele ano de 1757, ocupava o primeiro lugar o aluguer de casas urbanas, vinha a seguir o açúcar, depois a botica e por último o gado (6).

Esta botica do Recife era uma das muitas que floresciam nos colégios de todo o Brasil, algumas das quais famosas, como depositárias ou produtoras de medicamentos. Em 1757 o rendimento das boticas da Província do Brasil (não se incluem as da Vice-Província

(1) HC IV 153-154. — (2) HC V 163-164. — (3) HC VI 73-74. — (4) HC VI 426-427. — (5) HC V 462-464. — (6) HC V 477-479.

do Maranhão e Pará) em escudos romanos era: Baía 1200, Rio de Janeiro 600, Recife 600, São Paulo 400, Santos 150, Olinda 150 (1).

Fora dos períodos de calamidade pública por ocasião de epidemias, os produtos farmacêuticos vendiam-se à gente abastada e davam-se aos pobres até certos limites flutuantes, fixados para cada colégio segundo as respectivas possibilidades económicas, variáveis com o tempo. A botica do Colégio de Olinda, perto do Recife, que em 1722 rendeu 300 cruzados, dava remédios aos pobres até o limite de mil cruzados anuais, diz-se em 1658 (2). Os lucros quando os havia, aplicavam-se em geral na compra de novos medicamentos ou de livros para as bibliotecas dos colégios como consta expressamente da botica do Maranhão (3).

Mal se pode incluir, entre as fontes de receita da Companhia, a mineração de oiro, porque não se apresentou remuneradora num ou noutro lugar em que se tentou. Algum proveito deu a fazenda de Morretes, actual cidade entre Curitiba e Paranaguá, pertencente ao colégio-seminário desta segunda localidade. Na fazenda de Morretes mineravam em 1757 dez servos do colégio e achavam grãos de oiro que atingiam às vezes o valor de 200 cruzados (4). Todavia, como esse estabelecimento de ensino se inaugurou em 1755 e acabou logo quatro anos depois, tal recurso não teve realmente peso como fonte de receita.

Úteis, sem dúvida — e devem considerar-se entre os meios de subsistência da Companhia — foram a fragata da Província, de que já se falou, e a isenção de dízimos, ajudas oficiais paralelas à dotação dos colégios no século XVI, provenientes como ela da munificência real. Mais tarde, a isenção dos dízimos produziu numerosos debates quando o regalismo invadiu a Corte de Lisboa e se amontoaram emulações dos moradores do Maranhão e Pará, região imensa, potencialmente rica, mas econòmicamente pobre. Em todo o caso, durante o longo período em que foi matéria pacífica, a isenção dos dízimos fundamentou e constituiu relevante subsídio indirecto da nação portuguesa às suas missões ultramarinas.

(1) AO 93-94. — (2) HC V 426. — (3) AO 93. — (4) HC VI 455.

CAPÍTULO XII

ACTIVIDADE INDUSTRIAL E ARTÍSTICA

1. — Ferraria, serralharia e fundição; 2. — Curtumes e artefactos de cabedal; 3. — Olarias e salinas; 4. — Guindastes, canais, diques e pontes; 5. — Construção de navios e indústria florestal; 6. — Carpinteiros, marceneiros, entalhadores; 7. — Arquitectos, mestres-de-obras, pedreiros; 8. — Construção dos grandes colégios e igrejas e suas oficinas de escultura e pintura; 9. — Igreja do Colégio da Baía, hoje catedral primaz do Brasil.

1. — Nos institutos missionários a actividade industrial não só é lícita mas necessária à vida e progresso das novas cristandades que se formam. Já no capítulo dos meios de subsistência se viram matérias-primas transformarem-se, nas próprias fazendas produtoras, a mandioca em farinha, o algodão em pano (indústria têxtil), a cana em açúcar e aguardente (indústria açucareira e alcoólica), o gado em base alimentar e em indústria de curtumes. Nalgumas fazendas apareceram olarias, construção de canoas e ainda outras diversas manufacturas. Entre elas, e logo desde os primeiros tempos, se conta a ferraria. Quando a Companhia de Jesus chegou, já existiam ferreiros portugueses no Brasil, um dos quais, Mateus Nogueira, entrou nela e se revelou bom sustentáculo da Casa dos Meninos de S. Vicente, nos seus humildes começos, fazendo ferramenta para os Índios. De Mateus Nogueira diz Nóbrega em 1553 para Lisboa ao P.e Luís Gonçalves da Câmara: «Como nada pede em paga do que para eles faz, os Índios oferecem farinha e legumes e algumas vezes também carnes e peixes». «Esta terra é muito pobre, não se pode conversar este gentio sem anzóis e facas para os melhor atrair. Faça vir o mais ferro e aço que puder, para dar que fazer ao Irmão. Mando ensinar alguns moços da terra para o sertão a ferreiros e tecelões» (1). Mateus Nogueira, interlocutor no

(1) CN 178; MB I 502-503.

Diálogo sobre a Conversão do Gentio, é aí apresentado com a bela designação de «Ferreiro de Jesus Cristo».

Para os índios do Brasil, desconhecedores do uso do ferro, as ferramentas representavam fáceis instrumentos de trabalho para as suas pequenas lavouras e corte de madeira. Importavam-se a princípio de Portugal e em parte eram «facas grandes e pequenas de Alemanha» (1). Significavam, pois, as ferrarias um primeiro elemento de independência económica local num sector público de utilidade imediata; e por isso se tornaram oficinas habituais nos colégios, engenhos e fazendas, onde, em todo o caso, os ferreiros e serralheiros não eram irmãos da Companhia, mas artífices recrutados entre o pessoal da casa, índios e negros, a quem se ensinava o ofício segundo o pensamento inicial de Nóbrega. Fabricavam-se anzóis, facas, machados, foices, enxadas, pregos, chaves e outros objectos semelhantes de utilidade comum (2). Na Fazenda de Ibirajuba (Pará) a oficina descreve-se em 1760: «Uma casa com tenda de ferreiro e nela safra, bigorna, torno, martelo, tenazes e mais instrumentos necessários para ferreiro e serralheiro». Pequena indústria, de valor económico positivo. Com a ferraria, possuía o Colégio de São Paulo de Piratininga uma fundição; e estas duas oficinas, a de ferraria e a de fundição eram em 1736, juntas com a botica, as suas três melhores fontes de receita (3).

2. — Outra indústria, vinda também dos primeiros tempos, foi a dos curtumes e lacticínios. Ao defender a criação de gado dentro da Companhia, dizia Nóbrega em 1561 que do gado se aproveitava tudo «carnes e couros e leite e queijos» (4).

O leite, de uso quotidiano a princípio para alimentar os meninos dos Colégios da Baía e de S. Vicente, e depois os meninos e a comunidade, não apresenta relevo como produção industrial, fora do comum gasto doméstico. Mas já em 1584 o visitador Cristóvão de Gouveia e os seus companheiros, na visita das aldeias da Baía, foram jantar a uma fazenda do Colégio, onde um irmão, além de outras coisas, «tinha muito leite, requeijões e natas» que faziam esquecer o Alentejo — observa o alentejano Fernão Cardim (5).

A carne já teve alguma relevância com talhos públicos em ocasião de carestia; os couros, porém, ultrapassando a produção qual-

(1) HC II 592. — (2) HC IV 163. — (3) AO 48-49. — (4) CN 375; MB III 349; HC I 174. — (5) CARDIM, *Tratados* (1925) 311.

quer possibilidade de consumo interno, esses já se mencionam como fonte de receita dos colégios (1), e se exportavam: o Colégio do Maranhão, para se desempenhar de dívidas em Lisboa, além de cravo (condimento), cacau e salsa, remeteu *sola* (2); e, com o tempo, em todas as grandes fazendas de gado se estabeleceu a «Casa dos Curtumes» (3).

Em correspondência com esta indústria existiam os ofícios de «coriarius» (curtidor de peles), o de «ephippiarius», à letra, fabricante de xairéis e telizes para cavalo; e com estes dois ofícios especializados, também o de sapateiro («sutor»), comum em todos os grandes colégios. O calçado, usado pelos primeiros jesuítas do Brasil, vinha de Portugal. Mas já antes de 1560 em Piratininga se começaram a usar e fabricar alparcatas de fio de «caragoatá» bravo (4), por darem mais acomodação aos pés, na serra, quando os padres não preferiam transpô-la descalços (Nóbrega ia descalço); e por fim, chegado ao Brasil em 1569, aparece Francisco Leitão com o ofício expresso de sapateiro (5), primeiro de uma série de muitos outros, englobados com os ofícios comuns de todos os colégios bem organizados desde o roupeiro, alfaiate, refeitoreiro, sacristão, até ao cozinheiro e porteiro, ofícios que se supõem em todos os grandes colégios e residências, nem significam nenhuma actividade artística digna de menção especial.

Os colégios da Companhia, para actos escolares, litúrgicos ou de cerimónia, e o da Baía também para a hospedaria dos governadores e vice-reis antes de tomarem posse do cargo, possuíam cadeiras de encosto de sola lavrada ou picada. Qualquer carpinteiro de casa as poderia fazer com material preparado por algum hábil irmão «coriarius» ou «ephippiarius». Mas as cadeiras de sola lavrada, que modernamente se apresentam, aqui e além, como contemporâneas de Nóbrega e Anchieta, qualquer mediano entendedor de estilos mobiliários vê logo que são de época ulterior e alguma vez do século XVIII (estilo D. João V).

3. — Também o fabrico de objectos de barro nasceu na Companhia por necessidade doméstica, ainda no tempo de Nóbrega, por não haver mercado onde se comprassem, e conjuntamente para que a ociosidade não tivesse lugar em casa, segundo o espírito das Cons-

(1) HC V 425. — (2) HC IX 365 letra C. — (3) HC VI 58. — (4) MB III 256. — (5) AO 71.

tituições. Assim era em São Paulo de Piratininga em 1560 (1). Produção rudimentar, que depois aperfeiçoada em moldes europeus se organizou pelo Brasil acima até ao Pará. Deixou nome de bom oleiro Amaro Lopes, irmão que no século XVI ensinou a arte ao pessoal do Colégio da Baía, escravos e livres (2); e no século XVIII já algumas destas olarias se poderiam chamar fábricas de cerâmica. Tomadas em conjunto produziam ladrilhos, tijolos, telhas, formas de açúcar, botijas, quartas, púcaros, e louça em geral. Serviam para os gastos da Companhia e do seu numerosíssimo pessoal nos colégios, engenhos, fazendas e aldeias; mas desta produção também beneficiava a gente de fora, sobretudo no extremo norte, onde as indústrias locais se desenvolveram sempre menos que no centro e sul, podendo os moradores comprar nestas olarias o que não lhes era fácil ter à mão de outra maneira (3).

Foi também no extremo norte que as salinas se revelaram mais úteis para fornecer sal aos Índios e às missões longe da costa à margem dos rios de água doce. Construíram-se duas no actual Estado do Maranhão e uma no do Pará em Curuçá (4). As de Curuçá fundou-as o P.e João de Sampaio, depois insigne missionário do Rio Madeira, aonde deixaria o nome ligado à limnografia amazónica («Lago Sampaio») (5). As do Maranhão corresponderam em certo momento a uma necessidade pública. Quando «dantes com muita antecedência se alcançavam uns alqueires de sal que vinha do Reino, e havia contínua falta dele assim para o Colégio como para a roça e gente da fazenda», depois «bastou não só para a casa e roça mas para ajudar a república toda» (6).

4. — Algumas obras especiais nasceram à margem do mar por necessidade topográfica. A posição do Colégio do Rio de Janeiro no alto do morro do Castelo era magnífica e aí ficou sempre, mas a cidade desceu do morro e se estendeu pela várzea e marinhas e era necessário atender às comunicações do povo e estudantes com a igreja e o Colégio. Alargou-se e melhorou-se a rua e ladeira de acesso. Com isso, e com o «Guindaste dos Padres», que arrancava, na praia, da «Casa das Canoas» e subia até ao Colégio, se facilitaram os contactos (7). Também na Baía o «Guindaste dos Padres»

(1) MB III 256. — (2) HC II 592. — (3) HC IV 163. — (4) HC III 139 141 289. — (5) HC IX 112. — (6) AO 264. — (7) HC VI 14.

descia do Colégio à praia, à «Casa do Armazém», no local em que se estabeleceu modernamente o «Plano inclinado Gonçalves» (1).

Por sua vez, os canais obedeceram à necessidade de encurtar caminhos e ao mesmo tempo valorizar as fazendas, defendendo-as do impaludismo ou da inclemência dos tempos (são temíveis e destruidoras ainda hoje as inundações na Baixa Fluminense). Esses canais de escoamento e saneamento, mesmo dentro da cidade do Rio de Janeiro (2), praticaram-nos os Jesuítas um pouco por toda a costa nas suas fazendas até ao Maranhão, desaguando lagoas e pântanos (3). Um deles, o de Camboapina, na Capitania do Espírito Santo, evitava à navegação o grande rodeio do mar nas ligações da Fazenda de Araçatiba com o Colégio na Vila de Vitória (4). Também era navegável o canal de Campos Novos (5).

Os Jesuítas construíram pontes, uma das quais no rio Guaré em terras paulistas (6), sobressaindo em obras hidráulicas a Fazenda de Santa Cruz, no actual Estado da Guanabara. O rio Guandu, que atravessa a fazenda, estreito e sinuoso, nos meses de enchente inundava os campos e afugentava o gado. Abriu-se uma longa vala, tão larga e tão funda como o rio, e em vez de um rio ficaram dois. Comprimento do novo rio: dez quilómetros e 850 metros. É a «Vala de Itá», que significa pedra. Juntando-se a este o canal de Santa Luzia, os Jesuítas «abriram um rio de 13 quilómetros e 643 metros». Além de escoar a demasia das águas nas enchentes, o canal tinha mais três objectivos: saneava a região; facilitava a criação pecuária, oferecendo corrente e acessível bebedouro ao gado que pastava nas suas margens; servia de veículo às embarcações que o sulcavam, animando a vida comercial entre a fazenda e os centros piscatórios da costa, e entre ela e os povoadores esparsos e distantes. Entre o rio Guandu e o rio Itaguaí cavou-se outro canal semelhante, o «Canal de S. Francisco», «com dez quilómetros e 130 metros de comprimento»; abriram-se mais duas valas, a vala da Goiaba, com cinco quilómetros e 380 metros, e o canal do Cabuçu e muitos outros pequenos canais, ligando entre si perfeitamente todos estes rios e valas: «com tal sistema que qualquer dos campos de Santa Cruz é limitado em todas as suas faces por um dos rios, por um canal e por uma ou duas pequenas valas».

(1) HC V 163. — (2) HC VI 75. — (3) AO 252. — (4) HC VI 155-156. — (5) HC VI 93. — (6) HC VI 360.

Algumas taipas ou diques assumiam proporções respeitáveis. A chamada taipa do Frutuoso era uma ribanceira artificial de barro e pedra da parte do rio Guandu, e também de areia da parte dos campos, calculada para que a não ultrapassassem as maiores enchentes, e media um quilómetro e 641 metros de comprido. Ficavam ao abrigo deste sistema de protecção, não só o campo do Frutuoso, cujo pasto antes se inundava e perdia nas enchentes, mas também a casa dos curtumes e a casa de cerâmica ou olaria. Chegava às terras do *Furado*, quer dizer a um ponto onde se fez um orifício, ainda hoje lembrado pelo nome de «Ôculo dos Espanhóis», que nos meses de seca se abria para a água ir alimentar os animais que pastavam no campo do Frutuoso.

Maior que a do Frutuoso era a Taipa Grande. No tempo das enchentes, a margem esquerda do rio Itaguaí transformava-se numa grande lagoa onde se submergiam extensos campos. A Taipa Grande, de pedra e barro, protegeu toda essa planície. Características notáveis deste dique: largura aproximada, quatro metros; altura, seis metros; comprimento, 6996 metros, quase sete quilómetros.

E assim muitos pântanos e brejos se transformaram em campos viridentes. Para que ficassem de todo indemnes de qualquer excesso de águas do rio Guandu, uma nova e última obra, simultâneamente de engenharia e de arte, rematou a actividade construtiva dos padres na Fazenda de Santa Cruz. Abriu-se um canal profundo entre o rio Guandu e o rio Itaguaí. Lançou-se sobre o rio Guandu uma ponte de cantaria com arcos desiguais, chamada hoje Ponte do Guandu ou «Ponte dos Jesuítas». Quando a enchente era grande e ameaçava inundar os campos, um sistema de comportas cerrava-lhe o passo, obrigando a água a refluir sobre si derivando pelo canal para o rio Itaguaí por onde se escoava até o mar.

A ponte construíra-se para uma fazenda agro-pecuária, que antes se diria jardim. Obra não apenas útil mas também ornamental: pavimento calçado e abaulado, colunas, relevos. E no frontão da direita, gravou-se um dístico, com a data de 1752, encimado pela clássica abreviatura do nome de Jesus:

IHS
Flecte genu, tanto sub nomine, flecte viator:
Hic etiam reflua flectitur amnis aqua.
[*Dobra o joelho a tão grande nome, dobra-o, tu que passas;*
Porque também aqui, refluindo as águas, se dobra o rio] (1).

(1) HC VI 61-65.

5. — Pequenas canoas sulcavam os canais da Fazenda de Santa Cruz e dezenas e centenas de outras trabalhavam para outras fazendas, aldeias e colégios situados à beira da água — e é outro aspecto da actividade da Companhia. A construção de embarcações pequenas iniciou-se na Baía ainda no século XVI, localizando-se depois de preferência nas fazendas, que ofereciam maiores facilidades no transporte de madeiras ou melhor qualidade delas, como Tejupeba (Sergipe de El-Rei) ou Camamu, ainda no distrito da Baía, e em breve se generalizou, tanto para a parte do sul como para a do norte. A casa das canoas de S. Bonifácio (Maranhão), tinha em 1760 um bergantim novo, de leme e tolda de madeira de 44 palmos de comprido e mais dez canoas entre grandes e pequenas (1). A construção de embarcações deste tipo menor não se considerava fora da competência dos irmãos carpinteiros. Só quando se tratava de navios pròpriamente ditos é que se expressa a qualificação de «construtor de navios», quase sempre algum irmão, que entrava na Companhia já perito. Não são muitos, nem foi actividade permanente. Assinalou-se na segunda metade do século XVII o Irmão Luís Manuel, que deixara os estaleiros do Rio de Janeiro para entrar na Companhia de Jesus, e exerceu a arte na Baía: «Construiu quatro navios grandes e não poucas canoas e outras embarcações menores, necessárias para os da Companhia carregarem duns lugares para outros os produtos das fazendas». Entre os navios, que construiu, havia um pequeno, de que o provincial António de Oliveira se desfez, vendendo-o por 4000 cruzados. Reprovou-se a venda e fez-se outro depois para o substituir; e disse o Irmão Luís Manuel que aquele preço não pagava nem os pregos de ferro — pormenor que individualiza o valor económico desta indústria por 1685 (2).

No princípio do século XVIII, o Colégio do Rio de Janeiro possuía três navios e o da Baía outros três, o que por si só, com a fragata da Província, constituía uma frota qualificada de sete navios que impunha a existência de um bom corpo de irmãos pilotos. Iniciou a lista o Irmão Francisco Dias, que também era arquitecto. Começou a governar a fragata por 1581 e a levou a todos os portos da costa durante 38 anos «sem nunca padecer naufrágio» (3).

A indústria florestal, com o corte de madeiras e serrarias, se era necessária para a factura de navios, era-o ainda e de modo mais permanente para a edificação de igrejas e colégios; e começou logo

(1) HC III 191. — (2) HC VII 250-251. — (3) HC VII 253-257.

em 1549 na Baía, com a igreja da Ajuda e a primeira residência da Companhia no Brasil «feita por nossas mãos». Esta igreja da Casa ou Colégio da Baía, por ser de taipa, era necessário refazer-se periòdicamente; para a sua renovação se ia em 1570 preparando com a maior diligência e acarretando o que estava pronto, como pedra e madeira, que às vezes vinha de dez léguas de distância. Ia um irmão e ajudado dos Índios trazia esses materiais na barca do Colégio; e «eram de casa os serradores» (1). As madeiras cortavam-se no mato, conduziam-se para a beira da água e daí para a Baía. Era o método comum. Uma das razões invocadas para se não venderem as terras do Camamu foi a facilidade em conduzir à Baía as madeiras das suas matas em contraposição com as de outras fazendas que não dispunham de portos; e a condução por terra encarecia a madeira. Nalgumas estações de corte se fazia logo o tabuado e, quando havia perto quedas de água, com serraria hidráulica (2).

A madeira em parte também se exportava, quer pau-brasil, vinhático e jacarandá, quer na Amazónia tábuas de angelim, de pau amarelo e madeiras de luxo, incluindo o belíssimo pau vermelho estriado «iburapinima», que é o «pau mais precioso que se tem descoberto em toda a América Portuguesa» e se cortava no rio Anapu do Grão Pará (3).

Quanto ao pau-brasil, em particular, pensou o rei de Portugal no primeiro quartel do século XVII em encomendar o exclusivo do seu carregamento aos padres da Companhia e deu como justificação duas vantagens: a conservação das matas e o bom tratamento dos Índios. Mas apresentavam-se também duas desvantagens: o escândalo público se a Companhia se incumbisse de um monopólio desta natureza e o prejuízo dos moradores que até aí viviam desse negócio. O assunto não foi adiante. Os superiores recordaram aos padres que se deveriam manter nos limites da sua lavra, fugindo a toda a aparência de comércio, difícil de evitar com vendas directas e embarques. Em 1666 Antão Gonçalves, na visita do Espírito Santo, capitania em que era afamado esse pau, tornou a lembrar o preceito de obediência, dentro da Companhia de Jesus, de só ser lícito vender pau-brasil aos contratadores de el-rei (4).

Excepto esta actividade, que se manifestava aqui e além sem carácter permanente, quase toda a madeira das matas da Compa-

(1) HC I 51. — (2) HC V 203. — (3) HC IV 162. — (4) HC IV 161-162.

nhia se gastava na construção de colégios, igrejas, residências, engenhos, embarcações, mobiliário e até para o fogo com fazendas lenhadoras, como era a de Jurujuba que abastecia a cozinha do Colégio do Rio de Janeiro (1).

6. — A utilização de madeira nas obras da Companhia levava consigo a existência de pessoal, que a trabalhasse, e no princípio não havia artífices. Fizeram-se carpinteiros e mestres-de-obras dois padres, um na Baía em 1549 (António Pires), outro em São Paulo de Piratininga em 1554 (Afonso Brás); e um terceiro, que também depois se ordenou padre (Diogo Jácome), se tornou mestre na arte de torneiro. Movimento espontâneo, como tantos outros exigidos pela necessidade da terra, onde a civilização ocidental dava os primeiros passos firmes, e que foi o humilde princípio das oficinas de carpintaria, marcenaria e escultura, que atingiram o apogeu na segunda metade do século XVII e primeiro quartel do século XVIII, período das maiores construções jesuíticas do Brasil. À frente das oficinas dos colégios estava um irmão, e nelas às vezes outros irmãos entalhadores, embutidores, torneiros, e sempre pessoal de casa, índios e negros, bons carapinas, o que sucedia em particular nas fazendas e engenhos e mais ainda no Maranhão e Pará, onde os irmãos artífices nunca foram abundantes.

Que produziam estas oficinas do Brasil, sobretudo as das cidades maiores? Além do madeiramento de majestosas igrejas e colégios, do cavername e aparelhagem para a indústria naval, obra de talha dos altares, e artefactos comuns de utilidade imediata ou até industrial (aparece algum irmão tanoeiro), havia irmãos dados ao mobiliário artístico e à marcenaria fina: lavravam-se credências, consolas (de igreja e de salão), retábulos, tocheiros, sacras, bufetes, aparadores, contadores, cadeiras de sola lavrada, arcas e arcazes com bronzes e embutidos de madeiras coloridas, marfim e casco de tartaruga, mesas com gavetas tauxiadas, relicários como o que mandou fazer na Baía o visitador Cristóvão de Gouveia, forrado de setim e se tornou famoso: «a madeira é de pau de cheiro de jacarandá e outras madeiras de preço de várias cores, de tal obra que se avaliou, sòmente das mãos, em cem cruzados. Fê-lo um Irmão de casa, insigne oficial» (2). Produziam-se ainda papeleiras e secretárias ou «escritórios», nome que Fernão Cardim dá em 1589 ao

(1) HC VI 112. — (2) HC II 590.

que levava para Portugal o mesmo visitador Cristóvão de Gouveia, quando foi assaltado e roubado pelos piratas, «que era uma peça de estima, de madeira de várias cores, e obra bem acabada por um Irmão nosso e insigne carpinteiro e marceneiro». Deve referir-se a Francisco de Escalante, espanhol então na Baía. Outros muitos objectos se perderiam nas vicissitudes de mar e terra durante séculos. Não obstante, ainda se encontram hoje excelentes exemplares das obras de marcenaria e mobiliário artístico e se conservou a talha da maior parte das igrejas e altares desde o Pará à aldeia de Embu (São Paulo); e, por entre as formas do estilo baroco, pujante e actualmente bem compreendido, se descobre, aqui, uma cabeça de índio (igreja do colégio nos Campos dos Goitacases), além, estilizado, o fruto do cacaueiro ou do caju e o abacaxi (Baía), e ainda outros motivos ornamentais brasileiros (1). Todavia, nada disto é dos começos, nem ainda então podia ser. Nóbrega recorreu a Lisboa e não tardaram a vir para o Brasil imagens e retábulos, como chegaram cinco em 1559 com endereço expresso: um para a igreja do Colégio de Jesus, na Baía, e mais quatro para as respectivas aldeias (São Paulo, S. João, Espírito Santo e Santiago), as que então existiam na periferia da mesma cidade: «Um retábulo de Jesus com o seu sacrário no meio, dourado, para o altar-mor da casa da Baía e cidade do Salvador. Outros quatro retábulos com suas cortinas, um de Nossa Senhora d'Anunciação com São Paulo, outro de S. João Evangelista, outro do Espírito Santo, outro de Santiago Maior» (2). Igrejas estas, todas cinco, erguidas com materiais precários, porque não tinha ainda soado a hora das grandes construções.

7. — As construções das igrejas da Companhia de Jesus no Brasil apresentam-se històricamente como índice do desenvolvimento do Brasil e da Companhia. No período inicial, obras de taipa de mão ou taipa de pilão; no segundo período, obras já de pedra e cal, de que são protótipo as do arquitecto Francisco Dias, da Merciana, que presidira antes em Lisboa à construção da Igreja de S. Roque; e, enfim, o período monumental, a seguir às invasões holandesas, das quais saiu o Brasil mais unido e próspero.

Claro está que a Companhia de Jesus, como instituto missionário, construía igrejas, não formava arquitectos; mas quando algum se fazia jesuíta, recebia-se como bênção de Deus. No Brasil, pouquíssimos. Dez anos depois de Francisco Dias ter chegado à Baía, entrou Gaspar de Samperes, engenheiro militar, valenciano, com 35 anos, que se destinava ao estreito de Magalhães na armada de Flórez Valdez e não passou do Brasil. Entrou ainda o arquitecto Francisco do Rego, minhoto, também com 36 anos de idade. Em 1708, D. Pedro II de Portugal nomeou o P.e Aloísio Conrado Pfeil, suíço, do Colégio do Pará, arquitecto régio, mas de arquitectura militar, como consultor das fortificações na Amazónia (1).

Intervieram em obras conhecidas os outros três. Francisco Dias com os planos das igrejas da Baía, Rio de Janeiro, Santos e Olinda (2). Gaspar de Samperes, que se ordenou de sacerdote, tomou parte já como padre na conquista do Rio Grande do Norte e fez o plano do primeiro forte dos Reis Magos, e aparece com a designação de arquitecto nas aldeias de Santo André de Goiana e Itaimbé, dependente do Colégio de Olinda (3). O Irmão Francisco do Rego, arquitecto do Seminário de Nossa Senhora da Conceição da Baía (1757), achava-se à frente das obras da nova igreja do Rio de Janeiro em 1759 (4).

Pouco mais numerosos que os arquitectos se contam os irmãos pedreiros. Entravam na Companhia já como tais e em geral assumiam o cargo de mestres-de-obras. Presidiam às grandes construções com a assistência de algum arquitecto secular, facto que nem sempre consta, mas vem expresso no lançamento da primeira pedra da igreja do Maranhão (a actual catedral). A cerimónia solene realizou-se com a presença do Irmão Manuel da Silva, pedreiro e mestre-de-obras, e do capitão-engenheiro Pedro Carneiro de Azevedo (5). Outros irmãos do mesmo ofício: Francisco Linhares, entrado na Companhia com 29 anos e falecido em 1653, mestre-pedreiro «invulgar» (6); Irmão Manuel Inácio, marmoreiro e pedreiro em exercício de 1735 a 1737 no Colégio do Maranhão, e de 1744 a 1747 bom canteiro e mestre-de-obras no Colégio do Pará (7); Irmão Manuel Borges, que em 1757 se encontrava à frente das oficinas do seminário do Terço em Paranaguá (8).

Houve ainda alguns canteiros, como Anselmo Tavares e João Mazzi, mas era comum ensinar-se o ofício a pessoal de casa capaz,

(1) AO 44-46. — (2) MB III 152.

(1) HC IX 50 letra L. — (2) AO 158-160. — (3) HC IX 112; AO 258. — (4) AO 243-244. — (5) AO 265. — (6) AO 203. — (7) AO 197. — (8) AO 134.

e sucedeu com vários negros e índios «pedreiros» do Colégio de Belém do Pará (1).

8. — A construção de igrejas monumentais levou ao estabelecimento de verdadeiras oficinas de artes plásticas nos colégios da Baía, Pará e Maranhão. O do Rio de Janeiro, que se contentou por século e meio com a igreja de Francisco Dias, procedia à construção de outra monumental quando já despontava a crise dos meados do século XVIII, portanto sem oportunidade para organizar as oficinas necessárias ao seu recheio e acabamento; e, isso mesmo, que estava feito, já não existe, arrastado, com a igreja de Francisco Dias, no desmonte do morro do Castelo em 1922. Ainda assim não faltou no Rio uma boa carpintaria, que alguma vez se ergueu a voos mais altos, como no tempo do P.e João da Cunha, angolano, falecido em 1741, notável estatuário, «commendatissimus pro industria statuarius» (2). Também a construção da torre de pedra e cal na Igreja de São Paulo, nos começos do século XVIII, marcou um *momento* histórico na arquitectura paulista (3). Mas se também a Igreja de São Paulo e ainda mais algumas se subverteram nas vicissitudes do tempo ou incúria dos homens, outras atestam ainda hoje a grandiosidade construtiva da Companhia de Jesus no Brasil.

Entre elas, sem ser a mais antiga, primeira a começar do Norte, é a Igreja de S. Francisco Xavier do Colégio de Santo Alexandre do Pará, construída na segunda década do século XVIII. No Colégio florescia a oficina do «Irmão escultor e rapazes que aprendem» (4). Mestre-escultor era o irmão João Xavier Traer, nascido em Brixen (Bressanone) a 23 de Outubro de 1668, que entrou na Companhia na Áustria a 27 de Outubro de 1690 e embarcou de Lisboa para a América Portuguesa em 1703. Conhecem-se dele os magníficos púlpitos da igreja do Pará no estilo da Europa central, em cuja obra colaboraram os escravos índios Manuel Ângelo e Faustino, «escultores» (5). Além de Traer, trabalharam no Pará outros irmãos escultores e pintores com nomes conhecidos, mas com obra menos fácil de identificar que a do tirolês, cuja procedência étnica denuncia, sem grande perigo de errar, o estilo do que lhe toca a ele. Para outros, requeriam-se documentos explícitos, que nem sempre existem, semelhantes a este de Agostinho Roís (ou Rodrigues) que

(1) AO 25. — (2) AO 155. — (3) HC VI 383. — (4) HC III 212. — (5) AO 25 272.

em 1757 fez uma «Nossa Senhora da Conceição» para a Igreja de Santo António de Belém do Pará (1). A igreja da Companhia de Jesus do Pará conhece-se hoje com o título não de S. Francisco Xavier, mas de Santo Alexandre, que era o do antigo colégio, actual seminário arquidiocesano, dentro do qual se conserva ainda um belo tecto pintado (2).

Não longe de Belém do Pará fica a vila, hoje cidade, da Vigia. Os jesuítas erigiram nela uma casa-colégio, cuja Igreja da «Senhora Mãe de Deus», data da terceira década do século XVIII. É um dos mais interessantes monumentos históricos do Norte. Arrancando lateralmente de duas torres, circunda-a, do lado direito e esquerdo, uma colunata original. Ainda conserva interiormente os seus altares e as suas formosas imagens; no seu tesoiro ainda se admiram, guardadas com zelo e amor pelos Vigilenses, algumas pratas preciosas do tempo dos Jesuítas, gomil, turíbulo, naveta e outros objectos de valor. A sacristia permanece quase intacta, com os seus belos painéis da vida da Senhora (eram dez, um deteriorou-se) e o seu tecto pintado (3); e, entre outras obras de arte, as estàtuazinhas de um presépio, que recordam pela formosura as de Machado de Castro (4). Não ousamos afirmar que são obra do Irmão Francisco Rebelo, bracarense, mas este escultor e barrista («figulo-statuarius»), residia na Vigia em 1743 (5).

A Igreja de Nossa Senhora da Luz, do Colégio do Maranhão, iniciada pelo P.e Luís Figueira em 1622, no lugar em que já antes existia uma pequena ermida, e ampliada pelo P.e António Vieira, reconstruiu-se no fim do século, inaugurando-se em 1699. Os retábulos do altar-mor pertencem ao entalhador português Manuel Manços, coadjuvado por outros entalhadores já do Brasil, recrutados entre o pessoal da Companhia. Na oficina de pintura do Colégio, chamada a *Pinturia*, ataviavam-se e pintavam-se as imagens, provindas da oficina de escultor e entalhador anexa à carpintaria. Em 1760 havia nela esculturas e obras de talha já começadas; e para outras se destinavam, nos ranchos e fora deles, «muitos troncos de cedro grandiosos para estátuas». Em 1761 o Colégio, com a Igreja de Nossa Senhora da Luz, aplicou-se oficialmente a palácio episcopal, seminário, livraria e sé. A mudança da sé antiga para a igreja dos Jesuítas operou-se em 1762 e nela se fizeram ulteriores

(1) HC III 220-221. — (2) HC IV 294/295. — (3) HC III 340/341. — (4) HC III 282. — (5) AO 243.

modificações que não alteraram a sua arquitectura fundamental; e ainda hoje na catedral e sacristia de S. Luís do Maranhão se admiram vestígios impressionantes da antiga beleza (1).

Em Pernambuco, dos seus dois colégios ficaram três igrejas, uma em Olinda, duas no Recife. A igreja do Colégio de Olinda nasceu numa ermida de Nossa Senhora da Graça, que já existia quando chegaram a Pernambuco os primeiros jesuítas, Manuel da Nóbrega e António Pires (1551). Aí se ergueu depois uma primeira igreja, concluída já em 1567, que em breve se revelou pequena, construindo-se outra, da «traça de S. Roque», dando essa traça ou plano o Irmão Francisco Dias (2).

Para a igreja de Olinda chegou de Lisboa em 1611 uma formosa estátua de Santo Inácio (ainda então só beatificado), recebida com festivo e extraordinário cortejo; e nela se inaugurou em 1615 a capela de S. Jerónimo, de abóbada pintada e azulejos coloridos. Pertence a este período o pintor Irmão Belchior Paulo, mas não se pode pensar nele como autor da pintura, porque a sua arte, exerceu-a durante 30 anos nas igrejas e colégios da Baía para o Sul e não consta que trabalhasse em Pernambuco (3). Esta igreja de Olinda queimaram-na os Holandeses em 1631. Parece que resistiram as paredes, que, segundo Lúcio Costa, se aproveitaram para a restauração da igreja quando se reconstruiu o colégio depois da invasão. O arco da capela-mor reconstruída, ostenta a data de 1661 (4). Refizeram-se o tecto e o corpo da igreja no segundo quartel do século XVIII pelo Irmão António Nunes, de Lisboa, um dos artífices do Noviciado da Jiquitaia (Baía) e que além disso fez o «lindo entalhe» da Fazenda de Santa Inês (Camamu) e o hospício de Aquirás no Ceará (5). Donde se segue que na igreja de Olinda se conjugam elementos dos séculos XVII e XVIII; e a verificar-se que as paredes são as de Francisco Dias, elementos também do século XVI. Depois dos Jesuítas, o colégio e a igreja de Olinda aplicaram-se à mitra episcopal; e o colégio, com algumas remodelações, se constituiu e é hoje sede do seminário.

A primeira escola de ler e escrever da Companhia de Jesus no Recife data de 1619, e esta «populosa povoação», que já então era (antes dos Holandeses), queria um colégio por considerar o de Olinda longe demais para mandar lá os filhos. Mas ainda então

(1) HC III 117-122. — (2) HC I 451-453. — (3) AO 233. — (4) HC V 417-423. — (5) HC X p. XVIII.

era cedo para haver dois colégios tão perto um do outro e a invasão inimiga veio retardar ainda mais a aspiração dos Recifenses. No próprio ano da capitulação dos Holandeses (1654), o general Francisco Barreto doou à Companhia dois sobrados, para o futuro colégio, «ao entrar da Porta de S. António». A construção foi benemerência de particulares e inaugurou-se solenemente em 1678. Veio depois a igreja, fundação também particular do capitão António Fernandes de Matos, e inscreveu-se no frontispício o ano de 1689. Nele trabalhou (1692-1694) o Irmão Domingos Trigueiros, de Ponte do Lima, bom artista de torno e de entalhe, do qual em 1701 se diz que era escultor (1). Sobre as pinturas da vida de Santo Inácio na sacristia a notícia remonta a 1722 (2).

O Recife é caso único no Brasil (e talvez em todo o mundo) de as congregações marianas possuírem igreja própria ao lado da do colégio, embelezada a primor, da qual se informa em 1687: A Congregação de Nossa Senhora da Conceição dos Nobres começou a ornar-se interiormente com azulejos nas paredes «pintados com elegância, entremeados com os Mistérios da Virgem Mãe, nada toscos». O salão, que a princípio era da congregação, transformou-se depois em igreja e ostenta no frontispício a data de 1708. Um quadro, pintado no forro do coro, tem ao centro a Santíssima Trindade, sendo a segunda Pessoa representada por Jesus Menino em menção de presidir a falar a um grupo de dois homens (S. José e S. Pedro) e duas mulheres (Nossa Senhora e Santa Ana), reunião simbólica de uma *congregação* e de *exercícios espirituais* que também se davam nesta igreja a pessoas seculares. O colégio, depois de ter sido palácio do governo e Faculdade de Direito, demoliu-se já em nossos dias, recolhendo o novo Colégio Nóbrega uma das suas pedras para ser a «primeira» da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, lançada em 1933, anexa ao mesmo colégio. A velha igreja do Recife, pegada à igrejinha da congregação, ainda se conserva, mas em vez de Nossa Senhora do Ó, seu orago antigo, chama-se hoje Igreja do Espírito Santo (3).

A igreja do seminário de Belém da Cachoeira, no Recôncavo da Baía, tem no frontispício o ano de 1686, que é o da fundação desse estabelecimento de ensino, não o do frontispício actual. O primeiro frontispício aluiu. Reconstruiu-se usando-se pedra, que entretanto se descobrira nos arredores. Lavravam-se os pórticos

(1) AO 272. — (2) HC V 467-468. — (3) HC V 468-470.

em 1726 e em 1732 estava concluído com as suas duas torres. Também por 1740 se reconstruiu a igreja e em 1760 já se descreve com uma só torre, tendo-se desmoronado a outra. A particularidade desta igreja é a presença da arte chinesa, na torre, nos púlpitos e no tecto da sacristia. O alto da torre apresenta louça reluzente da China e o tecto da sacristia é notável na sua floração e pintura de carácter macaísta ou pequinês (1). Faz lembrar o «pintor e estatuário» Carlos Belleville, de Ruão, que depois de ser arquitecto da igreja da missão francesa em Pequim, regressava à pátria e ficou na Baía em 1708. Ele reviu com certeza os planos do Noviciado da Jiquitaia (Baía), que é hoje o Recolhimento de S. Joaquim. Damo-lo como presumível autor da arte exótica de Belém da Cachoeira se se verificasse que é obra anterior ao ano de 1730, em que Belleville faleceu (2), e que na reconstrução da igreja por 1740 se não incluiu a sacristia. Caso contrário, tem que se atribuir a outro jesuíta, que também ficasse na Baía, de volta de Macau, cidade portuguesa da China. A passagem pela Baía, de navios que iam ou vinham do Oriente português, para fugirem às calmarias da Guiné, era facto vulgar nem sempre suficientemente documentado.

Muitas outras igrejas construíram os Jesuítas nas cidades e vilas, em que estabeleceram os seus colégios para ensinar os filhos dos moradores, nas aldeias em que evangelizavam os índios, e até nas fazendas em que granjeavam as suas subsistências. Excepto alguns interessantes e dispersos remanescentes, deixaram de existir as igrejas dos colégios do Rio de Janeiro, São Paulo, S. Vicente, Santos e Vitória — e não só estas, mas outras; todavia, restauradas pela Directoria do Património Histórico e Artístico Nacional, ainda hoje atestam, completas ou incompletas, um passado digno de memória, entre outras, a de Ibiapaba (Viçosa do Ceará), Geru (Estado de Sergipe); Reis Magos (Nova Almeida) e Reritiba (Anchieta), ambas no Estado do Espírito Santo; S. Pedro de Cabo Frio e «Colégio» nos Campos dos Goitacases, uma e outra no Estado do Rio de Janeiro; e Embu (São Paulo). Não permite a índole deste livro entrar em pormenores sobre todas e cada uma das numerosas igrejas que enxamearam pelas fazendas e aldeias da Companhia através do Brasil desde o Rio da Prata à Amazónia e fronteiras do Oeste. Mas importa ainda nomear a mais opulenta de todas.

(1) HC V 194-196. — (2) AO 129.

9. — A primeira igreja da Companhia de Jesus no Brasil foi a da Ajuda, feita por Nóbrega com a própria fundação da cidade do Salvador da Baía em 1549. De combinação com o governador Tomé de Sousa, a Ajuda passou ao clero secular, e em seu lugar fez-se outra para o Colégio de Jesus, pequena igreja de taipa, que durou até 1553 e logo outra que ameaçava ruína em 1557; na terceira, a feita por Mem de Sá para o Colégio de Jesus, inaugurada em 1572, já houve possibilidade de se empregar pedra e cal e durou até ao século XVII (1).

Da grande basílica actual, inaugurada em 1672, depois de duas tentativas frustradas precedentemente, começou a tratar-se em 1654, ajudando a sua construção uma família abastada e benemérita a que pertencia o coronel Francisco Gil de Araújo, herói das guerras contra os Holandeses, o qual se encarregou da capela-mor. Talvez se projectasse o início das obras para 1656, mas com a ultimação dos ajustes ocorrentes, só há notícia do lançamento da primeira pedra em 1657 (antes de 29 de Julho). Cerimónia cívico-religiosa brilhante com a presença do governador-geral do Brasil conde de Atouguia, comandantes militares, prelados das religiões, desembargadores da Relação, vereadores da Câmara e grande concurso popular no Terreiro de Jesus; e com sermão do provincial Simão de Vasconcelos em acção de graças assim repartida: primeiro a Deus, depois à gente da nobreza e enfim ao povo.

Durante a construção foi a Portugal e a Roma o P.e Simão de Vasconcelos, que levou por companheiro o P.e António de Sá e o irmão piloto Manuel Luís (algarvio), que ao regressarem ao Brasil em 1663 trouxeram de Génova os púlpitos de mármore feitos pelo modelo da Casa Professa dessa cidade. Nesses púlpitos, que são os mesmos de hoje, pregaria mais tarde o P.e António Vieira no último período da sua vida (2).

As obras da igreja levaram quinze anos até à inauguração de 1672, mas pràticamente nunca pararam durante um século, ora com um elemento novo ora com outro. São conhecidos muitos nomes de irmãos artistas, que trabalharam nas oficinas de marcenaria, escultura e pintura do Colégio da Baía e quase todos com a classificação de «excelentes» (3). Mestre da oficina de entalhadores era Luís Manuel (de Matosinhos), irmão que já se nomeou como construtor naval; e com ele e os mais Irmãos João Correia, Domingos Trigueiros, Mateus da Costa, Domingos Xavier, Cristóvão de Aguiar

(1) HC V 120-123. — (2) HC IX 232/233. — (3) HC V 123-125 131.

e Manuel de Sousa, aprendia a arte um grupo de rapazes de fora da Companhia. Plêiade notável de irmãos artistas entre os quais parece ter sobressaído o escultor e estatuário João Correia, do Porto (1). Sucediam-se umas às outras ou entrançam-se as obras: pinturas de Santo Inácio e S. Francisco Xavier nas portas do camarim eucarístico do altar-mor, lavores de casco de tartaruga na sacristia, a *Capela Interior* do Colégio, construída sobretudo pelo irmão escultor Luís da Costa, de Lisboa, da qual se diz em 1694, que era um grande salão com belas molduras e artezoados, e com a vida de S. Estanislau de Kostka em pintura romana (2). Por sua vez, já nesse mesmo ano, a igreja se tinha revestido de mármores de Itália, assim como o frontispício e as duas torres, enquanto a sacristia se enriquecera com o grande arcaz de jacarandá espaldado e gavetões e ornatos de tartaruga, marfim e bronze dourado, e se completa com três altares e pinturas algumas de origem igualmente romana como as da capela interior (3). Por este tempo, em 1697, faleceu no Colégio da Baía o P.e António Vieira. Levado para a referida capela interior, «se ordenou ficasse em pintura o seu retrato». Não se afirma que o fizesse o irmão do mesmo Colégio, Domingos Rodrigues, de Arruda, «dourador insigne e pintor regular» (4), mas tratando-se de arte, anota-se a coincidência e a possibilidade de o retratista ser de casa.

Em 1700 concluiu-se o tecto apainelado da igreja, em cujos «óptimos lavores» se esculpiram os símbolos dos quatro evangelistas, o Homem, o Touro, o Leão, a Águia. Em 1707 assentou-se na sacristia o pavimento enxadrezado de mármores coloridos (branco, preto e vermelho); e nela havia em 1760 a imagem de S. Francisco Xavier, de meio corpo, revestida de chapa de prata, e era a que ia na procissão (5).

A livraria do Colégio, por cima da sacristia, ainda hoje ostenta no tecto a magnificente pintura da «Sedes Sapientiae» (6). Nesta casa dos livros se venerava um grupo escultórico da Senhora Santa Ana e Nossa Senhora com coroas de prata; a coroa de Santa Ana simples, a de Nossa Senhora com o «seu imperial» (7). As imagens descrevem-se isoladas, mas como nas livrarias só entra quem sabe ler, é de supor que ambas estivessem ali na posição clássica da mãe que ensina a filha. Representando as «Ciências e Letras» ornaram-se de grandes quadros de azulejo as escadas de acesso à livraria, onde há uma alusão a Molière (1) e o vestíbulo (2). Por 1740 colocaram-se na sala do refeitório dezasseis grandes quadros artìsticamente feitos pelo Irmão Francisco Coelho, do Porto, pintor e retratista do Colégio da Baía, que representavam a Ceia do Senhor, alguns santos da Companhia e homens ilustres da Província do Brasil (3); e entretanto reconstruíam-se alguns altares da igreja, que também se ia povoando de novas estátuas de santos hoje identificados (4). A dominar todo o corpo da igreja, fez-se e colocou-se, em 1746, por cima do arco da capela-mor, uma estátua de vulto, com a esfera na mão, «imagem nova de admirável arte, do *Salvador*, com que ficou mais conspícuo o titular da nossa igreja» (5).

A Igreja do Salvador, do Colégio de Jesus da Baía, entregou-se por ordem régia ao cabido em 1760, mediante inventário de tudo o que era móvel, preciosa fonte hoje de conhecimentos sobre o oiro, prata, altares tanto da igreja como das capelas internas do Colégio, imagens, vasos sagrados, ornamento, mobiliário (6). A igreja passou a catedral primaz do Brasil em 1765. A *Capela Interior*, jóia do século XVII, de que se conserva alguma fotografia (7) e descrição pormenorizada, desapareceu em 1905 no incêndio da Faculdade de Medicina, que se instalara no antigo colégio.

Mas o que sobrevive — a grande igreja, elevada a basílica, a sacristia, a biblioteca — é o conjunto mais notável da Companhia de Jesus no Brasil. Há, decerto, outros monumentos com maior relevo particular neste ou naquele objecto de arte, neste ou naquele motivo histórico. O que não há em nenhum é o que se congloba no monumento do Terreiro de Jesus da Baía. Pela sua nobre, austera e fina arquitectura do século XVII, pelo maravilhoso equilíbrio da sacristia, pelos tectos pintados ou emoldurados, pela variada estatuária, pela riquíssima talha com elementos da flora indígena, por outros diversos adjuntos incluindo os azulejos e o tesoiro sacro, e ainda pela sua longa intervenção na vida citadina cívico-religiosa: por este continuado vínculo da história e da arte, é difícil encontrar, no passado brasileiro, monumento que supere o conjunto da catedral primaz. Em diversos tomos da *História* se reproduzem numerosas gravuras desta igreja, sacristia, biblioteca; e também de outros vários monumentos relacionados com o presente capítulo (8).

(1) AO 145. — (2) HC V 126. — (3) HC VII 407. — (4) AO 250-251. — (5) HC VII 408. — (6) HC V 82/83; VII 188/189. — (7) HC VII 392.

(1) HC V 95. — (2) HC V 82/83. — (3) HC V 95; AO 142-143. — (4) HC VII 404-408. — (5) HC V 134. — (6) HC VII 377-416. — (7) HC V 194/195. — (8) HC X (Índice Geral das Estampas) 259-265.

CAPÍTULO XIII

HERANÇA CULTURAL, CIENTÍFICA E LITERÁRIA

1. — Antropologia, etnologia e ciências naturais; 2. — Linguística americana e africana; 3. — Cartografia e matemática; 4. — Ciências sacras; 5. — Literatura missionária, jurídica e ascética; 6. — Epistolografia, biografia, história; 7. — Poesia, sobretudo latina e dos produtos naturais do Brasil; 8. — Oratória; 9. — Índice cultural.

1. — Mais vasta que a artística — e em muitos aspectos mais valiosa — é a herança cultural, científica e literária dos Jesuítas do Brasil, a começar pelo que se refere aos Índios. Segundo a Antropologia, os Índios do Novo Mundo são uma variante da raça mongólica *(homo mongoloide)*, entrada nele por via do Pacífico, embora se admitam influências de outros grupos raciais (1); e na zona portuguesa, o primeiro contacto dos Jesuítas efectuou-se em 1549 com os Tupinambás da Baía, que a experiência mostrará depois constituírem o maior grupo linguístico do Brasil (Tupi), dentro do qual caberiam índios de apelidos muito diferentes, como os Tamoios do Rio de Janeiro.

Não possuindo monumentos escritos, a história dos índios do Brasil começa com a chegada dos Portugueses e a maravilhosa carta de Pedro Vaz de Caminha, com mais algum documento isolado; e avulta com a documentação maciça de Nóbrega e dos seus companheiros jesuítas, em que se recolhem informações, quer da tradição oral, precária, quer da observação directa dos factos, objectiva, com as quais se reconstituem as generalidades da vida tupinambá, sobretudo no que poderiam servir ou obstar ao Evangelho, como consta dos capítulos deste livro consagrados à conversão do gentio e à implantação do lar cristão monogâmico. Mas ao lado da antropofagia e da poligamia, incompatíveis com o cristianismo, se

(1) MB I 9-10.

recolhem outros elementos de precioso fundo histórico sobre manifestações materiais dos Índios, os seus usos, costumes e ambiente social. Os aborígenes não só ignoram a leitura e a escrita, mas também o uso do ferro, vivem na selva em pequeníssimas aldeias, cada uma com o seu principal sobre si (sem rei). Delineiam-se as características das suas habitações, que os Índios mudam com frequência (seminomadismo), os adornos, família poligâmica, parentesco fundado no falso conceito indígena da geração; vida económica e social, guerras contínuas com índios contrários e como as fazem; sacrifícios humanos conexos com a antropofagia; religião e funções dos pajés (feiticeiros), o mito de Zumé (1).

Estabelecida a posição cultural dos Índios à chegada dos padres da Companhia, o conhecimento dos naturais da terra alarga-se com outras informações até ao século XVIII, em que sucessivamente se descrevem novos índios, também com seus usos e costumes, que ora coincidem com os dos Tupinambás, ora não. Entre essas diversas informações, umas registam elementos já aculturados, como na cosmogonia dos Kiriris (2), outras desvendam novidades, como a dos mitos astrais entre os Índios Moritises, que contam os anos pelo nascimento da constelação das Plêiades e colocam os dois irmãos Araquizã e Poditã na constelação do Orion, dos quais lhes vêm a chuva e os alimentos e a vitória certa contra os inimigos (3), demonstração de uma cosmogonia forçosamente flutuante, por lhe faltar a fixidez de livros sacros, que não possuíam. Situação, que logo no começo Nóbrega e os seus padres procuraram remediar. Utilizando elementos dispersos, observados nos primeiros contactos, sobretudo o temor dos trovões, estabelece-se o culto de Deus único (Tupã), para dar uma base rudimentar de cosmologia e teodiceia à evangelização cristã do gentio. Aos escritos de Nóbrega e dos seus primeiros companheiros, aos de Anchieta, Fernão Cardim e Jácome Monteiro, seguiram-se os de Luís Figueira, Bettendorff, João Daniel, intermeados com muitos outros, sem excluir Vieira.

Baixando da Baía pela costa, as informações recaem sobre os Aimorés ao sul desta capitania e norte da do Espírito Santo, os Pataxoses na mesma capitania, os Paranaubis (Mares Verdes) do Rio Doce e das futuras Minas Gerais, os Maromomis, Gesseraçus e Guarulhos do Rio Paraíba; e, ultrapassando os Tamoios, já conhe-

(1) MB I 14-19. — (2) HC V 311-312. — (3) HC V 276-277.

cidos do tempo de Nóbrega, redigem várias relações, também de observação directa, sobre os Carijós, desde Santa Catarina até ao Rio Grande do Sul. Em sentido oposto, nos sertões baianos e Rio de S. Francisco, vão surgindo novos índios, em particular os Paiaiás; no Rio Grande do Norte os Janduins; no Ceará os Aconcáguas, Reriiús e Tobajaras; no Rio Mearim (Maranhão) os Gamelas; no Rio Xingu (Pará) os Jurunas; e ainda, na grande bacia hidrográfica do Amazonas, larga cópia de índios de diversos nomes, amostra de informações, numerosas e variadas, que constituem hoje impressionante contribuição para a etnologia histórica dos índios do Brasil (1).

Ora, as primeiras notícias sobre os índios da América Portuguesa divulgadas em Roma, despertaram o desejo de outras sobre as coisas naturais da terra, não só para conhecimento dos padres «mas também para satisfação de muitos senhores devotos da Companhia que as desejavam»: e assim o pediram de Roma a Nóbrega em 1553 (2). Ocupações mais urgentes de carácter missionário impediram a execução desse desejo, mas ao voltar a S. Vicente em 1560, Nóbrega incumbiu o seu secretário Anchieta — para dar satisfação àqueles «senhores devotos» — de redigir sobre este assunto uma longa carta latina. Traduzida em italiano, imprimiu-se em Veneza no ano de 1562 em *Nuovi Avisi delle Indie di Portogallo,* e se reimprimiu depois em latim e português. Primeiro documento importante que trata «de animais, plantas e outras cousas notáveis» da capitania de S. Vicente (3).

Outro secretário, agora do visitador Cristóvão de Gouveia, o P.e Fernão Cardim, escreveu dois tratados, um *Do Clima e Terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se acham assim na terra como no mar,* outro, *Do Principio e origem dos Indios do Brasil e dos seus costumes, adoração e cerimonias,* o primeiro mais de ciências naturais, o segundo mais de etnologia, traduzidos em inglês e impressos em Londres em 1625, reimpressos em 1925, pelos originais de Évora, identificados por Capistrano de Abreu, com o título de *Tratados da Terra e Gente do Brasil,* englobando nesse título a *Narrativa Epistolar* do mesmo Fernão Cardim (4).

Tal género de escritos, que exigiam tempo e vagar, não podia provir dos superiores, ocupados e absorvidos no ofício de governar.

(1) HC X 86. — (2) MB I 520. — (3) MB III 202-236. — (4) HC VIII 133-134 n.os 2-5.

É ainda ao P.e Jácome Monteiro, secretário do visitador Manuel de Lima, que se deve a *Relação da Provincia do Brasil de 1610,* escrita com espírito de observação e critério. Menos conhecida que as precedentes por só se publicar em 1949, Jácome Monteiro descreve a Província do Brasil desde a Capitania de S. Vicente até ao Norte de Itamaracá; e, além de noções de natureza geográfica, pormenoriza muitos costumes e tradições dos Índios, retrata diversos animais do mato e variedade de pássaros (1). Ainda escreveram sobre coisas naturais do Brasil, Francisco Soares, Diogo Soares, João Daniel e outros, quando lhes vinha ao fio da narração.

2. — Sector de especial relevo é o da linguística indígena. Nasceu como natural instrumento de comunicação entre o missionário e o gentio, logo à chegada, e perseverou depois noutros primeiros contactos com novos Índios até aos meados do século XVIII. Dos que se criaram ao bafo da Companhia, os primeiros que aprenderam a língua da terra, misturados com os meninos brasis, foram os órfãos de Lisboa, alguns dos quais depois se fizeram jesuítas e foram bons «línguas», expressão usada para designar os que sabiam e falavam a língua brasílica ou tupi, que mais tarde também se chamou «geral».

A primeira e mais urgente necessidade era a de traduzir para tupi as orações comuns e os rudimentos da doutrina cristã. Nóbrega achou na Baía índios que já sabiam português. Com eles procurou traduzir as «orações e algumas práticas de Nosso Senhor». Mas esses índios não possuíam mentalidade instruída capaz de dar expressão corrente às fórmulas doutrinais portuguesas. Esperava pelo Caramuru, que em Agosto de 1549 andava ausente da Baía a serviço do governador Tomé de Sousa (2). Enfim, traduziram-se em tupi as orações e rudimentos ou pelo Caramuru ou por outrem; e dessas primeiras fórmulas se começou a servir o P.e Navarro, que se esforçou por aprender a língua dos gentios, a ele confiados mais em particular pelo superior da Missão.

Daí a três anos, já em S. Vicente, achou Nóbrega na Companhia alguns irmãos adultos e hábeis, um dos quais Pêro Correia, e recebeu outro, António Rodrigues, que sabia admiràvelmente a língua dos Índios e por isso Nóbrega o nomeou mestre dos meninos brasis e director do catecumenado de Piratininga — e o era em

(1) HC VIII 393-425. — (2) MB I 112.

1554. Pêro Correia por um lado (ele interessou-se pessoalmente por catecismos) (1) e António Rodrigues por outro em razão mesma do seu ofício de mestre de catecúmenos, reviram a tradução baiana da doutrina ou fizeram outra de novo. Porque quando Nóbrega voltou à Baía em 1556, levando consigo o Irmão António Rodrigues, que nomeou igualmente mestre dos catecúmenos, os Índios começaram a afluir à doutrina mais numerosos do que antes, por duas razões, elucida a carta quadrimestre coeva: porque até aí «não tínhamos as orações da doutrina tão bem *tresladadas*», e porque o Irmão António Rodrigues lhes fazia práticas sobre elas e os «artigos da fé» e lhes lançava o coração pela boca (2).

Assim se apresentam, no plano histórico, os dois primeiros esboços de catecismo na língua tupi. Seguem-se alusões a outros pequenos catecismos e breves diálogos, de que nem sempre é fácil distinguir se escritos em português se em tupi, até que em 1574 dá-se a notícia concreta de que o P.e Leonardo do Vale compôs «uma *Doutrina na Língua do Brasil, quase trasladando* a que fez o P.e Marcos Jorge de boa memória. Custou muito trabalho mas entende-se que será proveitoso» (3). A *Doutrina* de Marcos Jorge-Leonardo do Vale corria manuscrita, e naturalmente sem a menção de *ne varietur*. Outros padres-línguas intervieram e organizaram os seus cadernos pessoais com aperfeiçoamento ou resumos; e nesta conta se metem os padres que do Brasil foram, em 1586, por autoridade do visitador Cristóvão de Gouveia, fundar a Missão do Paraguai, os quais fizeram um bom catecismo «e com ele instruiu o P.e Ortega aos catecúmenos» (4). Dada a inevitável proliferação de catecismos particulares, principiou a sentir-se a falta de um texto definitivo impresso. Depois de uma tentativa sem êxito no tempo de Anchieta, realizou-o o P.e António de Araújo com este amplo e nobilíssimo título: «*Catecismo na Lingoa Brasilica,* no qual se contem a summa da Doctrina Christã. Com tudo o que pertence aos Mysterios de nossa sancta Fé & bons custumes. Composto a modo de Dialogos por Padres Doctos e bons lingoas da Companhia de IESV. Agora nouamente concertado, ordenado, & acrescentado pelo Padre António d'Araujo Theologo, & lingoa da mesma Companhia» (Lisboa 1618), do qual diz António Vieira que era «Catecismo tão exacto em todos os mistérios da fé e tão singular entre quanto se tem escrito nas línguas políticas, que mais parece ordenado para

(1) MB I 440-441. — (2) MB II 348. — (3) MB III 90*. — (4) HC I 353.

fazer de cristãos teólogos que de gentios cristãos» (1). No *Catecismo* tupi de António de Araújo se abeberaram daí em diante todos os mais que fizeram resumos para uso pessoal ou para utilidade de outros, como o *Compêndio* de Bettendorff, impresso em Lisboa em 1687 (2).

Nas línguas diferentes da tupi também se redigiram catecismos breves e Vieira alguns fez em várias línguas do Maranhão e Pará, não identificados hoje se porventura existem (3). Igualmente se desconhecem o que compôs o P.e Manuel Viegas na língua dos Marumimins ou Guarumimins (4), e o que redigiu, antes de 1679, o P.e João de Barros da língua dos Kiriris, com *Arte* e *Prosódia,* primeiras fontes de quanto se escreveu depois sobre essa língua (5), na qual o P.e Luís Vincêncio Mamiani estampou em Lisboa em 1698 o seu *Catecismo da doutrina Christã na lingua Brasilica da Nação Kiriri,* imprimindo no ano seguinte o da *Arte* na mesma língua (6).

As línguas particulares da Amazónia continuaram a estudar-se depois de Vieira, e subsistem alguns manuscritos do século XVIII recolhidos no Museu Britânico. Um deles, o *Caderno da Doutrina pela Lingoa dos Manaos,* deve-se ao P.e José Vidigal, que para o escrever se serviu da versão oral de um índio dessa nação (7).

A gramática ou arte da língua tupi tentou fazê-la o P.e Navarro, mas a sua intensa actividade sacerdotal e entrada ao sertão, impediu-o de realizar nem ver com clareza o objectivo que se propusera. Conseguiu-o o Irmão José de Anchieta, a quem Nóbrega nomeou mestre de gramática latina em Piratininga em 1554, no convívio dos seus discípulos, que falavam tupi, e do Irmão António Rodrigues, já então mestre da língua na modalidade guarani (ele chegou ao Brasil pelo rodeio do Rio da Prata e do Paraguai). Conjunto de circunstâncias favoráveis, que Anchieta soube aproveitar com a sua juventude e talento; e em 1555 já tinha esboçado a gramática tupi pelo molde da latina (8). Passaram quarenta anos antes de se publicar, durante os quais deve ter sido aperfeiçoada por ele e revista por outros, conforme ao costume da Companhia. A *Arte de Gram-*

(1) HC VIII 61-62. — (2) HC VIII 99. — (3) HC IX 348 letras KKK. — (4) HC IX 192. — (5) HC VIII 88. — (6) HC VIII 351. — (7) *Archivum Historicum S. I.* 26 (Roma 1957) 323-324; sobre Catecismos, cf. HC X 56. — (8) MB II 160-161.

matica da Lingoa mais usada na costa do Brasil, do P.e Anchieta, publicou-se em Coimbra em 1595 (1).

Outro monumento da linguística americana é a *Arte da Lingua Brasilica,* impressa em Lisboa em 1621. Escreveu-a outro mestre humanista, o P.e Luís Figueira; a qual, como gramática pròpriamente dita, parecia a Couto de Magalhães superior à de Montoya, portanto a mais perfeita entre todas as da língua tupi-guarani (2).

O vocabulário tupi nasceu de modo empírico, porque nas línguas apenas faladas (e não escritas), este é o caminho único; o homem culto pergunta os termos de uso corrente e aponta-os, para que não esqueçam, a começar pelos do corpo humano, que é o mais imediato; e sem dúvida também algum padre mais curioso e diligente lhes procuraria dar ordem alfabética. Mas em 1565 sugeriram de Roma ao provincial de Portugal Leão Henriques a conveniência de se ordenar para a Índia, Brasil e Japão que *in loco* se organizasse e mandasse um vocabulário da língua mais falada nas respectivas regiões para que os missionários, que a elas se destinassem, a fossem aprendendo em Lisboa enquanto esperavam embarcação e durante as longas travessias do mar (3).

O P.e Leonardo do Vale, «lente da língua Brasílica» no Colégio da Baía, além do *Catecismo,* fez o *Vocabulário* ao menos na primeira forma orgânica de vulto, que depois aperfeiçoaria e acrescentaria como é óbvio; mas o seu *Vocabulário na Língua Brasílica* já era manuscrito de uso didáctico quando faleceu; e, como património comum da Província do Brasil, corria sem nome de autor. À sua morte, em 1591, identificou-o o provincial Beliarte, comunicando para Roma que Leonardo do Vale compusera um vocabulário na língua do Brasil, «muito copioso com o qual *agora* é muito mais fácil aprender»; e classifica o seu autor com o título singular de «*príncipe dos línguas do Brasil e Túlio nela*» (4). O *Vocabulário na Língua Brasílica* publicou-se modernamente, antes de ser conhecida a identificação de Marçal Beliarte e portanto sem o nome de Leonardo no frontispício. Mas o testemunho do provincial de 1591, com ser, pelo seu próprio ofício, o mais autorizado, é também insuperável quanto à primazia linguística de Leonardo do Vale, entre todos os mais padres da Companhia de Jesus no Brasil do seu tempo; e, pelos seus próprios termos, insubstituível quanto ao facto mesmo

(1) HC VIII 16. — (2) HC VIII 234-235; LF 82-83. — (3) MB IV 283. — (4) MB IV 77*-78*.

da autoria, independente de qualquer eventual revisão ulterior, a que estão sujeitos os livros não só da Companhia mas de toda a Igreja antes de se imprimirem.

Além destas obras de linguística americana, produziu-se no Brasil uma de linguística africana, quando os filhos da África principiaram a ser muito numerosos no Brasil. O «apóstolo dos Negros», P.e Pedro Dias, escreveu e imprimiu em Lisboa em 1697 a *Arte da Lingua de Angola,* para uso dos padres da Companhia do Brasil que se consagravam ao trato e conversão dos pretos (1). Há ainda referência em 1708 a um catecismo na língua dos «Ardas», feito pelo P.e Manuel de Lima, angolano, missionário do Brasil, manuscrito de que se não conhece outra notícia (2).

O estudo das línguas indígenas, sobretudo a do tupi, foi sempre tido em alta consideração pelos padres do Brasil, que insistem com repetidas normas na sua aprendizagem como instrumento necessário de evangelização; e Vieira, além da brasílica, estimulou também o estudo da de Angola e das particulares da Amazónia (3).

3. — Ao estudo do aborígene veio unir-se depois o da terra habitada por ele e também já pelos Portugueses e seus descendentes. Aparecem, aqui e além, referências a mapas feitos por Jesuítas: António Ribeiro (1676), do Rio Parnaíba (4); Jaques Cocle (Jacobo Cocleo, do seu nome alatinizado *Coclaeus*), que em 1704 já tinha delineado uma «Carta da Costa do Brasil» (5); Luís de Albuquerque (1727), «Mapa da Costa que corre da Ilha de Santa Catarina até à Boca do Rio da Prata» (6); e ainda um ou outro nome antes ou depois. Mas o facto mais relevante é do ano de 1729 em que D. João V nomeou os padres Diogo Soares e Domingos Capassi «matemáticos régios» do Estado do Brasil, com a incumbência de fazerem mapas «não só pela marinha, mas pelos sertões». Com esse alvará régio de 1729 abre o barão Homem de Melo o seu *Atlas,* como a sugerir a instituição oficial dos trabalhos geográficos e cartográficos do Brasil (7). Ambos se integraram dentro dos melhores métodos científicos. Organizaram e rectificaram as alturas e longitudes de numerosas povoações *(Tabuada das Latitudes)* e fizeram alguns mapas também em colaboração. Capassi faleceu em 1736, Soares em 1748, sendo por isso mais vasta a obra

(1) HC VIII 199. — (2) HC VIII 318. — (3) HC VII 78; IX 222 n.º 153. — (4) HC IV 284. — (5) HC VIII 160-162. — (6) HC VIII 5. — (7) HC IV 286.

do segundo. As suas diversas cartas geográficas vão desde Cabo Frio ao Rio da Prata e pelo interior abrangem Minas Gerais. Pelo que dela subsiste ou há notícia, classifica-se a obra de Diogo Soares nas seguintes categorias: topografia militar, astronomia matemática, ciências naturais, cartografia e pesquisa documental, com informações ministradas por diversas entidades competentes, que constituem hoje a valiosa colecção «Diogo Soares» na Biblioteca Pública de Évora (1).

No Norte, tanto os Jesuítas da coroa portuguesa como os da coroa espanhola se ligaram aos estudos geográficos e cartográficos do rio Amazonas. Mais salientes são os nomes do P.e Aloísio Conrado Pfeil (da parte portuguesa) e o P.e Samuel Fritz (da parte espanhola). Promoveu esses estudos o P.e António Vieira e a seu pedido e do rei de Portugal se concluiu em 1684 e se apresentou no ano seguinte na corte de Lisboa «um grande mapa novo e belo do *Grande Rio das Amazonas* delineado e feito pelo P.e Aloísio Conrado Pfeil, insigne matemático, para El-Rei ver as terras e rios que tinha desde o Pará até o marco do Cabo do Norte». Quatro anos depois avistou-se no Pará com o P.e Pfeil o P.e Fritz, que por sua vez organizou o mapa de *El Gran Rio Marañón o Amazonas,* que se imprimiu em Quito em 1707, prioridade de impressão que lhe deu maior renome (2).

Além do de 1684, Pfeil fez outro «Mapa da Missão do Maranhão» (1685), que então ia desde o Piauí à Guiana e do Pará ao Rio Negro e Solimões. Pfeil, a princípio, era de opinião que a linha de Tordesilhas passava pelo Tapajós, mas depois achou que a viagem do «imortal» Pedro Teixeira a Quito veio ajuntar novos títulos que mudaram para Oeste a linha demarcadora do século XV. Em 1700 delineou Pfeil outro «Mapa do Rio Amazonas e da Capitania do Cabo do Norte», redigindo também várias *Anotações* geográficas; e ainda em 1753 Lourenço Kaulen fez o «Mapa da Vice-Província do Maranhão da Companhia de Jesus» (3). Dos trabalhos de Conrado Aloísio Pfeil se serviu modernamente o barão do Rio Branco na questão de limites com a França sobre a Guiana, considerando-os «decisivos» para dirimir a questão a favor de Portugal e portanto do Brasil (4).

Entre os cultores das matemáticas esteve de passo na Baía o P.e Inácio Stafford ou Lee, professor da «Real Academia Mate-

(1) HC VIII 130-132; IX 130-137. — (2) HC IV 285-286. — (3) HC VIII 307. — (4) HC IX 51-52.

mática do Colégio de Santo Antão» de Lisboa, autor de livros dessa ciência (1). Viveu e trabalhou com demora no Brasil (mais de 40 anos até à morte) o antigo professor da Universidade de Praga, Valentim Estancel, muito dado à astrologia e observação de cometas, um dos quais o que apareceu na Baía em 1664. Além de livros impressos, deixou manuscrito o *Typhis Lusitano ou Regimento Nautico Novo,* de que se publicaram ùltimamente em Coimbra (1944) dois capítulos: «Capítulo VI — Em que trata das variações da Agulha, que os Pilotos modernos Portugueses, Ingreses e Olandeses, e os P.P. missionários da Companhia de Jesu têm observado em várias alturas»; «Capítulo VIII — Discurso curioso e útil sobre a Navegação de Leste a Oeste e dos vários modos que os curiosos inventaram nesta matéria» (2).

4. — As ciências sacras constituíram matéria de ensino (Teologia dogmática, Teologia moral, Sagrada Escritura), mas, tomadas em senso lato, abrangem outras modalidades, em que os padres, fora das aulas, exercitaram a pena (3). Já se aludiu à teologia do *Catecismo* de António de Araújo e à repercussão no Brasil de duas questões, que agitaram as escolas europeias, a «de Auxiliis» e a do «Probabilismo»; e, se se perderam na invasão holandesa os «*Comentários a S. Agostinho*» do P.e Pêro Rodrigues, todavia há testemunhos impressos do uso que se fazia da Patrística e da Bíblia. O «Índice dos Lugares da Sagrada Escritura» do tomo I dos *Sermoens* do P.e António Vieira ocupa 30 páginas, na edição *princeps,* feito pelo Autor, ordena-se segundo os diversos livros do Velho e Novo Testamento, e a cada citação corresponde um comentário. O mesmo Vieira redigiu um «Comentário literal e moral sobre *Josué* e outro sobre os *Cantares,* em cinco sentidos, diz ele; e, além de Vieira, escreveram sobre a Sagrada Escritura os padres Ventídio Bayardi, António Maria Bonucci, Valentim Estancel, João Mateus Faletto e Inácio Rodrigues, este cronològicamente, o último com as suas *Lectiones de Sacra Scriptura,* que tinha prontas para o prelo em 1759. Mas é ainda de Vieira o livro escriturístico mais famoso entre os do Brasil, a *Clavis Prophetarum verum eorum sensum aperiens ad rectam Regni Christi in terris consummati intelligentiam assequendam.* É um verdadeiro tratado de *Cristologia* e também *de Ecclesia.* Notável sobretudo a doutrina de *Cristo Rei,* da

(1) HC IX 147. — (2) HC VIII 208-209 n.os 3 e 8. — (3) HC IX 439-442.

qual modernamente se serviu Ramière (1). Este livro pertence a uma série de outros escritos de Vieira iniciados por ele nos rios do Pará em 1659 sobre «Portugal Quinto Imperio do Mundo», que representam uma das facetas mentais de Vieira; e nesse género de escritos se inclui uma *História do Futuro,* que continua hoje a reimprimir-se (2). Na *Clavis Prophetarum,* em que ainda trabalhava nos últimos anos da vida, procurou Vieira elevar-se já ao conceito mais geral do «Reino de Cristo».

5. — Por felicidade, conservaram-se dois escritos, o *Diálogo do Padre Nóbrega sobre a Conversão do Gentio* (3) e o caso de consciência *Se o pai pode vender a seu filho e se um se pode vender a si mesmo* (4). O primeiro, tema de missiologia fundamental — a capacidade do Índio para se converter — marca a entrada da literatura missionária no Brasil (1556-1557); o segundo, contra os abusos da escravização indígena, a da literatura jurídica (1567), dentro da qual se incluirá mais tarde o *Brasilia Pontificia* de Simão Marques, impresso em 1749 (5). Na literatura pedagógica, o maior expoente é o P.e Alexandre de Gusmão, fundador do Seminário de Belém da Cachoeira, com vasta bibliografia. Dos seus livros, um intitula-se *Arte de Crear bem os filhos na idade da puericia* (1678), outro *Escola de Belém: Jesus nascido no Presépio* (1685). Em ascética escreveu a obra *Meditações para todos os dias da semana, pelo exercício das três potências da alma, conforme ensina S. Inácio Fundador da Companhia de Jesus;* e é ainda de Gusmão a novela ascético-alegórica *História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito,* impressa em Lisboa em 1682, que teve reedições entre as quais duas em espanhol, uma em Barcelona, outra no México (6).

O teatro, de que há remanescentes, parte cabe à literatura missionária (teatro nas aldeias), parte à literatura humanística pedagógica (teatro escolar), como se viu nos capítulos respectivos. Pelo título das peças perdidas e pelo exame interno do que ainda subsiste, se conhece o carácter deste teatro pio, edificante ou catequético. Figuras alegóricas da «Devoção», «Paz», «Castidade», «Zelo», «Conversão das almas», «Amor Divino», etc.; temas hagiográficos, dos padroeiros das aldeias ou cidades (S. Lourenço, S. Sebastião, S. Mau-

(1) HC VII 188-189. — (2) HC IX 311 n.os 995-998. — (3) CN 215-250; MB II 317-345. — (4) CN 397-429; MB IV 387-415. — (5) HC VIII 356/357. — (6) HC VIII 289-295.

rício, S. Francisco Xavier); parábolas evangélicas (Rico Avarento e Lázaro Pobre) ou cenas do Antigo Testamento (Assuero); e, ainda elementos circunstanciais dos lugares e personalidades vivas. Não revela grande intensidade dramática o teatro jesuítico do Brasil nem o seu verdadeiro valor está no diálogo ou na língua: consistiu em colocar frente a frente, num plano de simpatia, duas culturas, a indígena ainda na idade da pedra e antropófaga, e a portuguesa e cristã, aproveitando sàbiamente os Jesuítas a inclinação inata dos povos naturais para a música e canto, a dança e o maravilhoso, o que no cenário tropical das aldeias não deixava de possuir colorido e beleza.

6. — Entre todos os géneros literários cultivados pelos Jesuítas do Brasil, o que preenche lugar mais vasto é a epistolografia. Como homens do Renascimento, os primeiros padres levavam a incumbência de enviar informações, para Portugal ou Roma, de qualquer parte do mundo aonde chegassem. Nesta conformidade, os da América Portuguesa mostraram-se diligentes e as cartas remetidas por Nóbrega e outros companheiros seus, traduzidas em castelhano, logo se imprimiram em *Copia de unas cartas,* opúsculo que ostenta no frontispício o Galeão das Quinas e diz serem recebidas em 1551 (1). As cartas deste primeiro monumento bibliográfico-jesuítico do Brasil (e de toda a América), traduzidas em italiano e acrescentadas com outras do Oriente e da África, deram início à famosa colecção de *Avisi particolari delle Indie di Portugallo,* livrinho impresso em Roma em 1552, que, com os que lhe seguiram, levaram o nome de Portugal missionário a toda a Europa culta, com o correspondente efeito de se expandirem também pelo Oriente as notícias do Brasil e pelo Brasil as dos outros continentes (2). Novas epístolas se publicaram, sobretudo na colecção das Cartas Ânuas *(Annuae Litterae),* as relações de Luís Figueira (3), até que em 1626 António Vieira, com apenas 18 anos de idade, assina a *Carta Ânua do Brasil,* primeiro escrito seu conhecido; e em 1660 imprime a carta a el-rei «sobre as missões do Seará, do Maranhão, do Pará e do grande Rio das Amazonas» (4). São em número de 68 os Jesuítas do Brasil que escreveram cartas ânuas e alguns mais do que uma; e em número de 322 os que redigiram outras cartas muito mais copiosas que os

(1) HC VIII, p. IV/V. — (2) MB I 53-60. — (3) LF *passim.* — (4) HC VIII 244 n.º 315.

nomes que as subscrevem, porque alguns as multiplicaram, Nóbrega Anchieta, Fernão Cardim, Pêro Rodrigues, Alexandre de Gusmão, Francisco de Matos, Bettendorff, Andreoni, Manuel Dias e mais que todos Vieira. Só as cartas de Vieira, muitos centenares, ordenadas cronològicamente, ocupam na sua bibliografia os números 224 a 953 (1). A epistolografia dos Jesuítas é acervo de incalculável importância para os mais diversos assuntos, não apenas da Companhia, nem apenas históricos, mas também para as chamadas «Ciências do Homem»; e em geral, quando se conservaram originais ou autógrafas, as cartas assumem a categoria de fontes primárias.

As biografias de Nóbrega e de outros primeiros companheiros seus, escritas por Anchieta no segundo quartel do século XVI, ainda possuem o valor de fontes, mas já não possuem esse valor as biografias escritas no século XVII sobre Nóbrega, Anchieta e João de Almeida, em que Simão de Vasconcelos, com notícias correctas, mistura outras, quer de factos, quer de atribuições, sem suficiente base histórica em documentos coevos. Mais tarde escreveram biografias com sentido mais positivo alguns padres, entre os quais Manuel da Fonseca *(Vida do P. Belchior de Pontes)* e Jerónimo Moniz *(Vida do P. Estanislau de Campos).*

Na intenção de Simão de Vasconcelos, a vida de Nóbrega constituía o primeiro volume da *Crónica* da Companhia de Jesus no Brasil (termina com a morte de Nóbrega) e deveria ter continuação. De facto, em 1721, estava encarregado de continuar ou de refazer a história da Companhia o P.e Luís Carvalho (2); mas aplicado a reitor do Colégio do Rio de Janeiro, a intenção não se traduziu em realidade. Retomou o encargo de cronista do Brasil o P.e Valentim Mendes em idade já avançada. Era «Chronologus Provinciae» no ano de 1757, nem exercitava então outro ofício. Já tinha 68 anos de idade e daí a dois faleceu. Deixou a *Chronica* inacabada. Dela, em todo o caso se serviu Mirales na *Historia Militar do Brasil,* que cita o «manuscrito do P.e Valentim Mendes», de que nada mais se sabe (3).

Mais feliz foi a Vice-Província do Maranhão e Pará com os respectivos cronistas, cujos manuscritos se salvaram e imprimiram, João Filipe Bettendorff e José de Morais (4), e se constituem hoje

(1) HC IX 235-301. — (2) HC VIII 155 letra C. — (3) HC VIII 375 letra D. — (4) HC VIII 100 n.º 2; 382 n.º 1.

úteis e respeitados instrumentos de trabalho para a história do Norte do Brasil e a geografia das comunicações. José de Morais serviu-se dos papéis do P.e Bento da Fonseca, o qual, numa carta sobre os descobrimentos geográficos na Amazónia escrita em 1749 (Humboldt ainda não era nascido), assinala a comunicação do rio Negro com o rio Orenoco e que já então era ponto assente que a Guiana constituía «uma ilha cercada de mar e dos Rios Amazonas, Negro e Orenoco» (1). De uma *Descrição histórica e geográfica do Brasil,* do P.e Francisco de Lima (falecido em 1772), há notícia bibliográfica, mas desconhece-se o paradeiro (2).

7. — Pelo jardim das musas passearam também alguma vez os Jesuítas, escrevendo versos em português, espanhol, latim, tupi e kiriri. As composições indígenas, para efeito de catequese (Cristóvão Valente, Anchieta, Mamiani) têm hoje valor linguístico; o espanhol é sem relevância. Possuem significação literária as poesias em língua portuguesa, enquanto o latim, por exigências didácticas ou de cultura humanística, se manifestou com relativa pujança.

Em português, há notícia de uma «Jornada pelos Tocantins», em oitava rima, por Jerónimo da Gama, e a tradução da *Eneida* de Virgílio, por José Rodrigues de Melo, provàvelmente ambas perdidas (3). Andam impressas breves poesias, entre as quais uma a «Santa Inês», outra «Amor e Temor de Deus» do século XVI (4), e «Musa Jesuítica», anónima, em honra de Gomes Freire de Andrade (Bobadela), saída em *Júbilos de América* no século XVIII (5). No intermédio redigiram-se aqui e além outras composições portuguesas; até o P.e António Vieira versejou nessa língua e em latim, como consta da sua bibliografia (6), e ainda se compuseram alguns sonetos em 1767 no ponto final dos cárceres de S. Julião da Barra (7). Em conjunto, pouco. Não é vocação dos Jesuítas serem grandes poetas; só por excepção, mesmo em latim, língua em que foram mais abundantes. O objectivo principal das composições latinas metrificadas, foi a devoção a Nossa Senhora, com multiplicados cultores, entre os quais José de Anchieta, Fabião Gonçalves, Inácio Leão de Sá, Prudêncio do Amaral, Manuel de Oliva, Luís Carvalho (falecido em 1732); também ao Menino Deus (8), e ainda a outros mistérios

(1) HC VII 340; VIII 249 letra H; IX 395. — (2) HC VIII 316 letra D. — (3) HC VIII 264; IX 102. — (4) HC II 604 610; VIII 26 183. — (5) HC VIII 128 n.º 1. — (6) HC IX 313-315, n.os 1001-1014. — (7) HC VIII 221. — (8) HC IX 76.

divinos, devotos ou hagiológicos, Santo Inácio (1), S. Francisco de Borja (2) e S. João Nepomuceno (3); nem faltaram composições avulsas, quer palacianas, entre outras uma oferecida por Betendorff à princesa D. Isabel Maria Francisca (4), quer para ilustrar teses de Filosofia (5), quer para elogiar os bispos da Baía no catálogo de Prudêncio do Amaral (6), quer ainda sentenciosos, convidando à reflexão e ao silêncio, como os belos dísticos latinos na aprazível varanda da antiga aldeia do Tapajós, hoje cidade de Santarém nas margens do Amazonas (7).

Dignos de nota são os poemas latinos, que cantam as «drogas» do Brasil e que tinham sido precedidos de um valioso livro em prosa, escrito pelo P.e João António Andreoni com o pseudónimo (quase anagrama) de André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas,* impresso em Lisboa em 1711. Os poemas fisiográficos latinos cantam as drogas ou produtos naturais do Brasil, açúcar, pão (farinha de mandioca), carne (criação de gado), e tabaco. Prudêncio do Amaral deixou inédito o seu «De Sacchari Opificio», que Jerónimo Moniz «poliu, acrescentou com notas», e imprimiu no exílio de Pésaro em 1780. Entre os acrescentamentos de Moniz deve-se incluir a referência às minas de diamantes que se encontra no «Poema do Açúcar». Também Francisco da Silveira deixou inédito em latim um «Poema das Minas de Oiro», de que se conhece a menção e mais nada (8). O *Canto do Açúcar* de Prudêncio do Amaral reimprimiu-se em Roma um ano depois (1781), junto com os cantos de José Rodrigues de Melo (Farinha, Gado e Tabaco), livro que se chamou *De Rusticis Brasiliae Rebus* (Cantos sobre coisas rústicas do Brasil), e já no século XVIII «Geórgica Brasílica», passando na tradução de João Gualberto de 1830 a «Geórgica Brasileira»; e, por fim, na edição de 1942 da Academia Brasileira de Letras (Colecção Afrânio Peixoto), a «Geórgicas Brasileiras» (no plural), título que prevalece para a posteridade (9). Pela novidade e interesse do assunto e pela sua correcção virgiliana, as «Geórgicas Brasileiras» constituem a mais alta expressão literária dos numerosos Jesuítas do Brasil como poetas latinos (10); e diga-se, de passo, que à sombra de dois jesuítas poetas, Francisco da Silveira e José

(1) HC VIII 63 n.º 1. — (2) HC IX 120 letra B. — (3) HC VIII 264 letra B. — (4) HC VIII 100 n.º 3. — (5) HC VIII 244-245 n.os 4 7 10. — (6) HC VIII 13 n.º 2. — (7) HC IV 292-293; VIII 154. — (8) HC IX 127 letra C. — (9) HC VIII 13-14 n.º 2; IX 100 n.º 3. — (10) HC IX 449.

Rodrigues de Melo, se formou e prosperou em Roma José Basílio da Gama, antigo jesuíta: é notável a semelhança da cadência e forma do poema «O Uraguai» (1786) com a «Paráfrase» portuguesa do seu mestre e patrono José Rodrigues de Melo, impressa em 1781 nas *Geórgicas Brasileiras* (1).

8. — Próprio dos Jesuítas foi o ministério da pregação. Todo o missionário é pregador do Evangelho quando ensina aos neófitos os rudimentos da Fé, ou quando nas missões rurais aviva a mesma fé no coração do povo. Já ambas as modalidades se viram em páginas precedentes. Todavia, a pregação pròpriamente dita, afirma-se nos púlpitos; e, quando se imprime o que neles se prega, fica provida a crítica histórica de elementos de apreciação permanente. Os primeiros padres do Brasil não publicaram nenhum sermão, embora pregassem muito, desde Nóbrega a Fernão Cardim. Conservaram-se manuscritos dois sermões de Anchieta, que antes diríamos exortações, modernamente impressos; e de pregadores, como o provincial Baltasar de Sequeira, dotado de dons naturais eximios, voz, acção, elocução e propriedade de linguagem, não se conhece sermão nenhum, nem publicado nem manuscrito (2). Alguns se imprimiram que talvez fosse melhor omitir-se a não ser para termos hoje exemplos concretos do baroquismo do tempo. No sermão pregado no Colégio da Baía «no terceiro dia das Quarenta Horas à tarde em 16 de Fevereiro de 1665», o P.e Lourenço Craveiro, aproveitando a circunstância de ser dia de Carnaval e hora das merendas, chamou ao sermão «Merenda Eucarística» e às partes do discurso, *pratos:* 1.º de *galinha* para os enfermos; 2.º de *codorniz* para os convalescentes; 3.º de *cordeiro e cabrito* para os mimosos; 4.º de *vitela* para os sãos; 5.º de *cervo e veado* para os esforçados; 6.º de *águia* para os entendidos... Sinal dos tempos é dizer-se que o povo gostava de ouvir o pregador e o ouvia «com fruto» (3).

A oratória dos Jesuítas do Brasil manifestou-se em sermões na sua noção vulgar, orações fúnebres, panegíricos e discursos académicos (4). Entra no último género o *Discurso sobre a novidade dos Descobrimentos Portugueses,* 7.ª conferência num ciclo sobre o assunto na Academia Brasílica dos Esquecidos (5). Este discurso de Rafael Machado pertence já ao século XVIII, mas o período áureo

(1) HC VIII 89. — (2) HC IX 120. — (3) HC VIII 185 n.º 1. — (4) HC IX 448-449. — (5) HC VIII 335 letra E.

do púlpito clássico brasileiro foi o XVII, com vultos literários como António de Sá, Eusébio de Matos e Ângelo dos Reis, que foi algum tempo secretário do P.e António Vieira, o qual supera todos os mais oradores sacros de Portugal e do Brasil, jesuítas e não jesuítas, e ombreia com os maiores do mundo moderno, Bourdaloue, Bossuet, Ségneri. Pelos seus numerosos volumes de sermões se averigua que António Vieira pregava com a mesma facilidade, compreensão, elevação e beleza formal a escravos negros de um engenho de açúcar, a índios de catequese nas ribeiras do Amazonas; em momentos de crise nacional, despertando as consciências contra a invasão holandesa de Pernambuco ou contra a invasão castelhana do Alentejo; e sentia-se tão à vontade nos púlpitos da Baía e do Maranhão como nos mais altos da terra, a capela real de Lisboa e a corte pontifícia de Roma. Vieira anda traduzido em alemão, croata, espanhol, francês, holandês (flamengo), inglês, italiano, latim e polaco, e inúmeras das suas páginas constituem património imarcescível da língua falada em Portugal e no Brasil; e no tomo IX da *História da Companhia de Jesus no Brasil,* os sermões, cartas, obras várias, traduções, inéditos, junto com biografias sobre Vieira, ocupam 172 páginas (192 a 363).

9. — Com o nome do grande escritor se encerra este capítulo, não todavia sem recordar a presença de outros nomes, que de alguma forma contribuíram com a pena para a obra escrita dos Jesuítas na América Portuguesa. Com todos se enchem, na referida *História,* os dois tomos biobibliográficos (VIII e IX) por ordem nominal, e no fim do tomo IX se reagrupam todos em seis secções, segundo as matérias que versaram. É inexequível acenar aqui, mesmo de passo, a tantas centenas de autores. Reportam-se às seguintes categorias:

I — *Ciências:* Astronomia (e astrologia), bibliografia, cartografia, plantas e desenhos, ciências naturais, etnografia, corografia, filosofia, fisiografia e economia, estudos e poemas sobre as riquezas do Brasil, geografia, linguística (africana e americana), matemática, náutica e pedagogia.

II — *Ciências Sacras:* ascética e mística, catecismo, exercícios espirituais, teologia dogmática e sagrada escritura, teologia moral e direito, teologia pastoral.

III — *Epistolografia:* Naturalmente a mais extensa de todas estas seis secções.

IV — *Historiografia:* história, biografia, relações, informações, memórias.

V — *Letras:* humanidades e retórica, novelas, oratória (sermões), orações fúnebres, panegíricos e discursos académicos, teatro, poemas e poesias em latim, português, espanhol, tupi e kiriri.

VI — *Vária:* certificados e declarações, pareceres, arrazoados e controvérsias, regimentos e directórios, requerimentos e representações, revisão de livros, «visitas» gerais ou provinciais e suas ordenações de governo (1).

Variedade de assuntos, em que nem tudo anda impresso, em particular o que toca à secção III (Epistolografia) e à secção VI (Vária), ambas de valor documental; e, como acontece sempre em todas as bibliografias gerais, o merecimento exibe facetas diversas. Mas pelo seu mesmo volume e qualidade genérica é não vulgar monumento a herança cultural, científica e literária da Companhia de Jesus no Brasil.

(1) HC IX 437-452.

CAPÍTULO XIV

CRISE DO SÉCULO XVIII

1. — A lei régia de 1759 e o exílio dos padres em 1760; 2. — As raízes da crise estavam fora do Brasil e mesmo de Portugal e é já outra longa história, que não cabe nesta; 3. — Volta da Companhia de Jesus ao Brasil, onde floresce de novo.

1. — A Companhia de Jesus, da Assistência de Portugal, acabou a sua missão no Brasil em consequência da Lei de 3 de Setembro de 1759 de D. José I, durante o governo do secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, que a exilou de Portugal e domínios ultramarinos com sequestro geral das suas casas e bens. No Brasil, concentrados os padres e irmãos nos principais colégios de cada região, operou-se o embarque para a Europa em 1760, movimento de exílio, que seguiu a linha Sul-Norte, nos respectivos portos, Rio de Janeiro, Baía, Recife e Pará. No Rio de Janeiro, a 15 de Março, embarcaram 125 padres e irmãos; na Baía, a 19 de Abril, em dois navios, 124 religiosos; no Recife, a 1 de Maio, 53; no Pará a 12 de Setembro, 115 (1). Somam 417, mas um ou outro já de idade ficou em terra, como ficaram nela os noviços e quase todos os que ainda estudavam. Os Jesuítas, em 1760, nos dois Estados da América Portuguesa, eram em globo 670 (2).

Os funcionários públicos de menos categoria cumpriam ordens superiores e em geral os do Estado do Brasil portaram-se com dignidade e sentimento; não se pode dizer o mesmo dos governadores e capitães-mores no período agudo da perseguição, sobretudo no Estado do Maranhão e Pará. Os bispos procederam de modo desigual e algum preferiu resignar. O povo revelou o seu desgosto por diversas maneiras ao seu alcance. Da atitude dos padres da Companhia pode-se ajuizar pelo que sucedeu na Baía. Eles tinham passado do

(1) HC VII 344. — (2) HC VII 240.

Colégio para o noviciado da Jiquitaia, onde o cais do mar ficava à mão. Antes de embarcar celebraram a derradeira missa da comunidade nessa mesma cidade da Baía, onde Manuel da Nóbrega 211 anos antes celebrara a primeira dos jesuítas na América. Mas, primeiro que consumisse a última partícula consagrada, o celebrante deu a bênção do Santíssimo e com ela o extremo adeus à terra que deixavam, não ingrata, porque a culpa era do espírito do século, que então reinava, e julgava reinar para sempre que é o eterno engano da sem-justiça. Os padres, esses, sabiam que só Deus triunfa definitivamente. Tiveram consciência disso e alguns deles chegaram a ver restaurada a Companhia de Jesus, passada a tormenta. Em vez de se sentirem abatidos, juntos todos na capela do noviciado, endereçaram a Deus graças e louvores por serem julgados dignos de padecer pelo nome de Cristo. Alguma lágrima brilharia nos olhos dos que partiam da terra que amavam. Todavia o que lhes brotou dos lábios não foram queixumes, senão o *Te Deum laudamus, te Dominum confitemur!* (1).

2. — Para se compreender bem o facto, tenha-se presente que a Companhia de Jesus nunca existiu como corporação isolada. A sua grande obra no Brasil, com ter personalidade própria, pertence à Igreja, como instituição que era dela, pertence a Portugal, como instrumento seu, nacional, de cultura e cristianização ultramarina. Claro que não faltaram aos padres deficiências nem atritos no campo das realidades em que a prudência humana nem sempre é infalível tanto de um lado como de outro. Mas, postas as coisas no seu lugar, a Companhia de Jesus sentiu durante dois séculos o apoio indispensável de Roma e de Lisboa. Os ares turvaram-se pelos meados do século XVIII, sem que ela no Brasil percebesse logo bem donde sopravam os ventos. Existe infinita documentação relativa a esta matéria e a este período, de origem sobretudo burocrática, procedente de diversas regiões do Brasil, documentação que já mal atinge a história dos Jesuítas, pertence antes à do movimento das ideias com o centro motor fora do mundo português. Nela se multiplicam pretextos ou episódios locais de materialidade missionária e portanto em território brasileiro, mas cuja explicação última cai fora do Brasil e mesmo de Portugal. Basta conhecer, nos meados do século XVIII, a Europa dos racionalistas, jansenistas,

(1) HC V 149-150.

regalistas e iluminados, com resquícios ainda da polémica dos ritos sino-malabares e a incubação já do laicismo do mundo moderno; basta atender a este espírito do século e observar que entre o exílio dos jesuítas das missões em 1760 e a supressão pontifícia da Ordem em 1773 medeiam apenas 13 anos e desta não mais que 16 à Revolução Francesa (1789). Período digno sem dúvida, todo ele, de ser estudado com isenção e serenidade nas suas causas, evolução e efeitos, operados num tempo em que o absolutismo reinante das cortes europeias envolvia verdades com afirmações malévolas contra as quais não consentia defesa nem contraprova; sistema cruel que levava as vítimas ora ao patíbulo, ora ao exílio, ora às famosas prisões de estado, como na França a Bastilha, em Roma o Castelo de Santo Ângelo e em Portugal S. Julião da Barra ou a Junqueira. Hoje, que mudaram os tempos, é possível estudar-se e averiguar-se a verdade mesmo em pormenor, com as suas sombras e claridades. Mas já é outra história.

3. — A que se intentou neste livro, consagrado à actuação construtiva da Companhia de Jesus no Brasil, conclui-se aqui, não sem esclarecer que a instituição não se dissolveu de todo na Europa. Restabelecida oficialmente pela Santa Sé em 1814, voltou ao Brasil em 1841, onde floresce de novo em colégios, universidades, missões, obras sociais, e ministérios religiosos, com a perpétua e multiforme afirmação do pensamento católico na renovada variedade dos tempos (1). Nem a obra do passado se obliterou com a crise do século XVIII. Ainda hoje a Companhia de Jesus no Brasil vive muito do prestígio antigo, sobretudo com os três grandes nomes de permanente evocação: Nóbrega, Anchieta e Vieira (2).

FIM

(1) HC VII 362-363. — (2) JB 599.

APÊNDICES

I

APÊNDICE ESTATISTICO

Número e naturalidade dos Jesuítas do Brasil

Catálogos	Portugueses				Estrangeiros		Total
	Nascidos fora do Brasil		Nascidos no Brasil				
A) *Província do Brasil*							
1549	5	83,40 %	—	—	1	16,60 %	6
1574	88	80,00 %	16	14,50 %	6	5,50 %	110
1610	125	75,20 %	28	17,00 %	12	7,80 %	165
1654	106	62,40 %	59	34,70 %	5	2,90 %	170
1698	174	57,20 %	113	37,20 %	17	5,60 %	304
1732	184	53,30 %	164	45,30 %	5	1,40 %	362
1757	244	51,40 %	210	44,40 %	20	4,20 %	474
B) *Vice-Província do Maranhão e Pará*							
1607-1649	Tentativas e idas precárias sem continuidade						
1652	15	100,00 %	—	—	—	—	15
1697	46	75,40 %	7	11,40 %	8	13,10 %	61
1722	61	80,20 %	7	9,20 %	8	10,60 %	76
1740	114	89,00 %	6	4,70 %	8	6,30 %	128
1760	134	86,50 %	8	5,20 %	13	8,30 %	155
C) *Nas duas províncias reunidas*							
1757-1760	378	60,10 %	218	34,70 %	33	5,20 %	629
D) *Nas duas províncias*							
1760	Com os noviços sem naturalidade explícita						670

Mostra o quadro a existência, em 1760, de duas circunscrições religiosas pertencentes à Assistência de Portugal da Companhia de Jesus, uma Província e uma Vice-Província: a Província do Brasil, correspondente ao antigo Estado do mesmo nome, a Vice-Província do Maranhão e Pará, correspondente ao tam-

bém antigo Estado homónimo, incorporado depois ao Estado do Brasil. O número total dos Jesuítas, 670, é notável, posto em relação com o dos habitantes, que não passariam então de 2 500 000 em toda a América Portuguesa.

Na primeira parte do quadro (A), entre o catálogo inicial de 1549 e o último de 1757, inserem-se mais cinco, donde emerge, bem claro, o movimento numérico e as fontes de recrutamento, *portugueses* e *estrangeiros*, com as respectivas percentagens. Nesse período, quantos nasciam no Brasil, que não fossem índios ou negros puros, chamavam-se *portugueses*. É assim que aparecem nos catálogos e outros documentos da época, determinando-se a naturalidade pela cidade ou capitania em que nasciam ou com a designação genérica de *portugueses do Brasil* ou *luso-americanos*, esta segunda denominação, mais usada no Estado do Maranhão e Pará. Os Jesuítas do Brasil diziam-se «brasilienses» (latim), de qualquer nação que fossem. Da palavra «brasileiro», assim em português, conhece-se a mais antiga referência em 1663, pronunciada pelo P.e Belchior Pires, e aplicada aos padres nascidos no Brasil, que se mostraram ofendidos. De facto, um dos capítulos dados pelo provincial José da Costa (siciliano) em 1664, contra o visitador Jacinto de Magistris (italiano), era que fomentava a divisão entre os «nossos portugueses» (os nascidos em Portugal e no Brasil). Bettendorff, em 1687, falando do P.e Manuel de Borba, «maranhense», na hipótese de se lhe recusar a profissão solene, sendo de bom talento, diz que havia perigo de vocação, porque os «portugueses, como ele é», não o costumavam levar a bem. Por sua vez o P.e Vieira chama a outro ilustre filho do Maranhão, o P.e António Pereira, «português e de maior idade».

Num dado momento, há uma classificação singular, como de quem não quer dar o apelativo de «portugueses» aos da Casa da Torre na Baía, que perturbavam as aldeias do Rio de S. Francisco. O P.e Alexandre de Gusmão (em carta escrita pelo seu secretário Andreoni, mas assinada por ele) trata os homens da Casa da Torre, em 1696, de «europeus» em contraposição com os «índios». O epíteto de europeus aos nascidos no Brasil não teve êxito e prestava-se a equívocos. O facto é que, alternando-se mais tarde com o de brasileiros, sòmente algum tempo depois da independência, já em pleno século XIX, desapareceu a nomenclatura de *portugueses* ou de *portugueses do Brasil*. Como se sabe, nas guerras do Rio da Prata em 1827 entre argentinos e brasileiros, os argentinos ainda chamavam aos brasileiros — e já iam cinco anos depois da independência — «los portugueses inimigos nuestros», que era a persistência da divisão da América do Sul entre portugueses e espanhóis, isto é, entre o Brasil de um lado e todos os mais do outro.

Depois ficou só o termo de brasileiro, como era justo. Mas se ainda em 1827 se usava o de portugueses, alternando-se já com o de brasileiros, nos anos que nos ocupam, de 1549 a 1760, a designação de portugueses era a mais comum e a que nos situa històricamente dentro do espírito do tempo.

Classificam-se os outros portugueses na categoria de «nascidos fora do Brasil» e não simplesmente «portugueses do reino», por um escrúpulo de exactidão, para quem quiser distinguir entre Portugal continental e Portugal insular (Madeira e Açores); e porque também um ou outro jesuíta português do Brasil nasceu em África, em terra onde ainda hoje quem lá nasce se chama português (Angola). Na realidade, a grande massa de portugueses missionários do Brasil, não nascidos nele, era de Portugal continental (HC VII 240-242).

II

APÊNDICE CRONOLÓGICO I

Provinciais e visitadores da Província do Brasil (1549-1760)

Observações: 1. *Datas de governo.* A primeira designa ora a da patente de nomeação, ora a do começo de governo, que pelas distâncias entre Roma e o Brasil nem sempre coincidem no mesmo ano. Quando averiguadas ambas, prefere-se a da posse ou início de governo, excepto para o primeiro provincial, por a patente de Santo Inácio, de 9 de Julho de 1553, ser o acto histórico da instituição oficial da Província do Brasil; e porque Nóbrega, como superior, vice-provincial ou provincial, governou ininterruptamente os primeiros doze anos seguidos.

2. *Ano de nascimento.* Os documentos nem sempre o expressam com dados positivos, mas de vez em quando manifestam a idade que o padre ou já tinha ou na qual então andava, maneira de falar que, feitas as contas, dá margem a uma unidade a mais ou a menos em relação ao ano do nascimento. Declara-se o de maior convergência, precedido da partícula latina c. *(circiter)*, que exprime proximidade e se interpreta: nascido *por*...

3. *Provinciais.* Desde o primeiro (Nóbrega) ao último (Sequeira) foram quarenta e cinco com patente de Roma. Indica-se a ordem numérica de cada um na série geral.

MANUEL DA NÓBREGA (1517-1570), *superior da Missão* — 1549-1553

MANUEL DA NÓBREGA, *vice-Provincial* — 1553

1. MANUEL DA NÓBREGA — 1553-1560

   Fundador da Missão e organizador da Província, como se viu nos dois primeiros capítulos deste livro, com as demais obras inerentes: primeiros colégios, primeiras aldeias de índios, saneamento da moralidade pública, defesa da liberdade dos índios (BN *passim;* HC VIII 463-470; IX 3-14).

2. LUÍS DA GRÃ (1523-1608 [1609?]) — 1560-1570

   Promoveu as missões dos índios, desenvolvendo acção mais pessoal que organizadora (HC II 471-475; VIII 284-285).

3. INÁCIO DE AZEVEDO (c. 1526-1570), *visitador e provincial* — 1566-1570

   Foi seu precípuo cuidado o de instituir uma grande casa de formação no Brasil. Concluída a visita da Província em 1568, voltou à Europa para angariar pessoal abundante e competente para aquele fim; e já regressava ao Brasil, como pro-

vincial, à frente de uma numerosa expedição, quando foi martirizado com os seus companheiros em 1570. Ao ter-se em Roma notícia do martírio, S. Francisco de Borja nomeou Nóbrega, provincial 2.ª vez; mas à data da nomeação, também já Nóbrega era falecido naquele mesmo ano de 1570 (HC II 242-266; VIII 69-82; NP 127-132 227-271).

ANTÔNIO PIRES (c. 1519-1572), *vice-provincial* — 1570-1572

Ocupara antes o cargo de vice-provincial em 1566 na Baía (MB IV 363), cargo que significava superintendência local não jurisdição sobre toda a Província, onde o provincial continuava presente; em 1570 ou começos de 71, assumiu a jurisdição sobre toda a Província por assim se interpretar uma cláusula deixada pelo visitador Inácio de Azevedo (HC II 475-477; IX 58-59).

GREGÓRIO SERRÃO (c. 1527-1586), *vice-provincial* — 1572

Por falecimento de António Pires em 1572, assumiu o governo da Província em virtude da mesma cláusula precedente. Governou alguns meses até à vinda do novo provincial (HC IX 123-125).

4. INÁCIO TOLOSA (c. 1532-1611) — 1572-1577

Dotado de boas qualidades de governo, deu também impulso à devoção eucarística e às irmandades do Santíssimo Sacramento nas aldeias. No seu tempo se conferiram no Colégio da Baía os primeiros graus académicos (HC II 477-479; IX 162-165).

5. JOSÉ DE ANCHIETA (1534-1597) — 1577-1587

Com pouca saúde e muita virtude. Há certo paralelismo entre o seu governo e o de Luís da Grã até na vinda de um visitador geral (HC II 480-489; VIII 16-42).

CRISTÓVÃO DE GOUVEIA (1542-1622), *visitador* — 1583-1589

Reorganizador da Província e da disciplina: as normas da sua «Visita» fizeram lei por muito tempo. Com faculdades que tinha, inerentes ao seu cargo, enviou alguns missionários para o Rio da Prata, três dos quais entraram em Assunção em 1588 fundando a Missão do Paraguai (HC II 489-493; VIII 279-285).

6. MARÇAL BELIARTE (1542-1596) — 1587-1594

Antigo professor universitário, conservou sempre o amor da cultura literária e científica e teria elevado o Colégio da Baía a universidade se não achasse circunstâncias adversas aos seus desígnios (HC II 493-495; VIII 91-92).

7. PÊRO RODRIGUES (1542-1628) — 1594-1603

Missões dos índios Potiguares, Marumomins e outras (HC II 496-498; IX 91-98).

INÁCIO TOLOSA, *vice-provincial* — 1603-1604

Governou enquanto não chegou da Europa Fernão Cardim já então nomeado provincial (HC VII 3-4).

8. FERNÃO CARDIM (c. 1549-1625) — 1604-1609

Missões nos dois extremos do Brasil, com o envio dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira à serra de Ibiapaba, a caminho do Maranhão, e dos padres João Lobato e Jerónimo Rodrigues aos Carijós na fronteira de Santa Catarina com o actual Estado do Rio Grande do Sul. Primeiro engenho de açúcar, da Companhia de Jesus, em terras do Colégio da Baía (HC VII 4-7; VIII 132-137).

MANUEL DE LIMA (c. 1554-1620), *visitador* — 1607-1610

Procurou conservar os estudos ao nível universitário e o exacto cumprimento da disciplina religiosa (HC VII 8-9; VIII 316-317).

9. HENRIQUE GOMES (1555-1622) — 1609-1615

Mantém a elevação dos estudos; missões do norte e conquista do Maranhão em que tomam parte os índios guerreiros das aldeias dos Jesuítas. Confrarias dos oficiais mecânicos (HC VII 9; VIII 268-269).

10. PEDRO DE TOLEDO (c. 1550-1619) — 1615-1618

Continua o movimento missionário do governo precedente (HC VII 10; IX 162).

11. SIMÃO PINHEIRO (c. 1568 — entre 1631 e 1641) — 1618-1621

Além de missões ao norte e ao sul, também aos Goitacases (sertão do Rio de Janeiro) e ao Arabó (sertão da Baía) (HC VII 11-12; IX 55-56).

12. DOMINGOS COELHO (c. 1564-1639) — 1621-1628

No norte, o P.e Luís Figueira funda a Missão do Maranhão; no sul, o P.e António de Araújo a Igreja de Laguna. Sobe-se pelo rio Doce até ao sertão das Minas. Ao voltar em 1624 do Rio de Janeiro, o provincial achou a Baía ocupada pelos holandeses que o cativaram e levaram para a Holanda. Ao fim de dois anos de prisão, saiu livre, foi a Roma e voltou ao Brasil, passando o cargo ao provincial seu sucessor, António de Matos (HC VII 12-13; VIII 164-165).

HENRIQUE GOMES, *visitador* — 1622

Ocupava este cargo quando faleceu a 18 de Agosto de 1622 (HC VII 14).

FERNÃO CARDIM, *vice-provincial* — 1624-1625

Reitor do Colégio Máximo da Baía no momento em que o provincial Domingos Coelho e o seu sucessor já nomeado, António de Matos, foram cativos dos Holandeses em 1624. Em virtude do seu cargo, Cardim assumiu o governo da Província, mostrando animosa resistência contra os invasores (HC VII 14).

MANUEL FERNANDES (c. 1577-1654), *vice-provincial* — 1625-1628

Sucedeu no ofício de reitor da Baía ao P.e Fernão Cardim, e por essa mesma razão de reitor começou a governar a Província pelo falecimento de Fernão Cardim em 1625. Prestou

grandes serviços com os seus padres até à retirada do inimigo, restaurando o ensino da juventude e o culto na igreja profanada da Baía. Durante o seu governo se concluiu a redução dos Goitacases (HC VII 14; VIII 223-225).

13. ANTÓNIO DE MATOS (1561-1645) 1628-1632

Devia começar o governo em 1624 quando foi cativo com o provincial Domingos Coelho e outros padres, levados para a Holanda. Voltou ao Brasil com nova patente de provincial. Homem de notáveis dotes de governo e de bondade (HC VII 15-16; VIII 357-359).

14. DOMINGOS COELHO, 2.ª vez 1632-1638

Período de resistência contra a invasão holandesa. Entretanto, no norte, Luís Figueira chegou ao rio Xingu, e no sul, Inácio de Sequeira foi aos Carijós, e se tentou no sertão do Espírito Santo o descobrimento da serra das Esmeraldas, situadas hipotèticamente nas futuras Minas Gerais (HC VII 16).

15. MANUEL FERNANDES 1638-1645

Já tinha sido vice-provincial. Agora durante o seu governo deu-se a Restauração portuguesa e a aclamação de D. João IV no Brasil, ficando ele pessoalmente unido ao acto solene da aclamação, realizado no Colégio do Rio de Janeiro em 1641 (HC VII 18-20).

PEDRO DE MOURA (c. 1585-1654), *visitador* 1639-1640

Visita conexa com as perturbações provocadas pela publicação do breve de Urbano VIII sobre a liberdade dos índios (HC VII 16-17; VIII 389).

16. FRANCISCO CARNEIRO (c. 1580-1652) 1645-1648

Estimulou no norte o levante de Pernambuco contra os invasores holandeses; e no sul tratou de restabelecer as boas normas na administração dos índios, encampando as aldeias aos oficiais da Câmara, enquanto colocava el-rei dentro deste curto dilema: ou prestigiar eficazmente as missões ou desobrigar delas os Jesuítas (HC VII 19-22; VIII 143-144).

17. BELCHIOR PIRES (1582-1668) 1648-1652

Continuou a favorecer a guerra de Pernambuco contra a invasão e declarou-se acérrimo defensor dos bens dos colégios e das aldeias dos índios, alegando que os colégios não eram mosteiros de capuchos; e sem a cristandade dos índios, a Companhia pouco tinha que fazer no Brasil (HC VII 22-23; IX 60-62).

18. FRANCISCO GONÇALVES (1597-1660) 1652-1655

Assina, em 1652, com Salvador Correia de Sá e Benevides a escritura de fundação do Colégio de S. Miguel de Santos e em 1653 a escritura de paz paulista, com a reabertura do Colégio de Piratininga fechado em 1640 nas perturbações causadas pela publicação do breve de Urbano VIII. Durante o seu governo foram expulsos os Holandeses do Brasil (1654) e deu-se princípio à casa de Nossa Senhora do Ó, que seria

depois o Colégio de Jesus do Recife (HC VII 23-26; VIII 274-275).

19. SIMÃO DE VASCONCELOS (c. 1596-1671). 1655-1658

Primeira pedra da igreja nova do Colégio da Baía (actual catedral primaz); missões ao sertão baiano (Jacobina e Rio das Contas) (HC VII 26-28; IX 173-183).

20. BALTASAR DE SEQUEIRA (c. 1588-1663) 1658-1662

Período de reconstrução dentro da Província do Brasil, abalada pelos holandeses e pela esterilidade das missões na zona por eles ocupada. Lançavam-se agora os olhos mais para o novo e vasto campo do norte, desde o Ceará à Amazónia, onde já então estava presente o P.e António Vieira (HC VII 28-29; IX 120-121).

21. JOSÉ DA COSTA (c. 1590-1681) 1662-1665

Andava nas casas do sul, quando chegou à Baía o visitador Jacinto de Magistris. O provincial, informado das intenções da visita, voltou logo à Baía e depôs o visitador em 1663, acto processado em forma irregular que o geral desaprovaria depois privando-o do cargo de provincial (HC VII 30; VIII 177-179.

JACINTO DE MAGISTRIS (1605-1668), *visitador* 1663

Antigo missionário da Índia foi mandado pelo P.e Oliva (então ainda só vigário-geral) por visitador da Província do Brasil sem nunca ter sido antes superior. Os fins da visita eram solucionar as dificuldades surgidas entre o Colégio de Santo Antão de Lisboa, o Colégio da Baía e a Misericórdia da mesma cidade, à roda da herança de Mem de Sá e da sua filha condessa de Linhares (engenho de Sergipe do Conde); e ainda outros pontos de administração interna e da admissão na Companhia dos naturais do Brasil. Em Lisboa, Jacinto de Magistris e Simão de Vasconcelos, procurador do Brasil a Roma, logo se puseram em desacordo e tudo tomou um tom polémico, que devia ter sido inicialmente evitado. Tal atitude esfriou a caridade fraterna e, por se tornar pública, deu escândalo e originou processo e contra-processo com multiplicadas testemnnhas. Vieira, que ainda intervirá no final da questão, a apelidará «Jacintada». Nela se baixou ao «dize tu», «direi eu», e apareceu pela primeira vez o vocábulo «brasileiro» aplicado aos nascidos no Brasil, que o não levaram então a bem, mas que hoje é título triunfante e glorioso de 80 milhões de pessoas. Observe-se que as questões e questiúnculas de interesses e predomínios regionais não eram privativas da Província do Brasil, também existiam nesse tempo na Europa e, dentro do Brasil, noutras diversas instituições (HC VII 31 51-60; VIII 335-339).

JOÃO DE PAIVA (c. 1598-1681), *vice-provincial* 1665-1666

Como vice-reitor do Colégio da Baía recebeu a incumbência do geral de comunicar ao provincial José da Costa que em

virtude da deposição irregular do visitador Jacinto de Magistris, tanto ele como os outros que intervieram, ficavam privados de voz activa e passiva e portanto inibidos de exercer cargos na Companhia. João de Paiva assegurou algum tempo o governo da Província até à chegada de sucessor. Conserva-se do seu governo uma notável resposta à Câmara da Baía que se intrometera na questão (HC VII 31 49-53; IX 32-34).

22. GASPAR ALVARES († 1684) — 1666-1669

Promoveu as missões dos índios Kiriris. O seu governo coincidiu pràticamente com o do comissário Antão Gonçalves e nas mãos deste esteve de facto o governo da Província (HC VII 32; VIII 11).

ANTÃO GONÇALVES (c. 1600-1680), *comissário* — 1666-1668

Enviado para dar solução às dificuldades, que não resolveu Jacinto de Magistris, mas antes se agravaram, Antão Gonçalves ia agora revestido de poderes, não apenas de visitador, mas também de comissário, isto é, podia decidir *in loco* sem prévia e morosa consulta de Roma. Acalmados os ânimos, os padres da Baía aceitaram a regra de disciplina religiosa, que em assuntos internos da Companhia deixa ao superior geral a decisão última de semelhantes controvérsias (HC VII 31-32 60; VIII 272-273).

23. FRANCISCO DE AVELAR (1607-1693) — 1669-1672

O seu governo representa já a volta à normalidade e ao bom senso comum. Primeiro provincial depois de feitas as pazes entre Portugal e Espanha (1668), colaborou nas diligências preliminares para o Brasil reatar o comércio com o Rio da Prata e favoreceu a catequese dos índios (HC VII 62-63; VIII 67-68).

24. JOSÉ DA COSTA, 2.ª vez — 1672-1675

Já tinha 82 anos de idade, governou ainda três, vindo a falecer com 91. O geral da Companhia ainda era o mesmo P.e Oliva do tempo da já esquecida «Jacintada» (HC VII 63). Fê-lo agora de novo provincial, mas o seguinte foi-se buscar a Portugal, um antigo reitor da Universidade de Évora.

25. JOSÉ DE SEIXAS (c. 1612-1691), *provincial e visitador* — 1675-1681

Governou como provincial até 1678 e daí até 1681 também como visitador, para fazer cumprir e cumprir também ele as determinações da sua visita. Atendeu à sólida formação dos irmãos noviços e juniores, elevou o nível dos estudos com internos e externos, desterrando mal entendidas complacências, favoreceu as missões dos índios Paiaiases e Maracás, mandou missionários para o Maranhão e deu dois padres para a expedição de D. Manuel Lobo, fundador da Colónia do Sacramento no Rio da Prata. Concluído o governo, voltou a Portugal (HC VII 63-65; IX 117-118).

26. ANTÓNIO DE OLIVEIRA (1627-1686) — 1681-1684

Mandou fechar as escolas da Baía (ele era baiano) aos moços pardos, que protestaram, reabrindo-se as escolas; promoveu a piedade, congregações marianas, obras de misericórdia e missões; e fundou a casa (depois colégio) da Paraíba do Norte (HC VII 65-66; IX 21-22).

27. ALEXANDRE DE GUSMÃO (1629-1724) — 1684-1688

Sendo tomada por piratas a fragata da Província e lançados em terra, ele e os seus companheiros, a vinte léguas do Rio de Janeiro, passaram grandes trabalhos. De volta à Baía fundou o Seminário de Belém da Cachoeira (HC VII 66-69; VIII 289-298).

28. DIOGO MACHADO (1632-1713) — 1688-1692

No mesmo dia em que tomou posse do governo da Província abriu Vieira a sua visita (HC VII 71-72; VIII 333-334).

ANTÓNIO VIEIRA (1608-1697), *visitador do Brasil e Maranhão* — 1688-1691

Nomeado, pelo geral, visitador da Companhia para toda a América Portuguesa, isto é, para a Província do Brasil e para a Missão do Maranhão e Pará, da qual tinha sido superior e visitador trinta anos antes. Dada agora a sua idade avançada, ficou dispensado de fazer a visita canónica e pessoal das casas, exercendo o seu mandato sem sair da Baía. Manifestou a sua actividade em três pontos principais: liberdade dos índios, progresso das missões, prestígio dos filhos da nação evangelizadora, que Portugal tinha sido e continuava a ser (HC VII 73-114; IX 192-363).

29. MANUEL CORREIA (c. 1633-1693) — 1692-1693

Teve pouca oportunidade de revelar o seu talento de governo por falecer prematuramente do «mal da bicha» (HC VII 115-116; VIII 173-174).

ALEXANDRE DE GUSMÃO, *vice-provincial* — 1693-1694

Ficou por vice-provincial à morte do P.e Manuel Correia (HC VII 116).

30. ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2.ª vez — 1694-1697

Além das missões no Rio de S. Francisco e Piauí, a sua actividade girou à roda da questão servil, da efervescência estrangeira que então se manifestou dentro da Companhia e do seu Seminário de Belém da Cachoeira (HC VII 116).

31. FRANCISCO DE MATOS (1636-1720) — 1697-1702

Tomou posse do governo a seguir à morte do P.e Vieira e remodelou, por indicação do padre geral, o quadro interno do Colégio da Baía, diminuindo o número de padres estrangeiros nele residentes; e mandou coordenar pelo P.e Andreoni as cláusulas das visitas (a sua e as precedentes). Durante o seu governo deu-se a «Guerra dos Bárbaros» no Rio Grande do Norte, onde o P.e Bourel fundou a aldeia do Apodi (HC VII 118; VIII 362-370).

32. JOÃO PEREIRA (1646-1715), *provincial e visitador* — 1702-1706

Cai dentro do seu governo a carta régia de 1704 que ordenou se guardassem no Colégio da Baía as vias de sucessão dos governadores e vice-reis do Brasil. De volta a Portugal, donde tinha vindo, aí concorreu para se obter na Corte licença para a fundação do novo noviciado da Baía, na Jiquitaia (HC VII 119; IX 40-41).

33. JOÃO ANTÔNIO ANDREONI (1649-1716) — 1706-1709

Fez-se estimar pelas concessões aos moradores sobre a liberdade dos índios e pelos conhecimentos jurídicos que pôs à disposição do arcebispo da Baía, D. Sebastião Monteiro da Vide, conhecimentos que ele utilizou como advogado dos interesses materiais da Companhia e da terra, de que é um como memorial o seu, hoje muito estimado livro, publicado com o pseudónimo de André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (HC VII 120-121; VIII 45-54).

34. MATEUS DE MOURA (c. 1639-1728) — 1709-1713

O seu governo assinalou-se no Brasil por graves perturbações internas e externas: duas guerras civis, a dos *Emboabas* e a dos *Mascates*, e as invasões francesas do Rio de Janeiro, nas quais ele defendeu quanto esteve em seu poder os interesses da religião e do estado (HC VII 121-122; VIII 385-388).

35. ESTANISLAU DE CAMPOS (c. 1649-1734) — 1713-1716

Ainda o colheu o rescaldo das duas guerras civis e procurou restabelecer no Rio de Janeiro a normalidade alterada pelas invasões francesas (HC VII 122-123; VIII 127-128).

JOSÉ DE ALMEIDA (1657-1735), *visitador e vice-provincial* — 1716-1719

Reitor do Colégio do Porto quando foi nomeado visitador e logo a seguir vice-provincial do Brasil. Governou com satisfação e voltou a Portugal em 1719, onde continuou a ser consultado em assuntos do Brasil, como o da criação da nova Província do Rio de Janeiro, sobre a qual deu parecer contrário em 1726. Durante o seu governo do Brasil estiveram os Jesuítas em Vila Rica de Minas Gerais (HC VII 123; VIII 9-10).

ESTÊVÃO GANDOLFI (c. 1643-1720), *vice-provincial* — 1719

Antigo missionário do Maranhão, donde saíra por ocasião do *Motim do Estanco* (1684). Já tinha 76 anos quando subiu a vice-provincial. Sentindo-se incapaz de governar, nomeou visitador da Baía o P.e Manuel Dias com poderes bastantes para despachar os negócios correntes (HC VII 124; VIII 266).

36. MIGUEL CARDOSO (c. 1659-1721) — 1719-1721

Exerceu com os naturais de Angola, de que também era filho, notável apostolado. Pelo seu trato lhano e afável gozava da estima de todos, incluindo prelados e homens da governança. Faleceu no exercício do cargo (HC VII 124-125; VIII 141-142).

JOSÉ BERNARDINO (c. 1663-1738), *vice-provincial* — 1721-1722

Deixado com o governo da Província pelo provincial precedente, conservou-o até à chegada do seguinte. Tinha dado mostras de bom reitor e director de congregações marianas (HC VII 125-127; VIII 96-98).

37. MANUEL DIAS (c. 1664-1752) — 1722-1725

Continuou-se a tratar da divisão da Província do Brasil em duas, a da Baía e a do Rio de Janeiro, divisão, que ele achava útil (HC VII 127-128; VIII 194-197).

38. GASPAR DE FARIA (1672-1739) — 1725-1730

Prosseguiu nos trâmites preparatórios para a criação da Província do Rio de Janeiro e transferiu da Baía para lá doze estudantes teólogos, com a mira posta em transformar o Colégio do Rio em colégio máximo da futura Província (HC VII 128-129; VIII 217-219).

MARCOS COELHO (c. 1676-1736), *vice-provincial* — 1730-1733

Para provincial chegou a estar nomeado o P.e António de Guisenrode, natural da Baía e missionário da Índia, que voltara a Roma e depois ao Brasil, mas coincidiu com a desinteligência entre a corte portuguesa e a corte pontifícia, durante a qual D. João V não quis aceitar governos de nomeação romana. O geral nomeou então o provincial de Portugal, P.e Henrique de Carvalho, *comissário* para toda a *Assistência* e portanto com jurisdição sobre a Província do Brasil e a Vice-Província do Maranhão, o qual governou de Portugal. O comissário nomeou vice-provincial do Brasil o P.e Marcos Coelho, reitor do Colégio da Baía, de quem se dizia que era austero para consigo e suave com os mais (HC VII 129; VIII 167).

MIGUEL DA COSTA (1676-1748), *visitador e vice-provincial* — 1733-1737

Com o ofício de vice-provincial acumulou o de visitador geral da Província e foi o último que desempenhou este cargo no Brasil antigo (HC VII 130; VIII 180-181).

39. JOÃO PEREIRA (c. 1680-1755) — 1737-1740

Bom administrador em coisas materiais. Deu parecer contrário à criação da nova Província do Rio de Janeiro, porque sem o sul, dizia ele, o noviciado da Baía não poderia subsistir (HC VII 131; IX 41-42).

40. MANUEL DE SEQUEIRA (c. 1682-1761) — 1740-1746

Fez o «Novo Regimento dos Índios», de que o encarregara D. João V para o governo das aldeias, pedindo a el-rei que mandasse um regimento impresso que fizesse lei (HC VII 131-133; IX 122-123).

41. SIMÃO MARQUES (1684-1767) — 1746-1750

Quando era reitor do Colégio da Baía manifestou-se em 1744 contra a criação do Seminário da Baía, segundo instruções do P.e Gabriel Malagrida, por não correr por conta dos superiores do Brasil; agora, sendo provincial, e já em novas e mais sóli-

das condições, requereu a el-rei em 1749 a fundação do seminário para Filosofia e Teologia, que de facto se efectuou. Por iniciativa régia concedeu padres jesuítas para o Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso (HC VII 132-133; VIII 354-355).

42. TOMÁS LYNCH (1685-1761) 1750-1753

Promoveu as missões. Era bom administrador e homem de confiança de D. João V e ainda em 1754, sendo reitor do Colégio da Baía, avisou a Corte de D. José I que cumprira todas as ordens relativas à sucessão do governo interino do Brasil por ausência do vice-rei, Conde de Atouguia (HC VII 133-135; VIII 327-330).

43. JOSÉ GERALDES (1697-1760) 1753-1754

Por ordem régia deu parecer sobre o requerimento do bispo de Mariana, que desejava mestres da Companhia de Jesus para o seu seminário. O parecer do provincial, propondo um regime semelhante aos dos Seminários de Belém da Cachoeira e da Paraíba, equivalia a uma recusa e foi mal recebido dentro da própria Companhia (HC VII 135-136; VIII 267).

44. JOÃO HONORATO (1690-1768) 1754-1758

Eleito procurador a Roma na congregação provincial de 1751, voltou da Europa nomeado em 1754. Do seu modo de proceder, demasiado apegado a interesses familiares de um seu parente, se infere que não teve consciência do momento histórico que corria, nem da tormenta que se adensava (HC VII 136-137; VIII 301-303).

45. MANUEL DE SEQUEIRA, 2.ª vez 1757-1761

Último provincial do Brasil da antiga Assistência de Portugal. Nomeado já em plena crise, exilado com os mais da Companhia de Jesus em 1760, faleceu em Roma no ano seguinte (HC VII 138).

III

APÊNDICE CRONOLÓGICO II

Superiores, vice-provinciais e visitadores da Vice-Província do Maranhão e Grão Pará (1622-1760)

a) *Superiores*

OBSERVAÇÃO: É possível que nalgum breve período, por falecimento de um superior ou outro impedimento grave, antes da nomeação oficial do seguinte ou de se tornar pública a nomeação, algum padre tenha exercido interinamente as funções de superior. Por isso, na ordenação nominal de todos, os anos apontados representam uma vez ou outra datas-limites. O índice geral da *História da Companhia de Jesus no Brasil* ministra os elementos biográficos de cada qual, sem cabida neste apêndice, cujo fim útil é dar um sentido de cronologia ao desenvolvimento interno da Missão no extremo norte do Brasil.

LUÍS FIGUEIRA (c. 1575-1643) 1639-1643

Até ao tempo do P.e Vieira, havia no Maranhão apenas uma residência na cidade de S. Luís, doada ao P.e Luís Figueira em 1622, que teve diversos superiores locais (além de Figueira, Lopo do Couto, Benedito Amodei, Francisco Pires) dependentes da Província do Brasil, como qualquer outra residência (HC III 129). Juridicamente a Missão do Maranhão nasceu a 3 de Junho de 1639, data da patente de Roma a Luís Figueira com o encargo de ele erigir *novas* residências. O facto do naufrágio e martírio, seu e de numerosos companheiros, no Pará, em 1643, não anula o significado histórico daquele documento (HC IV 224; VIII 234-240; LF *passim*).

ANTÓNIO VIEIRA (1608-1697) 1653-1656

Fundador efectivo da Missão do Maranhão e Pará (residências e aldeias). Vieira iniciou o governo já em Lisboa em 1652, onde com a sua influência angariou tudo o necessário para a Missão se estabelecer em bases satisfatórias com o patrocínio régio. Não embarcando em Lisboa na primeira expedição, Vieira nomeou superior dela e da Missão o P.e Francisco Veloso; e enquanto o mesmo Vieira foi à Corte em defesa da liberdade dos índios (lei de 1655)

deixou por vice-superior o P.e Manuel Nunes; e há ainda notícia de ter sido algum tempo superior da Missão o P.e Mateus Delgado (HC IV 224-225; IX 192-363).

FRANCISCO GONÇALVES (1597-1660), *visitador* — 1656-1658

Já tinha sido provincial do Brasil, donde veio para o Maranhão com patente do geral (HC IV 224; VIII 274-275).

ANTÓNIO VIEIRA, *superior e visitador* — 1658-1661

A sedição de 1661 obrigou Vieira a embarcar para Lisboa, que antes nomeou substituto o P.e Manuel Nunes; mas este, achando que o P.e Francisco Veloso seria mais apto a acalmar os ânimos dos sediciosos, indicou-o a ele por superior, o qual por sua vez foi forçado a embarcar (HC IV 224).

MANUEL NUNES (c. 1606-1676) — 1661-1668

Durante o seu superiorado há uma referência ao P.e Gonçalo de Veras, que parece corresponder ao ano de 1666, como visitador por parte da Província do Brasil; mas pondo-se em dúvida a legitimidade da nomeação, largou o cargo (HC IV 225; IX 18 186-187).

MANUEL JUZARTE (c. 1627-1671), *visitador* — 1667-1668

Nomeado pelo comissário do Brasil Antão Gonçalves (HC IV 225; VIII 306).

JOÃO FILIPE BETTENDORFF (1625-1698) — 1668-1674

Uma das personalidades mais notáveis da Missão, de espírito culto e compleição artística (HC VIII 98-106).

PIER LUIGI CONSALVI (c. 1629-c. 1683) — 1674-1683

Sustentava que a Missão do Maranhão não dependia da Província do Brasil, mas da de Portugal, matéria em que houve flutuação e critérios diferentes (HC IV 226; VIII 170 letra I).

PEDRO DE PEDROSA (c. 1632-1691), *visitador* — 1679-1681

Veio nomeado pela Província do Brasil (HC IV 226; IX 35-36).

BARNABÉ SOARES (c. 1626-1705), *visitador* — 1683-1684

Enviado também pela Província do Brasil (HC IV 227; IX 128-129).

JÓDOCO PERES (PERRET) (1633-1707) — 1683-1690

Sucedeu no cargo ao P.e Consalvi. Embarcando para Lisboa, nomeou vice-superior o P.e António Pereira, mas continuou com o cargo em Portugal (HC IV 227; IX 44-47).

ANTÓNIO VIEIRA, *visitador* 2.ª vez — 1688-1693

Residia na Baía com o cargo de visitador geral em toda a América Portuguesa, isto é, da Província do Brasil e da Missão do Maranhão.

JOÃO FILIPE BETTENDORFF, 2.ª vez — 1690-1693

A patente chegou com ordem de tomar logo posse (HC IV 227).

BENTO DE OLIVEIRA (1650-1725) — 1693-1696

Veio de Portugal e a Portugal voltou, depois de ser também reitor do Pará (HC IX 22-23).

JOSÉ FERREIRA (c. 1646-1699) — 1696-1699

Faleceu no exercício do cargo, visitando as aldeias (HC IV 227-228; VIII 232).

ANTÓNIO COELHO (1651-1709) — 1700-1703

Antes dele tinha sido nomeado o P.e Francisco de Sousa, reitor da Baía, que se escusou por motivo de saúde (HC IV 228).

MANUEL SARAIVA (c. 1649-1706) — 1704-1706

Já tinha sido, na Província do Brasil, mestre de noviços e professor de Artes e Teologia (HC IV 228; IX 116).

JOÃO CARLOS ORLANDINI (1646-1717), *vice-superior* — 1706-1708

Deve ter assumido o governo por falecimento do precedente no exercício do cargo (HC IV 228; IX 29).

ANTÓNIO COELHO, 2.ª vez — 1708-1709

Faleceu com fama de santo (HC VIII 163-164).

JOÃO DE VILAR (1663-1719), *vice-superior* — 1709-1711

Acumulava o cargo de reitor do Colégio do Maranhão com o de vice-superior da Missão (HC IV 228; IX 364-365).

INÁCIO FERREIRA (1664-1712) — 1711-1712

Faleceu no exercício do cargo «com geral sentimento do povo» (HC IV 229; VIII 229-230).

JOSÉ VIDIGAL (1674-1748), *vice-superior* — 1712-1714

O geral mandara que fosse superior o P.e Manuel Rebelo, missionário exímio dos Tapajós e Arapiuns, que se escusou ficando entretanto com o cargo o P.e Vidigal até à chegada do seguinte (HC IV 229; IX 187-191).

LUÍS DE AMORIM ou de MORIM (c. 1654-1730), *superior e visitador* — 1714[?]-1717

Veio da Província do Brasil para onde voltou (HC IV 229; VIII 15-16).

MANUEL DE SEIXAS, *visitador* — 1717-1721

Nascido em 1661. Veio da Província de Portugal para onde voltou (HC IX 118).

JOSÉ VIDIGAL, 2.ª vez — 1721-1724

JACINTO DE CARVALHO (1677-1744), *visitador* — 1723-1729

Era procurador da Missão do Maranhão em Lisboa, quando o governador João da Maia da Gama o quis levar por confessor. O geral acedeu se o padre aceitasse e para lhe dar autoridade nomeou-o visitador; e pouco depois elevou a Missão a Vice-Província; Jacinto de Carvalho voltou a ser procurador em Lisboa (HC IV 229; VIII 149-152).

MANUEL DE BRITO (1673-1727), *superior e visitador* — 1724-1727

Era superior da Missão do Maranhão quando esta se elevou a Vice-Província (HC IV 230; VIII 124-125).

b) *Vice-provinciais*

1. JOSÉ DE MENDOÇA (1686-1760) — 1727-1729
   A primeira patente de vice-provincial vinha em nome do P.e Manuel de Brito, o qual já tinha falecido quando ela chegou. O P.e José de Mendoça assumiu o ofício de vice-provincial em virtude do seu cargo de reitor do Colégio Máximo do Maranhão até voltar à Província do Brasil a que pertencia (HC IV 230; VIII 375-376).
2. JOSÉ LOPES (1682 — entre 1753 e 1760) — 1729-1732
   Coincidiu o seu governo com a desinteligência entre as Cortes de Lisboa e de Roma, em que os assuntos de todas as missões ultramarinas portuguesas se tratavam em Lisboa com o provincial de Portugal, Henrique de Carvalho, *comissário* do geral para esse efeito (HC IV 230; VIII 321-322).
3. JOSÉ VIDIGAL, *visitador e vice-provincial* — 1731-1737
   Já tinha sido superior da Missão duas vezes. Neste período começou a sofrer dos olhos e pediu para ser aliviado do ofício (HC IV 230).
4. JOSÉ DE SOUSA (1686-1752) — 1737-1743
   Tinha sido missionário do Rio Negro, de cujo chefe índio recebeu a bandeira holandesa que o índio então arvorava (HC IV 230; IX 144-146).
5. CAETANO FERREIRA (1698-1750) — 1743-1747
   Toma posse a 2 de Outubro de 1743 (HC IV 231; X 95).
6. CARLOS PEREIRA (1689-1752) — 1747-1750
   Já era vice-provincial em Agosto de 1747 (HC IV 231; IX 39).
7. JOSÉ LOPES, 2.ª vez — 1751-1752
8. MANUEL FERREIRA (1703-1760) — 1752-1754
   Toma posse a 18 de Fevereiro de 1752 (HC IV 231; VIII 233-234).
9. INÁCIO XAVIER (1692-1760) — 1754-1755
   Pede e obtém licença para a fundação de um seminário em Aldeias Altas (HC IV 231; IX 370-371).
10. FRANCISCO DE TOLEDO (1694-1784), *visitador e vice-provincial* — 1755-1757
    Veio da Província do Brasil e foi uma das primeiras vítimas da violência local (HC IV 231; IX 156-162).
11. JÚLIO PEREIRA (1698-1776) — 1757-1760
    Último vice-provincial. A Vice-Província do Maranhão e Grão Pará devia ser elevada a Província e já em Roma se tinham aprovado os preliminares para a elevação, quando sobreveio a crise, sendo exilado com os mais em 1760 (HC IV 231-232; IX 42-43).

IV

APÊNDICE TOPOGRÁFICO GERAL

Relação dos colégios, residências, aldeias, engenhos de açúcar e fazendas da Companhia de Jesus, desde a Amazónia ao Rio da Prata e fronteiras de Oeste (1549-1760)

Observações: 1. *Número das aldeias.* No índice geral da *História da Companhia de Jesus no Brasil* a lista das aldeias ocupa 14 colunas e orçam por 400 (HC X 8-15). Mas aí incluem-se todas as aldeias citadas nos diversos volumes dessa obra, quer fossem da catequese da Companhia quer não, quer com vida duradoira quer apenas esboçada, quer mesmo simples aldeias gentias de índios, a que aludem os documentos.

2. *Sobrevivência:* Grifam-se os monumentos históricos-jesuíticos, que resistiram ao tempo e perseveram ou em si mesmos ou restaurados pelo Património Histórico e Artístico Nacional ou de que se conservam remanescentes historicamente averiguados.

3. *Toponímia actual:* Quase todas as aldeias de catequese foram criadas vilas ao deixarem-nas os missionários, recebendo novas denominações tiradas da toponímia portuguesa metropolitana, como Abrantes, Almada, Arês, Alter do Chão, Aveiro, Barcelos, Beja, Boim, Borba, Bragança, Caxias, Colares, Faro, Melgaço, Mirandela, Monção, Monte-Alegre, Oeiras, Outeiro, Pinhel, Pombal, Santarém, Serpa, Soure, Viana, Viçosa, Vila Verde e outras. Toponímia do século XVIII, que não significa fundação ou origem dessas povoações, pois já existiam de facto, como aldeias, antes de serem elevadas à categoria de vilas, e muitas dessas antigas aldeias da catequese dos índios são hoje florescentes cidades.

AMAZÓNIA

— Belém do Pará: *Colégio de Santo Alexandre e Igreja de S. Francisco Xavier* (hoje seminário).

— Margem esquerda do Amazonas: No Rio Negro (Tarumás) e residência na Casa Forte (Manaus); aldeias de Abacaxis (depois da mudança: Serpa — Itacoatiara), de Santa Cruz do Jamundá (Faro), de Gurupatuba (Monte-Alegre, de Urubucuara (Outeiro — Prainha), de Jacuacuara, etc. E também no actual território do Amapá.

—Margem direita do Amazonas: No Rio Javari: aldeia de S. Francisco Xavier, fronteira das terras de Portugal com as de Espanha.

—No Rio Madeira: Aldeias de Santo António das Cachoeiras, Trocano (Borba), Abacaxis e Tupinambaranas.

—No Rio Tapajós: Aldeias de Tapajós (Santarém), Iburari (Alter do Chão), Arapiuns ou Cumaru (Vila Franca), Santo Inácio (Boim), S. José de Maitapus (Pinhel), Santa Cruz e Aveiro.

—No Rio Xingu: Aldeias de Muturu (Porto de Mós), Itacuruçá (Veiros), Piraviri (Pombal), Aricari (Sousel).

—No Rio Tocantins: Aldeias de Camutá, Inhaúba, Parijó e Itaboca.

—Na região dos Furos (entre a foz do Xingu e Belém do Pará): Aldeias de Mortigura (Vila do Conde), do Guamá, de Sumauma (Beja), Aricaru ou Nheengaíbas (Melgaço), Arucará (Portel), dos Bocas e Araticum (Oeiras) e fazendas de Ibirajuba, Gibirié e Jaguarari.

—Na região de baixo até o Salgado ou Costa-Mar: *Casa-Colégio e igreja da Mãe de Deus,* da Vigia; aldeias do Cabu ou dos Tupinambás (Colares), Maguari, Muribira, Mocajuba, Tabapará, Maracanã, Caeté (Bragança), e Gurupi; fazendas de S. Caetano, Mamaiacu (Porto Salvo) e Curuçá.

MARANHÃO

—Na ilha de S. Luís: *Colégio e igreja de Nossa Senhora da Luz* (hoje sé-catedral), *Casa de Madre de Deus,* aldeias ou fazendas de Anindiba (Paço do Lumiar), S. Francisco, S. Marcos, S. Brás, Amandijuí, Iguaraú, S. Gonçalo e S. José.

—Em frente da ilha de S. Luís: Casa-Colégio de Tapuitapera (Alcântara).

—No Rio Itapicuru: Seminário do Guanaré, Aldeias Altas (Tredizela-Caxias), aldeia dos Barbados (Grande e Pequena), aldeia de S. Miguel.

—Outras aldeias e fazendas: S. Jacob do Icatu, Tutoia, Gamelas (Lapela), *Maracu (Viana),* engenho de S. Bonifácio, aldeia do Carará (Monção), S. João (Cortes), S. Cristóvão.

CEARA

Hospício-Seminário de Fortaleza e Aquirás; aldeias de *Ibiapaba* (Viçosa), *Parangaba,* Caucaia (Soure), Paranamirim, Paupina (Messejana), dos Paiacus, do Rio Jaguaribe.

PIAUÍ

Seminário do Rio Parnaíba, fazendas da Capela Grande e Capela Pequena —numerosas fazendas de gado, com três núcleos ou residências principais.

RIO GRANDE DO NORTE

Aldeias de Guaraíras (Arês), *Guajuru* (Estremoz), Apodi.

PARAÍBA

Colégio-Seminário e Igreja de S. Gonçalo (Paraíba-João Pessoa), aldeias de Taquara e S. Miguel de Urutaguí (Alhandra).

PERNAMBUCO

Colégio e Igreja de Olinda (hoje seminário), *Colégio e Igreja do Recife* (hoje do *Espírito Santo*), *Igreja das Congregações,* anexa à outra (hoje da *Conceição*); *Recolhimento do Coração de Jesus,* de Iguaraçú; aldeias de S. Miguel de Muçuí, Santo André de Goiana, Itaimbé, Itapicirica, Ibatatã, Escada, Mucujé, Caeté, Ipojuca, Una: *engenhos de Monjope,* e *Nossa Senhora da Luz,* Cotunguba e Caraúba, Quinta da Madalena, Aiama e Barreta.

ALAGOAS

Aldeia de S. Brás e fazendas de Urubu (ou Urubumirim) e do *Colégio* na margem esquerda do Rio de S. Francisco.

SERGIPE (de El-Rei)

Aldeia do Geru e fazendas de Aracaju, *Tejupeba* e *Jaboatão.*

BAIA

—Na Cidade do Salvador: *Colégio* (hoje *Faculdade de Medicina*), *Igreja* (hoje *Catedral-Primaz*), *Noviciado da Jiquitaia* (hoje Asilo de S. Joaquim), *Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição, Casa de Exercícios Espirituais, Colégio da Soledade* (parcialmente), *Quinta do Tanque,* e outros prédios urbanos.

—*Seminário de Belém da Cachoeira.*

—Aldeias do Rio Vermelho, Espírito Santo (Abrantes), Capivari, S. João (duas), S. Sebastião (duas), Santa Cruz (Itaparica), Santo António em Jaguaripe.

—Aldeias dos Kiriris: Natuba (Soure), Canabrava (Pombal), Saco dos Morcegos (Mirandela), S. Francisco Xavier na Jacobina.

—Aldeia do Curral dos Bois e dos Carurus e outras aldeias e fazendas nas margens do Rio de S. Francisco.

—Engenhos de Sergipe do Conde, Pitinga, Pitanga, Cotegipe.

—Engenho e aldeia do Camamu, aldeias de Santo André e S. Miguel de Serinhaém (Santarém), aldeia de Boipeba, aldeia de Maraú (Barcelos), Igreja de S. Francisco Xavier no morro do Galeão (Cairu), fazendas de Santa Ana e Santa Inês.

— Casa-Colégio de Ilhéus, engenho de Santa Ana, aldeias da Escada (Olivença) e dos Grens (Almada).

— Casa-Colégio de Porto Seguro, Nossa Senhora da Ajuda, aldeias de Patatiba (Vila Verde) e de S. João Baptista (Trancoso).

ESPÍRITO SANTO

Colégio de Santiago (hoje *Palácio do Governo,* remodelado), e Igreja de S. Maurício; aldeias da Conceição, S. João, Guaraparim, *Reis Magos* (Nova Almeida), *Reritiba* (Anchieta); engenho de Araçatiba; fazendas da Muribeca, Carapina, Itapoca, etc.

RIO DE JANEIRO (Incluindo o actual estado de Guanabara)

— Na cidade: Colégio e Igreja do morro do Castelo *(há remanescentes),* Engenho Velho, Engenho Novo, *Quinta de S. Cristóvão.*

— Aldeias de *S. Lourenço (Niteroi),* S. Barnabé, *S. Pedro do Cabo Frio,* Itinga e *Itaguaí.*

— Fazendas: *Santa Cruz,* Macacu, Papucaia, *Saco de S. Francisco Xavier, Santo Inácio dos Campos Novos,* Santa Ana de Macaé, *Campos dos Goitacases (Colégio).*

MINAS GERAIS

Aldeia de Santa Ana do Rio das Velhas; residência no Seminário de Mariana.

GOIAS

Missões do Duro e fazendas de gado.

MATO GROSSO

Missões de Cuiabá e do Rio Guaporé.

SAO PAULO

— *Colégio e Igreja de S. Paulo* (há remanescentes), seminário.

— Aldeias de *S. Miguel,* Pinheiros, Barueri, Conceição dos Guarulhos.

— Aldeias e fazendas: de Santa Ana, *Carapicuíba,* Itapicirica, *Embu,* Itaquaquecetuba e Capela, Cubatão, S. José dos Campos, *Araçariguama* (há remanescentes), Guaru, Botucatu.

— Colégio e Igreja de Santos e algumas fazendas.

— Colégio e Igreja de S. Vicente.

— *Casa e Igreja de Itanhaém* e duas aldeias.

PARANA

Colégio-Seminário de Paranaguá; residência de Pitangui.

SANTA CATARINA

Colégio do Desterro (hoje Florianópolis); Laguna, Embituba.

RIO GRANDE DO SUL

Aldeia do Estreito e acampamento do Rio Pardo.

— Aqui também tiveram casas e deixaram ruínas os jesuítas da Província do Paraguai em território que ainda então não era *Brasil.* Mas os dois lugares mencionados já pertenciam ao Brasil e com jesuítas do Brasil.

RIO DA PRATA

Colégio da Colónia do Sacramento (hoje Colónia, Uruguai) (*Artes e Ofícios* [1953] 32-36).

CORRIGENDA

	Onde se lê	*Leia-se*
Pág. 65, l. 14	Ibiapava	Ibiapaba
» 98, l. 28	Botocatu	Botucatu
» 99, l. 10	rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte
» 100, l. 36	Barreiro	Barreiros
» 112, l. 8	Wiede-Neuwied	Wied-Neuwied
» 179, l. 22	1564	1664
» 179, l. 24	1565	1665
» 203, l. 5	Flórez Valdez	Flores Valdés

INDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

Com asterisco (*): Jesuítas

A

Abrantes: 25 36 253.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS: 227.

ACADEMIA BRASÍLICA DOS ESQUECIDOS: 228.

Açores: 125 238.

AÇÚCAR: Moeda corrente no Brasil 28, género de exportação de maior valor económico 180, na redízima dos seus dízimos se fundaram as dotações dos colégios do Brasil 176-177, poema 227. — Ver ENGENHOS DE AÇÚCAR.

Acupe: 183.

Adamastor: IX.

Afonso VI (D.): Rei de Portugal 88.

Afrânio Peixoto, J.: 227.

África: IX X 82 107 145 170 180 220 224 238.

África Setentrional: 40 59.

AGRICULTURA: Numa das primeiras cartas de Nóbrega 178, ele pede sementes de Portugal 4, envia conservas de diversas frutas indígenas 28, manda plantar algodoais 159.

Algodão 180 185, ananás 28 180, arroz 179 185, bananeiras 179, cacau 179 185, café 179 185, cana-de-açúcar 179 181 (ver ENGENHOS DE AÇÚCAR), canela de Ceilão 180, coqueiros 180, cuieiras 180, favas 179, feijão 185, gergelim 179, laranjeiras 179 180, legumes e hortaliças de Portugal 180, limoeiros 179, mandioca e aipim 69 178-180 185, milho 179, pimenta do Malabar 180, tabaco 179 227, uvas 100 181.

A agricultura na Quinta do Tanque (Baía) 180, na fazenda de Ibirajuba (Pará) 184, na fazenda de Santa Cruz (Rio) 185, em geral 181, poemas do açúcar, farinha de mandioca e tabaco 227.

*Aguiar, Cristóvão de: Entalhador 209.

*Aires, José: 136.

Ajuda (Porto Seguro): 19 256.

Alagoas: 114.

Albernás, Domingos Gomes: Vigário 162.

*Albuquerque, Luís de: 220.

Albuquerque, Matias de: General 117.

Alcântara: 254.

ÁLCOOL: Alambique 179. — Ver ENGENHOS DE AÇÚCAR.

Aldeia dos Abacaxis: 253 254.

— *Aldeias Altas:* 252 254.

— *Anindiba:* 254.

— *Apodi:* 121 245 254.

— *Arapiuns:* 254.

— *Araticum:* 254.

— *Aricari:* 254.

— *Arucará:* 254.

— *Barbados:* 254.

— *Barueri:* 256.

— *Bócas:* 254.

— *Boipeba:* 255.

— *Cabu* ou *Tupinambás:* 254.

— *Caeté:* 255.

— *Caeté (Bragança):* 254.
— *Camamu:* 255.
— *Camutá:* 254.
— *Capela:* 256.
— *Capivari:* 255.
— *Carapicuíba:* 256.
— *Carará:* 254.
— *Caucaia:* 254.
— *Conceição:* 36 256.
— *Conceição dos Guarulhos:* 256.
— *Cumaru:* 254.
— *Curral dos Bois:* 255.
— *Cururus:* 255.
— *Duro:* 256.
— *Embu:* 180 256. — Ver FAZENDA.
— *Escada (Baía):* 256.
— *Escada (Pernambuco):* 255.
— *Espírito Santo (Abrantes):* 36 120 145 188 202 255.
— *Estreito:* 257.
— *Gamelas:* 254.
— *Geru:* 255.
— *Grens:* 256.
— *Guajaru:* 254.
— *Guamá:* 254.
— *Guaraíras:* 254.
— *Guaraparim:* 36 256.
— *Guarulhos:* 256.
— *Gurupatuba:* 253.
— *Gurupi:* 254.
— *Ibatatã:* 255.
— *Ibiapaba:* 254.
— *Ibiracica:* 36.
— *Iburari:* 254.
— *Icatu:* 254.
— *Inhaúba:* 254.
— *Ipojuca:* 255.
— *Itaboca:* 254.
— *Itacuruçá:* 254.
— *Itaguaí:* 256.
— *Itaimbé:* 203 255.
— *Itaquaquecetuba:* 256.
— *Itapicirica (Pernambuco):* 255.
— *Itapicirica (São Paulo):* 256.
— *Itinga:* 256.
— *Jacuacuara:* 253.
— *Kiriris:* 255.
— *Maniçoba:* 13.
— *Maguari:* 254.
— *Maracanã:* 254.
— *Maracu:* 179 254.
— *Maraú:* 255.
— *Martinho:* 36.
— *Mocajuba:* 254.
— *Mortigura:* 254.
— *Mucujé:* 255.
— *Muribira:* 254.
— *Muturu:* 254.
— *Natuba:* 255.
— *Nheengaíbas:* 254.
— *Paiacus:* 254.
— *Paranamirim:* 254.
— *Parangaba:* 254.
— *Parijó:* 254.
— *Patatiba:* 256.
— *Paupina:* 254.
— *Pinheiros:* 256.
— *Piratininga:* — Ver *São Paulo de Piratininga.*
— *Piraviri:* 254.
— *Reis Magos:* 256.
— *Reritiba:* 208 256.
— *Rio de S. Francisco:* 238.
— *Rio Vermelho:* 20 23 255.
— *Saco dos Morcegos:* 255.
— *Santa Ana da Chapada:* 98.
— *Santa Ana do Rio das Velhas:* 256.
— *Santa Cruz (Itaparica):* 255.
— *Santa Cruz (Jamundá):* 253.
— *Santa Cruz (Tapajós):* 254.
— *Santo André de Goiana:* 203 255.
— *Santo André de Serinhaém:* 255.
— *Santo António (Jaguaripe):* 255.
— *Santo António das Cachoeiras:* 99 100 254.
— *S. Barnabé:* 256.
— *S. Brás (Alagoas):* 255.
— *S. Cristóvão (Maranhão):* 254.
— *S. Francisco Xavier (Jacobina):* 255.
— *S. Francisco Xavier (Javari):* 254.
— *Santo Inácio (Tapajós):* 254.
— *S. João (Espírito Santo):* 36 256.
— *S. João Baptista (Maranhão):* 254.
— *S. João Baptista (Porto Seguro):* 254.

— *S. João Evangelista (Baía):* 24 72 120 188 202 255.
— *S. José do Guaporé:* 98.
— *S. José de Maitapus:* 254.
— *S. Lourenço (Niterói):* 36 67 250.
— *S. Miguel de Muçuí:* 169 255.
— *S. Miguel (Rio Itapicuru):* 254.
— *S. Miguel (São Paulo):* 256.
— *S. Miguel de Serinhaém:* 255.
— *S. Paulo (Baía):* Fundação e residência de Nóbrega 22-23, estação experimental para a conversão do gentio 71.
— *S. Pedro de Cabo Frio* ou *S. Pedro da Aldeia:* 256.
— *S. Sebastião:* 255.
— *S. Tiago:* 67 203.
— *S. Tomé de Paripe:* 8.
— *Sumauma:* 254.
— *Tabapará:* 254.
— *Tapajós:* 227 254.
— *Taquara:* 255.
— *Tarumás:* 253.
— *Trocano:* 254.
— *Tubarão:* 20.
— *Tupinambaranas:* 254.
— *Una:* 255.
— *Urubuquara:* 253.
— *Urutaguí:* 255.

ALDEIAS: Necessidade de aldear o gentio para a sua conversão 7-8 e impedir a dispersão por matos inacessíveis 70, com terras próprias 70-71; características 70-72, defesa contra inimigos internos e externos 70-72, aprendizagem do trabalho regular 72, herança ou nomeação do Principal 74-75; «Regulamento das Aldeias» 74-76, jurisdição espiritual e temporal 73-76, encampação das aldeias 242, cuidado com os doentes 168, instituição catequético-paternalística 91, confrarias 129-130, «Regimento novo dos Índios» 247, toponímia actual 253.

Alemanha: 53 194.
Alentejo: 228.
ALGODÃO: Nóbrega manda plantar algodoais 159, panos 101; 4 72 179.
Alhandra: 255.
Almada: 253 256.
*Almeida, João de: Missionário do Brasil 225.
*Almeida, João de: Missionário do Maranhão 101.
*Almeida, José de: Visitador 246.
Alter do Chão: 253 254.
ALUGUER DE CASAS: 190.
Álvares, Diogo: — Ver Caramuru.
*Álvares, Gaspar: Provincial 244.
*Álvares, Manuel: Gramático 113.
*Álvares, Manuel: Pintor 124.
*Álvares, Manuel: Missionário 122.
*Álvares, Sebastião: 104.
Alvor (Conde de): 116.
Amapá: 36 100 101 172 253.
Amaral, Paulo do: 85.
*Amaral, Prudêncio do: Poeta 226-229.
Amazonas (Estado): 100.
Amazónia: Produtos naturais 181; estabelecimentos da Companhia 253-254; 36 59 86 88 93 100 156 184 188 200 203 208 220 226 243.
ÂMBAR: 110.
América: A 1.ª missa de Nóbrega no Brasil, 1.ª da Companhia de Jesus na América 2, o desbravamento americano criou o tipo de missionário-fazendeiro 177-178, primeiro sangue da Companhia 16; X 17 46 65 153 154 179 180 224.
América Espanhola: 2 17 116 179.
América Portuguesa: IX XI 2 17 109 200 215 224 288 245. — Ver *Brasil.*
América do Sul: 84 101 165 238.
*Amodei, Benedito: 249.
*Amorim, Luís de: 251.
*Anchieta, José de: Provincial 240, mestre de Latim em Piratininga e secretário de Nóbrega 15 42, vai com ele à Guanabara 33, intérprete, acólito e catequista na jornada de Iperoig 29 30 32 147; faz o retrato de Nóbrega nos derradeiros anos 35-36, e que Nóbrega punha «a sua alma

pelos seus irmãos» 29. Esteve na fundação do Rio de Janeiro como companheiro do P.e Gonçalo de Oliveira 34 120. Escritos principais: Arte de Gramática 218-219, informação de ciências naturais 215, cartas 225; 16 25 60 67 68 70 106 133 146 156 164 188 195 214 217 226 228 233.

Anchieta: 208-256.

*Andreoni, João António: Provincial 183 238 246, «Cultura e Opulência» 227, cartas 225 246.

Angeja (Marquês de): Vice-rei 116.

Angola: Relações com o Brasil 105-106, guerra da restauração 121, filhos de Angola jesuítas no Brasil 107, Arte da Língua 220; 116 238 246.

Angra dos Reis: 10.

ANOS SANTOS: (1550) 7 144-145, (1700) 131.

Antilhas: 156.

*Antonil: — Ver Andreoni.

*António, Domingos: 101.

ANTROPOFAGIA: Incompatível com o cristianismo 68-69 213, em Iperoig 31 147, tratado de Nóbrega contra a antropofagia e os que a toleravam ou fomentavam 23; 4 20 22 60 62.

ANTROPOLOGIA: 213.

*Aquaviva, Cláudio: Geral S. I. 49 182.

Aquino: — Ver Tomás de Aquino.

Aquirás: 206 254.

Arábia: 153.

Arabó (Serra do): 97 241.

*Araújo, António de: Catecismo 217-218; 68 241.

Araújo, Francisco Gil de: 95 209.

Arês: 253 254.

Aristóteles: 47 112.

ARITMÉTICA: 46.

*Arminio, Leonardo: 106.

ARQUITECTURA: Construção das igrejas monumentais 204-211, nas aldeias 73; 202-203.

Arraial do Bom Jesus: 121.

*Arriaga, Rodrigo de: 46.

ARTES (CURSO DAS): Graus académicos 51-53. — Ver EDUCAÇÃO (Filosofia).

ARTES E OFÍCIOS: Próprios dos colégios 195, tecelões 4 159 160 179 180, índio que já faz pano 71-72, fiandeiras 180, encadernação e tipografia 110-111, pilotos 117, imagens e retábulos 202, retábulo que levaram os órfãos de Lisboa 63, arquitectos 203, pedreiros e mestres de obras 203, marmoreiros 203, douradores 210, escultores 204-211, pintores 204-211; plêiade de artistas da igreja da Baía 209-211, obra de talha 207, arte chinesa 208, barrista 205, carpintaria 4 184 201, ferraria 184-185, olarias 184 195-196, serraria 184, tanoaria 184 201. — Ver INDÚSTRIA.

ASCÉTICA: 223.

Ásia: 40. — Ver *Oriente.*

ASSISTÊNCIA DE ESPANHA: 106 153.

ASSISTÊNCIA DE PORTUGAL: Crise do século XVIII 231; 106 145 153 237 247 248.

Assunção (Brasil): 182.

Assunção (Paraguai): 11 18 106 240.

ASTROLOGIA: 222.

Atlântico (Oceano): IX 107.

*Atkins, Francis: 105.

Atouguia (Conde de): Governador 209 248.

Austria: 204.

Aveiro: 253 254.

*Avelar, Francisco de: Provincial 133 244.

*Avogadri, Aquiles Maria: 101.

Azeredo: Família do Espírito Santo 95.

*Azevedo, Inácio de: Mártir. Visitador e provincial 239-240; 35 45 81 106 110 117 124 141 172.

Azevedo, Pedro Carneiro de: Engenheiro 203.

*Azpilcueta, João de (Padre Navarro): Pregador 155; 2 9 94 121 156 216 218.

Azpilcueta, Martín de (Doutor Navarro): 48 109.

AZULEJOS: Na biblioteca da Baía 210-211; 206 207.

B

Baía: Chega à Baía de Todos-os-Santos a armada de Tomé de Sousa assumindo Nóbrega o ofício de pároco interino 2, começa a edificação da cidade do Salvador 3 155, construção de navios 199, Casa de Retiros 155, casas de aluguer 190, o «mal da bicha» 171; X 4 7 8 12 25 42 91 93 104 114 130 133 136 144 147 168 180 208 213 216 231 241 245 247 255-256. — Ver COLÉGIO; ver IGREJA.

*Banhos, Vicente dos: 95.

BAPTISMO: — Ver SACRAMENTOS.

Barbosa Machado: 112.

Barcelona: 223.

Barcelos: 253 255.

Barreiros, D. António: Bispo 132.

*Barreiros, José: 100.

Barreto, Francisco: General 129 207.

*Barros, João de: — 218.

Basílio da Gama, José: 228.

*Bayardi, Ventídio: 222.

BEBIDAS: Inebriantes indígenas 66.

Beja: 253 254.

Belém (Judeia): 124.

Belém (Lisboa): 63.

Belém da Cachoeira: 65 134 207 208.

Belém do Pará: 86 99 184 253 254.

*Beliarte, Provincial 240, compra livros 110, testemunho sobre o vocabulário tupi de Leonardo do Vale 219.

*Bellavia, António: Capelão militar morto pelos holandeses 121.

*Belleville, Carlos: Arquitecto 208.

BENS MATERIAIS: — Ver SUBSISTÊNCIA (MEIOS DE).

*Bernardes, Francisco: 122.

Bernardes, Manuel: Escritor 113.

*Bernardino, José: Vice-provincial 247; 134.

Berredo, Bernardo Pereira de: 113.

Bertioga: 29 32.

*Bettendorff, João Filipe: Superior 238 250, introduz o cacau no Maranhão 179, escritor 225 227; 53 89 127.

«Bíblia»: 47 109 222.

BIBLIOTECAS: As primeiras do Brasil 4 109-113, a do Rio de Janeiro começou com os livros de Nóbrega 111, a do Maranhão com os de Vieira 112, na do Rio de Janeiro se proclamou a restauração de Portugal 114, a «Sedes Sapientiae» da da Baía 210, recheio da biblioteca da Vigia (Pará) 112-113.

BIOGRAFIA: 225.

*Blazquez, António: Mestre de Latim 42; 25 60 145.

Boim: 253 254.

Bolívia: 93 99.

*Bonomi, João Ângelo: 100.

*Bonucci, António Maria: 171 222.

Borba: 253 254.

*Borba, Manuel de: 238.

*Borges, Gaspar: 104.

*Borges, Manuel: Mestre-de-obras 238.

*Borja, Francisco de: Santo. Geral S. I. 125 227 240.

*Boscovich, Rogério: 47.

Botelho, Diogo: Governador 83.

BOTICAS: Medicamentos de Portugal e do Brasil 165-167, centros regionais de saúde 165, no Rio de Janeiro 166, noutros diversos colégios 191.

Botucatu: 98 256.

*Bourdaloue: 113.

*Bourel, Filipe: 245.

Bragança (Portugal): 43.

Bragança (Brasil): 253 254.

*Brás, Afonso: Fundador da Casa do Espírito Santo 175, mestre-de-obras 201; 5.

Brasil: A chegada dos Jesuítas portugueses IX, «esta terra é nossa empresa» 3, boa e sã 3, a «melhor do mundo» (Nóbrega) 11; escopo inicial da missão 2, formação moral e social 104, a lei de Nóbrega para os índios 22, lar monogâmico na lei da graça ou da natureza 151, confraternizam índios e portugueses 25, in-

dios «feitos já homens políticos e cristãos» 67, racismo alheio à alma portuguesa 150, as três raças 154.

Entradas dos Jesuítas ao sertão 93, redução pacífica dos Nheengaíbas (Vieira) 87-88, conceito básico da unidade brasileira 6, e luta por essa unidade 146, o perigo castelhano 11, era opinião que Assunção (Paraguai) ficava no Brasil 11, durante a monarquia dual 84.

Restauração de Portugal e aclamação de D. João IV 113-115, guerras e capelanias militares 119-122, o vocábulo «brasileiro» 238 243; guardavam-se no Colégio da Baía as vias de sucessão dos governadores e vice-reis 116 246, incorporação do Rio Grande do Sul 257.

As primeiras bibliotecas 109-113, entrada da literatura jurídica 81, herança cultural, científica e literária 213-230; crise do século XVIII e regresso dos Jesuítas 231-233, a maior nação católica do mundo X; — e *passim* (todo o livro).

Bressanone (Brixen): 204.
*Brito, João de: Santo. Estada no Brasil 116.
*Brito, Manuel de: 251-252.
Brito e Almeida, Luís de: Governador 94.
Bruxelas: 16.
Bueno, Amador: 85.
Buenos Aires: 106 122.

C

Cabo da Boa Esperança: IX.
Cabo Frio: 108 208 221 256.
Cabo do Norte: 100 221.
Cabo das Tormentas: IX.
CAÇA: 188.
Cachoeira: 245.
Cádis: 113.
Caetano (Cardeal): 48.
Caiena: 181.
Cairu: 255.
CAL: 185.
Calçado: 195.
Camamu: 182 188 200 206.
Camboapina: 196.
Caminha, Pedro (ou Pêro) Vaz de: 213.
Camões, Luís de: X 133 137.
Campo de Piratininga: 12 26 64 94.
*Campos, Estanislau de: Provincial 246; 225.
Campos dos Goitacases: 187.
Campos Novos: 197.
Canadá: 2.
CANAIS: 197-198.
CANA-DE-AÇÚCAR: — Ver AGRICULTURA.
CANOAS: Construção de canoas e sumacas 184 185 189.
CANTO: Dos órfãos de Lisboa 63, breve repertório 63-64, meninos cantores 9, à moda dos índios e com palavras cristãs 8, escola de canto e instrumentos em S. Vicente 10 41, cantigas em português e tupi 24 64, os meninos índios pareciam anjos cantando matinas 25; 43 46.
*Capassi, Domingos: Cartógrafo 220.
CAPELÃES MILITARES: 119-122.
Capistrano de Abreu, J.: Escritor 215.
Caramuru, Diogo Álvares: Deixa um legado ao Colégio da Baía 22; 2 4 216.
*Cardim, Fernão: Provincial 241, pregador «reinol» 156, cartas 225; 66 102 124 128-130 181 182 194 201 214 215 228.
Cardoso, Florentino: XI.
*Cardoso, Miguel: Provincial 246.
*Carew, Ricardo: 100.
CARIDADE: — Ver MISERICÓRDIA (OBRAS DE).
*Carneiro, Francisco: Provincial 242.
*Carneiro, Manuel: 130.

CARPINTARIA: 201. — Ver ARTES E OFÍCIOS.
CARTAS: Diferença entre as de assuntos internos e as de edificação 18, significação e volume das do Brasil 224-225.
CARTOGRAFIA: 220-221.
*Carvalho, Henrique de: Comissário 247 252.
*Carvalho, Jacinto de: 251.
*Carvalho, Luís: Mestre da *Eneida* 43.
*Carvalho, Luís (outro): 225-226.
Carvalho e Melo, Sebastião José: Secretário de Estado 231.
CASAMENTO: — Ver SACRAMENTOS.
CASAS DE CAMPO: Para escolares 58.
*Casimiro, Acácio: XI.
Castela: 11 61 84 85 114.
Catarina (D.): Rainha de Portugal 21.
CATECISMOS: 216-218.
CATECÚMENOS: Primeiro índio apresentado por Nóbrega 3, os de Piratininga 12.
CATEQUESE: — Ver CONVERSÃO DO GENTIO.
CAVALOS: — Ver GADO (CAVALAR).
Cavendish, Tomás: 165.
*Caxa, Quirício: 81 82.
Caxias: 253 254.
Ceará: 42 65 66 98 99 172 179 189 206 208 215 224 243 253.
Ceilão: 180.
Cerâmica: 198.
*Chaves, Manuel de: 42.
China: X 45 116 181 208.
Cícero, Marco Túlio: 43 112 113 219.
CIÊNCIAS: 228.
CIÊNCIAS NATURAIS: 45 47 215.
CIÊNCIAS SACRAS: 222-223 228. — Ver EDUCAÇÃO.
CLERO DIOCESANO: Nóbrega pede um bispo ou vigário geral 4; 9 10 24.
CLERO NATIVO: Primeira intenção de se cultivar no Brasil 5 25 174.
CLERO REGULAR: — Ver ORDENS RELIGIOSAS.
Clemente VIII: Papa 130.
*Cocleo (Cocle), Jacobo: Cartógrafo 220; 105 131 179.
*Coelho, António: 154 251.
*Coelho, Domingos: Provincial 241 242.
Coelho, Duarte: Donatário 6.
*Coelho, Francisco: Pintor 210.
*Coelho, Marcos: Vice-provincial 247.
Coimbra: 9 41 42 64 219 222. — Ver COLÉGIO; ver UNIVERSIDADE.
Colaço Vieira, Pedro: Capitão-mor 27 28.
Colares: 253 254.
Colégio (Alagoas): 255.
Colégio (Rio de Janeiro): 99 256.
COLÉGIO DA BAÍA: Casa do Nome de Jesus 5-6, corpo juvenil de intérpretes 155, dotação régia 33 177, curso das Artes 45, fruto dos estudos 49, companhia de estudantes 54 119, botica 167, obras de misericórdia 164, hospital de sangue 121 169, vias de sucessão dos governadores e vice-réis e cerimonial da transmissão dos poderes 116 246, hóspedes ilustres 115-116, estudos gerais 53, sucessivas igrejas 209-210, guindaste e casa do armazém 196-197, biblioteca 110-111; 9 19 36 41 46 48 50 64 70 97 103 105 125 126 130 134 175 241 243 248 255.
— COIMBRA: De Jesus 9, regras 109; das Artes 47 55.
— COLÓNIA DO SACRAMENTO: 42 257.
— DESTERRO: 257.
— ESPÍRITO SANTO: 9 42 46 48 50 97 112 162 169 175 256.
— ILHÉUS: 48 256.
— MARANHÃO: Graus académicos 53, «pinturia» 205; 41 42 46 48 53 96 97 100 112 131 184 195 203 251 254.
— NÓBREGA (RECIFE): 207.
— ÓRFÃOS (LISBOA): 62 63 175.
— PARÁ: 41 42 46 48 53 96 97 100 112 184 203-204 253.
— PARAÍBA: 42 245 255.
— PARANAGUÁ: 133.
— PERNAMBUCO (OLINDA): Começos 6, companhia de estudantes 119, dotação régia 36 177 184, estudos gerais

53; 36 42 97 105 128 131 134 162 206 255.
— PORTO: 246.
— PORTO SEGURO: 256.
— RECIFE: 46 112 135 163 184 190 206 207 255.
— RIO DE JANEIRO: Dotação régia 33 34 177, estudos gerais 53, teatro 45, companhia de estudantes 54 118 119, missões rurais 104, guindaste e casa das canoas 196; ajuda a socorrer Angola 121, restauração de Portugal 114, biblioteca 110 111; 36 42 46 48 50 97 105 130 134 159 164 165 169 201 225 242 243 247 256.
— ROMANO: 132 136.
— SANTA BÁRBARA (PARIS): 1.
— SANTA CATARINA: 187 257.
— SANTO ANTÃO (LISBOA): 62 63 183 222 243.
— SANTOS: 48 103 125 188 190 242 256.
— SÃO PAULO DE PIRATININGA: Nóbrega deseja que seja colégio com rendas 19, ferraria e fundição 199; 29 36 42 48 97 98 103 112 242 256.
— SÃO VICENTE: Fundação e matérias de ensino 10; 12 36 41 175 256.
— TAPUITAPERA: 254.
— VIGIA: Biblioteca 112-113 254.
COLÉGIOS: Segundo as constituições da Companhia 176, dotações régias 176-177, externatos 42, abertura das aulas 54, primeira noção de casas de campo colegiais (Rio Vermelho) 20, enfermarias 165-169, bases de evangelização nas respectivas áreas 97, e com as suas boticas centros também sanitários regionais 165.
Coligny (Forte): 26 161.
Colónia do Sacramento: 36 42 122 187 244 257.
COMPANHIA DE JESUS: Os «clérigos reformados» 1, fundação da missão do Brasil 1-16, os Padres a princípio viviam de esmolas 173, depois receberam subsídios e dotações (ver SUBSISTÊNCIA, MEIOS DE); informação do governador Tomé de Sousa 14-15, duplo escopo no Brasil: reformar os cristãos e converter o gentio 24.
Regras do Colégio de Coimbra 109, chegam as Constituições ao Brasil (1556) 42, Nóbrega declara-as 19 175-176, votos 144, os da Companhia primeiros párocos 140, a Companhia de Jesus no Brasil à morte de Nóbrega 36.
A festa de Santo Inácio e distúrbios no Maranhão e Pará 55-57, a regra de falar latim e o teatro escolar 43-45, tipo de missionário-fazendeiro 177, jurisdição espiritual e temporal dos índios 73-76, com o voto vencido de Vieira fecha-se o ciclo heróico na defesa da liberdade dos índios 90.
Capelães militares 119-122, a fragata da Província com flâmula e bandeira 117-118; indulto para crismar 148; crise do século XVIII e regresso ao Brasil 231-233; — ver COLÉGIOS e *passim* (todo o livro).
COMUNHÃO: — Ver SACRAMENTOS.
CONCÍLIO TRIDENTINO: 141.
CONFISSÃO: — Ver SACRAMENTOS.
CONFRARIA DO MENINO JESUS (ESCOLAR): 41 175-176.
CONFRARIAS: Das Almas do Purgatório 129, Caridade 128, Hora de Adoração 131, Lausperene 131 148, Nossa Senhora 129, Piedade 128, Reis Magos 128, Rosário 131-132, Rosário dos Índios 130, Rosário dos Pretos 128 135 156, S. Marcos 128, Santa Cruz 129, Santíssimo Sacramento 129 240.
CONGREGAÇÕES MARIANAS: Do Menino Jesus 134, Anunciação de Nossa Senhora 136-137, Boa Morte 135-136, Conceição 135, Coração de Maria 136, Encarnação 137, Flores 134, Luz 132, Paz 134-136, Paz e S. Libório 135, Socorro 132, Terço (ou

Rosário) 132, S. José 134, Flores de S. José 134, Onze Mil Virgens (Santa Úrsula e companheiras mártires) 133, Oficiais Mecânicos 134 241, Mercadores 135 163, Nobres 135 163, com igreja própria no Recife 207.
*Consalvi, Pier Luigi: 100 250.
CONSERVAS DE FRUTAS: Enviadas para a Europa 28.
CONVERSÃO DO GENTIO: Primeiro índio apresentado por Nóbrega ao governador 3, o gentio aderiu logo aos padres 4, o ensino da doutrina levava anexa uma escola elementar 2 39-40.
Método de Nóbrega 7-8, que pôs em prática na fundação da aldeia de Piratininga 12, a conversão assentava mais num plano de costumes que de religião 68, aceitação inicial de costumes indiferentes 65, não da antropofagia e poligamia incompatíveis com o cristianismo 213.
A aldeia de São Paulo (Baía) estação experimental 71, ensina-se a doutrina em português e tupi 19, atractivo da música e do canto 64-65; primeira catequese no Rio de Janeiro 10, gastos na descida dos gentios do sertão 101 160, os colégios eram bases de evangelização para o gentio da sua zona 97; índios já «políticos e cristãos» 67; *Diálogo do Padre Nóbrega sobre a Conversão do Gentio* 20 60-62; 4 10 11 59 76 244.
Copérnico, Nicolau: 47.
COREOGRAFIA: — Ver DANÇAS.
*Correia, João: Escultor e estatuário 209 210.
*Correia, José: 110.
*Correia, Manuel: Provincial 245.
*Correia, Pêro: Protomártir. Doa os bens à confraria escolar 175; 13 16 41 186 216 217.
Correia de Sá, Salvador: Governador 118 165.
Correia de Sá e Benevides, Salvador: Governador. Funda o Colégio de Santos 190; 113 114 242.
CORREIO: 118.
Cortes: 254.
COSMOGONIA: 254.
Costa, D. Álvaro da: 161.
*Costa, António da: 110.
Costa, D. Duarte da: Governador. Desinteligência com o bispo 9 24 161; 19 20 78.
*Costa, José da: Provincial 238 243 244.
Costa, Lúcio: Arquitecto 206.
*Costa, Luís da: Escultor 210.
*Costa, Mateus da: Entalhador 209.
*Costa, Miguel da: Visitador 247.
Costa, Pedro da: Capitão 96.
COURO: Indústria dos colégios e suas aplicações 195.
Coutinho, Vasco Fernandes: Donatário 144.
*Couto, Lopo do: 249.
*Couto, Manuel do: 67.
*Couto, Tomás do: 44.
Couto de Magalhães: Escritor 219.
*Crasto, Estêvão de: 98.
*Craveiro, Lourenço: Pregador barroco 228.
*Craveiro da Silva, Lúcio: Provincial XI.
CRISTOLOGIA: 222-223.
«CRÓNICAS»: 225.
CRUZ: — Ver CULTO.
*CRUZ, António da: 104.
Cubas, Brás: Doa gado à confraria escolar 175 186; 12.
Cuiabá: 98 256.
CULTO: Interno e externo 148, ornamentos da igreja da Baía 148.
Jesus: Menino Jesus 226, Natal 124 146, Santo Nome 123 124 146, Menino Jesus em traje angélico 8; Semana Santa 93 96, Paixão 124 146, Lava-pés 15, as Três Marias 64, Eucaristia (ver SACRAMENTOS), Passos 127, cruz 123, cruz de Cristo 63, exaltação da Santa Cruz 127, meninos de cruzes na cabeça e nas mãos

25, bordões de cruz 138, a cruz dos capelães militares 119-122, o Crucificado 137-138, era o que mais impressionava os índios em Iperoig 30; Salvador 124 171 211, Cristo Redentor 59 137 138, Páscoa da Ressurreição 24 124, Ascensão 124, Coração de Jesus 104 124, Cristo-Rei 223.

Espírito Santo: *Veni Creator* 64, 124 146 162 202.

Santíssima Trindade: 207.

Nossa Senhora: Ajuda 124, Conceição 23 49 124 184, Purificação (Candelária) 10 54, Anunciação 124 132 202, Visitação 22, Assunção 44 146, Medianeira 23, «Salus Populi Romani» 125, da Luz 205, das Missões 124 148, do Ó 207 242, Terço e Rosário 132, congregações marianas 131-134, pinturas da Vigia 205.

Anjos: Nove Coros 126, Anjo Custódio de Portugal 3 8 64 123 125, S. Miguel 125 184 (ver *Aldeias*-oragos).

Santos: S. José 118 125 207, Santa Ana 207 210, S. João Baptista 12, Santo António de Lisboa 72 125, S. Bartolomeu 16, S. Brás 54, S. Jerónimo 206, S. João Evangelista 125, S. João Nepomuceno 227, S. Lourenço 223, S. Maurício 222-223, S. Nicolau 57, S. Pedro e S. Paulo 22 125 207, S. Tiago Maior 125 202, S. Tomé (aproveitando a lenda das pegadas) 8, Reis Magos 124, Onze Mil Virgens (Santa Úrsula e companheiras mártires) 44 125 133; santos e beatos da Companhia de Jesus (ver os respectivos nomes). — Ver oragos de *Aldeias* e FAZENDAS; ver CONFRARIAS.

*Cunha, João da: Estatuário 204.

Curitiba: 186 191.

Curuçá: 196.

«Cursus Conimbricensis»: 46.

CURTUMES: Casa dos curtumes 195; 28 185 194 198.

D

DANÇAS: À maneira de Portugal 3, dos meninos à moda dos índios 8, indígenas e portuguesas 65-67, nas festas escolares 55; 128.

*Daniel, João: 184 214 216.

DEGREDADOS: 4 150.

*Delgado, Mateus: 250.

DEMARCAÇÕES: Entre Portugal e Castela na América 11.

Descartes, Renato: 46.

Desterro: 257.

DEVOÇÕES: Do terço do rosário 132-133, à cruz 137-138. — Ver CULTO.

*Dezza, Paulo: XI.

«Diálogo do Padre Nóbrega sobre a Conversão do Gentio»: 60-62 223.

Diamantina: 95.

Dias, António: 94.

*Dias, Francisco: Arquitecto e Piloto 199 202-203 206.

Dias, Henrique: Capitão dos Negros 121.

*Dias, Manuel: Provincial 225 246-247.

*Dias, Mateus: 107 121.

*Dias, Pedro: Mártir 172.

*Dias, Pedro: O da *Arte de Angola* 105 220.

Dias Pais, Fernão: 86.

Dinamarca: 105.

«Directório dos Índios»: 90.

DIREITO CANÓNICO: 48-49.

DIREITO MISSIONÁRIO: 72.

DIREITO PENAL NAS ALDEIAS: 78-79.

DÍZIMOS: Dotação régia dos colégios com a redízima dos dízimos 33 176; 28 79.

DOENÇAS: Segundo os medicamentos de «Várias Receitas» 166-167, endémicas 169, varíola 160 170, «mal da bicha» ou febre amarela 170-171, sintomas do «mal da bicha» 171, peste geral na Amazónia 101-102.

DROGAS DO SERTÃO: 181.

DOTAÇÕES RÉGIAS: De três colégios 33 177.

DOUTORADO: 52.

DURO: 98 256.

E

ECONOMIA: Numa carta de Nóbrega (1549) 178; 102 183. — Ver INDÚSTRIA; ver SUBSISTÊNCIA (MEIOS DE).

EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO: 39-50; pedem-se de Portugal livros de texto 110, Nóbrega propôs um intercâmbio escolar: mandar meninos estudar na Europa e da Europa virem meninos aprender a língua 28, propõe também a criação de casas de meninas 28; regime escolar: externatos 42, férias 57-58, casas de campo 58, jogos 58; companhias militares de estudantes 53-54, estudos gerais na Baía em 1757 (públicos) 50-51. — Ver TEATRO.

A. Elementar. A moços do gentio 174, a escola nasceu unida à catequese por iniciativa de Nóbrega 2 39-40, primeira escola de ler e escrever 39-41, Nóbrega ordena que os meninos de fora do colégio aprendam também a ler e escrever 10, na Baía em 1560 já 360 moços sabiam ler e escrever 26 40, mais necessário que o latim 41.

B. Média. Latim e Humanidades em numerosos colégios e seminários 10 36 41-43 50, primeiros mestres 42; — Ver COLÉGIOS; ver SEMINÁRIOS.

C. Superior. Curso de Artes (Filosofia e Ciências Naturais) 45-47, Física 47, Matemática 46, graus académicos 51-53 240. Teologia Moral 47, a questão do «Probabilismo» 48, Teologia Dogmática 49-50, a questão *De Auxiliis* 49, doutrina do Corpo Místico 6, Sagrada Escritura 50 222-223.

Embituba: 257.

ENFERMARIAS: Dos colégios 168-169.

ENGENHOS DE AÇÚCAR: Da área do Rio de Janeiro 104, situação moral 102.

— DE ARAÇATIBA: 183 256.

— CAMAMU: 182 255.

— CAMPOS DOS GOITACASES: 184.

— CARAÚBA: 255.

— COTEGIPE: 255.

— COTUNGUBA: 255.

— ENGENHO NOVO E ENGENHO VELHO (RIO DE JANEIRO): 183-184 256.

— IBIRAJUBA: 184.

— MONJOPE: 184 255.

— NOSSA SENHORA DA LUZ: 184 255.

— PITANGA: 183 255.

— PITINGA: 183 255.

— SANTA ANA: 252.

— SERGIPE DO CONDE: 183 243 244 255.

— S. BONIFÁCIO: 179 184 254.

ENTRADAS AO SERTÃO: Na zona ainda perigosa da Baía 63, ao descobrimento das esmeraldas e do ouro 94-97, ao descimento dos índios 97-102, entradas fluviais amazónicas 100-102, a sua *História Geral* 102.

EPIDEMIAS: Varíola e «mal da bicha» 170. — Ver DOENÇAS.

EPISTOLOGRAFIA: Significação e volume 213-215 224 228-231.

*Escalante, Francisco de: Marceneiro 202.

ESCRAVATURA: Já existia na África à chegada dos Portugueses 82, doutrina-se a de Pernambuco 6, apostolado com os Negros 105-106, senzalas da Fazenda de Santa Cruz 185, enfermarias 168-169, gado privativo dos Negros 187.

ESCULTURA: Período da construção das igrejas monumentais 204-211.
ESMOLAS: Da Companhia aos pobres 159-160.
ESPANHA: Invasão do Alentejo 284; 84 114 244 254.
Espiñosa, Francisco Bruza de: 78 80 94.
ESPÍRITO SANTO: — Ver CULTO.
Espírito Santo (Capitania): Administração dos sacramentos aos índios 141-142, ataque de Cavendish 165; 9 10 19 36 42 95 96 98 128 141 144 183 188 197 208 214 242 256.
*Estancel, Valentim: 222.
ESTATÍSTICA: 237-238.
ESTATUÁRIA: 204-211.
Estreito de Magalhães: 2 203.
Estremoz: 254.
ESTUDOS GERAIS: 52-53. — Ver EDUCAÇÃO.
Etiópia: 153.
ETNOLOGIA: 102 213-215. — Ver ÍNDIOS.
EUCARISTIA: — Ver SACRAMENTOS.
Europa: Quando nasceu a Companhia de Jesus (séc. XVI) IX, na crise do século XVIII 232-233.
EVANGELIZAÇÃO: 65 138 159. — Ver CONVERSÃO DO GENTIO.
Évora: 28 135; — Ver COLÉGIO; ver UNIVERSIDADE.
EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS: Casas de Retiro no Brasil 157, a primeira para este fim (São Paulo) 28 156, fechados e abertos 156-157, nas missões volantes 156-157, pintura alegórica 207; 103 109 148 223 255.

F

*Faletto, João Mateus: 222.
*Faria, Gaspar de: Provincial 247.
Faro: 253.
Fazenda de Aiama: 255.
— *Amandijuí:* 254.
— *Aracaju:* 255.
— *Araçariguama:* 256.
— *Araçatiba:* 197.
— *Barreta:* 255.
— *Botucatu:* 98 256.
— *Camamu:* 200.
— *Campos dos Goitacases:* 186 256.
— *Campos Novos:* 256.
— *Capela Grande e Capela Pequena:* 254.
— *Carapina:* 256.
— *Colégio (Alagoas):* 255.
— *Colégio (Rio de Janeiro):* 99 256.
— *Curitiba:* 187.
— *Curuçá:* 254.
— *Embu:* 180 181 256.
— *Gibirié:* 254.
— *Guaru:* 256.
— *Ibiapaba:* 187.
— *Ibirajuba:* 194 254.
— *Iguaraú:* 254.
— *Itapoca:* 256.
— *Jaboatão:* 255.
— *Jaguarari:* 254.
— *Jurujuba:* 201.
— *Mamaiacu:* 254.
— *Marajó:* 187.
— *Muribeca:* 256.
— *Pinheiros:* 28.
— *Quinta da Madalena:* 255.
— *Quinta de S. Cristóvão:* 256.
— *Quinta do Tanque:* 58 120 171 180 255.
— *Papucaia:* 256.
— *Saco de S. Francisco:* 256.
— *Santa Ana (Baía):* 255.
— *Santa Ana (Macaé):* 256.
— *Santa Ana (São Paulo):* 180 256.
— *Santa Cruz:* — Ver *Santa Cruz.*
— *Santa Inês:* 206 255.
— *S. Bonifácio:* 179 199.
— *S. Brás:* 179 254.
— *S. Caetano:* 254.
— *S. Francisco:* 254.
— *S. Gonçalo:* 254.
— *S. José (Maranhão):* 254.

— *S. José dos Campos:* 256.
— *S. Marcos:* 254.
— *Tejupeba:* 199 255.
— *Tutoia:* 254.
— *Urubu* ou *Urubumirim:* 255.
FAZENDAS: De policultura agrícola 178-182, de gado 185-187; o desbravamento da América criou o tipo de missionário-fazendeiro 177. — Ver AGRICULTURA; ver ENGENHOS DE AÇÚCAR; ver GADO; ver SESMARIAS.
*Fernandes, Afonso: Mártir 65.
*Fernandes, Gaspar: 172.
*Fernandes, Manuel: Provincial da Restauração 114 241 242.
Fernandes, D. Pedro: Bispo. Hóspede do Colégio da Baía 115, Nóbrega pede a D. João III uma comenda para ele 7, desinteligência com o governador e outros 161; 8-9 18 60.
FERRARIA E FUNDIÇÃO: 193-194. — Ver ARTES E OFÍCIOS.
*Ferreira, Caetano: Vice-provincial 252.
*Ferreira, Inácio: 251.
*Ferreira, José: No Rio de Janeiro 104.
*Ferreira, José: No Maranhão 170 251.
*Ferreira, Manuel: 252.
*Figueira, Luís: Fundador da missão do Maranhão 249, *Arte* 113 219; 66 68 99 172 205 214 224 241 242.
*Filds, Tomás: 106.
Filipe II: 16.
Filipe IV: 84.
FILOSOFIA: — Ver EDUCAÇÃO.
FÍSICA: 47.
Flandres: 5.
FLEBOTOMIA: 166.
Flores Valdés, Diogo: 165 203.
Florianópolis: 257.
FOLCLORE: 66.
*Fonseca, Bento da: 226.
*Fonseca, Manuel da: 225.
FORMIGUEIROS: 180.
FORTALEZA: 254.
FORTIFICAÇÕES: 203.
Fragoso, Brás: Ouvidor 35.
França: 110 112 166 221 233.
FRANCESES: Na Guanabara 26 54, ameaçam o Rio de Janeiro 118-119; 29 72 146 161 162 187 246.
Freire de Andrade (Bobadela), Gomes: 226.
*Fritz, Samuel: Cartógrafo 221.
FRUTAS: — Ver AGRICULTURA.
Funchal: 4.

G

GADO: O primeiro recebido por Nóbrega 8 185-186, produz carne, couros, leite e queijo 28, açougues 187 194, vacum e cavalar 179, ferros de marcar 187, estatística 186-187, no Piauí 254, o caminho das boiadas 98, fazendas 185-187. — Ver FAZENDAS.
*Gama, Jerónimo da: 101 226.
*Gama, José da: 101.
*Gandolfi, Estêvão: Vice-provincial 246.
*Garcia, Miguel: 8 116.
Génova: 209.
GEOGRAFIA: Das comunicações 226; 221.
«Geórgicas Brasileiras»: 227.
*Geraldes, José: Provincial 248.
Goiana: 99.
Goiás: Fazendas de gado 256; 98 248.
*Gomes, Bernardo: 100 172.
Gomes Domingos: 186.
*Gomes, Henrique: Provincial 49 241.
*Gomes, Luís: 101.
*Gomes, Manuel (1): 120 156.
*Gomes, Manuel (2): 104.
*Gonçalves, Adão: 28.
*Gonçalves, Amaro: 142.
*Gonçalves, Antão: Comissário 200 244 250.
*Gonçalves, Fabião: 226.
*Gonçalves, Francisco: Provincial 86 100 242 250.
*Gonçalves, João: 23.

*Gonçalves da Câmara, Luís: 12 21 36 193.
*Gorzoni, João Maria: 100.
*Gouveia, Cristóvão de: Visitador e reorganizador da Província 240, promotor de representações teatrais 43, envia padres para o Tucumán 106; 48 49 88 103 128 132 133 156 194 201 202 215 217.
Gouveia, Diogo de: 1.
*Grã, Luís da: Provincial 239 240, pede livros de textos latinos 110, pede dispensas matrimoniais 153, opinião sobre meios de subsistência 28, contrário à ida ao Paraguai 18, profissão solene 18, toma o governo da Província 26; 25 29 35 48 60 81 117 164 188.
GRAMÁTICA (LATIM): 41 50.
GRAMÁTICA PORTUGUESA: 50.
GRAMÁTICAS TUPIS: 218-219.
Grande Patatiba: 183.
Grão-Pará: 65 86 113. — Ver *Pará.*
GRAUS ACADÉMICOS: 51-53.
Gregório XIII: Papa 52.
Gualberto, João: 227.
Guanabara: Primeira catequese da Companhia (Nóbrega) 10; 26 27 31 36 187 188.
GUERRAS: Critério de guerra justa 81, do Paraguaçu 25, dos Tamoios das bandas de Iperoig 27, dos Bárbaros 245, dos Mascates 163 246, dos Emboabas 163 246; 72 80. — Ver FRANCESES; ver HOLANDESES; ver INGLESES; ver CAPELÃES MILITARES.
Guiana: 221 226.
Guiana Francesa: 172 179.
GUINDASTES: 190 196-197.
Guiné: 8 107 181 208.
Guisenrode, António de: 247.
*Gusmão, Alexandre de: Provincial 245, escritos 223; 42 51 225 238.

H

Hamburgo: 105.
Henrique (D.): Cardeal e Rei de Portugal: 21 27 36.
*Henriques, Leão: Provincial 36 219.
HISTORIOGRAFIA: As cartas, fontes primárias 225, crónicas 225-226 230.
Holanda: 105 121 241.
HOLANDESES: Lutas demoradas nas invasões de Pernambuco e da Baía 120-121, ameaçam a capitania do Espírito Santo 162; 72 99 114 134 135 169 183 202 206 207 209 228 241-243 252.
Homem de Melo (Barão): 220.
Homero: IX 113.
HONESTIDADE PÚBLICA: Nóbrega fecha as portas da confissão aos que não podiam ser absolvidos 151; 3 4 24 102 145 150 151.
*Honorato, João: Provincial 248.
Horácio: 113.
HOSPITAIS: Jesuíta encarregado de os visitar 168; 169 185.
Humboldt, Alexandre: 226.

I

Ibiapaba: 65 98 99 172 241.
Iguaraçu: 255.
IGREJA DA AJUDA (BAÍA): 3 124 200 209.
— AJUDA (PORTO SEGURO): 36 124.
— BAÍA: Primeiros edifícios e construção definitiva 209-210, tesouro sacro 211, obras de arte 209-211, inventário 126, elevada a catedral e basílica 211; 200 203 243 255.
— BELÉM DA CACHOEIRA: 207-208.
— COLÉGIO (CAMPOS DOS GOITACASES): 202 208.

— EMBU: 202 208.
— FÁTIMA (RECIFE): 207.
— GERU: 208.
— IBIAPABA: 208.
— ITANHAÉM: 256.
— MARANHÃO: Actual catedral 203 205 206 254.
— OLINDA: 29 203 206 255.
— RECIFE (CONGREGAÇÃO): 135 207 255.
— RECIFE (ESPÍRITO SANTO): 206-207 255.
— REIS MAGOS: 208.
— RERITIBA (ANCHIETA): 208.
— RIO DE JANEIRO: 34 203 204 208 256.
— *Santa Maria Maior* (Roma): 124.
— SANTOS: 203 208 256.
— SANTO ALEXANDRE (PARÁ): 204 205 253.
— SANTO ANTÃO (LISBOA): 183.
— S. FRANCISCO XAVIER (CAIRU): 255.
— S. GONÇALO: 255.
— S. LOURENÇO (NITERÓI): 256.
— S. MAURÍCIO: 256.
— S. PAULO (BAÍA): 71.
— S. PAULO DE PIRATININGA: 14 133 163 204 208 256.
— S. PEDRO DA ALDEIA: 208.
— S. ROQUE (LISBOA): 202.
— S. VICENTE: 10 208 256.
— Vigia: 205 254.
IGREJAS: Construção das monumentais dos colégios 204-211, as das aldeias participavam do usufruto das sesmarias dos índios 71.
Ilhas Açores: 125 238.
— *Grande:* 188.
— *Governador:* 10.
— *Itaparica:* 255.
— *Madeira:* 4 238.
— *Maldivas:* 116 238.
— *Marajó:* 172 186.
— *Senzala:* 187.
— *S. Domingos:* 156.
— *S. Luís do Maranhão:* 254.
— *S. Sebastião:* 29.
— *S. Tomé e Príncipe:* 116.
— *Villegaignon:* 26.
Ilhéus: Vitória de Mem de Sá 24; 2 9 36 98 126 186 256.
*Inácio, Manuel: Marmoreiro 203.
Índia: Jesuítas do Brasil missionários da Índia 107; X 9 14 45 59 105-107 124 153 181 219 247.
Índia do Brasil: 17.
Índias de Castela: 83.
Índias Ocidentais: 85.
Índio Ambiré: 31.
— Camarão: Herói das guerras holandesas 121.
— Cunhambeba: 31 32.
— Faustino: Escultor 204.
— Garcia de Sá: 22.
— Manuel Ângelo: Escultor 204.
— Maracajaguaçu (Gato Grande): 10.
— Pindobuçu: 30-32.
— Tubarão: 20.
ÍNDIOS: Variante da raça mongólica 213, posição cultural à chegada dos Portugueses 214, desconhecedores do uso do ferro 194, aldeias indígenas 69, adornos 67, seminomadismo 69-70, poligamia 69, noção do casamento 4, sistema familiar da mulher-saco 153, estado religioso 68, feiticeiros 22, a «santidade» dos pajés 63, afeição à música e cantares 64, no *Diálogo do Padre Nóbrega sobre a Conversão do Gentio* 60-62, recorrem aos padres 11, a Lei de Nóbrega 22, um principal aprende o ABC em dois dias 39, começam a andar vestidos 72, peixe o seu alimento mais comum 188, governam-se nas aldeias de catequese com simplicidade natural 75, os das aldeias tomam parte na conquista do Maranhão 241 e noutras guerras (ver GUERRAS).
ÍNDIOS ABACAXIS: 101.
— ACONCÁGUAS: 215.
— AIMORÉS: 61 98 182 214.
— AMANAJÁS: 99.
— ARAPIUNS: 101 251.
— ARARAS: 101.
— ARUÃS: 101.

— BARBADOS: 99 254.
— BÓCAS: 101.
— CAATINGAS: 100.
— CAÌCAÍS: 99.
— CARAJÁS: 100.
— CARIJÓS: 4 16 17 80 84 98 215 241 242.
— CONDURISES: 100.
— GAMELAS: 215.
— GATOS: 10.
— GESSERAÇUS: 98 214.
— GOITACASES: 98 241 242.
— GRENS: 98.
— GUANARÉS: 16 99.
— GUARULHOS: 214.
— GUÊGUÊS: 99.
— IRURISES: 100.
— JANDUINS: 215.
— JARIS: 101.
— JURUNAS: 100 215.
— KIRIRIS: 27 214 218.
— MANAUS: 156 218.
— MARACÃS: 244.
— MAROMOMINS (ou GUARUMIMINS): 98 214 218.
— MORITISES: 214.
— NHEENGAÍBAS: Redução pacífica pelo P.e Vieira 87 100.
— PACAJÁS: 97.
— PACOBAS: 98.
— PAIACUS: 254.
— PAIAIASES: 215 244.
— PAPANÁS: 61.
— PARANAUBIS (MARES VERDES): 95 98 214.
— PARARICONHAS: 99.
— PAUXIS: 100.
— PIRAPÉS: 97.
— POTIGUARES: 240.
— RERIIUS: 215.
— TAMOIOS: 10 27 29-32 61 72 120 146 213 214.
— TAPAJÓS: 251.
— TEIROSES: 101.
— TOBAJARAS: 215.
— TUPIS: 14 30 32.
— TUPINAMBÁS: 68 213 214.
— TUPINIQUINS: 32.
— TUPINAMBARANAS: 100 101.
INDÚSTRIA: Lícita e necessária nas missões 193-201, do açúcar e do álcool 182-184 (ver ENGENHOS DE AÇÚCAR), de curtumes e sola 195, de ferro 194-195, florestal 199, têxteis 185, naval (ver NAVIOS; ver CANOAS), numa fazenda (Santa Cruz) 185. — Ver ARTES E OFÍCIOS.
Inglaterra: 55 165.
INGLESES: 72 165.
Inocêncio XII: Papa 131.
INQUISIÇÃO: Contra o P.e Vieira 88.
INSTRUÇÃO: — Ver EDUCAÇÃO.
Iperoig: Jornada de Nóbrega e Anchieta 29-32; 27 126 146.
IRMANDADES: — Ver CONFRARIAS.
Isabel Maria Francisca (D.): Princesa 227.
Itália: 210.
Itacoatiara: 253.
Itanhaém: 32 36 256.
Itaparica: 255.

J

Jacobina: 71 243 255.
*Jácome, Diogo: 2 130 155.
Jaguaribe: 83.
Japão: IX X 45 59 153 219.
Jesus, Frei Tomé de: Místico 113.
JESUS CRISTO: — Ver CULTO.
Jiquitaia: 232 255.
João III (D.): Rei de Portugal. Manda a Companhia de Jesus ao Brasil 24, benemerência 8, dá subsídios aos padres do Brasil 175: IX 1 6 7 14 59 79 94 110 126.
João IV (D.): Rei de Portugal. Aclamação no Brasil 113-115 242.
João V (D.): Rei de Portugal 163 220 247 248.
João Pessoa: 255.
JOGOS ESCOLARES: 58.

*Jorge, Marcos: 217.
José I (D.): Rei de Portugal 90 231 248.
JUBILEUS: Do Ano Santo (1550) 7 144-145, (1700) 131, da conversão ou padroeiros 145-146, outros 146.
JUDEUS: 61-62.
Júlio III: Papa 52.
JUSTIÇA: Dos índios entre si e nas relações com os Portugueses 22 77-79. — Ver LIBERDADE DOS ÍNDIOS.
*Juzarte, Manuel (1): Visitador 250.
*Juzarte, Manuel (2): 100.

K

*Kaulen, Lourenço: 221.
Kiriris (Serra dos): 97.
Knivet, António: Salvo da morte 165.
*Kostka, Estanislau: Santo 210.
Kruss Abecassis, Carlos: XI.

L

La Condamine, Carlos Maria de: 113.
LACTICÍNIOS: 28 185-186 194.
LADAINHAS: 125-127.
Lago Sampaio: 196.
Laguna: 98 241 257.
*Laines, Diogo: Geral S. I. Aprova todas as propostas de Nóbrega 29; 24 28 36.
*Laines, D. Francisco: Bispo 116.
Lapela: 254.
*Leão de Sá, Inácio: 226.
*Leitão, Francisco: Sapateiro 195.
Leitão, D. Pedro: Bispo 35 146.
*Leite, Gonçalo: 45 51 82.
*Leite, José: Escritor XI.
*Leite, Serafim: XIII-XV — e *passim.*
Le Roux: Capitão 166.
LETRAS: 223 229 230.
LIBERDADE DOS ÍNDIOS: Nóbrega fecha a porta da confissão aos que detêm índios injustamente cativos 21, Junta da Baía e o *parecer* ou caso de consciência de Nóbrega 35, Lei de 1570 de D. Sebastião 81, Lei de 1655 86 246, motins 83-85 246, o voto vencido de Vieira fecha o ciclo heróico da Companhia na defesa da liberdade 90, a «opinião pública» e a «oposição» 89, «Regimento Novo dos índios» 247, Lei de 1755 90; 4 9 24 77-91 102 242.
*Lima, Francisco de: Procurador dos pobres e dos presos 164 226.
*Lima, Manuel de: Visitador 44 51 144 216 241.
*Lima, Manuel: Angolano 220.
Limburgo: 5.
Linhares (Conde de): 183.
*Linhares, Francisco: Pedreiro 203.
LÍNGUA BRASÍLICA: — Ver TUPI.
LÍNGUA ANGOLANA: 105 106 156 220.
LÍNGUA INGLESA: 105.
LÍNGUA DOS MANAUS: 156.
LÍNGUA PORTUGUESA: Nas representações teatrais 43-45, elo unitivo das três raças 156.
LINGUÍSTICA AMERICANA: 216-220.
Lisboa: 1 2 95 105 113 210 223.
LIVROS: Os primeiros pedidos por Nóbrega 4. — Ver BIBLIOTECAS.
LITURGIA: 4. — Ver CULTO; ver SACRAMENTOS.
*Lobato, João: 241.
Lobo, D. Manuel: 122 244.
*Loiola, Inácio: Santo fundador da Companhia de Jesus. As missões na «Fórmula do Instituto» 1, Exercícios Espirituais 156-157, Constituições 175-176, institui oficialmente a Província do Brasil 239, novo orago da igreja de São Paulo 14, festas escolares 55-57 133, pintura

no Recife 207; 9 109 113 124 125 134 206 227 252.
*Lopes, Amaro: Oleiro 196.
*Lopes, José: Vice-provincial 252; 101.
*Lopes, Luís: Secretário 125 159.
*Lourenço, Agostinho: 98 186.
*Lourenço, Brás: 141 159.
Lourenço, Manuel: Pároco 139.
*Luca, João Justo: 101.
*Luís, Manuel: Piloto 209.
*Luís, Paulo: 100.
Luísa de Gusmão (D.): Rainha de Portugal 88.
*Lynch, Tomás: Provincial 105 248.
Lyon: 110.

M

Macaé: 256.
Macau: 208.
*Machado, Diogo: Provincial 245.
*Machado, Francisco: 104.
*Machado, Rafael: 228.
Madeira (Ilha da): 4 238.
MADEIRAS (INDÚSTRIA DE): Corte e serraria 199-200, madeiras de preço 200-201.
Madre de Deus, Frei João da: Arcebispo 171.
Madrid: 114.
*Magalhães, António de: 116.
*Magistris, Jacinto de: Visitador 183 238 243 244.
Maia da Gama, João da: Governador 73 251.
Malabar: 107 180.
Malaca: IX.
*Malagrida, Gabriel: 104 247.
Maldivas (Ilhas): 116.
MAMALUCAS: Da Baía 147.
MAMALUCOS: Nóbrega pensa em enviar dois para estudar em Portugal 27-28.
*Mamiani, Luís Vincêncio: 226 228.
Manaus: 253.
Manços, Manuel: Entalhador 205.
MANDIOCA: Poema 227. — Ver AGRICULTURA.
*Manuel, Luís: Construtor naval 199 209.
Manuel I (D.): Rei de Portugal 61.
Manzoni, Alexandre: Escritor 170.
MAR (APOSTOLADO DO): 104.
Marajó: — Ver *Ilhas.*
Maranhão: Conquista 241, Misericórdia 169, varíola 170, Exercícios Espirituais 157, Casa da Madre de Deus 157 254; XI 42 44 55 65 73 74 83 86 88 98 99 120 127 130 135 136 154 156 172 177 196 197 201 215 224 241 244 245 249 254. — Ver COLÉGIO; ver IGREJA.
MARCENARIA: 201 209.
Marcial: Poeta 113.
Maria I (D.): Rainha de Portugal 90.
Mariana: 248 256.
*Marques, Simão: Provincial 247; 48 154 223.
*Martins, Francisco: Pescador 188.
Martins Garro, Paulo: Capitão-mor 179.
*MÁRTIRES DO BRASIL: 124 172 239-240. — Ver Azevedo, Inácio de.
Mascarenhas, D. Jorge (Marquês de Montalvão): Vice-rei 114-115.
Mascarenhas, D. Vasco: Vice-rei 179.
Massangano: 107.
MATEMÁTICA: 46-48 220-221.
Mato Grosso: 98 99 248 256.
*Matos, António de: Provincial 34 104 107 241 242.
Matos, António Fernandes de: Fundador da igreja do Recife 207.
*Matos, Eusébio de: Pregador 228.
*Matos, Francisco de: Provincial 245; 131 159 225.
Matosinhos: 209.
MATRIMÓNIO: — Ver SACRAMENTOS.
*Mazzi, João: Canteiro 203.
MEDICAMENTOS: 165-167.
Melgaço: 253 254.
Melo, D. Francisco Manuel de: Escritor 46.
*Mendes, Valentim: Cronista 225.

*Mendoça, José de: 252.
Mendonça, Heitor Furtado de: Visitador da Inquisição 164.
Merciana: 202.
*Mercuriano, Everardo: Geral S. I. 133.
MESA DA CONSCIÊNCIA: 80-81.
Messejana: 254.
MESTIÇOS: 154.
México: 223.
Milão: 170.
MILITARES: Companhias de estudantes 118-119, capelães 119-122.
MINAS: 6, de ouro 11, de ouro e diamantes (poemas) 227.
Minas Gerais: 94-95 98 214 221 241 242 246 256.
Minho: 9.
MINISTÉRIOS: Na travessia do mar 157-158. — Ver CULTO; ver PREGAÇÕES; ver PROCISSÕES; ver SACRAMENTOS.
Mirales, José: 225.
Miranda Henriques, Rodrigo de: Governador 144.
Mirandela: 253 255.
*Miró, Diogo: Provincial 17 25.
MISERICÓRDIA (OBRAS DE): Na travessia do mar 158-159, visitas domiciliares 168, pacificação de inimigos particulares e públicos 161-162, procurador dos pobres e dos presos 164, com os presos fugidos do calabouço do Rio de Janeiro 164, com os condenados à morte 164-165; no tempo de fome 160, distribuição grátis de água a doentes 160, nas epidemias de varíola 170 e do «mal da bicha» 171, remédios grátis aos pobres 167-168 191.
MISERICÓRDIAS: Levadas pelos Portugueses para o Ultramar 169.
*Misch, Gaspar: 100 131.
MISSA: — Ver SACRAMENTOS.
MISSIOLOGIA: 60-62 223.
MISSÕES: São de iniciativa portuguesa as missões ultramarinas da Companhia de Jesus 1, a do Brasil foi a primeira da América 2, missões externas 106-107.
MISSÕES RURAIS: Regulamento 103, 102-104 148.
MITOS: De Zumé 214, astrais 214.
MOÇOS PARDOS: 52 245.
MOEDA (CASA DA): 118.
Moita, Raimundo Brites: XI.
Molière: 211.
Molucas: X.
Monção: 253 254.
*Moniz, Jerónimo: 225 227.
*Moniz, Manuel: 172.
Montalvão (Marquês de): Vice-rei 114 115.
Monte Alegre: 253.
*Monteiro, Diogo: 113.
*Monteiro, Inácio: 47.
*Monteiro, Jácome: Secretário. *Relação da Província do Brasil* 216; 144 188 214.
Monteiro da Vide, D. Sebastião: Arcebispo 48 246.
*Montoya, António Ruiz de: 219.
*Morais, José de: Cronista 225.
MORAL (TEOLOGIA): 48. — Ver EDUCAÇÃO.
MORALIDADE PÚBLICA: — Ver HONESTIDADE PÚBLICA.
*Moreira, António: 101.
*Morim, Luís de: — Ver Amorim.
Morretes: 191.
*Mota, Manuel da: 101.
*Moura, Mateus de: Provincial 103 246.
*Moura, Pedro de: Visitador 85 125 242.
MUÇULMANOS: 59.
MÚSICA: Na festa do Anjo Custódio (1549) 3, no Colégio de S. Vicente 41, cantos, instrumentos, órgão 65, «folia» dos portugueses 24, indígena e portuguesa 64-67, na redução dos Nheengaíbas 87, disciplina escolar 65; 43 66.

N

*Nadal, Jerónimo: 55.
NAUFRÁGIOS: 160 171-172.
NÁUTICA: 222.
Navarro (Doutor): — Ver Azpilcueta (Martín).
*Navarro (Padre): — Ver Azpilcueta (João).
NAVIOS: Construção de navios, bergantins e canoas 199, construção de sumacas 185, naus da armada de Tomé de Sousa 124, naus da Índia e estrangeiras 105, nau *Guadalupe* 125, galeão *S. Lucas* 125, *Santa Maria da Barca* 161, fragatas da Província, a última das quais *S. José e S. Francisco Xavier* 117-118.
NEGROS: *Arte da Língua de Angola* 220. — Ver ESCRAVATURA.
Newton: 47.
Niteroi: 36 256.
*Nóbrega, Manuel da: Fundador da Missão do Brasil e organizador da Província 1-37 239, primeiro vigário interino da Baía 2 140, capelão militar 119-120, manifesta em Pernambuco pela primeira vez o seu pensamento sobre a *unidade* política do Brasil 6-7, compõe em S. Vicente duas demandas que achou, uma com Brás Cubas, outra com João Ramalho 12, cuja vida conjugal se empenha também em regularizar 151, pedindo dispensas matrimoniais 153.

Funda a aldeia de Piratininga (29 de Agosto de 1553) 12-13, primeiro pároco missionário de São Paulo 140, a sua vida no Campo de Piratininga 15-16, propõe a mudança da vila de Santo André para São Paulo 26, preside à eleição pacífica do capitão-mor de S. Vicente 27 161-162, funda outra aldeia de São Paulo na Baía com unidade de nome e paralelismo de organização 71-72.

Volta ao sul na armada de Mem de Sá 25, harmoniza os capitães dela com o governador 161 e o defende 26; pensa em ir fazer as pazes com os Tamoios 27, jornada de Iperoig 29-32 146-147, chamado por Estácio de Sá à Guanabara 33-34, «com o seu conselho, fervor e ajuda se começou, continuou e levou a cabo a povoação do Rio de Janeiro» 36, primeiro pároco interino da nova cidade 141, a vida construtiva do Brasil seguia os passos de Nóbrega 29.

Pede livros de Portugal 109, pede instrumentos músicos 64-65, manda vir de Portugal imagens e retábulos 202, pede aço para o irmão ferreiro e manda ensinar moços da terra a tecelões e ferreiros 193, manda plantar algodão 159, inicia a criação de gado da Companhia 185-186, propõe que as dotações régias dos colégios sejam certas e para sempre 176.

«Primeiro missionário do Brasil» 65, distingue os costumes dos Índios e aceita os indiferentes 65, empreende a batalha frontal contra a antropofagia 65, advoga a justiça dos Índios 11 e defende a liberdade deles no seu *parecer* ou caso de consciência 35 77-78 86.

Bina a missa aos domingos e dias santos e prega duas vezes 7, outras pregações 2 10 39, incumbido de pregar o Ano Santo de 1550 no Brasil 7 145, prega de Nossa Senhora Medianeira 23, prega nas vilas do litoral de S. Vicente até cair doente «pondo a vida por seus irmãos» 29.

Devoção a Cristo Crucificado 138, lia Santo Agostinho 7, humildade 15, pede dispensa do ofício de superior 18-19 21, Lava-pés em Piratininga 15, doutrina do Corpo Místico 6, dorme em rede na Baía 8, dá os primeiros Exercícios Espirituais no Brasil 156 e faz a primeira Casa de Retiros 28 157, promove o canto e a música 10 41, promove o teatro edificante 67, e pensa em formar clero nativo 174.

Patente de provincial 17, lembrado para provincial 2.ª vez 35, passa o cargo a Luís da Grã ficando superior das capitanias do sul 26 214, «era para governar todo o mundo» 33-34, a Companhia de Jesus no Brasil à sua morte 36.

Informação sobre as possibilidades económicas do Brasil 178, carta exortatória aos moradores de Pernambuco 156. *Diálogo do Padre Nóbrega sobre a conversão do gentio* 20 60-62 223, o Caso de Consciência sobre a liberdade dos Índios 77-78, cartas do Brasil 225 242; IX X 11 47 48 54 59 93 94 98 100 102 117 126 137 147 150 166 173 175 188 206 213 215-217 228 233 240.
Nogueira, D. António: Bispo 116.
*Nogueira, Mateus: Ferreiro 193-194.
NOSSA SENHORA: — Ver CULTO.
Nova Almeida: 208 256.
NOVICIADO DA JIQUITAIA: 208 256.
«Novo Regimento dos Índios»: 247.
*Nunes, António: Entalhador 206.
*Nunes, Diogo: 120.
*Nunes, Leonardo: Fundador do Colégio de S. Vicente 10 175; 2 41 137.
Nunes, Manuel: Vigário de São Paulo 85.
Nunes, Mateus: Vigário do Rio de Janeiro 141.

O

Óbidos: 100 101.
Ocidente: 1 45.
Oeiras: 253 254.
OFICIAIS MECÂNICOS: 134. — Ver ARTES E OFÍCIOS.
OLARIAS: Em geral anexas aos engenhos de açúcar 185 195-196 198.
Olinda: 99 135 163 168. — Ver IGREJA; ver COLÉGIO DE PERNAMBUCO.
*Oliva, João Paulo: Geral S. I. 226 243 244.
*Oliveira, António de: Provincial 135 171 245.
*Oliveira, Bento de: 131 251.
*Oliveira, Gonçalo de: Capelão da fundação do Rio de Janeiro 33 120 140-141 146.
*Oliveira, João de: 104.
*Oliveira, Manuel de: 131.
Oliveira Martins: Escritor 113.
Olivença: 256.
ONÇAS: 29.
ORATÓRIA: — Ver PREGAÇÃO.
ORDENS MILITARES: De Cristo 176.
ORDENS RELIGIOSAS: Beneditinos 182, carmelitas 85 131 182, crúzios 64, franciscanos 85 89, mercedários 101.
ORDENS SACRAS: Conferidas pelo patriarca de Goa na Baía 116; 148.
ÓRFÃOS DE LISBOA: 5 15 62 63 150 155 173-176 188 216.
Órgãos (Serra dos): 98.
Oriente: IX 1 9 45 111 145 181 224.
*Orlandini, João Carlos: 251.
*Ortega, Manuel: 106 217.
OURO: Entradas ao seu descobrimento 94-97, ao Pacajá 97, mineração 191.
Outeiro: 253.
Ovídio: Poeta 113.

P

Pacífico (Oceano): 213.
Paço do Lumiar: 254.
PADROADO PORTUGUÊS: 45 153 176.
*Paiva, João de: Vice-provincial 243-244.
*Paiva, Manuel de: Leilão simulado 5, capelão militar 27 120 146; 5 13 15.
Pará: 42 55 65 74 88 96 99 100 131 154 170 172 177 184 185 188 194 196 201 202 205 221 223 224 231 245

249 251; ver COLÉGIO; ver IGREJA DE SANTO ALEXANDRE.
Paraguaçu: 25 26 72 120.
Paraguai: Devia ter casa da Companhia em união com as do Brasil 18, o governador do Brasil corta o caminho para lá 11, a ida ao Paraguai era do agrado de Santo Inácio 16, fundação da missão 106 217 240, método catequético iniciado no Brasil 67; 16 17 28 84 85 148 257.
Paraíba: 42 99 103 120 162 248 255.
Paraná: 42 187 257.
Paranaguá: 132 133 136 191 203 257.
Paripe: 8.
Paris: 1.
Passé: 182.
Pasteur, Luís: 167.
Pastos Bons: 148.
Patos: 98.
PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: 208.
PAU-BRASIL: 200.
*Paulo, Belchior: Pintor 206.
Paulo Afonso (Cachoeira): 99.
Paulo III: Papa 85.
PEDAGOGIA: 223, correcção escolar 55. — Ver EDUCAÇÃO; ver COLÉGIOS.
Pedro II (D.): Rei de Portugal 52 88 105 159 203.
*Pedrosa, Pedro de: 99 100 131 250.
Peixoto, Afrânio: 227.
Península Ibérica: 84.
Pequim: 208.
Pereira: 155.
*Pereira, António: 100 172 238 250.
Pereira, Bartolomeu Simões: 118.
*Pereira, Carlos: Vice-provincial 252.
*Pereira, João (1): 94 121.
*Pereira, João (2): Provincial 246.
*Pereira, Júlio: Provincial 247 252.
*Peres (Perret), Jódoco: 100 250.
Pernambuco: Chegada dos primeiros jesuítas (Nóbrega e António Pires) 6, frutas e legumes 181, arraial do Bom Jesus 121, guerra dos Mascates 163; 2 7 8 42 43 53 64 99 133 145 150 176 204 242 255. — Ver COLÉGIO; ver IGREJAS.
Pérsia: X 253.
Peru: 11 113.
PESCARIAS: Peixe alimento geral dos índios 188, o «piralqué» ou entrada do peixe 188-189, pesqueiro de Joanes 188, diversas qualidades de peixe 188-190.
Pésaro: 227.
PESTE: Varíola e «mal da bicha» 170. — Ver DOENÇAS.
*Pfeil, Aloísio Conrado: Geógrafo 100 101 203 221.
Piauí: 42 98 103 221 245.
Pinheiro, António: Doutor 21.
*Pinheiro, Simão: Provincial 241.
Pinheiros: 28.
Pinhel: 253 254.
*Pinto, Francisco: 99 172 241.
*Pinto, Miguel: 104.
PINTURA: No período da construção das igrejas monumentais 204-211, de Santo Inácio e Xavier 210.
Pio IV: Papa 145.
Pio V: Santo. Papa 146 153.
PIRATARIAS: — Ver FRANCESES, INGLESES, HOLANDESES.
Piratininga: 93 216.
*Pires, Ambrósio: 15 48 161.
*Pires, António: Vice-provincial 240, mestre-de-obras 201, em Pernambuco 6, intervenção pacificadora entre o governador e o bispo 101; 2 94 139 206.
*Pires, António (Irmão): 121.
*Pires, Belchior: Provincial 238 242.
*Pires, Francisco (1): Pregador 156; 5 9 13 19 64.
*Pires, Francisco (2): No Maranhão 172 249.
Pires, João: «Pai da Pátria» 86.
*Pires, Manuel: 100.
Pitanga: 183.
Pitangui: 257.
Platão: 112.

POESIAS: Em diversas línguas 226-228, em latim sobre os produtos naturais do Brasil 227.
*Polanco, Juan Alfonso de: Secretário S. I. 13 17 29.
Polifemo: IX.
POLIGAMIA: Incompatível com o cristianismo 213; 68-69.
Pombal (Baía): 253 255.
Pombal (Pará): 254.
Ponta dos Búzios: 188.
Ponte do Lima: 207.
PONTES: 197-198.
*Pontes, Belchior de: 225.
Portel: 254.
Porto: 112.
Porto Feliz: 98.
Porto de Mós: 254.
Porto Salvo: 254.
Porto Seguro: 5 9 19 36 63 68 91 96 123 126 128 137 256.
Portugal: Era dos Descobrimentos IX, discurso sobre a novidade dos Descobrimentos portugueses 228, o galeão das Quinas na primeira colectânea de cartas jesuíticas do Brasil 224; principal intenção de Portugal a conversão do gentio 40, ausência de racismo 150, procissões pelo triunfo das armas portuguesas 126, confraternizam índios e portugueses 25, redução dos Nheengaíbas 87-88.
Durante a monarquia dual 85, restauração de Portugal 84-86, aclamação de D. João IV no Brasil 113-115, o prestígio português defendido por Vieira 245.
Portugal envia livros e dinheiro para as bibliotecas do Ultramar 110, favorece a Companhia de Jesus 23, funda e dota colégios no Brasil 176-177, a isenção dos dízimos também ajuda indirecta às missões ultramarinas 191, os «portugueses do Brasil» 238, crise do século XVIII 231-233; e *passim* (todo o livro).
Praga: 222.
Prainha: 253.
PRATA: Lavragem 185.
PREGAÇÃO: À moda índia e à moda portuguesa 156, missões rurais 102-104, os grandes pregadores 228 229; 2 10 23 29 39 131.
PRESÉPIO: Da Vigia 205.
PROBABILISMO (QUESTÃO DO): 48.
PROCISSÕES: Corpo de Deus 3 24, Anjo Custódio 3 8 64, gratulatória 72, *ad petendam pluviam* 24 127, por diversos títulos 63 66 126 127.
PROTESTANTES: Calvinistas 126, convertidos no Brasil ao catolicismo 105.
PROVÍNCIA DO BRASIL: Origem 17, a cúria provincial e a fragata da província 117-118, provinciais e visitadores 239-248, passos para a criação de nova província 246-248, estatística 237-239.
PROVÍNCIA (VICE) DO MARANHÃO E PARÁ: 238, superiores e vice-provinciais 249-252.
PROVÍNCIA DE PORTUGAL: Fundou a do Brasil 1-2, e foi a principal fonte de recrutamento missionário 237-238.
Ptolomeu: 47.
Purchas, Samuel: 166.

Q

*Quadros, António de: Provincial 14.
QUEIJOS: Lembrados por Nóbrega na criação de gado 28.
Quinta do Tanque: — Ver FAZENDAS.
Quito: 221.

R

Ramalho, João: Guarda-mor do Campo 12, situação à chegada de Nóbrega a S. Vicente 12-13, o seu caso matrimonial 150-151.

*Ramos, Domingos: 125.

Raposo Tavares, António: Bandeirante 85.

*Ramière, Henrique: Escritor 223.

«Ratio Studiorum»: 49.

*Rebelo, Manuel: 251.

Recife: Já tinha escola da Companhia antes dos holandeses 206, o «mal da bicha» 171, Exercícios Espirituais 157; 99 135 163 168 231. — Ver COLÉGIO; ver IGREJAS.

RECOLHIMENTOS: Em Pernambuco 6, no Rio de Janeiro 159, de S. Joaquim 208, do Coração de Jesus 104 255.

Recôncavo da Baia: 182 183 188 207.

REDE: Nóbrega e os meninos dormiam em rede 8.

«Regimento das Missões»: 89.

«Regimento (Novo) dos Índios»: 247.

*Rego, Francisco do: Arquitecto 203.

«Regulamento das Aldeias»: 74 88 147-148.

*Reis, Ângelo dos: Pregador 228.

*Reis, Manuel dos: 101.

RESGATES: 80.

RETRATISTAS: 210-211.

*Ribadeneira, Pedro de: Escritor 16.

*Ribeiro, António: 99 100 220.

*Ribeiro, Tomé: 100.

Rio Amazonas: 73 80 99-100 122 186 187 190 215 221 224 227 228 253 254.

— *Anapu:* 200.

— *Araguaia:* 100.

— *Araguari:* 100.

— *Bagres:* 98.

Rio Branco, Barão do: 54 221.

Rio das Caravelas: 95.

— *Contas:* 98 243.

— *Doce:* 95 98 214 241.

— *Frade:* 94.

— *Ganges:* 36.

Rio Grande do Norte: 99 103 121 141 203 215 245 254.

Rio Grande do Sul: 98 122 187 215 241 248 257.

— *Guandu:* 197-198.

— *Guaporé:* 36 93 98 99 186 256.

— *Guarapés:* 101.

— *Guaré:* 197.

— *Iguape:* 28.

— *Itaguaí:* 197-198.

— *Itapicuru:* 99 172 254.

— *Jaguaribe:* 254.

— *Jaguaripe:* 255.

— *Jamundá:* 99 172 254.

Rio de Janeiro: Primeira estada de Nóbrega (1552) 10, que aponta a conveniência de aí se fundar uma cidade 27, fundação da cidade 34 72 120 140-141, arranque final da fundação 35-36, Nóbrega primeiro pároco interino 140-141, Misericórdia 169, fuga dos presos do calabouço 164, varíola 160, festa das canoas 126, casas aforadas ou de aluguer 190, frutas e legumes 181; X 29-31 33 36 42 85 98 104 107 126 133 136 138 144 146 165 168 185 199 208 231 241 245 246 254 256. — Ver COLÉGIO.

— *Jari:* 101 180.

— *Jatumã:* 100.

— *Javari:* 73 101.

— *Jequitinhonha:* 94.

— *Madeira:* 73 99-100 196 254.

— *Magé:* 188.

— *Mamoré:* 101.

— *Matoim:* 8.

— *Mearim:* 215.

— *Negro:* 80 100 101 221 226 252 253.

— *Nilo:* 36.

— *Orenoco:* 226.

— *Pacajá:* 96 97.

— *Paraguai:* 84.

— *Paraíba:* 32 98 214.

— *Pardo:* 122 257.

— *Parnaíba:* 99 220 254.

— *Pindaré:* 99.

— *Prata:* 11 36 42 84 85 122 187 208 220 221 238 240 244 257.

— *Real:* 97.

— *S. Francisco:* 36 71 94 97 99 188 190 215 238 245 254 255.

— *Solimões:* 100 221.

— *Tapajós:* 73 100 101 221 254.

— *Tietê:* 13 94 98.

— *Tocantins:* 73 86 100 101 254.

— *Trindade:* 182.

— *Trombetas:* 101.

— *Uruaquis:* 100.

— *Urubu:* 100.

— *Velhas:* 256.

— *Xingu:* 73 99 100 101 215 242 254.

*Rocha, António da: No Espírito Santo 141.

*Rodrigues, Agostinho: Escultor 205.

*Rodrigues, António: Recebido na Companhia por Nóbrega 11, primeiro mestre-escola de São Paulo 40, mestre da língua e de catecúmenos 216-217, mestre de canto e música 65 146, padrinho em baptismos de índios 22 71 144, vai com Mem de Sá à guerra do Paraguaçu 25 120; 13 19 20 42.

*Rodrigues, António Augusto: XI.

*Rodrigues, Domingos: Pintor 210.

*Rodrigues, Inácio: 222.

*Rodrigues, Jerónimo: 241.

*Rodrigues, Pêro: Provincial 240, Visitador de Angola 106; 222 225.

*Rodrigues, Salvador: 5 7.

*Rodrigues, Simão: Provincial. Fundador do Colégio de Coimbra 1, para o qual escreveu as regras 109; 9 13.

*Rodrigues, Vicente: Primeiro mestre-escola do Brasil 2 39, na aldeia de Paripe 8; 109 155.

*Rodrigues de Melo, José: Poeta 226 228.

Rolim de Moura, D. António: Governador 98 186.

Roma: IX XI 1 29 57 86 102 124 125 129 132 135 215 219 228 233 239 243 244 248 252.

Rudo: 208.

S

*Sá, António de: Pregador 209 228.

*Sá, David: XI.

Sá, Estácio de: Fundador da cidade do Rio de Janeiro 33 120 190.

Sá, D. Filipa de: 183 243.

Sá, Mem de: Governador. Chegada à Baía 21, vitória de Ilhéus 24 72, toma a fortaleza francesa de Guanabara e é defendido por Nóbrega 26 161, caminhos abertos por ele 26, padrinho de baptismo dos índios 22 71 144, arranque final na fundação do Rio de Janeiro 35-36, governador à altura do pensamento de Nóbrega 70 78, faz a terceira igreja do Colégio da Baía 209, doa a sesmaria do Camamu 182; 20 25 27 35 54 65 69 73 82 120 126 156 183 243.

SACRAMENTOS: Administração em geral 139-154.

Baptismo. O gentio que o pedia devia ser provado primeiro 7, na aldeia de S. Paulo (Baía) 71, nomes dos padrinhos 22 143, nas missões rurais 102, adultos, lactantes e *in extremis* 141-144.

Confirmação. Indulto para crismar 148.

Confissão. Confessa-se a gente da armada de Tomé de Sousa 144, por intérprete 9, nega-se a absolvição aos que vivem mal e resgatam mal 21 24, em geral 144-146.

Eucaristia. Bula do Sacramento 4, domingo do Sacramento 148, Corpo de Deus 3 31 66 123 147, Quarenta Horas 130 131 148 228, Lausperene e Adoração Perpétua 130 131, Quinta-Feira Santa 24; a primeira missa de Nóbrega no Brasil primeira

da Companhia de Jesus na América 2, missa da Ressurreição na Guanabara antes da fundação da cidade 33, missa cantada oficiada por meninos índios 25, missa a bordo ora seca ora consagrada 158; comunhão na primeira missa de Nóbrega no Brasil 144, comunhão dos índios 147--148, contraste com a antropofagia em Iperoig 147.

Santa Unção 148.

Ordem 148.

Matrimónio 148-154, implantação do lar monogâmico 22 69, na lei da graça ou na lei da natureza 151-152, os portugueses casam-se com índias 150; impedimentos originados pelo conceito da genética indígena de mulher-saco 152-153; Nóbrega pede dispensas matrimoniais 13 18, que enfim se alcançaram 152-154.

SAGRADA ESCRITURA: 47 50 222.

Sales, Francisco de: Santo 113.

SALINAS: 196.

*Saloni, João: 106.

Salvador: Princípios e fundação da cidade 3; 93 155 168 208-209 255. — Ver *Baía.*

*Sampaio, João de: 101 196.

*Samperes, Gaspar de: Engenheiro 203.

Sanfins (do Minho): 129.

Santa Catarina: 42 98 215 220 241 257.

Santa Cruz: Escola elementar da fazenda 40, hospital 169, obras de hidráulica e de arte 197-198, povoação perfeita 185; 127-128 187 256.

Santa Rita Durão: Poeta 2.

SANTA SÉ: Restauração da Companhia de Jesus 233.

Santarém (Baía): 253 255.

Santarém (Pará): 227 254.

Santo Amaro (Porto Seguro): 19.

Santo André da Borda do Campo: 26.

Santos: 29 36 85 104 125 256. — Ver COLÉGIO.

*Santos, Manuel dos: 101.

Santos Vilhena: Escritor 111.

São Jerónimo, D. Francisco de: Bispo 48.

S. José dos Campos: 98 256.

S. Julião da Barra: 226 233.

S. Luís do Maranhão: 86 249.

S. Paulo: Apóstolo 63. — Ver CULTO.

São Paulo de Piratininga: Fundação da aldeia pelo Padre Nóbrega 12-13, «formosa povoação» 14, entrada para o interior 96, fundação da «Casa de São Paulo» 14, casa *nova* e casa *velha* 14, Nóbrega propõe que os homens do Campo se juntem em Piratininga 21, vila e consolidação de São Paulo 26, o caminho do mar 26-27, Casa de Retiros 28 157, catequese e escola 40, os Jesuítas foram os primeiros párocos 72, vivendo 38 anos em regime missionário 72; os «portugueses de São Paulo» 84, interdito 85-86, pacificação de Garcias e Camargos 162, as administrações dos índios 90; frutas, legumes, hortaliças, flores e uvas 181, fazendas de Santa Ana e Embu 180, de Pacaembu e Pinheiros 28; X 20 32 42 64 71 85 86 93 100 125 126 146 165 196 208 256. — Ver COLÉGIO.

São Vicente: Eleição do capitão-mor sob a presidência de Nóbrega 161--162; 7 25 26 29 64 83 85 111 126 146 165 215 216. — Ver COLÉGIO.

*Saraiva, Manuel: 56 251.

SAÚDE (SERVIÇOS DE): — Ver BOTICAS; ver ENFERMEIROS.

Sebastião (D.): Rei de Portugal 36 80 81.

*Ségneri, Paulo: 113.

*Seixas, José: Provincial 244.

*Seixas, Manuel de: 251.

SEMINÁRIO DE ALDEIAS ALTAS: 252.

— Belém da Cachoeira: 42 65 134 207--208 245 248 255. — Ver IGREJA.

— CONCEIÇÃO (BAÍA): 47 203 248 255.

— GUANARÉ: 254.

— MARIANA: 256.

— PARAÍBA: 248.

— PARANAGUÁ (TERÇO): 133 203 257.

— PARNAÍBA: 254.

SEMINÁRIOS: 42-43.

Séneca: 113.

SENZALAS: Da fazenda de Santa Cruz 185.

*Sequeira, Baltasar de: Provincial 156 243.

*Sequeira, Inácio de: 95 242.

*Sequeira, Luís de: 95.

*Sequeira, Manuel de: Provincial 247 248.

*Sequeira, Nicolau de: 104.

Sergipe (de El-Rei): 97 183 198 208 255.

Serpa: 253.

Serra do Arabó: 97 241.

— *Ibiapaba:* 65 98 99 172 241.

— *Kiriris:* 97.

— *Órgãos:* 98.

— *dos Padres:* 99.

SERRALHARIAS: — Ver FERRARIAS.

*Serrão, Gregório: — Vice-provincial 240, toma posse da sesmaria de Gerebatiba 27; 146.

SERRARIAS: 199-200.

SESMARIAS: Água dos Meninos 5 174 178, Camamu 182, Gerebatiba 26 27, Rio de Janeiro 34 190, das aldeias dos índios 70-71.

SERTÕES: Entradas de reconhecimento missionário 93-94, primeira entrada de Nóbrega (Baía) 8, na capitania de S. Vicente e o seu estilo 13, a capitania de S. Vicente entrada para os sertões 10, aquém do Paraguai 11, sertões da Baía 71, dos Carijós 16, entradas para descimento de índios 97-102, no Amazonas (Magué, Andirá, Guabiru e Periquitos) 101; 70 82 98 241-243.

SERVIÇO DOS ÍNDIOS: 75.

SERVIÇO DE PROTECÇÃO AOS ÍNDIOS: 91.

Sesebuto: 61.

Sicília: IX.

Silva, Fernão da: Ouvidor 35 162.

*Silva, Manuel da: Missionário rural 148.

*Silva, Manuel da: Mestre-de-obras 203.

Silva, D. Pedro da: Bispo 121.

Silva Cunha: Ministro XI.

*Silveira, Francisco da: 227.

SÍNODO DIOCESANO DA BAÍA: 49.

*Soares, Barnabé: 250.

*Soares, Diogo: Cartógrafo 216 220.

*Soares, Francisco: 216.

*Soares, José: 171.

Soares de Sousa, Gabriel: 82.

SOCIOLOGIA: A vida nas aldeias 69-72; 66 102 183.

Soure (Baía): 253 255.

Soure (Ceará): 254.

*Sousa, Francisco de: 251.

*Sousa, João de: Morto às mãos dos Carijós 16.

*Sousa, José de: Vice-provincial 252.

Sousa, D. Luís de: Rei das Ilhas Maldivas 116.

*Sousa, Manuel de (1): 100.

*Sousa, Manuel de (2): 210.

Sousa, Martim Afonso de: Donatário 28.

Sousa, Tomé de: Governador. Informa sobre a Companhia de Jesus no Brasil 14-15, «escolhido por Deus» (Nóbrega) 3; 2 5 6 24 39 69 77-79 119 123 139 144 175 209 216.

Sousel: 254.

Soto-Maior, Francisco de: Governador 121.

*Sotomaior, João de: 96 97 100 101.

Souto, Sebastião do: Herói da guerra holandesa 169.

*Stafford, Inácio; Matemático 221.

SUBSISTÊNCIA (MEIOS DE): Os primeiros padres comiam de esmola 9 173--174, os primeiros subsídios oficiais 5 173, subsídio em géneros 174, primeiras terras recebidas (ver SESMARIAS; ver FAZENDAS), usufruto nas terras dos índios 71, base económica dos colégios 28, dotação régia 19 (ver DOTAÇÕES RÉGIAS), desproporção entre os meios económi-

cos oficiais e o aumento da Companhia) 174-175, a educação dos meninos requer bens avultados 28; outras fontes de receita: aluguer de casas (ver ALUGUER DE CASAS), boticas 190-191, mineração de ouro 191, a fragata da Província 191, isenção de dízimos 191.
Suetónio: 113.
SUMACAS: Construção 185. — Ver NAVIOS.
Susterzeel: 5.

T

TABACO: Poema 227; 179.
TALHA (OBRAS DE): 202 209. — Ver ARTES E OFÍCIOS.
TARTARUGAS: 188.
*Tavares, Mateus: 107.
TEATRO: Escolar 43-45, popular 67-68, a sua significação 223-224, auto em Coimbra em que aparecem os três grandes rios do século de oiro português, Ganges, Nilo e Janeiro (Rio) 36, Cristóvão de Gouveia promotor de representações teatrais 43.
*Teixeira, Bonifácio: 121.
Teixeira, Pedro: Capitão 221.
*Teixeira, Sebastião: 100.
*Teles, Baltasar: Escritor 46.
TEOLOGIA: no Catecismo de António de Araújo 217-218. — Ver EDUCAÇÃO.
Terêncio: Escritor 113.
TESTEMUNHO DO SANGUE: 171-172.
TIPOGRAFIA: 110-111.
*Toledo, Francisco de: Vice-provincial 252.
*Toledo, Pedro de: Provincial 241.
*Tolosa, Inácio: Provincial 240; 82 95.
Tomás de Aquino: Santo 49.
Tordesilhas: 221.
Torre (Casa da): 238.
*Torres, Miguel de: Provincial 18 22 23 25 36.
*Traer, João Xavier: Escultor 204.
Trancoso: 256.
*Travaços, Simão: 120.
Tredizela: 254.
*Trigueiros, Domingos: Entalhador 207 209.
Trindade, Frei Diogo da: 101.
*Tristão, Manuel: Enfermeiro 166.
TROPAS DE RESGATE: 122.
Tucumán: 106.
TUPI (LÍNGUA): Primeira tradução das fórmulas das orações 2, corpo juvenil de intérpretes 155, intérpretes 11 146 147, António Rodrigues ensina a doutrina em português e tupi 11 19, primeiras pregações por intérprete 155; cantos (1552) 8, cantigas em português e tupi 24, Nóbrega propõe que vão meninos estudar na Europa e de lá venham outros que aprendam a língua brasílica (tupi) 28, primazia de Leonardo do Vale 219, o tupi na administração dos sacramentos 141, primeira fórmula do baptismo 142, obras escritas 216-220.

U

Ultramar Português: Bibliotecas 110; 7 176.
UNIVERSIDADE DA BAÍA: 167.
— COIMBRA: 52-55.
— ÉVORA: 52 53 244.
— PARIS: 1.
— PRAGA: 222.
— TRÉVEROS: 53.
Urbano VIII: Papa 84 85 242.
Uruguai: 42 122 257.

V

*Vale, Leonardo do: *Doutrina na Língua do Brasil* 217, *Vocabulário na Língua Brasílica* 219-220; 68 170.
*Vale, Salvador do: 100.
*Valente, Cristóvão: 226.
*Vasconcelos, Simão de: Provincial 243, pacificação de Garcias e Camargos 162, biógrafo 225; 115 209.
Vaz, Francisco: 19.
*Vaz de Melo, Gonçalo: Provincial 29.
Veiros: 254.
*Velho, Jorge: 94.
*Veloso, Francisco: Pregador 156; 100 249 250.
Veneza: 83.
*Veras, Gonçalo de: 100 250.
VESTIDOS: Os índios começam a plantar algodão, fiam-no, tecem-no e vestem-se 71-72.
Viana (Brasil): 179 253 254.
Viçosa (Ceará): 208 253 254.
*Vide, Francisco da: 104.
*Vidigal, José: Vice-provincial 251 252, *Doutrina na Língua dos Manaus* 218.
*Viegas, Manuel: 218.
*Vieira, António: Visitador geral do Brasil e do Maranhão 245, sermão contra as armas de Holanda 121, embaixador a Lisboa 115, no conselho de Estado 88, o «João das Regras» de D. João IV 113.
Fundador efectivo da Missão do Maranhão 249-250, entradas a Ibiapaba 99 e ao Tocantins 100, redução pacífica dos Nheengaíbas 87-88, sermões sobre a liberdade dos índios 86 88, promove as escolas de ensino elementar 40, «Regulamento das Aldeias» 88, voto vencido sobre as administrações dos índios 91.
Juízo sobre o catecismo de António de Araújo 217-218, catecismos seus perdidos 218; redigiu uma «Filosofia» própria 46, comentários da Sagrada Escritura 222, *Clavis Prophetarum* 222-223, cartas 224, versos 226, sermões e traduções 228-229; 65 73 89 90 97 113 129 131 143 155, 156, 180 205 209 210 214 225 233 238 243.
Vigia: 205 254.
Vila do Conde: 254.
Vila Franca: 254.
Vila Rica: 246.
Vila Velha: Com «maneira de igreja» 3; 2 7 39 41 150.
Vila Verde: 253 256.
*Vilar, João de: 56 172 251.
*Vilhena, Francisco de: 115.
Virgílio: Poeta IX 43 112 113 226.
Viseu: 110.
Vitória: 9 36 197 208.
Vitória, D. Francisco: Bispo 106.
«Vocabulário na Língua Brasílica»: 219.
VOCAÇÕES: Estatística 237; 5 25 107 174.
Vouzela: 13.

W-X

Wied-Neuwied, Maximiliano de: 112.
*Xavier, Domingos: Entalhador 209.
*Xavier, Francisco: Santo. No teatro 45, padroeiro da cidade da Baía 171; IX X 1 118 125 133 183 204 205.
*Xavier, Inácio: 252.

COM AS LICENÇAS NECESSARIAS